

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROBLEMA
DA ABSTRAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES FONOLÓGICAS

por

SÍRIO POSSENTI *S. PosSENTI*

Dissertação apresentada ao De-
partamento de Lingüística do
Instituto de Estudos da Lingua-
gem da Universidade Estadual
de Campinas como requisito par-
cial para obtenção do grau de
Mestre em Lingüística.

Campinas

1977

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROBLEMA
DA ABSTRAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES FONOLÓGICAS

Resumo

Este trabalho é uma discussão do problema da abstração das representações fonológicas. Aceita, fundamentalmente, os horizontes da Gramática Gerativa. No seu interior, confronta duas propostas a respeito da questão da abstração: a da Fonologia Gerativa Transformacional e a da Fonologia Gerativa Natural, aquela permitindo e esta impedindo a abstração. Através da análise de alguns problemas de línguas particulares, por um lado, e, por outro, de algumas implicações de ambas as propostas, em particular as relativas à aquisição da linguagem, acaba por afirmar que a abordagem da FGN é mais adequada. Redefinem-se, nesta teoria, as regras fonológicas, e se propõem regras morfológicas e via-rules. Como consequência, elimina-se a ordenação extrínseca de regras. Ao lado destas questões centrais, discute alguns outros problemas da Gramática Gerativa, como, por exemplo, seu confronto com o estruturalismo taxinômico, como filosofia de ciência, o problema da realidade psicológica da gramática postulada pelo lingüista, a questão do inatismo, a dos universais, etc., assinalando, de passagem, o que pareceu serem as bases e as implicações ideológicas da teoria gerativa, na tentativa de compreender como se firmou tão rapidamente. No final, propõe a necessidade de não desprezar a variável sociológica, na tentativa de explicar a aquisição da linguagem.

Aluno: Sírio Possenti

Orientadora: Dra. Maria Bernadete Abaurre Gnerre

ÍNDICE

	pág.
Introdução	1
Notas da introdução	
Capítulo I - A condição de naturalidade	51
Notas do capítulo I	74
Capítulo II - Alguns aspectos das leituras da condi- ção de naturalidade	83
Notas do capítulo II	110
Capítulo III - Aspectos da doutrina da Fonologia Ge- retiva Natural	118
Notas do capítulo III	193
Capítulo IV - Alguns resíduos	199
Capítulo V - Algumas observações sobre o léxico ...	215
Notas do capítulo V	230
Conclusões	231
Notas às conclusões	252
Bibliografia	253

Agradeço à Oekumenisches Studienwerk pela bolsa de estudos

Para Ana e Fernando

Toda a terra tinha uma só língua, e servia-se das mesmas palavras. (...) Mas o Senhor desceu para ver a cidade e a torre que construam os filhos dos homens. "Eis que são um só povo, disse ele, e falam uma só língua; começaram esta obra, e agora nada os impedirá de executar suas empresas. Vamos: desçamos e confundamos a sua linguagem, de sorte que eles não se compreendam mais um ao outro". E assim o Senhor os dispersou daquele lugar sobre a face da terra e cessaram as construções da cidade. Por isso deram-lhe o nome de Babel, porque ali o Senhor confundiu a linguagem de todos os habitantes da terra, e dali os dispersou para a face de toda a terra" (Gênesis, 11,1-19)

INTRODUÇÃO

"O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia". (J.G. Rosa, GSV, p.52).

"Só aos poucos é que o escuro é claro". (J.G. Rosa, GSV, p.147).

I. Li Carrillo pensa que não é arbitrário distinguir três espécies de lingüística: a lingüística descritiva, a lingüística teórica e a lingüística matemática. Evidentemente, não se trataria de compartimentos estanques, mas apenas, de tarefas específicas e complementares.

Define assim, esquematicamente, os objetivos de cada uma dessas lingüísticas: a) à lingüística descritiva pertenceria o estudo de todos fenômenos observáveis, superficiais das línguas naturais. Coletaria dados, interrogaria a experiência do sujeito falante, descobriria constâncias e regularidades, poria à prova os conceitos teóricos, os métodos, os modelos, e também os esquemas explicativos, não só da lingüística, mas também de qualquer disciplina capaz de enriquecer e ordenar a realidade lingüística em suas variações, suas modalizações; descreveria fenômenos que não têm sido observados, seja porque escapam ao limite de uma teoria, seja porque escapam ao alcance de determinado método. Em suma, seu trabalho corresponderia ao trabalho normal da lingüística, se quisermos usar a terminologia de Khun; b) a lingüística teórica teria como tarefa primordial a explicação dos fenômenos lingüísticos, com base nas informações da lingüística descritiva. Segundo Li Carrillo, este é o trabalho mais urgente, hoje, dada a confusão reinante em função da substituição

de paradigmas a que se assiste. Tarefas importantes da lingüística teórica, são por exemplo, reelaboração de conceitos importados de outras ciências, as possibilidades e os limites da formalização, a redifinição de conceitos e categorias da gramática tradicional, a intervenção das matemáticas na explicação lingüística e a análise de princípios e regras e a demonstração de sua verdade ; c) a lingüística matemática teria a função de validar formalmente as teorias lingüísticas, de encontrar sua formalização matemática, quando possível; de propor - ou descobrir - conceitos, métodos, estruturas, esquemas de raciocínio matemáticos aplicáveis ao estudo da linguagem. Seria uma teoria matemática, mas com construções que admitam um sentido lingüístico (Li Carrillo, 1976:78-81).

A divisão proposta por Li Carrillo foi aqui exposta com a finalidade de situar, de alguma forma, as intenções deste trabalho. Embora possa parecer pretencioso, diria que - ele se situa na Lingüística que Li Carrillo chama de teórica. Efetivamente, encontrar-se-á, neste texto, pouco de descrição. E nada de matematização. Nem se encontra, também, - uma explicação dos fenômenos da linguagem, tarefa primeira da lingüística teórica, nem a reelaboração de conceitos importados de outras ciências, nem a redifinição de categorias e conceitos da gramática tradicional, nem, mesmo, qualquer - discussão sobre a formalização e a intervenção das matemáticas na lingüística, outras tarefas teóricas assinaladas acima. Isto é, evidentemente, esta dissertação não se ocupa de todas as tarefas da lingüística teórica.

O que se tenta é um estudo, que se pretende crítico, embora não exaustivo, de algumas soluções apresentadas - para um problema específico da fonologia, a saber, o problema de quanto podem ser abstratas as representações fonológicas em uma língua. Evidentemente, a análise transborda para outras questões, que seria impossível não tocar por estarem

interligadas com a questão central deste trabalho. Entre estas questões aparecerão, por exemplo, as seguintes: a) deve-se postular como psicologicamente real a representação fonológica atribuída a determinado item lexical - segundo as hipóteses de uma teoria? ou ela pode ser considerada um mero construto do lingüista? Esta questão é de particular interesse para uma teoria que pretenda explicar a competência do falante. Será discutida ainda na introdução, já que é uma decisão, digamos pré-teórica. b) a solução formalmente mais simples deve ser efetivamente considerada a melhor solução, mesmo em se tratando de uma teoria de competência lingüística? c) é adequado, realmente, postular que o objeto da gramática é a competência de um falante-ouvinte ideal que conhece perfeitamente a língua, se se quer explicar a capacidade de falar e compreender de falantes nativos de uma língua natural? Ou deve-se ser mais 'empirista' e postular hipóteses que possam dar conta da competência de falantes reais, isto é, de falantes com competências diversas, já que elas são um dado, sem deixar para disciplinas 'marginais' o estudo destas questões? Estas são algumas das questões levantadas e discutidas, ora com mais demora, ora apenas de passagem. Todas estas questões transbordam da constatação da frouxidão (que será assinalada) da formulação da Condição de Naturalidade, conforme proposta por Postal, refletindo o pensamento dominante entre os fonólogos gerativistas. Esta é a questão central. Ou seja, fundamentalmente, o que se discute é o conceito de naturalidade da relação entre a representação fonológica e a representação fonética. O ponto central desta questão é a tentativa de mostrar que a formulação de Postal é demasiadamente frouxa, pouco definida, sem limites explícitos, contrariamente ao que se deve exigir de uma teoria que se quer científica. Assinalam-se algumas conseqüências rele-

vantes da Condição de Naturalidade, tão relevantes, parece, que não podem ser abandonadas na época atual, ou seja, durante a vigência do paradigma gerativo-transformacional. Apenas, tentar-se-á mostrar, deve-se ser mais rigoroso na definição dos limites do conceito de naturalidade, nos critérios de naturalidade. Em função disso, passa-se, dentro da teoria da Gramática Gerativa, da Gramática Gerativa Transformacional (GGT) à Gramática Gerativa Natural (GCN), comparando algumas de suas conclusões e tentando extrair daí - algumas afirmações avaliadoras das duas teorias, e mesmo, - mais pretensiosamente, sobre a teoria da linguagem mesma.

Além das questões já assinaladas, discutem-se, ainda, alguns outros aspectos, como o mecanismo da ordenação extrínseca de regras, incorporado pela GGT, consequência de postular formas abstratas, segmentos lingüísticos diversos dos encontráveis na superfície dos enunciados, ou, mesmo, já mais encontrados aí; discute-se também, embora mais de passagem, o sentido real, na teoria, de alguns termos como produtividade, simplicidade etc. Ainda mais, embora em lugar secundário em relação ao corpo mesmo do trabalho (por isso mesmo a questão é posta na introdução), por julgar que é - uma necessidade fundamental, introduzem-se algumas considerações sobre a passagem do estruturalismo à teoria gerativo transformacional, trabalhando a partir do conceito de paradigma, cunhado por Khun, tentando assinalar algumas das características dos dois paradigmas postos em confronto e algumas razões da substituição que testemunhamos. Isto é - feito por duas razões: a) porque uma solução estruturalista do problema da abstração em relação à representação fonética também é sumariamente exposta, e é criticada a partir dos conceitos da GGT; ora, esta crítica só pode ser legítima (segundo critérios metodológicos e mesmo históricos) quando há justificação para a adoção dos critérios de crítica;

b) porque me pareceu necessário desvendar pelo menos alguns aspectos que permanecem silenciosos (ou silenciados) na formulação da GGT, mas que, sem dúvida, atuam fortemente na sua constituição. Este aspecto de trabalho me pareceu importante, necessário, para autorizar o corpo da dissertação. Representa a tentativa de justificar a posição adotada, ver-se-á, apesar de se concluir que as razões não são todas do mesmo tipo nem têm todas a mesma inocência metodológica. Quero dizer com isso que me pareceu necessário dizer de que lugar este trabalho fala, quais são os horizontes (provisórios) que aceita (ou a que se submete), para conferir legitimidade (ou não) às críticas que a partir dele se endereçam a outras soluções. Refiro-me às críticas feitas ao estruturalismo e à teoria estratificacional. Além disso, fornecem-se as razões de se proceder à continuação deste trabalho do ponto de vista imposto pela GGT e sobre seu objeto. Situado o problema da aceitação de um paradigma, tornam-se possíveis as críticas. As feitas às soluções de um paradigma diverso, por se considerar, de uma forma ou de outra, que coloca os problemas de uma forma que não pode ser mais aceita. As feitas às soluções do paradigma aceito, por se descobrir alguma incoerência ou alguma falta de clareza. Ou, quem sabe, mesmo, pela inadequação de certos resultados.

Penso que, circunscrevendo assim este trabalho, incluo-o no que Li Carrillo chama de lingüística teórica. Evidentemente, não entro no mérito do trabalho. Dizer que é teórico não significa emitir um juízo de valor. Julgar o mérito do trabalho é função da banca examinadora. Minha função, de aluno, é outra. Definir o lugar em que pretendi trabalhar, penso, faz parte desta função.

Expresso desta forma, o objetivo do trabalho pode parecer demais ambicioso, principalmente para ser realizado

nos estreitos limites de uma dissertação de mestrado, isto, é, de um trabalho escolar. Eu mesmo penso que é, quando não, para deixar desde já claro que não imagino, nem de longe, ter abordado as questões escolhidas de forma definitiva. Não imagino que seja uma crítica definitiva, nem mesmo uma crítica bem feita.

Simplesmente, tendo percebido, ou tendo sido levado a perceber determinados problemas, tive a pretensão de dizê-los. Não aceitando alguns postulados da teoria gerativo-transformacional, pensei que não deveria deixar de marcar minha posição. Uma teoria não é composta só de aspectos formais, de mecanismos descritivos, de métodos de descobertas. É necessário levar em consideração também as afirmações de substância, as afirmações ontológicas, quer sejam expostas explicitamente, quer permaneçam não ditas. Falseados ou abalados estes aspectos, ou, pelo menos, identificada a correlação que mantém com determinado ponto de vista sobre o mundo e as coisas que nele existem, deixa a teoria de aparentar uma neutralidade, - que, nada melhor que ela, lhe confere ares definitivos de ciência. O aparato formal poderá, eventualmente, permanecer idêntico, embora isso não seja fácil.

No nível dos pressupostos, a opção é necessariamente ideológica. São expressão de um conjunto de crenças, umas mais, outras menos apoiadas nos resultados de outras disciplinas, ou, melhor e mais freqüentemente, numa das interpretações destes resultados. No caso específico da gramática gerativa, está evidentemente em jogo determinada concepção de homem e de sociedade, pretensamente baseada em informações sobre a natureza do homem. Sendo o homem que fala, sendo na sociedade que ele fala, não poderia ser de outra maneira. O homem de Saussure não é, evidentemente, o homem de Chomsky. A sociedade dos behavioristas, a que constroem ou aquela com que sonham, não é a sociedade dos so-

nhos dos mentalistas. Conseqüentemente, a ciência de uns não pode ser a ciência de outros. A diferença se apoia numa posição política diversa, exatamente decorrente da concepção do que seja a natureza do homem. O que se faz é invocar, para a teoria que se assume, fundamentos aceitos como científicos, para tentar uma justificação com base na natureza mesma, isto é, no 'real', que assume, assim, o papel de árbitro epistemológico. O que não pode ser esquecido, no entanto, é que não existe uma ciência neutra e descomprometida, mas que sua atuação é manipulada pela sociedade que a produz, segundo seus interesses. Nem se pode esquecer que o real é sempre construído.

Minha intenção é deixar claro, neste trabalho, que alguns pressupostos, ou algumas conseqüências, de que partem ou a que chegam Chomsky e seus seguidores não são absolutos, indiscutíveis, e, mesmo, nem decorrem, estas últimas, necessariamente da teoria formal que é a gramática gerativa. Não passam de hipóteses (no sentido forte do termo) explicativas, algumas, inclusive, aparentemente ingênuas, não servissem a intenções muito óbvias. Em conseqüência, tomarei algumas posições diversas das que decorrem das crenças de Chomsky, mesmo que o faça em razão de outra crença. Tentarei mostrar que a análise linguística corrobora esta recusa e esta opção, mesmo que a corroboração apresentada não seja, e certamente não é, exaustiva. Desejaria mostrar que só violentando as línguas (e os falantes?) se pode sustentar algumas hipóteses de Chomsky. Dar-me-ia por satisfeito se conseguisse um argumento sólido nesta direção, mesmo que este argumento não fosse meu. Tentarei mostrar que, mesmo no interior da gramática gerativa, é possível sair para outra direção, e que, inclusive, esta saída diferente da tradicional significa levar mais a sério pontos de vista fecundos da GGT. Penso que a GCN, pelo menos no que se re-

fere à análise fonológica que propõe, que é o assunto desta dissertação, oferece opções mais adequadas e mais promissoras.

Dai algumas observações críticas, no final, sobre o inatismo e o caráter psicológico da teoria da gramática gerativa. Espero poder concluir que não se deveria fixar como objeto da teoria lingüística o estudo da competência de um falante-ouvinte ideal e que não é necessário postular que um falante nativo possui algum conhecimento inato de estruturas lingüísticas. Tentarei dizer que a teoria gramatical deveria descrever e explicar a competência de falantes-ouvintes reais, inseridos num processo econômico e social determinado, dado que é esse o homem que fala (ou cala), ouve e interpreta o discurso. Que é esse o homem que expressa, através da cadeia sonora, não diria seu pensamento, mas, a ideologia que o atravessa. E que, portanto, uma teoria da competência não pode desprezar uma tentativa de explicação de caráter fundamentalmente sociológico, e não apenas psicológico, da aquisição da linguagem.

A intenção primeira deste trabalho foi analisar alguns aspectos do português, mais especificamente, alguns fenômenos fonológicos (morfofonêmicos) que ocorrem na derivação. Isto é, o primeiro projeto foi um projeto em lingüística descritiva. Pensava comparar o resultado das descrições feitas segundo as hipóteses da FGT e as da FGN e delas extrair algumas considerações sobre a maior ou menor adequação das teorias.

Não querendo dar por simplesmente conhecidos os postulados das duas teorias, parti do problema central, que é o da grande abstração das representações fonológicas. À medida em que me fui aprofundando na questão

(não quero dizer que fui até o fundo), decidi permanecer nela e deixar a descrição para um segundo plano. A leitura deste trabalho deixará perceber que a derivação deixou de fazer parte dele. Dentre as razões que me fizeram permanecer na questão que deveria ser apenas introdutória, segundo o plano inicial, posso destacar duas: a primeira, penso, é minha formação prévia. Meu treinamento descritivo é bem menor que meu treinamento, digamos, teórico. Em função disso, sempre me preocupou mais, durante o curso que realizei, tentar descobrir, nos textos que lia, suas características metodológicas, e, principalmente, me preocupava tentar estabelecer quais eram os pressupostos não ditos de que partiam os autores. As ilustrações descritivas sempre ficaram, para mim, em segundo plano. Embora não possa dizer que tenha satisfeito minha curiosidade, a não ser genericamente, me preocupava pensar sobre quais suportes ideológicos está assentada a Gramática Gerativa. A segunda razão é que, do meu ponto de vista (não quero dizer que seja original), sempre pensei que não adianta ir aos dados partindo de uma teoria que não foi questionada. Aceitar uma teoria, simplesmente, e analisar dados a partir dela, pode fazer com que o analista, principalmente se for um iniciante, como seria o meu caso, fique preocupado apenas em fazer caber os dados no espartilho da teoria, sem se preocupar em saber se não estará errado o número do espartilho, ou mesmo, quem sabe, em saber se o espartilho não é uma peça ultrapassada. Aprendi com Khun que durante a fase da ciência normal o trabalho principal é resolver os quebra-cabeças. Mas, nem a GGT é para todos o paradigma vigente, nem está absolutamente acabada sua formulação, nem eu tenho, descobri cedo, habilidades para quebra-cabeças.

Decidi, pois, a certa altura, que as questões que mais me haviam preocupado durante o curso deveriam

continuar a ocupar-me na dissertação. São, para mim, mais importantes que o comportamento dos traços fonológicos. O comportamento dos lingüistas, seus pressupostos, seus interesses, são mais atraentes. Pensei, então, que, escrevendo uma dissertação de mestrado, pela qual possa ou não ser considerado em condições de ostentar um título acadêmico, deveria tentar ser julgado pelas questões que efetivamente mais me preocuparam. Sem tomar esta atitude, o trabalho não passaria de uma obrigatória prestação de contas. Assim, as partes deste trabalho que são mais técnicas estão aí como meio para me possibilitar a colocação das questões que são, para mim, as mais importantes, embora estas ocupem um espaço menor do trabalho.

Penso que as questões que mais me preocuparam se refletem neste trabalho. Devo assinalar que não consegui, com esta dissertação, esgotar minhas curiosidades. Na verdade, apenas coloquei algumas delas no lugar que me parece mais adequado. Esclareci algumas e despertei outras. De qualquer forma, meu objetivo inicial, que era buscar critérios que me permitissem avaliar as duas teorias e sugerir uma como provavelmente mais adequada, foi atingido. Só que a decisão decorreu de um caminho diferente do inicialmente traçado. Decorreu da análise de algumas hipóteses sobre a natureza de alguns fenômenos ligados à fonologia, e, um pouco mais marginalmente, ao léxico, mas não de sua análise enquanto dados, e sim de uma reflexão sobre a legitimidade de pontos de partida para sua análise.

Devo agradecer à Prof^a M. Bernadete pela liberdade que me permitiu, durante a elaboração desta dissertação, de me propor a tocar em determinados assuntos e, em seguida, desistir de fazê-lo. Entre a atitude acadêmica que as prerrogativas da função lhe permitiriam e o

respeito pelas minhas opiniões, preferiu o segundo. Além do mais, as leituras rigorosas que fez dos rascunhos me permitiram ir melhorando sempre a qualidade do texto e não permitiram a presença de equívocos diversos. No entanto, assumo total responsabilidade pelas afirmações contidas no trabalho. Seus defeitos não devem ser atribuídos à orientação. Agradeço à Prof^a Bernadete por ter-me permitido que esta dissertação tivesse, assim, um certo tom pessoal.

Não será preocupação minha a exposição da doutrina fonológica da GGT. Assumo que ela é conhecida, e, simplesmente para não me furtar a qualquer referência, remeto a Halle (1958, 1962), Chomsky (1962), Chomsky & Halle (1968), Postal (1968), Schane (1974), Gnerre (1974), A-baurre (1973) e Mateus (1975). Só se fará menção explícita a esta doutrina no aspecto concernente ao problema da abstração da representação fonológica, ou, então, quando necessário para esclarecer diferenças em relação à GGN, o que será feito sempre de forma geral, sem descer a detalhes. Será necessário, no entanto, expor os fundamentos da FGN, o que será feito no capítulo III.

II. Nesta parte do trabalho, exporei a opção que será levada em consideração durante o restante da dissertação diante do problema da relação da gramática do lingüista com a gramática internalizada pelo falante. Creio que é necessário tomar posição clara frente a este problema.

Uma das questões que se põe claramente a quem quer que queira trabalhar com a teoria da GGT, seja para expô-la, seja para criticá-la, seja para aplicá-la a uma língua particular, é a de optar entre considerá-la uma teoria mentalista ou uma teoria não mentalista. Esta de-

cisão é importante porque implica postular que determinada análise, tida como adequada a uma língua, será correspondente, ou não, conforme a opção, àquilo que se postula estar efetivamente na mente do falante, ou seja, como correspondente, ou não, à gramática realmente internalizada. Em outras palavras, esta opção é crucial para autorizar ou desautorizar afirmações do tipo "tal estrutura, tal traço, tal regra é psicologicamente real". Ou, pelo menos, para que se possa exigir uma definição explícita de "psicologicamente real". A opção determinará, inclusive, os critérios de validação da teoria. É evidente que, ao se postular que uma gramática é psicologicamente real, o teste empírico da validade da gramática é diverso do que seria se não se incluísse tal postulado na teoria. No primeiro caso, o critério será dado pelo conhecimento da forma de aquisição da gramática; no segundo, o critério será fundamentalmente do tipo baseado na simplicidade, na economia, na elegância. É que, conforme o caso, é diferente a realidade de que então se falará.

Esta questão pode parecer mal posta, à primeira vista, porque pode parecer que se deve considerar óbvio que a teoria da GGT é uma teoria mentalista, no sentido de que postula que as gramáticas dela resultantes devem coincidir com as gramáticas internalizadas pelos falantes. Já que o objetivo da GGT é explicar a competência lingüística de um falante, e não descrever um corpus, há que ser uma teoria mentalista. Não haveria sentido em afirmar, por um lado, que a teoria pretende explicar tal competência, e, por outro, utilizar critérios típicos de descrições de corpus, não exigindo que a gramática produzida coincida com a do falante. Embora isso possa parecer óbvio, não faltam opiniões em contrário. A GGT pode ser lida como uma teoria que produz gramáticas que podem incluir construtos do lingüista. Tanto que, por exemplo,

Botha (1971) expõe separadamente os problemas metodológicos que surgem com a tentativa de validação da teoria fonológica da GGT considerada como uma teoria mentalista (cap. IV) e os problemas que surgem ao se considerar a adequação empírica da mesma teoria, quando considerada como uma teoria não mentalista (cap. V).

A diferença básica entre as duas concepções é a seguinte: enquanto que a teoria mentalista descreve a estrutura do mecanismo do cérebro que subjaz à atividade de codificar e decodificar sentenças cujas propriedades lingüísticas são refletidas nos dados, isto é, concerne a dois fenômenos da realidade, os dados lingüísticos e o mecanismo do cérebro, a teoria não mentalista concerne apenas a um tipo de fenômeno, qual seja, os dados ou observações lingüísticas (Botha, 1971:171-2).

Minha opção, nesta dissertação, será considerar a GGT como uma teoria mentalista. A leitura de qualquer texto básico de GGT deixa ver, em minha opinião, que esta é a única leitura honesta. Se a GGT não deve ser considerada uma teoria mentalista, se não postula que as descrições que considera corretas devem ser tomadas como correspondentes à gramática internalizada pelo falante, então, as afirmações de que pretende estudar a competência lingüística ao invés de estudar apenas dados lingüísticos não teriam sentido. Se as descrições são efetuadas com a finalidade de explicar o conhecimento lingüístico internalizado pelo falante, segundo os propósitos da teoria, e, em seguida, se afirma que não é necessário que correspondam efetivamente ao que ele conhece implicitamente, então, a teoria contradiz, em sua aplicação, aquilo que exige em sua constituição. A teoria construiria para si um objeto e um objetivo, os mecanismos descritivos se aplicariam a outro objeto com outro objetivo.

É verdade que o objeto da lingüística, tal como posto pelos textos canônicos da GGT, definido como o estudo da competência de um falante-ouvinte ideal, acaba podendo levar a pensar que, não havendo, ainda, condições para testar empiricamente as descrições propostas, dado que só há falantes com limitações de memória, etc, a descrição não deva corresponder necessariamente, exatamente, ao que se passa no cérebro de um falante nativo, mas que é apenas um modelo ideal deste conhecimento. Estaria, as sim, justificada uma interpretação não mentalista da teoria da GGT.

Mas, apesar de definir como seu objetivo estudar a competência de um falante-ouvinte ideal, também é freqüente que se diga que a teoria deve explicar a competência de um falante nativo de uma língua natural (ver Kiparsky, 1968 b: 171, Chomsky e Halle, 1968: 331, e Language and Mind, texto citado abaixo). A diferença entre nativo e ideal é evidentemente importante. Penso que a teoria deveria ser absolutamente explícita a respeito destes termos, não utilizando ora um, ora outro. Na realidade, os argumentos apresentados sempre se referem a falantes nativos, nem poderia ser diferente. Refiro-me aqui a argumentos apresentados, digamos, para sustentar que há estruturas lingüísticas inatas, com base nos fatos de que falantes possuidores de QI baixo falam apesar disso, enquanto que têm dificuldades enormes para adquirir outros conhecimentos; ao fato, espantoso, para os gerativistas, de que as crianças dominam em tão pouco tempo um sistema tão complexo quanto é a gramática de qualquer língua. Possuidores de QI baixo e crianças que aprendem a falar, mesmo expostas a dados tremendamente irregulares, são, evidentemente, falantes nativos.

De fato, se a GGT pretende descrever e expli —

car o conhecimento lingüístico de um falante-ouvinte ideal, provavelmente nenhum teste de caráter psicológico será adequado para a validação empírica da teoria. Os testes deverão ser realizados com pessoas portadoras de limitações, em comunidades não completamente homogêneas. Parece, pois, que se deve, efetivamente, interpretar a pretensão da GGT como sendo de explicar o conhecimento lingüístico de um falante nativo, e assim, deve ser interpretada como uma teoria mentalista.

Alinharei, a seguir, algumas afirmações que levam a decidir que a GGT deve realmente ser interpretada como uma teoria mentalista e que esta interpretação é a desejada por seus construtores.

Botha (1968:106) afirma que só a tese mentalista, em GGT, pode conferir sentido à palavra "explicação". Sem essa interpretação, ela seria apenas uma teoria descritiva. Veja-se a citação seguinte, em que completa este raciocínio:

"Sugeri que o termo "descrever" pode ser usado, com respeito a Gramáticas Transformacionais, de uma forma que não é sinônima de "explicar". ... Uma gramática transformacional G explica os dados primários D estabelecendo leis gerais que são hipóteses indiretas a respeito da estrutura abstrata e formal que um mecanismo do cérebro M deve possuir para ser capaz de decodificar o número infinito de enunciados em D. Isto quer dizer que D é explicado por leis hipotéticas que se referem indiretamente a M, do qual D se segue causalmente" (Botha, 1968:106).

O mesmo autor recolhe uma série de afirmações que deixam explícito que os defensores da GGT consideram que a teoria é realmente mentalista. Vejamos algumas. A primeira é extraída de Language and Mind, de N. Chomsky. Segundo Botha, em nenhum lugar a pretensão psicológica

da teoria é exposta com menor ambigüidade.

"Então, em vários níveis, o lingüista é envolvido na construção de teorias explicativas, e, em cada nível, há uma interpretação psicológica óbvia para seu trabalho teórico e descritivo. No nível da gramática particular, ele tenta caracterizar o conhecimento de uma língua, um certo sistema cognitivo que foi desenvolvido - inconscientemente, claro - pelo falante-ouvinte normal. No nível da gramática universal, ele tenta estabelecer certas propriedades gerais da inteligência humana. A lingüística, assim caracterizada, é simplesmente o sub-campo da psicologia que se preocupa com estes aspectos da mente" (apud Botha, 1971:118).

Botha acrescenta o seguinte comentário à citação de Chomsky:

"A partir da citação dada acima, é claro que a GGT é vista por Chomsky como uma teoria lingüística mentalista, mas não é igualmente claro quais são as características distintivas que tal teoria tem" (Botha, 1971:118).

Este comentário se deve ao fato de que, segundo Botha, termos como "caracterizar" e "preocupa-se" não são muito informativos. Também não fica claro qual aspecto das faculdades mentais se supõe que tais teorias querem "caracterizar", ou seja, não se sabe se tais teorias devem caracterizar a substância, a forma ou a estrutura das faculdades mentais em discussão.

No entanto, se Chomsky não esclarece totalmente tais questões, Katz e Kiparsky as esclarecem. Segundo Katz, a habilidade de comunicar é um mecanismo mental altamente complexo que opera codificando e decodificando mensagens verbais:

"Considera-se que a finalidade da construção

da teoria em lingüística é a formulação de uma teoria que revele a estrutura deste mecanismo e explique os fatos da comunicação lingüística mostrando que são conseqüências comportamentais da operação do mecanismo que tem exatamente a estrutura que a teoria formulada lhe atribui" (apud Botha, 1971:118. Grifo meu).²

No mesmo texto, Katz observa que a relação entre a estrutura da teoria e a do mecanismo mental é uma relação de ISOMORFIA (Botha, 1971:119). Logo, para ele, a realidade mental deve ser atribuída a todos os aspectos da teoria lingüística, segundo se lê nesta outra citação:

"Todos os aspectos da teoria mentalista envolvem realidade psicológica. A descrição lingüística e os procedimentos de produção e reconhecimento da sentença devem corresponder a mecanismos independentes no cérebro. Distinções componenciais entre componentes sintáticos, fonológicos e semânticos devem repousar em diferenças relevantes entre tres submecanismos neurais do mecanismo que estoca a descrição lingüística. As regras de cada componente devem ter sua realidade psicológica nas operações de input e output da máquina de computação desse mecanismo" (apud Botha, 1971:119).

Se Katz foi mais explícito do que Chomsky, Kiparsky é ainda mais explícito que Katz. De fato, afirma (Kiparsky, 1968 b: 171), que a gramática deve representar corretamente não só a SUBSTÂNCIA, mas também a FORMA do conhecimento da linguagem que um falante nativo possui. Uma gramática que enumera as sentenças gramaticais de uma língua, atribuindo-lhe descrição estrutural apropriada, representa corretamente a substância do conhecimento que um falante fluente possui de sua língua. Somente se as regras contidas em tal gramática correspondem ao sistema de regras realmente internalizado por este falante e que o capacitam a comunicar é que a gramática representa a forma da competência lingüística. Kiparsky esclare-

ce sua distinção entre forma e substância referindo-se a aspectos correspondentes da competência aritmética de um ser humano:

"... o conhecimento de alguém que aprendeu aritmética, isto é, o conjunto infinito de computações aritméticas corretas, poderia ser definido por muitos sistemas diferentes de regras, incluindo tanto os psicologicamente incorretos, tais como certos axiomas da teoria dos conjuntos, programas de computador, etc, quanto o psicologicamente correto, a saber, todos os conhecimentos realmente usados na performance aritmética, tais como as regras da aritmética escolar e a tabuada de multiplicação" (Kiparsky, 1968 b: 171).

Acrescente-se a estas citações mais a seguinte, da autoria de Chomsky, extraída de "La forme et le sens dans le langage naturel" e citada por Lahud (1977), onde, em minha opinião, Chomsky é ainda mais claro que em Language and Mind sobre a realidade psicológica das gramáticas produzidas segundo a teoria da Gramática Gerativa:

"... as estruturas profundas postuladas nas gramáticas gerativas e transformacionais são estruturas mentais reais. Estas estruturas profundas, mais as regras de transformação que as relacionam a uma estrutura superficial e as regras que relacionam as estruturas superficiais e profundas às representações do som e do sentido, são as regras que foram dominadas por aquele que aprendeu uma língua. Constituem o seu conhecimento dessa língua e são utilizadas quando ele produz ou compreende uma frase" (apud Lahud, 1977:35).

Das afirmações de Chomsky, Katz e Kiparsky pode-se concluir que é claro para seus formuladores que a teoria da Gramática Gerativa Transformacional é mentalista no sentido de que pretende representar seja a

faculté de langage, no caso da teoria geral, seja a competência de um falante nativo, no caso de uma teoria gramatical, de uma maneira isomórfica. Trocado em miúdos, isto quer dizer que, no momento em que algum lingüista que segue a teoria da GGT afirma que sua descrição de uma língua particular é correta e adequada afirma também que sua formulação da gramática de tal língua representa exatamente (isomorficamente) o conhecimento que um falante nativo desta língua internalizou, tanto no que respeita à substância quanto no que respeita à forma desta gramática. Ao dizer um lingüista que colapsar duas regras numa só significa obter uma generalização lingüisticamente significativa para determinada língua, diz também que o falante possui efetivamente o conhecimento desta regra, e que ele próprio aprendeu esta generalização, tal qual formulada pelo lingüista. Quando diz que tal ou tal regra existe na língua que descreve, diz que o falante desta língua conhece e utiliza esta regra.

É assumindo esta interpretação de "psicologicamente real" que o trabalho se desenvolverá. A partir disto, eventualmente, se colocarão dúvidas sobre a adequação de determinadas descrições postuladas. Não assumindo esta opção, não haveria razões sérias para colocar em questão, por exemplo, o nível de abstração atingido por determinadas descrições fonológicas segundo a GGT. É justamente por aventar a hipótese de que não podem ser psicologicamente reais, no sentido acima definido, que serão postas em questão e substituídas por outras.

III. Considerando que, efetivamente, os objetivos da ciência lingüística, tais como definidos pelo estruturalismo, excluem do estudo da linguagem uma quantidade de problemas que não podem ser desprezados, e que a empobrecem, e decidindo, então, tratar de alguns desses

problemas segundo o ponto de vista da GGT, nem por isso me devo furtar de esclarecer um pouco esta opção. Poderia simplesmente optar pela GGT pelo simples fato de que esta é a corrente hoje em voga, e esta é, no fim das contas, a razão principal de uma decisão deste tipo. Mas, é preciso esclarecer um pouco porque é esta a corrente que está em voga. E também porque o fato de estar uma corrente em voga implica praticamente na necessidade de adotá-la, sob pena de se produzir um discurso não científico. Esta é a finalidade deste texto. Não pretendo esgotar o assunto. Na realidade, esta não passa de uma afirmação retórica, porque, mesmo que o pretendesse, minha pequena familiaridade com o tema e o interior de um país subdesenvolvido me privam das informações cruciais para o cumprimento da tarefa.

Resolvi assumir, para tratar da questão acima formulada, um certo tom maniqueísta, pelo menos em certos momentos. Devo prevenir que ele é proposital e tem a finalidade de acentuar um aspecto da questão geralmente desprezado quando do estudo da passagem de um a outro paradigma científico. Normalmente, assinalam-se as novas orientações metodológicas que surgem como se surgissem do nada ou de cabeças geniais, ou como se se tratasse seguramente de um passo adiante no progresso da ciência, causado pelo trabalho anterior, descurando-se por completo as razões que se poderia chamar de exteriores à ciência que determinam tais 'avanços' (e, às vezes, alguns 'recuos') e mudanças de rumo. Embora não conseguindo assinalar todas estas razões, no que concerne à mudança de paradigma em foco, a tônica do texto pretende ser a afirmação de que elas são as mais determinantes, ao mesmo tempo que se tentará nomear algumas. Tenho consciência de que as linhas abaixo podem ser consideradas, sem muito esforço, e também sem muito erro, um pouco ingênuas. Nem

por isso deixarei de me expor nelas.

Ao mesmo tempo que reconheço que as informações insuficientes colaboram para determinar este tom, repito que tanto a opção um tanto maniqueísta como a possível ingenuidade (para os mais bem informados ou para os que professam doutrinas diversas) foram escolhidos deliberadamente, para acentuar um aspecto considerado menor. Tenho certeza, no entanto, de que o texto não é absolutamente injusto. Falta-lhe, principalmente, a aura da cientificidade, e, principalmente, da autoridade.

Pode-se afirmar, sem medo de muitas reprovações, que a lingüística taxinômica está superada, hoje, como atividade científica, independentemente dos resultados que ainda pode fornecer, pelo simples fato de ser taxinômica. Isto porque "faz já muito tempo que diversas ciências deixaram de ser uma coleção organizada de fatos" (Quesada, 1974:15). Além disso, o abandono do estruturalismo é determinado também porque os fatos descritos pela lingüística taxinômica não são mais os fatos fundamentais que interessam à lingüística. A lingüística estrutural anterior a Chomsky, em que pesem seus numerosos méritos e conquistas, em que pese, mesmo, a afirmação geralmente aceita de que foi ela que conferiu à ciência da linguagem os primeiros caracteres de cientificidade (i. é, um estatuto científico próprio a esta disciplina), definiu um campo de estudos que aparece aos olhos dos lingüistas de hoje como demasiadamente estreito (embora dificilmente se possa pôr em dúvida que esta delimitação tenha sido extremamente frutuosa) e realizou sobre ele essencialmente uma atividade que mereceu dos chomskyanos o rótulo de taxinomia.

Como tal, esta lingüística atinge somente o pri

meiro nível de adequação, dos que se exigem de uma teoria adequada da linguagem, segundo o ponto de vista atual. Trata-se do nível de adequação observacional, atingido quando uma gramática apresenta corretamente os dados observados. Não possui instrumentos teóricos suficientemente poderosos para atingir o nível de adequação descritiva, atingido se a gramática explica a intuição do falante e fornece generalizações significativas que expressem "as regularidades subjacentes da língua", nem para atingir o nível de adequação explicativa, só atingido quando uma teoria fornece critérios para escolha entre gramáticas adequadas no nível anterior ³ (ver Chomsky, 1962:62-4).

Nos termos de E. Bach (Bach, 1965), a lingüística taxinômica atua ainda segundo uma concepção baconiana de ciência, mantendo-se, assim, "atrasada", em relação a outras ciências, as mais desenvolvidas, cujas teorias são formuladas segundo uma concepção kepleriana de ciência. (O termo "atrasada" não é, evidentemente, muito adequado, nem muito rigoroso. Deve ser entendido da maneira seguinte: do ponto de vista das ciências que atuam segundo padrões dedutivos, a lingüística estrutural, assim como outras ciências humanas, não possui um método aceitável, dadas as exigências atuais, no sentido, por exemplo, de que se aceita que a física deve seguir um método matemático. É apenas neste sentido que a palavra "atrasada" é utilizada aqui. Embora o termo possa remeter a preconceitos, justifica-se, de certa forma, porque é em função desse "atraso" que se discute se as chamadas Ciências Humanas são efetivamente ciências, se possuem, para utilizar uma palavra mais comum entre os epistemólogos, seu próprio estatuto científico. O que se diz do termo "atrasada" aqui vale para a expressão "desatualização metodológica", logo abaixo.) É em função desta "desatualização metodológica" que se pode dizer que a lingüística estrutural, é indepen-

dentemente de seus resultados, está antecipadamente condenada. Mesmo que a ciência da linguagem não contasse, ainda, com qualquer teoria de caráter kepleriano, a atuação do estruturalismo poderia ser discutida a nível metodológico e seus resultados postos em questão. Um filósofo das ciências teria bons argumentos para duvidar de que as gramáticas estruturais pudessem resistir a uma análise rigorosa. Por isso, já que a lingüística dispõe da GGT, que subverte a concepção estruturalista do objeto da lingüística, e, essencialmente, dá um salto metodológico, rompendo com a atitude indutivista anterior, os lingüistas se sentem praticamente obrigados a mudar de posição, embora não deversem fazê-lo às cegas, mesmo porque não é desprezível a contribuição anterior, por um lado, e, por outro, porque outras teorias, paralelamente à GGT, se apresentam revestidas de mecanismos com capacidade explicativa. Na medida em que a GGT é uma teoria em construção, justifica-se a necessidade de, ao adotá-la, fazê-lo de modo crítico, sem perder de vista as incoerências que ainda contém e sem deixar de procurar esclarecer sua gênese.

A história dos paradigmas científicos tem suas peculiaridades. Por exemplo, é de certa forma estranho que, como assinala Li Carrillo, a ciência da linguagem tenha conservado, no limiar dos tempos modernos e através de toda esta fase histórica, "a forma de saber aristotélico-medieval, sem ser afetada pela revolução científica da Idade Moderna nem sofrer o impacto das grandes teorias físicas e cosmológicas que a inauguraram" (Li Carrillo, 1976:55).

A Escola de Port-Royal poderia ter representado a revolução científica da Idade Moderna refletida na ciência da linguagem, não houvesse falido por injunções de ordem política. Na verdade, seu fechamento se deve à derrota da Reforma em França. Foi por pressão dos jesuítas que

Luis XIV acabou com as atividades de Port-Royal, e sabe-se muito bem a que estrutura de conhecimento e de poder estavam ligados os jesuítas. (Para a questão da oposição ao cartesianismo em geral, na França, veja-se, por exemplo, Abbagnano (1955), Bréhier (1942) e Klimke (1947); especificamente em relação ao fechamento da Escola de Port-Royal, pode-se consultar Abbagnano & Visalberghi (1957), Eby (1952) e a Enciclopédia Filosófica do Centro de studi filosofici di Gallarate) ⁴.

Apesar do desenvolvimento relativo de diversas teorias com traços diferentes dos da gramática tradicional, nenhuma conseguiu impor-se como paradigma alternativo. A substituição do paradigma aristotélico-medieval só veio a ocorrer com o surgimento do estruturalismo.

A questão que me interessa enfocar aqui, embora rapidamente, é superação do estruturalismo taxinômico pela gramática gerativa.

Nem todos concordam com a afirmação de que a revolução verdadeiramente científica, em lingüística, tenha sido levada a efeito por Chomsky. Esta afirmação está implícita na divisão que E. Bach estabelece entre ciências baconianas e keplerianas. Ducrot, por exemplo, só para citar um autor, atribui tal revolução a Saussure:

"Inaugurando, assim, em lingüística, a inversão copernicana, que, segundo Kant, abre a uma disciplina o caminho real da ciência..." (Ducrot, 1972:8).

Ducrot refere-se à atitude inaugurada por Saussure, na ciência da linguagem, de abstrair dos dados (Saussure chama-lhes matéria da lingüística) um objeto construído teoricamente e constituir-lo como objeto da ciência lingüística. Esta atitude está expressa na célebre afirmação

do Curso, segundo a qual

"longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto" (Saussure, 1916:15)

Em virtude, porém, do estado em que estavam os estudos da linguagem, na época de Saussure, isto é, em vista da vigência, ainda, de um paradigma aristotélico-medieval (o que não acontecia na física desde Galileu, para dar uma idéia e para deixar ainda mais claro o que quis dizer acima, quando utilizei as expressões "atrasada" e "desatualização metodológica"), a atitude de Saussure, embora contenha características da ciência contemporânea, principalmente pelo fato de fugir ao dado como ponto de partida e criar um objeto abstrato e sistemático para ser objeto de ciência, não conseguiu gerar descrições lingüísticas marcadas pelas características da ciência dedutiva. Fixou-se, assim, o estruturalismo, essencialmente, num trabalho classificatório, necessário, aliás, como etapa fundadora da possibilidade de uma ciência de estilo hipotético-dedutivo. Esta atividade não foi, porém, apenas o resultado da impossibilidade histórica de efetivar uma ciência lingüística dedutiva. Foi, também, uma opção consciente dos lingüistas estruturalistas, que realizaram, durante a primeira metade deste século, numerosas descrições de línguas até então não estudadas. Para confirmar que este trabalho representou também uma opção consciente dos lingüistas, permito-me elencar algumas afirmações coletadas por Botha:

"... vamos considerar alguns exemplos arbitrariamente escolhidos que ilustram a importância que os lingüistas atribuíram à classificação como principal preocupação do lingüista.

Lingüistas pioneiros como Whitney (1870: 54), explicitamente, e De Saussure (1964:44), implicitamente, estabeleceram que a classificação das unidades lingüísticas é uma tarefa funda -

mental do lingüista. Bloomfield estabeleceu isso também em Language (1955) - cf. cap. 6 ('Tipos de fonemas'), cap. 11 ('Tipos de sentenças'), cap. 14 ('Tipos morfológicos'), etc. Bloch e Trager (1942:8), de forma semelhante, afirmaram que a tarefa do lingüista é "analisar e classificar os fatos da fala...". Hockett (1948:269), embora reconhecendo claramente que o lingüista teria que explicar não somente os enunciados contidos no corpus, ainda concorda com Preston que a tarefa do estruturalismo é essencialmente "uma tarefa de classificação". Qualquer lingüista familiarizado com o livro monumental de Harris Methods in structural linguistics (1951) e com o Morphology... de 1949 de Nida saberá que o compromisso crucial com a classificação como objetivo fundamental da lingüística faz parte da opinião destes lingüistas" (Botha, 1968:51-2).

Não resta dúvida sobre o fato de que a tarefa que os lingüistas norte-americanos tiveram pela frente, a de descrever numerosas línguas indígenas (antes que desaparecessem...) determinou em grande parte sua orientação. Tanto que o estruturalismo europeu, sem essas preocupações prementes, conseguiu formulações teóricas bem mais ricas, embora não as tenha, efetivamente, praticado na mesma proporção. Isso não significa dizer que o estruturalismo americano não teve teoria. Apenas não a teve no sentido em que a palavra é entendida hoje e não ocupou o lugar que ocupa. Nem por isso seu trabalho carece de mérito. Quero acentuar, apenas, que as diferentes situações com que se defrontaram os americanos e os europeus foi um dos fatores determinantes da maior produção descritiva daqueles e do maior esforço teórico destes.

Diante disso, não deve ser esquecido que a atividade dos lingüistas pré-chomskyanos não foi absolutamente uniforme. O estruturalismo não foi um bloco monolítico, mesmo quando se trata apenas do estruturalismo aplicado à linguagem como teoria gramatical. Aliás, em nenhuma época esta unidade total de pensamento, sugerida freqüentemente

pelos manuais e pelos livros de história da ciência, existiu. O que houve, no caso do estruturalismo, foi uma atividade e uma orientação predominantemente taxinômicas. Mas, houve, também, a percepção de outros problemas, e dizer que a atividade predominante foi a classificação significa dizer que houve outras. Houve hipóteses e pesquisas na direção do que Chomsky chama de gramática descriptivamente adequada.

A tentativa de Trubetzkoy (1939) de estabelecer sistemas fonológicos básicos (algumas de suas "séries fundamentais" de consoantes, por exemplo), que revelassem algo das estruturas de todas as línguas do mundo; a pesquisa de Jakobson (1972) a respeito de traços fonológicos universais, bem como suas hipóteses sobre aquisição de linguagem e afasia; a tentativa de Bloomfield (1933), por de mais explícita para ser esquecida, de tentar uma explicação psicológica para o fenômeno da linguagem, muito embora seguindo uma teoria psicológica extremamente duvidosa; a concepção dos fonemas como realidade psicológica, por parte de Sapir (Sapir, 1933), e que o aproxima tanto de Chomsky, em certos aspectos, como ele mesmo reconhece (Chomsky, 1962:88), são tentativas que, entre outras, deram passos além da mera classificação dos dados linguísticos. Dizer que antes de Chomsky não houve uma teoria linguística geral, isto é, hipóteses de gramática universal, é equivocar-se redondamente a respeito dos textos de linguística geral anteriores a ele. O estruturalismo produziu muitos destes textos.

Além disso, pelo menos nas intenções, o estruturalismo não foi monoliticamente indutivista. Basta ver as afirmações de Saussure e Hjelmslev para atestar esta posição:

"Defini-lo assim (o valor, seria isolá-lo do

sistema de que faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade para obter, por análise, os elementos que encerra" (Saussure, 1916:132).

"... parece legítimo propor a priori a hipótese de que a todo processo corresponde um sistema que permite analisá-lo e descrevê-lo através de um número restrito de premissas. (...) A priori, a linguagem parece ser um domínio no qual a verificação dessa tese poderia dar resultados positivos" (Hjelmslev, 1943:8).

"... trata-se apenas de determinar nossa posição frente à lingüística anterior. Esta se caracteriza tipicamente pela elaboração de uma hierarquia de conceitos que vai dos sons articulados ao fonema (classe de sons)... Tem-se o hábito, na lingüística, de neste caso falar em indução. (...) É um movimento que sintetiza ao invés de analisar, que generaliza ao invés de especificar. A experiência põe em evidência os inconvenientes de tal método. Este conduz inevitavelmente à extração de conceitos hipostasiados como sendo reais. (...) A indução, neste campo (lingüística), não leva das flutuações à constância, mas apenas das flutuações ao acidental.

Se se pretende partir dos dados supostos da experiência, é exatamente o procedimento inverso que se impõe. (...) É possível definir rapidamente este procedimento como sendo a passagem da classe ao componente, e não como o procedimento contrário. É um movimento que analisa e especifica e não um movimento que sintetiza e generaliza, o contrário do procedimento indutivo tal como o conhece a lingüística tradicional. A lingüística contemporânea designou (...) esse procedimento (...) com o termo dedução" (Hjelmslev, 1943:13+14).

No entanto, o que caracteriza realmente a lingüística estrutural como etapa superada da ciência é sua prática fundamentalmente indutivista. Com isto, o tipo de generalização obtida, quando ela se dá, é a chamada "generalização simples" ou empírica, nos termos de Kaplan

(Kaplan,1964:105, apud Botha,1971:87), que assim a define:

"Produto de uma simples indução de alguns para todos os elementos de um tipo apropriadamente especificado. Um número de exemplos é conhecido e generalizamos a partir deles para todos os exemplos que estamos preparados a chamar 'do mesmo tipo'" (apud Botha,1971:87).

Bloomfield afirma literalmente que

"as únicas generalizações úteis sobre a língua são generalizações indutivas" (Bloomfield,1933:22).

Com esta afirmação, resume duas características básicas do estruturalismo: a indução como método e a necessidade de fugir de qualquer introspecção, ou seja, de basear-se no dado, de ater-se exclusivamente aos elementos "lingüísticos". As duas coisas estão profundamente imbricadas.

Sabe-se que a indução jamais leva a uma certeza absoluta. Do fato de que todos os cisnes conhecidos são brancos não se pode concluir que todos os cisnes são brancos, mas, apenas, que não é verdade que todos os cisnes não são brancos, segundo a já familiar formulação de Popper. O descritivismo que busca generalizações indutivas acaba por ser "um procedimento tautológico, porque as leis e regras estabelecidas são sempre verdadeiras para a especificidade dos fatos descritos, de forma que o que as demonstra encontrará sempre os fatos que as evidencie, pois foi deles que ele partiu". Assim, "o ponto de partida é o ponto de chegada", e a ciência, "caracol do conhecimento", cuja função é "descobrir o descoberto" (Vogt,1973:6-7). A afirmação de Bunge de que

"nenhuma teoria científica é apenas sumário de observações, se não por outro motivo, pelo menos devido ao fato de que cada generalização implica uma aposta sobre fatos afins não observados" (Bunge, 1974:137),

deixa bem claros os limites metodológicos de uma opção indutivista.

É por causa da aceitação de uma filosofia da ciência segundo a qual a ciência não deve assumir tal tipo de atitude, é por causa da insuficiência do positivismo, que o estruturalismo está superado. As generalizações buscadas, segundo a ciência contemporânea, devem ser do tipo teórico, que

"não são o produto de uma abstração simples, indutiva, a partir dos dados. Como indica o atributo "teórico", tal generalização é formulada em termos de conceitos teóricos, que não podem ser vistos como uma mera abstração dos dados" (Kaplan, 1964:108, apud Botha, 1971:87-8).

Botha resume bem os argumentos em favor do postulado de que a GGT assume efetivamente uma forma teórica, hipotético-dedutiva, de atuar, por trabalhar com generalizações que

- "(a) são "afirmações gerais" (cf. Chomsky e Halle, 1968:330) que expressam "regularidades" (p.296);
- (b) são "compatíveis" ou "consistentes" com os dados observados (p.330.331);
- (c) vão além dos dados em seu escopo, na medida em que trabalham com "dados potenciais" (p.330);
- (d) vão além dos dados em profundidade, na medida em que expressam os "fatos que subjazem aos dados" (p.330);
- (e) são expressas em termos de dispositivos

formais, i.é, em termos de conceitos teóricos e convenções notacionais (p.330)" (Botha,1971:88).

As afirmações acima, estabelecidas com base em formulações teóricas extraídas de Chomsky e Halle (1968) deixam claro que, na GGT, as generalizações não são de tipo indutivo, baconianas. São formuladas em termos teóricos, e, embora consistentes com os dados, vão além deles, expressando os fatos que lhes subjazem (ver também Ruwet,1967,cap.I). Evidentemente, esta é uma afirmação que deve ser testada, para se poder confirmar ou desconfirmar as generalizações contidas numa gramática. O que importa é que, com tais generalizações, a GGT se inscreve entre as teorias keplerianas de ciência. Qualquer teoria alternativa deverá partilhar da mesma opção metodológica.

Chomsky estabelece sumariamente a diferença fundamental entre as duas teorias da seguinte maneira:

"Suponhamos que uma teoria da linguagem consista em uma definição da noção de gramática, bem como de várias espécies de unidades... (...). Consideremos agora duas teorias (...) que se diferenciam da seguinte maneira: na primeira, as unidades das várias espécies são definidas independentemente da noção de gramática; a gramática é, então, simplesmente a coleção das várias espécies de unidades... (...) Na segunda, a situação se inverte. A noção de gramática é definida independentemente (grifo meu) das várias espécies de unidades; a gramática é um sistema de tal ou qual natureza. As unidades de várias espécies são definidas em função do conceito, logicamente antecedente, de gramática. Elas são o que quer que surja na gramática em tal ou qual nível de funcionamento" (Chomsky, 1965: b. 33).

Marcada desta forma a diferença fundamental,

não implica ela na afirmação de que a GGT não possui nenhum laço com o estruturalismo, que a antecedeu. Não faltam, mesmo, os que acusam Chomsky de ser demasiado estruturalista, ainda (Parisi ⁵ e Stampe ⁶, por exemplo). Mas, não se pode negar, por outro lado, a existência de uma ruptura fundamental. Sem dúvida, a principal diferença é o deslocamento do objeto da lingüística. O do estruturalismo era a língua, objeto teórico, sem dúvida, mas de cunho marcadamente sociológico. A GGT se preocupa com coisa bem diferente:

"A Gramática gerativa transformacional tem como objeto de estudo uma entidade mental: a COMPETÊNCIA LINGÜÍSTICA de um falante-ouvinte ideal que conhece perfeitamente sua língua. ... O objeto de estudo da teoria lingüística geral é também uma entidade mental: a FACULTE DE LANGUAGE de um falante-ouvinte ideal" (Botha, 1971:40).

Além disso, a língua não é mais concebida como meio de comunicação, mas como espelho do pensamento (ver Chomsky, 1976, cap. I). E, fundamentalmente, a gramática não é mais um conjunto de regras descobertas a partir de um corpus, mas o conjunto interiorizado de regras necessárias para gerar todas e só as sentenças gramaticais de uma língua, que são em número infinito.

Percebe-se bem, pois, que se tenta uma explicação do fenômeno da linguagem e não mais, apenas, a classificação dos elementos de uma língua.

Desta caracterização sumária do problema metodológico do estruturalismo e da opção diferente da GGT, fica delineado, em parte, porque esta é a opção teórica que substitui o estruturalismo taxinômico, atualmente. Aceitar esta opção não implica, evidentemente, na aceitação global dos trabalhos de Chomsky e de sua escola. Implica, simplesmente, na aceitação do estilo metodológico de fazer ciência -

cia lingüística que Chomsky inaugurou. Qualquer teoria alternativa à GGT, se provada sua inadequação, deverá se caracterizar, pelo menos, pelas pretensões metodológicas desta teoria.

É essencialmente esta mudança de estilo de fazer ciência, acompanhada da redefinição do universo a ser estudado, que caracteriza um novo paradigma.

Atendo-se a uma terminologia já generalizada, pode-se afirmar, com Li Carrillo, embora haja discordâncias, que a GGT é um paradigma diverso do da Gramática Estrutural. Tentar-se-á, agora, explicitar um pouco este conceito, bem como as consequências que sua aceitação implica para uma concepção de desenvolvimento da ciência.

É em Khun, o criador do conceito, que busco a definição de paradigma:

"Considero "paradigma" as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência" (Khun, 1962:13).

Os termos utilizados na definição dão bem a idéia da provisoriedade da vigência dos paradigmas, e, corolário desta idéia, a definição deixa claro que a história da ciência descobriu que as verdades científicas são simplesmente as verdades aceitas numa época como tais. Substituindo um paradigma por outro, as formulações "científicas" do paradigma substituído passam a ser consideradas ideológicas, por oposição às afirmações "científicas" do paradigma vigente. É ainda Khun que explicita de forma contundente, contundente demais, talvez, para os que crêem numa ciência pura e neutra, numa verdade que se deve buscar, realidade metafísica que é alvo da dedicação silenciosa de todos os

estudiosos, que a buscam honesta e objetivamente, que a substituição de paradigma não é sinônimo de progresso da ciência. Comentando a orientação recente dos historiadores da ciência, segundo a qual não é sua função responder a perguntas do tipo "quem descobriu o oxigênio?", já que não se trata mais de determinar "quando e por quem cada fato, teoria ou lei científica foi descoberta e inventada", nem de "descrever e explicar os amontoados de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico" (Khun, 1962:20), fixa, como norma do trabalho historiográfico, o princípio de que a ciência não se desenvolve pela acumulação de descobertas e invenções. E acrescenta:

"Simultaneamente, estes historiadores confrontam-se com dificuldades crescentes para distinguir o componente "científico" das observações e crenças passadas daquilo que seus predecessores rotularam prontamente de "erro" e "superstição". Quanto mais cuidadosamente estudam, digamos, a dinâmica aristotélica, a química flogística, e a termologia calórica, tanto mais certos tornam-se de que, como um todo, as concepções de natureza outrora correntes na eram nem menos científicas, nem menos o produto da idiossincrasia do que as atualmente em voga. Se essas crenças obsoletas devem chamadas de mitos, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e mantidos pelas mesmas razões que hoje conduzem ao conhecimento científico. Se, por outro lado, elas devem ser chamadas de ciências, então a ciência inclui conjuntos de crenças totalmente incompatíveis com as que hoje mantemos. Dadas estas alternativas, o historiador deve escolher a última. Teorias obsoletas não são científicas em princípio, simplesmente porque foram descartadas" (Khun, 1962:21. Ênfases minhas).

Esta nova historiografia revelou, portanto, que a vigência de um paradigma, longe de representar simplesmente uma nova etapa de estudo, representa, antes de mais nada, o deslocamento do objeto de estudo, segundo uma nova maneira de ver o mundo. Esta é consequência de um conjunto de

fatores que alteram de tal forma o universo e o próprio homem que é mister escolher outra forma de explicação. Uma nova superestrutura, evidentemente, carregada de ideologia, aparece, como consequência da nova estrutura. Assim, a superação de um paradigma se deve não à descoberta de sua fragilidade intrínseca, mas ao fato de que ele esteja um mundo que desapareceu. Dito de outra forma, não é por razões apenas lógicas, metodológicas ou filosóficas que um paradigma é superado, ou, se o é por estas razões, é porque mudaram as lógicas, as metodologias e a filosofia da ciência, segundo necessidades ideológicas novas. Como observa Bunge, sintética e apropriadamente,

"... a verdade não é desvelamento do que estava oculto, como os pré-socráticos e Heidegger pretenderam: a verdade é feita e não encontrada" (Bunge, 1974:130).

A vontade de saber (ver abaixo) de cada época é tal que determina o que faz e o que não faz parte do universo.

"Os compromissos que governam a ciência normal especificam não apenas as entidades que o universo contém, mas, implicitamente, aquelas que não contém" (Kuhn, 1962:26). "Quando mudam os paradigmas, muda com eles o próprio universo" (Kuhn, 1962:145). "As mudanças de paradigma realmente levam os cientistas a ver o mundo definido por seus compromissos de pesquisa de uma maneira diferente" (Kuhn, 1962:146).

Isso esclarece definitivamente porque não se pode imaginar a atividade científica partindo do dado puro, porque o dado nunca é visto por um sujeito despiído de ideologia e sem compromissos. Na realidade, o objeto da ciência é sempre constituído, selecionado pelas forças que determinam a vigência de um paradigma.

A ciência não é, assim, acumulação de conhecimento,

nem necessariamente progresso de conhecimento ("progresso" é uma palavra com uma carga ideológica tremenda...), mas, substituição de um tipo de conhecimento por outro, frequentemente incompatíveis entre si. Um paradigma não é a causa de outro, mas, simplesmente, condição de possibilidade de outro.

É possível avançar um pouco mais na tentativa de determinar as razões da passagem de um paradigma a outro. Para isso, sirvo-me de dois conceitos de M. Foucault, rapidamente explicitados em Foucault (1970). Trata-se dos conceitos de vontade de saber e de disciplina.

A vontade de saber se funda, no ocidente, com a instituição da divisão entre verdadeiro e falso, divisão que é, segundo Foucault, embora aparentemente não arbitrária (já que não o é ao nível de uma proposição), institucional e modificável, contendo, neste sentido, um componente de violência e de arbitrariedade. Prova disto é que esta divisão não cessa de se deslocar:

"As grandes revoluções científicas podem ser vistas, às vezes, como consequência de uma descoberta, mas elas podem ser vistas, também, como a aparição de novas formas de vontade. Há, sem dúvida, uma vontade de verdade no século XIX que não coincide, nem pelas formas que põe em jogo, nem pelo domínio de objetos aos quais ela se destina, nem pelas técnicas sobre as quais se apoia, com a vontade de saber que caracterizava a cultura clássica" (Foucault, 1970:18).

Esta vontade, anônima, embora identificável, mas da qual não se pode fugir, impõe ao sujeito cognoscente uma certa posição, variável segundo as épocas. São estas posições diversas que fundam ou deslocam uma disciplina (ciência), que

é um domínio de objetos, um conjunto de métodos,

um corpo de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de instrumentos. ... não é a soma do que se pode dizer de verdadeiro a propósito de qual - quer coisa; não é nem o conjunto de tudo o que pode ser, a respeito de um mesmo dado, aceito, em virtude de um princípio de coerência e sistematicidade. ... para que uma proposição pertença (a uma disciplina) ... deve dirigir-se a um plano de verdade determinado... deve inscrever-se em certo tipo de horizonte teórico ... em suma, uma proposição deve preencher pesadas e complexas exigências para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina: antes de poder ser dita verdadeira ou falsa, deve estar, como diria Canguilhem, "no verdadeiro" (Foucault, 1970: 32-3).

As afirmações de Foucault devem ser entendidas como significando que não existe uma lógica que seja a verdadeira e que deve ser buscada, um objeto que seja definitivamente o real, e que deva ser explicado, uma verdade que seja a única verdade, o objeto de busca dos cientistas. Este é um sonho medieval, teológico. Deve-se entender, de uma vez por todas, que tudo isso varia com as circunstâncias, e com os interesses que fundam as exigências de uma época, cada uma sendo dominada por uma rede diversa, mas sempre complexa, de interesses que são impostos a todos. Sabe-se muito bem que a ciência é caudatária de outras atividades sociais, que a ciência serve ao status quo, que, em qualquer sociedade, só se permite a ciência "adequada" a esta sociedade.

Em seu "Linguística e política", Cardona (1976) fornece alguns exemplos da influência do pensamento global de uma época sobre as escolhas consideradas científicas. Após afirmar que "a linguística, qualquer que seja o momento a partir do qual queiramos começar a datá-la, jamais foi neutra, nem podia sê-lo" (p. 257), fornece, entre outros, o seguinte exemplo de escolha 'arbitrária' de critério de cientificidade em linguística: o método comparativo, que se fi-

xava como tarefa estabelecer correspondências entre línguas aparentadas e tentar estabelecer suas formas precedentes na fase comum, acaba, na realidade, por considerar objeto desta pesquisa somente as línguas escritas e de tradição na civilização. No interior desta delimitação, qualquer descoberta é importante; fora dela, nula salus (p. 262). Na realidade, a pesquisa lingüística só adquiria foros de cientificidade se aplicada às línguas indoeuropéias. A lingüística semítica, nascida muitos séculos antes, com os gramáticos hebreus da Espanha, e apesar de comparativa, no sentido moderno do termo, não foi considerada (p. 263). E mais:

"Como se disse, qualquer argumento de estudo, mesmo se histórico, que não fosse reconduzível, de qualquer forma, ao indoeuropeísmo, era posto de lado. Assim, as origens da linguagem foram oficialmente excluídas do conjunto de temas aceitáveis nos estatutos da Société de Linguistique de Paris, em 1866, certamente não por outro motivo que não o da impossibilidade de chegar ao protoindoeuropeu à primeira língua" (Cardona, 1976:263).

Não bastassem estas observações para assinalar a absoluta ausência de neutralidade da atividade científica, poder-se-iam acrescentar outros fatos. A falência do pensamento da Escola de Port-Royal é um exemplo notável a confirmar que não são as razões internas à ciência que determinam, sempre, o abandono de um caminho. Os processos de Giordano Bruno e Galileu, antigamente, e o desemprego compulsório de tantos cientistas "rebeldes", hoje, principalmente em certas sociedades, são razões avassaladoras, para quem quer ver, para se poder dizer que a vigência de um determinado tipo de pensamento científico pode ser impedida por razões outras que as da filosofia das ciências, entendido este termo em seu sentido técnico. Dito de forma trivial, mas nem por isso menos verdadeira, é científico o pensamento que interessa consagrar como tal, embora não se deva entender a questão de forma simplista, como a afirmação acima

pode sugerir, porque a rede de interesses de uma época não é, claro, visível a olho nú. E as construições que agem agem de tal forma que conseguem iludir os mais incautos, fazendo aparecer como necessário e natural o que é arbitrário e imposto.

É uma dessas tramas complexas que supera o estruturalismo, assim como foi certamente através de uma trama tão complexa quanto esta que ele se firmou. A vontade de saber é uma máquina destinada a produzir um conjunto de proposições e a excluir outras.

Tratar desta forma o problema do chamado progresso da ciência não significa afirmar, absolutamente, a invalidade das conquistas das etapas anteriores. Assinalar como características fundamentais a ruptura, o salto, o deslocamento, não implica admitir uma descontinuidade absoluta, nem, é claro, afirmar que cada etapa recomeça do zero. O que se quer dizer é que não existe uma linearidade, nem a teleologia contida na linearidade. As aquisições anteriores são ora incorporadas, ora revistas, ora reexplicadas, de forma que o conhecido continua conhecido, mas, de outra maneira, o válido continua válido, mas não é mais todo o válido, nem o é mais, sempre, pelas mesmas razões. O que precisa ser evitado é que se veja o "progresso" como mais uma etapa natural de um caminho traçado por uma visão teleológica da história, isto é, a própria visão teleológica da história é que é urgente evitar. Ela simplifica e descaracteriza as lutas reais que compõem a história da humanidade.

Assinaladas algumas características dos paradigmas e da transição de um a outro, tentarei colocar algumas razões que determinaram a superação do estruturalismo taxinômico pela gramática gerativa.

Embora não seja fácil determinar exatamente, ain-

da, todas as características da passagem, é possível detectar um início de explicação. Segundo Li Carrillo (1976), a superação do estruturalismo não se deve a sua ineficácia ou a sua inadequação, mas sim aos próprios progressos alcançados sob seu patrocínio (p. 62). Se, por um lado, a lingüística estrutural significou a autonomia epistemológica da ciência da linguagem, significou, por outro, a abertura da lingüística a outras disciplinas e o nascimento de uma prática interdisciplinar efetiva, principalmente com as disciplinas cujos objetos podem fornecer informações importantes sobre a natureza da linguagem, como o são, por exemplo, a sociologia e a psicologia. A partir deste intercâmbio, surgiram muitas tendências que colaboraram para institucionalizar um questionamento sempre mais radical do paradigma estrutural.

Se aí está uma tentativa de levantar as causas da decadência do estruturalismo, não se esclarece, com isso, porque o paradigma que o substituiu tem as características que tem. Pelo menos, não decorre dos problemas do estruturalismo que deveria seguir-se um paradigma com as características da GGT. É preciso buscar também fora dos problemas criados para o estruturalismo pelo seu próprio desenvolvimento as razões do surgimento da GGT. Estas razões se originam de uma nova vontade de saber, vontade que domina uma época e determina o tipo de objeto a ser estudado e a própria forma de abordá-lo. Isso se dá por uma conjunção de fatores que acabam condicionando o pensamento de uma época a agir de determinada maneira.

Bunge nos oferece um pano de fundo interessante para tentar compreender esta passagem. Situa em torno de 1950 uma subversão no modo tradicional de pesquisa nas ciências não físicas. Resume a questão na seguinte afirmação:

"Antes se observava, se classificava e se especulava: agora se acrescenta a construção de sistemas e se procura pô-los à prova experimental" (Bunge, 1974:11).

Em seguida, esclarece algumas razões que explicam esta subversão, que, como se verá, não são propriamente as tradicionais razões do progresso científico:

"Esta revolução científica, a mais grandiosa após o nascimento da teoria atômica contemporânea, foi possível pela aproximação física e a colaboração profissional de milhares de biólogos e engenheiros, psicólogos e matemáticos, sociólogos e físicos, em alguns dos serviços de guerra dos EUA e, em menor escala, na Grã-Bretanha, no último conflito mundial. Tão logo a guerra terminou, desabou uma avalanche de novas abordagens, novas teorias e novas disciplinas, oriundas desse contato: a teoria geral dos sistemas, a cibernética, a teoria dos jogos, a sociologia matemática e até a linguística matemática" (Bunge, 1974:12)

Das afirmações de Bunge se pode concluir claramente a que causa servia ⁷ e qual era a vontade de verdade que acabou por determinar a revolução científica a que se refere, e que inclui, no bojo, os germens da GGT. Sabe-se que não foi propriamente a descoberta do elixir da longa vida que se dedicaram todos estes cientistas agregados às forças armadas em luta.

Também Li Carrillo nos esclarece, arrolando elementos semelhantes, embora de outro ambiente, alguns fatores determinantes da constituição da GGT, iniciada por Chomsky, cuja obra é

"uma difícil síntese de um movimento de inovação e um retorno a velhas tradições. A sociologia da ciência elucidará amanhã as circunstâncias de sua aparição e poderá decifrar, talvez, esta espécie de enigma colocado por sua imediata aceitação pela comunidade científica, de ordinário mais reser-

vada e prudente, assim como sua rápida difusão e sua influência crescente e preponderante. Poderia explicar-se em parte, mas só em parte, pela situação intelectual da época, caracterizada pela presença e decisiva intervenção de três fatores, entre os muitos que é possível discernir: a orientação formalista - no sentido lógico e matemático que se atribui a este vocábulo - no pensamento contemporâneo; a incipiente matematização das ciências humanas, representada na lingüística pelo Círculo de Copenhague e pela Escola de Harris; e a prática interdisciplinar que o estruturalismo contribuiu para implantar e consolidar" (Li Carrillo, 1976:62-3).

Esses três fatores conseguiram aclimatar, na investigação lingüística, conceitos dos sistemas formais, da teoria da comunicação e da teoria dos autômatas finitos. Acrescenta-se a isso a influência direta da cibernética. Saumjam (1965) descreve o conceito de máquina cibernética e sua relação com a gramática gerativa. A cibernética não interessa a descrição da máquina como objeto mecânico, mas a descrição de máquinas ideais entendidas como um sistema abstrato transformador de informações. A necessidade de descoberta de modelos surge quando a estrutura do objeto a ser estudado não é suscetível de observação direta. Esses objetos não chamados de "caixa preta", em eletricidade. É necessário definir-lhes o conteúdo observando a entrada e a saída. Aplicando influências diferentes na entrada e observando os resultados dessas influências, pode-se determinar o conteúdo da caixa. (Saumjam, 1965:129-32).

"O conceito de máquina, em cibernética, como um modelo em estudo, pode ser aplicado à lingüística. Com base numa representação geral das máquinas abstratas em cibernética, é possível analisar a gramática de qualquer língua como uma máquina lógica que transforma o aspecto de um item da informação em outro. A aplicação do conceito de máquina cibernética acarretou a criação de um novo conceito em lingüística: a criação da gramática gerativa" (Saumjam, 1965:132).

O objeto da GGT é apresentado numa transposição

direta do modelo típico da cibernática:



AM (acquisition model) é a caixa preta, cujo conteúdo precisa ser descoberto para se compreender a competência do falante e a faculté de langage. É bem verdade que a GGT se apresenta como uma teoria da caixa translúcida, nos termos de Bunge (1974, a partir do cap. 5), na medida em que formula hipóteses sobre a natureza de AM, mas, a transposição do modelo não deixa de ser, da mesma forma, direta; sua origem está, pois, visível.

Alguns motivos se esclarecem, assim, de porque o paradigma que vem substituir o estruturalismo tem as características que tem a GGT. Resta, no entanto, explicar como se pôde dar, nos Estados Unidos, especialmente, que a disseminação de uma explicação psicológica mentalista pudesse ser aceita tão rápida e generalizadamente. Evidentemente, a sociedade norte-americana está estruturada muito mais segundo moldes behavioristas; o cidadão americano é preparado desta forma para a sociedade. As teorias educacionais que lá proliferam revelam isto nitidamente. A extrema burocratização da sociedade, sua tecnificação estão, inclusive, exigindo justificações deste tipo. Pareceria, assim, estranho que o ressurgimento impetuoso do pensamento liberal, de um novo humanismo se desse nessa sociedade. No entanto, se se observar com um pouco de atenção a necessidade, consequência da divisão do mundo em blocos provocada pela Segunda Guerra, de defender uma ideologia libertária, que culmina com a pregação dos direitos humanos como traço distintivo da política externa oficial do país, atualmente, mas que teve outras fases, como, por exemplo, toda a pregação justificadora das guerras "libertadoras" como as da Coreia e do Vietnam, ou, mais próximas de nós, as tentativas de li-

bertar Cuba, São Domingos e Chile, para não nomear outras atividades menos públicas, sempre sob o pretexto de manter a liberdade, contra regimes "totalitários" que não respeitam os direitos elementares do homem, percebe-se que não é nem magicamente, nem gratuitamente, que este novo humanismo se torna ideologia oficial de parcelas mais liberais da sociedade americana. É uma pregação humanista destinada a melhor proteger os interesses econômicos do imperialismo, e ela teve que ser fortalecida e intensificada. É neste contexto que surge o respaldo para os postulados de cunho humanista contidos na GGT. A difusão da GGT, e há interesses enormes em sua expansão, joga seu papel nesta guerra de dominação, por ingênua que esta afirmação possa parecer aos mais sábios.

É ingênuo separar a ideologia co-ocorrente (nos termos de Parret ⁸) da GGT de todo este contexto. O próprio Chomsky é um dos campeões desta luta, refletindo em seus escritos políticos e em sua atividade em comícios e concentrações os mesmos ideais que caracterizam sua doutrina científica em lingüística. Sua crença na necessidade de liberdade individual é tão forte que, realmente, suas propostas acabam por assumir traços anarquistas, consequência do extremo idealismo presente na concepção de homem em sua obra.

A unidade real do pensamento de Chomsky no que se refere à lingüística e à política pode ser comprovada, por exemplo, pela seguinte afirmação:

"Creio que as idéias políticas e as idéias sobre a organização da sociedade devem basear-se, em última instância, em algum conceito acerca da natureza humana e das necessidades humanas. Ora bem, minha impressão pessoal é que a característica humana fundamental é a capacidade e a necessidade de auto-expressão criadora, a necessidade de livre controle da própria vida e do pensamento em todos os seus aspectos. Uma projeção par-

ticulgarmente importante desta faculdade é a utilização criadora da linguagem enquanto livre instrumento do pensamento e da expressão" (Chomsky, 1974:32)

Este trecho caracteriza muito bem as crenças de Chomsky que se refletem em seus escritos de caráter científico. Inclusive, o fato de serem realmente crenças⁹.

Pode-se compreender, assim, porque Chomsky busca nos cartesianos sua justificação histórica. Não há diferença marcante entre o falante-ouvinte ideal chomskyano e o cogito cartesiano. Do falante-ouvinte ideal, que usa criadoramente a linguagem, ao cidadão livre de todas as amarras da burocracia (ou vice-versa), é um passo curto e nada forçado.

Segundo Ponzio (1974, passim), não há diferenças fundamentais entre o pensamento chomskyano e o contido nos principais documentos que expressam a ideologia dos fundadores da nação americana. Também não há diferenças marcantes entre a atual pregação oficial da nação líder do hemisfério, no que se refere ao homem e os ideais da Revolução Francesa, pregados pelos iluministas, ideais que os americanos puseram em prática, apesar de tudo, melhor do que ninguém. É justamente isso que lhes dá uma certa autoridade para ressuscitar o humanismo na pregação, apesar de sua prática em relação a outros povos. Não é nada estranha, assim, a aparição de conceitos cartesianos na concepção chomskyana de linguagem. Eles estão no ar, nesta época, na América. Sabe-se muito bem a que grupo social os princípios da Revolução Francesa serviram, assim como é fácil perceber a quem está ligada a pregação do novo humanismo por parte dos americanos.

Não é nada estranho, muito pelo contrário, que uma teoria científica reflita a ideologia oficial da sociedade em que é fundada e financiada.

Apesar da consciência de todas estas imbricações da GGT com este tipo de humanismo, esta dissertação se desenvolve no interior de seu horizonte teórico. A tentativa é não aceitá-la icocentemente.

A razão da aceitação desta concepção como ponto de partida é que a GGT propõe, realmente, ao estudioso da linguagem, problemas bem mais amplos que os que propunha o estruturalismo. Propor-se explicar a competência do falante parece-me uma importante postura e potencialmente frutífera. Parisi considera que propor-se tal objetivo é uma das condições para que uma teoria da linguagem seja adequada.

"um último critério de adequação de uma teoria da linguagem é sua capacidade de mostrar conexões entre esta capacidade cognitiva particular do homem e sua capacidade cognitiva geral. (...) Se os fenômenos da linguagem são um tipo dos fenômenos da mente, uma teoria da linguagem que ouse inserir-se numa teoria geral da mente deve ser preferível pelo simples fato de fazer uso de conceitos e mecanismos mais gerais. Em qualquer caso, mesmo sem aceitar a tese que vê na lingüística um capítulo da psicologia, é evidente que uma teoria da linguagem deve dizer-nos algo a respeito de como se desenvolve a linguagem na criança, a respeito dos mecanismos genéticos e ambientais que favorecem ou obstaculam tal desenvolvimento, sobre os processos patológicos que atingem a linguagem, sobre as relações entre linguagem e pensamento" (Parisi, 1972:13).

O estruturalismo separava demasiado a língua de seu usuário. Seguindo os caminhos abertos pela GGT, pode-se chegar a um desenvolvimento bem maior a respeito da natureza da linguagem e à tentativa mais promissora de solução de problemas mais amplos e mais numerosos que a afetam.

Como se verá, no interior, da GG, a opção será por

um caminho que não é o clássico, o padrão. É porque parece que esta nova vereda atinge mais promissoramente o problema central de explicar a competência do falante nativo que me decidi por ela.

NOTAS

1. Escreve Bunge:

"A ambigüidade, a imprecisão e a obscuridade dos termos têm de ser mínima, a fim de assegurar a interpretabilidade empírica e a aplicabilidade da teoria" (Bunge, 1974:132).

2. Botha refere-se a Katz, J.J. "Mentalism in Linguistics". Language, vol. 40. p. 124-37.

3. Pode-se colocar em questão a possibilidade de mais de uma gramática caracterizada pela adequação descritiva, no interior da mesma teoria gramatical. Se não existe mais de uma, ter-se-ia que redefinir o conceito de adequação descritiva e eliminar a exigência de um mecanismo destinado a escolher uma gramática descritivamente adequada como a melhor gramática da língua. Se uma teoria permitir só uma descrição, e esta for adequada descritivamente, a teoria terá atingido, por esse meio, sua adequação explicativa. A teoria poderá dispensar, assim, um mecanismo para eleger uma dentre várias gramáticas.

A necessidade de um dispositivo de escolha de uma gramática entre várias, a medida de avaliação, só se faz sentir se a teoria em cujos termos uma gramática é construída é insuficiente para permitir uma escolha entre descrições possíveis. Uma teoria com esta característica possui a propriedade que Rosenbaum e Blair (1966:9, apud Botha, 1971:180) chamam de frouxidão teórica (Theoretical slack). Botha assinala que a proposta de uma medida de avaliação, nos termos em que é feita por Chomsky e Halle, destina-se a suplementar outros dispositivos e cria para a teoria dificuldades metodológicas fundamentais. A suplementação tem uma natureza incidental, i. é, poderia desaparecer com o aperfeiçoamento da teoria. Man-

ter uma medida de avaliação em função da inadequação de outros dispositivos permite a estes dispositivos que continuem sendo mantidos apesar de não serem satisfatórios.

Melhor, evidentemente, é tentar aperfeiçoar os dispositivos de uma teoria que permitem mais de uma descrição dos mesmos dados. Deve-se restringir adequadamente seu poder, de forma que sejam efetivamente testáveis, sem necessitar de um mecanismo suplementar ad hoc. Veremos, adiante, que a GGN tenta um passo nesta direção.

4. Pode-se ler, em Eby:

"O zelo reformista dos jansenistas, seu espírito evangélico e especialmente sua obra educacional excitaram furiosa oposição dos jesuítas, que detestavam todas as coisas pelas quais eles pugnavam. A Sociedade induziu o Papa e o governo francês a condenar o jansenismo em 1661, a fechar as suas escolas e a dispensar os Solitários de Port-Royal. Tão vingativos e inexoráveis foram que, em sua vingança, procuraram destruir qualquer vestígio que apontasse a existência desses homens" (Eby, 1952: 192).

E, na Enciclopédia Filosófica:

"Poichè il monastero era un focolaio di giansenismo, l'autorità regia lo colpì ripetutamente finchè, nel 1709 Port-Royal-des-Champs fu raso al suolo" (p. 1521).

5. Acusando Chomsky de falta de coerência por não ter levado até as últimas conseqüências alguns postulados de sua teoria e de ter mantido a linguagem isolada dos demais fenômenos da comunicação, Parisi afirma que as duas limitações são interdependentes. Acrescenta que

"no fundo, está a idéia, nunca superada, típica do estruturalismo, ... de que a lingüística é uma

coisa à parte. (...) Na realidade, Chomsky, não obstante suas duras críticas ao estruturalismo, ficou, em muitos aspectos, ligado aos pressupostos e às opções mais ou menos conscientes daquela lingüística. Ele foi discípulo de Harris; além disso, em sua formação há o peso de um certo clima cultural ligado ao neo-positivismo lógico, a filósofos como Goodman e Quine, bem como aos teóricos da teoria da informação" (Parisi, 1973:7).

Se se acrescentar a isso a influência da cibernética na gramática gerativa, e que aquela é fundamentalmente funcional e behaviorista (Ashby, 1964, apud Saumjam, 1965:130), parece difícil desligar efetivamente Chomsky do estruturalismo que critica, já que os termos funcional e behaviorista podem servir muito bem para caracterizar o estruturalismo.

6. Segundo Stampe, a tentativa de Chomsky e Halle de nunca colocar uma redundância no léxico os aproxima perigosamente dos estruturalistas (Stampe, 1973:30).
7. Em Fodor e Katz (The structure of language, 1964), uma coletânea de 23 textos sobre vários aspectos da ciência da linguagem, aparecem 9 (nove) textos subsidiados por vários organismos das Forças Armadas americanas, numa evidente demonstração de que a colaboração estreita existente durante a Segunda Grande Guerra ainda não cessou. O próprio Chomsky, expoente das esquerdas americanas, tem seus trabalhos financiados pelos militares. Difícil crer que, por trás destes subsídios estejam as "pombas", apenas.
8. Para as noções de ideologia essencial e co-ocorrente, ver Parret (1976).
9. Termos como universais lingüísticos, regras naturais, etc, só poderão ser realmente compreendidos se se tiver presente este tipo de suporte ideológico.

CAPÍTULO I

A CONDIÇÃO DE NATURALIDADE

"Assim é se lhe parece".(Millôr)

Neste capítulo, exponho uma caracterização rápida da fonêmica taxinômica, da morfonêmica estratificacional e da fonologia gerativa standard no que concerne ao problema da abstração da representação dos morfemas, isto é, do léxico de uma língua. Tento mostrar, além disso, como a Fonologia Gerativa refuta as duas outras teorias: contra a fonêmica taxinômica, postulando e justificando a necessidade de maior abstração; contra a morfofonêmica estratificacional, postulando e justificando a Condição de Naturalidade.

I. Todas as teorias lingüísticas modernas concordam em pelo menos um ponto: que a representação fonética de um enunciado qualquer de uma língua qualquer não oferece apenas informações lingüisticamente significativas para a função das línguas de unir som e significado, isto é, há informações, neste nível, que são redundantes, por não serem contrastantes no interior do sistema fonológico da língua.¹ Em consequência, de uma forma ou de outra, em menor ou maior grau, acabam todas por postular um nível de representação mais abstrato que a representação fonética, com a finalidade de eliminar as redundâncias determinadas por algum contexto e representar no léxico só as propriedades sonoras não predizíveis. As soluções para chegar a este nível mais abstrato, lingüisticamente significativo, divergem, quer pela própria diversidade das teorias propostas, quer pelas possibilidades diversas que uma mesma teoria permite às vezes, pela generalidade de algumas formulações, que possibilitam interpretações não unívocas de alguns postulados².

No que concerne ao estabelecimento deste nível lingüísticamente significativo e ao seu status na gramática, mencionarei, a seguir, três soluções alternativas, por representarem três possibilidades bem características de solução do problema do grau de abstração possível neste nível, exigido para eliminar as redundâncias. São elas a teoria da fonêmica estrutural, representando, grosso modo, a lingüística moderna até o surgimento da Gramática Gerativa; a teoria estratificacional, variante alternativa da teoria fonêmica, formulada principalmente por Sidney Lamb, para defesa da teoria fonêmica contra a gramática gerativa; e a teoria gerativa transformacional, em sua formulação standard, que oferece uma solução logicamente intermediária entre as duas anteriores. Por enquanto, não farei menção à fonologia gerativa natural, modelo divergente do standard em alguns aspectos cruciais, mas surgido dentro dos postulados gerais da Gramática Gerativa Transformacional. Esta solução será objeto do segundo capítulo.

No que tange ao problema da abstração menor ou maior do nível abstrato necessário que venho mencionando, a teoria fonêmica representa a alternativa mais concreta, a estratificacional, a mais abstrata, ficando a gerativa a meio caminho, embora não seja somente esta posição relativa, neste problema, que a distingue das outras teorias. Embora por demais grosseira, esta caracterização geral é suficiente para o momento.

A teoria fonêmica, que chamo taxinômica, segundo Chomsky, através de uma análise distribucional, indutiva, de um corpus foneticamente representado, estabelece a representação fonêmica dos enunciados, concebida esta atividade como isolada, total ou parcialmente, da sintaxe. Na formulação típica desta teoria, a unidade mínima é o fonema, definido como "classe de seqüência de fones" (class of phone sequences) pela lingüística pós-bloomfieldiana,

como "feixe de traços distintivos" por Bloomfield e Jakobson e como "termo mínimo numa oposição fonológica" pelo Círculo de Praga (ver Chomsky, 1962:93).

No interior desta teoria, qualquer que tenha sido a definição de fonema, ele era concebido basicamente como uma unidade funcional de comunicação, ou uma abstração, não como realidade psicológica. Na história lingüística moderna pré-chomskyana, uma exceção é Sapir, que já postulava ser o fonema uma realidade psicológica (ver Sapir, 1933). De forma geral, ele é concebido como uma entidade abstrata, criada pelo lingüista, com a finalidade de efetuar uma análise lingüística que descubra os elementos funcionais da língua. No entanto, como assinala Chomsky (Chomsky, 1962 : 92-3), essa posição não tem muita sustentação, mesmo no interior da própria fonêmica taxinômica, pelo menos em sua prática, uma vez que o fonema postulado para representar uma determinada representação fonética é sempre semelhante, quando não igual, ao fone real, daí porque, de fato, há pelo menos a crença implícita em universais fonéticos, e, como conseqüência, em algum tipo de realidade do fonema, em uma relação substancial, natural, entre a representação fonêmica e a fonética ³.

A morfofonêmica estratificacional, se, por um lado, concorda com a Fonologia Gerativa quanto à necessidade de um grau de abstração maior que o atingido pelos princípios e métodos da fonêmica taxinômica, afirma, por outro, que tal nível é totalmente abstrato, que não há nenhuma relação substancial entre ele e o nível de representação fonética. A relação entre os níveis abstrato e fonético é estabelecida por regras ad hoc, particulares para cada língua, que mandam atribuir determinadas propriedades fonéticas a um símbolo determinado dos níveis superiores. Ver-se-á, adiante, resumidamente, como.

A fonologia gerativa transformacional postula maior abstração da representação lexical (chamada representação fonológica) do que a fonêmica taxinômica, mas não chega à abstração total (como norma), o que implicaria em não atribuir traços idênticos aos fonéticos ao nível fonológico, e postula, além disso, que a relação entre a representação fonética é íntima, não fictícia, não artificial, dado que, em ambos os níveis, intervêm os mesmos traços substanciais. Assim, repudia ambas as teorias contrárias, uma por ser concreta demais para poder estabelecer determinadas relações necessárias, outra, por ser demais abstrata, incorporando, segundo Kiparsky (1968a:1), "as virtudes de ambas, sem os defeitos de nenhuma".

A FGT não aceita que a representação fonológica seja uma mera abstração (isto é, não seja psicologicamente real) construída pelo lingüista a partir da representação fonética. Fosse assim, esse nível de abstração seria significativo apenas para o lingüista que descreve a língua, para atingir generalizações e elegância em suas formulações, não seria nenhuma hipótese a respeito da competência do falante. Postula a fonologia gerativa, antes, a realidade não só gramatical, entendendo-se aqui gramática no sentido de descrição pelo lingüista, mas também psicológica, do nível de representação fonológica. No entanto, como já foi dito, a diferença entre a fonêmica taxinômica e a fonologia gerativa não se limita à admissão ou não da realidade psicológica de uma representação lingüística mais abstrata que a fonética. A diferença é também de grau de abstração.

De fato, a representação fonológica da fonologia gerativa não coincide com a representação fonêmica da fonêmica taxinômica. Aquela é mais abstrata, e a admissão dessa abstração maior implica inclusive na afirmação de que o nível fonêmico de representação não é relevante para uma gramática, não é um nível lingüisticamente significati

vo, portanto. Isso porque, apesar de abstrato, "não é suficientemente abstrato" (Schane, 1973:7) para captar generalizações lingüisticamente significativas.

II. Apresento, nesta seção, uma amostra da refutação à fonêmica taxinômica realizada pela fonologia gerativa. Para uma refutação mais minuciosa, ver Chomsky (1962) e Postal (1968). Não me detenho em detalhes ⁴. Os aspectos que interessa focar são: a) perda de generalizações ; b) falta de demonstração da relação entre itens lexicais de uma língua, com conseqüente multiplicação e redundância de morfemas no léxico, se seguida a fonêmica taxinômica.

Para demonstrar como a fonologia gerativa capta generalizações lingüisticamente significativas pelo abandono do nível fonêmico de representação, apresentarei dois tipos de argumentos. O primeiro é um exemplo clássico, já, de Halle, citado, pelo menos, em Chomsky (1962, 1972) , Postal (1968), Rudes (1975) e Hooper (1975). Ficarei com a exposição de Chomsky (1962). Após demonstrar a inviabilidade, dadas as implicações, da aceitação das condições de linearidade e de invariância, tais como propostas pela fonêmica taxinômica, Chomsky se põe a refutar também a condição de biunivocidade ⁵ da mesma teoria, e escreve:

"Halle mostrou que é geralmente impossível proporcionar um nível de representação colocando a condição de biunivocidade sem destruir a generalidade das regras, quando o sistema de sons tem uma assmetria. Então ele dá o seguinte exemplo do russo, muito típico. Em (1), as quatro formas da coluna I são dadas em representação fonêmica sistemática (=representação fonológica) e na coluna III, em representação fonética sistemática.

(1)

I	II	III
dát, l, i	dát, l, i	dát, l, i
dát, bi	dád, bi	dád, bi
žěč l, i	žěč l, i	žěč l, i
žěč bi	žěč bi	žěj bi

As formas da coluna III são produzidas a partir das da coluna I pela regra geral

(2) Obstruinte \rightarrow Sonora no contexto: --- Obs - truinte sonora

Mas, as representações da coluna I não satisfazem a condição de biunivocidade como normalmente construída (em termos de determinação local), e, conseqüentemente, não seriam aceitas como fonêmica taxinômica. As representações da coluna II seriam aceitas como "fonêmicas" pelos fonólogos taxinômistas, porque $\text{t}, -d$, contrastam, enquanto que $\text{č} - \text{j}$ não contrastam. Mas, se a gramática proporciona II como um nível de representação, então não pode incorporar a regra geral (2), mas deve ter, em seu lugar, as duas regras (3i) e (3ii), a primeira das quais é tomada como uma regra que relaciona a representação "morfofonêmica" à "fonêmica", e a segunda relacionando a representação "fonêmica" à fonética.

(3i) Obstruinte \rightarrow Sonora no contexto: --- Obstr. Sonora exceto c, č, x

(3ii) c, č, x \rightarrow Sonoro no contexto: --- Obstruinte sonoro

Parece-me que a força deste exemplo não foi suficientemente apreciada pelos fonemicistas taxinômicos" (Chomsky, 1962:100).

Este argumento é construído de forma tal que pode ser interpretado como um argumento puramente metodológico, isto é, pode não querer expressar necessariamente nada da competência real dos falantes de Russo, tendo a ver, em conseqüência, apenas com a economia interna de uma gramática. Mas, mesmo assim, ou por isso mesmo, sua força é muito grande, de vez que a fonêmica taxinômica não é uma teoria da competência lingüística. Com isso, a teoria é atingida exatamente nos seus postulados básicos.

Vejamos um segundo argumento, também destinado à refutação da realidade lingüística do nível fonêmico, mas agora não só para demonstrar a perda de generalizações (de economia de regras) que sua admissão implica, mas também, e principalmente, com a finalidade de demonstrar como uma representação mais abstrata capta generalizações lingüisticamente significativas, no sentido de que tem como consequência não só uma formalização mais generalizante e econômica das regras, mas também ser uma afirmação sobre a competência lingüística do falante-ouvinte, no que se refere especificamente à sua capacidade de relacionar formas parcialmente diversas em sua representação fonética, mas, mesmo assim, fonética e semanticamente relacionadas. A hipótese é que o falante realmente tem conhecimento da relação entre essas formas, e a expressão desta hipótese é a representação fonológica homogênea. Expressar esse conhecimento, mais do que economizar regras, é a finalidade da generalização obtida com uma abstração maior que a da fonêmica taxinômica.

O argumento é encontrável em grande número de fontes bibliográficas sobre fonologia generativa. No momento, reporto-me a Schane (1973), Postal (1968), Kiparsky (1968a) e Chomsky (1962).

Trata-se da representação fonológica de formas relacionadas como electric-electricity (Schane, 1973:7), opaque-opacity, democrat-democracy (Postal, 1968:70), president-presidency-presidential (Chomsky, 1962:89). Os segmentos /k/, /t/, /s/, /š/ são distintivos em inglês. O que a fonologia gerativa afirma é que, no nível da representação fonológica, /k/-/s//š/ e /t/-/s//š/ são idênticos em certos casos, em ambientes determinados, como nos dos exemplos acima, sendo sua diferença fonética dada por regras fonológicas semelhantes, e do mesmo status gramatical, às que informam que /p/ é [p^h] em posição inicial, e não diretamente na representação fonológica, que é a entrada lexical (jun

tamente com os traços sintáticos e semânticos).

Assim, a representação fonológica de electric - electricity é, respectivamente, /elektrik/ e /elektrik + iti/ (Schane, 1973:7), e não /elektrik/ e /elektrik + iti/, como seria se se admitisse a representação fonêmica. Do mesmo modo, a representação fonológica de president - presidency-presidential é /prezident/, /prezident+i/ e prezident + i + æl/ (Chomsky, 1962:89), e não /prezident/, /prezidens + i/ e prezidens + æl/. No primeiro caso, a mudança de /k/ em [s], e, no segundo, de /t/ em [s] ou [š], conforme o caso, é dada por regras fonológicas que especificam os ambientes, isto é, que fornecem a descrição estrutural para a aplicação da regra⁶.

Evidentemente, não seria difícil encontrar exemplos do português para argumentar nessa direção. Inclusive, a tradução de alguns dos exemplos acima seria suficiente para ilustrar a questão. Não adoto exemplos do português aqui por economia de espaço e porque questões semelhantes serão colocadas quando da análise de alguns dados da língua portuguesa.

Com uma representação como a exemplificada acima, eliminam-se certas redundâncias do léxico. E, o que aqui é fundamental, a eliminação da redundância é a expressão do conhecimento que o falante-ouvinte possui de que tais formativos lexicais são realmente idênticos, variando apenas em alguns ambientes superficiais determinados. É a hipótese da GGT.

Se não admitimos esse tipo de representação mais abstrata, devemos admitir a necessidade de introduzir no léxico todas as variantes dos mesmos morfemas. Como assinala Kiparsky (1968a:4), as formas reais, dado o tipo de sufixo ou mesmo sua ausência, seriam derivadas por regras

que selecionariam um morfema alternante para cada ambiente. A forma subjacente a president seria dicionarizada como /prezident/~/prezidens/~/prezidenš/, isto é, citando todos os alomorfes; é por isso que a teoria fonêmica taxinômica é conhecida também pelo nome de "teoria do item-e-arranjo". Assim concebida, além de necessitar de regras para selecionar um dos morfemas, a teoria não expressa a identidade real dos alomorfes, atendo-se a uma diferença superficial e irrelevante.

Em conclusão, a teoria da fonologia gerativa concebe dois níveis de representação, no componente fonológico da gramática: o fonológico, que corresponde à entrada lexical, output da estrutura superficial, após aplicadas todas as transformações sintáticas, e o fonético, output do fonológico, depois de aplicadas todas as regras do componente fonológico. O nível de representação fonológica corresponde, grosso modo, ao nível morfofonêmico da fonêmica taxinômica, e não ao seu nível fonêmico, e este é eliminado da gramática, por motivos dos quais os dois tipos de argumentos acima expostos são uma amostra.

No entanto, o motivo fundamental pelo qual a fonêmica taxinômica é superada pela teoria da gramática gerativa se prende a qual seja o objeto da ciência linguística. Parece, hoje, de fato, que a linguística estrutural se atribui como objeto uma concepção de língua que se revelou pobre e uma tarefa que se revelou insuficiente. Assumo, portanto de agora em diante, o objeto da GGT, segundo o qual uma teoria linguística não deve se contentar com descrever os enunciados efetivamente produzidos, mas deve formular, e testar hipóteses sobre a competência do falante-ouvinte. É dentro desses parâmetros que será criticada a fonêmica estratificacional e que se tentará julgar as propostas alternativas da própria GGT, no que se refere ao componente fonológico. Este aspecto da questão foi mais amplamente de

envolvido na primeira parte.

III. Sidney Lamb pensa ser possível manter um nível fonêmico linguisticamente significativo sem a perda de generalização obtida pela fonologia gerativa. (Aqui e em outros lugares, as informações sobre a teoria estratificacional são devidas basicamente a Postal (1968). Trabalhando sobre o exemplo Russo fornecido por Halle, Lamb sugere que se reconheça um "fonema de ensurdecimento" /h/ (mas que poderia ser qualquer outro símbolo arbitrário, como um número ou um asterisco). Assim, as representações morfofonêmica e fonêmica dos dados de (1) seriam:

(4) Morfofonêmica estratificacional	Fonêmica Estratificacional
dádh l,i	dádh l,i
dádh bi	dád bi
žějh l,i	žějh l,i
žějh bi	žěj bi

A representação fonêmica estratificacional é obtida pela regra

(5) $h \rightarrow \emptyset$ no contexto: — Obstruinte sonora

Assim, mantém-se, no nível fonêmico, a oposição /dh/-/d/. Como o /h/ é um fonema de ensurdecimento, a seqüência /dh/ se realizará foneticamente como [t]. Não é necessário acrescentar que a representação fonética dos dados será i igual à de (1).

O argumento tem dois problemas: a) não passa de uma variante notacional do argumento de Halle, já que Lamb substitui [- Sonoro] por /h/; b) necessita-se de uma regra ad hoc, sem motivação fonética alguma, para transformar /dh/ em [t]. Isso sem se pensar em criticar a invenção de "um fonema de ensurdecimento" (ver Postal, 1968: passim e

Chomsky, 1972:80-2).

Em resumo, a teoria estratificacional atribui ao nível morfofonêmico uma função "meramente classificatória". Os morfemas são elementos completamente abstratos e não têm nenhuma propriedade "que seja remotamente fônica". São representados por rótulos completamente neutros, construídos ad hoc para cada língua. "De acordo com Lamb, esses rótulos são escolhidos por conveniência mnemônica". Como consequência, os fonólogos deveriam voltar a uma estrutura completamente abstrata (Kiparsky, 1968a,1), segundo Lamb.

Assim, traços fonéticos como "consonantal", "vocálico", etc, podem ser representados, no nível morfofonêmico estratificacional (correspondente à representação fonológica da GGT, isto é, no léxico), por símbolos quais quer, digamos, A,B, etc. Então, só os traços fonéticos teriam alguma realidade substancial. Os traços "fonológicos" não teriam conteúdo físico algum, e permitiriam uma categorização arbitrária (ver também Chomsky e Halle, 1968:169).

O principal problema de tal teoria será o tipo de regras que projetam um nível abstrato assim categorizado, puramente classificatório, absolutamente abstrato, numa representação fonética. Elas terão que ser do tipo:

(6) A \rightarrow [+ consonantal]
 B \rightarrow [+ vocálico]
 etc.

As consequências essenciais são de dois tipos: a) a teoria implica num alto custo para a gramática, em termos de qualquer medida de avaliação da economia interna, dado que se poderia, em qualquer teoria alternativa, dispensar todo o conjunto de regras do tipo (6); b) a rela

ção entre os dois níveis não teria a mínima possibilidade de expressar nenhum universal fonológico, nem mesmo manter nenhuma relação com a teoria da aquisição da linguagem (a não ser altamente complexa e não universal, por ser cada gramática concebida como um conjunto de regras ad hoc), quer por sua abstração, quer por sua complexidade. ("...a aquisição da linguagem por uma criança pode melhor ser descrita como um processo que constrói a gramática mais simples (...) capaz de gerar o conjunto de enunciados..." (Halle, 1962:344). É difícil imaginar que um símbolo qualquer, como B, tenha remotamente a ver com um output que seja natural, substancial e universalmente pelo menos semelhante a um segmento fonético que tenha o traço [+ vocálico].

Segundo Kiparsky, as objeções de Lamb à teoria fonológica da GGT são "caracteristicamente não lingüísticas", mas "apenas metodológicas, quase lógicas" (Kiparsky, 1968a:2), representando apenas uma possibilidade alternativa à fonêmica taxinômica e à fonologia gerativa, mas não passando de um artifício.

Para o problema em questão, que é o do grau de abstração da representação dos morfemas no léxico, essa caracterização sumária é suficiente, no momento. Voltarei à teoria estratificacional na seção V. Para uma exposição e crítica detalhadas, ver Postal (1968).

IV. Assumo, a esta altura do trabalho, que a fonêmica taxinômica está suficientemente refutada. Contra a teoria estratificacional, atenho-me à idéia resumida na afirmação de Kiparsky de que é apenas uma alternativa metodológica, e, na realidade, menos econômica. No entanto, a fonologia gerativa precisa de argumentos mais substanciais que a refutação de teorias alternativas para se manter. A teoria da GGT pretende constituir-se como uma teoria universal da linguagem e um de seus objetivos é estabelecer os universais lin -

güísticos. Especificamente relacionada com os universais fonológicos, ou, pelo menos, com boa parte deles, está a Condição de Naturalidade, que, ao mesmo tempo em que é uma refutação à teoria estratificacional e uma proposta alternativa às condições de linearidade e invariância (uma versão menos forte), é, de fato, uma proposta positiva. É a sua exposição e a de algumas de suas conseqüências que me atendo nesta seção.

Se se aceita que a teoria fonética, em sua concretude, representa a relação entre o sistema nervoso central e os órgãos da fala, pode-se imaginar que seja a mesma para todos os homens (Gnerre, 1974:27). Isto é, pode haver uma teoria fonética universal.

Sempre, o problema central desta exposição é o da relação entre a representação fonética e a representação mais abstrata, a fonológica, linguisticamente significativa em termos de diferenciar morfemas. A Condição de Naturalidade é um postulado fundamental, em verdade uma formulação que resume a prática normal dos seguidores da teoria fonológica gerativa standard. A formulação é de Postal (1968).

A Condição de Naturalidade afirma que

"a relação entre as estruturas fonológica e fonética é uma relação natural" (Postal, 1968:56).

Isso deve ser interpretado da seguinte maneira:

"a categorização de itens lexicais dada pela estrutura fonológica, isto é, requerida para representar morfemas no dicionário, requerida para estabelecer regras morfofonêmicas e fonológicas, necessária para estabelecer limitações sobre seqüências de elementos fonológicos, necessária para estabelecer universais fonológicos, etc, não

é, do ponto de vista da estrutura fonética, um código arbitrário. Antes, esta representação está estreitamente relacionada às representações necessárias para estabelecer as propriedades fonéticas das várias seqüências que representam itens lexicais individuais. Se essa afirmação é verdadeira, grande parte, senão a totalidade da projeção das estruturas fonológicas nas fonéticas pode ser dada universalmente" (Postal, 1968:56).

A aceitação da Condição de Naturalidade tem três conseqüências, formalmente separáveis, mas que, de fato, formam um bloco de implicações no interior da teoria da GGT.

a) a primeira conseqüência diz respeito à economia interna das gramáticas particulares. Contrariamente ao que se daria na teoria estratificacional, o número de regras especiais requeridas pelas gramáticas individuais será mínimo, uma vez que regras universais projetam a maior parte das representações fonológicas nas fonéticas. Assim, as representações fonológicas têm conseqüências fonéticas independentemente de qualquer regra particular, porque a representação fonológica compartilha com a fonética do mesmo conjunto de dados substanciais. Isso não exclui, porém, a possibilidade de regras particulares para línguas particulares, mas, de fato, reduz a um número relativamente insignificante, uma vez estabelecidas as regras universais (o que de fato, é uma tarefa apenas iniciada). O que é fundamental é que, mesmo havendo regras particulares, elas não deixam de exprimir fatos fonológicos naturais, porque qualquer segmento fonológico x subjacente a um segmento fonético x' está muito mais próximo de x' do que estaria qualquer segmento arbitrário.

Assim, a Condição de Naturalidade, na versão de Postal, é mantida mesmo se um segmento fonológico subjacente é diferente do segmento fonético projetado, desde, evidentemente, que a diferença esteja dentro de certos limi -

tes. Por exemplo, a Condição de Naturalidade é mantida de um /d/ é projetado como um [t], principalmente se num contexto propício ao ensurdecimento, mas dificilmente se poderia dizer que não é violada se um /d/ for projetado como um [p], embora, mesmo assim, ela seja uma hipótese menos abstrata que a estratificacional. Portanto, a Condição de Naturalidade admite graus de naturalidade. É mais natural um /t/ ser projetado como [d] do que como [f], assim como é mais natural um /t/ ser projetado como [s] do que como [k], e muito mais natural ser projetado como [k] do que como [a].

O que se quer obter, postulando a Condição de Naturalidade, são gramáticas particulares que desviem o mínimo possível da teoria universal. Para tanto, é uma necessidade que as regras particulares, desviantes do universal - mente esperado, sejam de mínimo custo para as gramáticas individuais, isto é, se desviem o mínimo das regras universais.

Inclusive, existem casos em que a Condição de Naturalidade deve ser interpretada como prevendo que certos traços fonológicos sejam modificados na projeção fonética. Trata-se de casos de regras como as de nasalização de vogais diante de consoantes nasais. Evidentemente, dadas as características do aparelho fonador, o natural é que ocorra a nasalização da vogal, neste contexto. O mesmo é verdadeiro para outros casos de assimilação.

b) a segunda consequência da aceitação da Condição de Naturalidade é a possibilidade de fundamentar em termos universais uma teoria da aquisição da linguagem (especificamente, no caso, da aquisição da fonologia), uma vez que dela decorre que

"quando uma criança determinou a representação fonética de uma forma, determinou, em consequência, grande parte de sua estrutura fonológica" (Postal, 1968:56).

Nem é preciso mencionar a dificuldade de formulação de uma teoria universal de aquisição da fonologia seguindo-se os postulados da teoria estratificacional, já que ela admite que a representação dos morfemas é completamente abstrata e teria que ser apreendida da representação fonética através de uma multidão de regras ad hoc.

c) a terceira consequência é a possibilidade real aberta à teoria lingüística de estabelecer universais fonológicos, tanto no que diz respeito aos sistemas básicos, dado que deve ser possível explicá-los em termos de naturalidade (por que eles e não outros?), como no que respeita às limitações sobre seqüências fonológicas, e, principalmente, sobre a relação freqüência-naturalidade de determinadas regras fonológicas⁷. Dados os fundamentos da teoria fonológica d GGT, entendida como uma relação entre comandos no cérebro aos órgãos da fala, relação da qual decorre um conjunto de traços fonéticos que devem ser universais e reais, a naturalidade das regras pode ser determinada, inclusive, em termos puramente articulatórios ou perceptuais, como, por exemplo, com critérios do tipo facilidade de articulação ou máxima diferenciação, respectivamente (ver Schane, 1969). Imagine-se o esforço necessário para enunciar oito ou dez consoantes consecutivas, por exemplo. Por isso, tal seqüência será eliminada da representação lexical, ou melhor, impedida naturalmente de aí poder comparecer. Por outro lado, nenhum princípio universal, natural, de caráter articulatório, impediria uma seqüência de dez asteriscos...

Em resumo, dado que o papel das regras fonológicas é projetar a representação fonológica na fonética, a rejeição da Condição de Naturalidade

"envolve o acréscimo de regras inúteis às gramáticas individuais e a perda da possibilidade de estabelecer uma enorme massa de verdadeiros universais fonológicos" (Postal, 1968:55-6).

Em função desses fatos, não há como entender o interesse em postular uma representação fonológica completamente abstrata. Tal representação só deve se desviar da fonética por motivos importantes. Para citar de novo Postal, e para encerrar esta seção

"pode-se representar uma vogal fonética como um glide fonológico, uma consoante velar fonética como uma consoante labial, etc, mas sempre às custas do acréscimo de regras especiais particulares às línguas. Portanto, somente se colocam tais representações "não naturais" quando elas têm efeitos de simplificação para toda a gramática que pesem mais que as regras especiais requeridas".
(Postal, 1968:62).

V. Considerando que se pode admitir que a fonêmica taxinômica esteja superada, em face dos argumentos apresentados na seção II, e, principalmente, pelo estudo da passagem do estruturalismo à gramática gerativa, quero acrescentar mais algumas observações referentes à teoria estratificacional, mostrando como viola a Condição de Naturalidade, que assumo desde o momento em que aceitei o horizonte da GGT para elaborar essa dissertação.

Dizer isso significa assumir que não há uma representação fonológica completamente abstrata, isto é, assumir que

"a Condição de Naturalidade é uma propriedade da linguagem humana" (Postal, 1968:77).

Considero fundamental assumir esta Condição, se bem que sua interpretação não seja unívoca, como se verá adiante. Dado que a teoria estratificacional a nega, ao di

zer que os morfemas são representados por entidades puramente classificatórias, esta teoria é uma teoria inadequada ao estudo da linguagem humana como um tipo de conhecimento, como realidade psicológica. É uma consequência que decorre necessariamente.

Para deixar claro como a fonêmica estratificacional viola a Condição de Naturalidade, bastaria dizer que ela postula representações de morfemas completamente abstratas e arbitrárias, que os elementos individuais destas representações (os morfemes) não têm nenhuma realidade que seja "remotamente fônica" e que sua realização fonética é determinada por regras ad hoc. Tudo isso já foi dito e repetido. Tentarei, no entanto, ser um pouco mais explícito, seguindo Postal por mais um momento.

Por considerar que admitir um nível fonológico psicologicamente real é uma condição mínima para qualquer teoria racional em fonologia (vimos que Parisi considera esta exigência uma das condições para que uma teoria da linguagem seja adequada), Postal assume que

"a fonêmica estratificacional incorpora um nível de representação fonética mentalista, que serve como um sistema de instruções para o aparato vocal, e que as estruturas fonêmicas são projetadas em estruturas fonéticas por regras" (Postal, 1968:97).

Os elementos das estruturas fonêmicas seriam atômicos e as estruturas neste nível seriam simplesmente cadeias de símbolos arbitrários, sem estrutura interna. Relação arbitrária com as propriedades fonéticas significaria coisas como as seguintes: classes desses símbolos, relevantes para vários tipos de regras morfofonêmicas, não teriam realizações fonéticas que partilhassem quaisquer propriedades além das exigidas para a mudança. Se uma regra apaga certos morfofonemas, digamos, 1, 14, 16, 19, 23, antes de outro morfofonema, a conclusão é que 1, 14, 16, 19, 23 têm como proprie

dades fonéticas só as apagadas (Postal, 1968:57). Ora, sabe-se que as pesquisas sobre traços universais concluem que os segmentos apagados em certos contextos (como, aliás, qualquer segmento), se, por um lado, o são por partilharem de determinado(s) traço(s), pelo(s) qual(is) constituem uma classe, eles têm, foneticamente, e também fonologicamente, outras propriedades, que lhes permitem, não sendo apagados, em outros contextos, aparecer, na representação fonética, com traços outros que não o(s) que fazia(m) com que fossem apagados no contexto determinado. Isto é, suponhamos uma língua x em que todas as surdas se apagasem antes de pausa. Isso, na teoria estratificacional, segundo Postal, significaria que o traço [- sonoro] (ou qualquer outro símbolo equivalente) será o único traço da classe, o que implica que em ambientes diversos do diante de pausa, em que as surdas não se apagam, tais segmentos se realizariam unicamente com o traço [- sonoro], sem quaisquer outras propriedades de caráter articulatorio ou acústico, que, embora irrelevantes para o apagamento, não deixam de ser traços substanciais unidos ao definidor da classe em questão.

A violação da Condição de Naturalidade, pela fonêmica estratificacional, num caso como o acima, se deve ao fato de que os segmentos que sofrem a aplicação da regra não possuem traços fonéticos, mesmo que redundantes, no nível de representação classificatória. Esta é a exigência da Condição de Naturalidade, já que a Fonologia Gerativa assume que os traços definidores das representações fonológica e fonética são extraídos do mesmo conjunto universal. Além disso, a teoria estratificacional não consegue dar conta da naturalidade ou não da regra, ou de seu grau de naturalidade, o que é possível em fonologia gerativa. Que uma surda desapareça antes da pausa é natural, dado que ausência de sonoridade e pausa compartilham de propriedades comuns, mais, por exemplo, que sonoridade e pausa. A Condição de Naturalidade não seria violada. A teoria estratificacio-

nal não tem nada a dizer sobre o assunto, já que 14, por exemplo, não partilha de nenhuma propriedade semelhante a qualquer propriedade de pausa, exigindo-se para seu apagamento, uma regra completamente ad hoc. Isto é, a teoria estratificacional descreveria o fenômeno, através de um mecanismo construído, mas não explicaria o fenômeno.

Porque a abordagem estratificacional não contém nenhum princípio universal relacionando estruturas fonológicas e fonéticas, a presença ou ausência de um símbolo qualquer na estrutura dos morfemas não proporciona nenhuma informação sobre tal estrutura. Que informação pode conter o /h/ que ensurdece, se a regra de ensurdecimento se aplica quando ele está presente porque ele foi colocado lá para informar que a regra de ensurdecimento deveria ser aplicada, ao mesmo tempo que, ao invés de /h/, qualquer outro símbolo poderia ser escolhido? Além da arbitrariedade, circularidade.

Se os elementos da estrutura morfofonêmica são arbitrários, não há como predizer que um tal segmento tem realização surda e outro, realização sonora. A arbitrariedade das regras é a principal violação da Condição de Naturalidade.

Vejamos um outro raciocínio de Postal. Se tivermos um morfe representado por três fonemas, /a/ no contexto x, /b/ no contexto Y e /c/ no contexto Z, a descrição estratificacional não é mais simples se os fonemas /a/, /b/ e /c/ partilham de propriedades fonéticas do que se não as partilham. Já que um morfe é um símbolo arbitrário, e dado que é necessária uma regra para informar como cada um é realizado no estrato fonêmico, em cada contexto, não faz diferença qual realização têm os fonemas (Postal, 1968:102).

Para a GGT, isso é um absurdo. Para que um segmento se realize como [a] num contexto X e como [b] num contexto Y, é necessário não só que [a] e [b] partilhem de propriedades fonóticas, como também que os contextos X e Y sejam tais que seja natural que o segmento se realize como [a] num contexto e como [b] no outro. Se os contextos não tiverem as propriedades requeridas para que a mudança se dê naturalmente, a regra será de alto custo para a gramática particular em questão, o que significa que o aprendizado da regra pelos falantes será, igualmente, de alto custo.

Em resumo, se é verdade que a "fonêmica estratificacional pode eliminar regras morfofonêmicas redundantes exigidas pela fonêmica taxinômica, a verdade é que pode fazê-lo" só às custas de uma gigantesca massa de regras ad hoc inúteis que especifiquem todas as conseqüências fonéticas de cada entidade fonológica de cada língua", segundo Postal... (1968:95).

A única colaboração, parece-me, que a fonêmica estratificacional pode fornecer à lingüística, e à ciência em geral, é a de provocar a discussão sobre a validade metodológica de se construir uma teoria totalmente abstrata para descrever fenômenos.

Para concluir: uma vez refutada a fonêmica taxinômica, por não se conformar com as exigências da moderna ciência e por ser pouco poderosa para evitar redundâncias; uma vez refutada a teoria estratificacional, por violar a Condição de Naturalidade, isto é, por não admitir que as representações fonológicas sejam substanciais, implicando, assim, "numa massa gigantesca de regras ad hoc inúteis", não sendo, portanto, uma teoria adequada à pesquisa lingüística, a fonologia gerativa, da qual a Condição de Naturalidade é um dos postulados básicos, se apresenta como a alternativa a ser explorada e testada.

A Fonologia Gerativa, como, de resto, toda a teoria da GGT, não é um corpus uniforme de doutrinas. Muitas dúvidas persistem, muitas hipóteses são contestadas e muitas outras surgem, à medida que a teoria é confrontada com os dados das línguas. Mesmo que se aceitem os postulados básicos da teoria, a prova de sua adequação está ainda por aparecer.

A própria Condição de Naturalidade não está isenta de críticas e tentativas de reformulações. Se, por um lado, é aceita, explícita ou implicitamente, como base para qualquer trabalho em fonologia gerativa, por outro, sua interpretação não é uniforme. É o que veremos no próximo capítulo.

NOTAS

1. Embora a questão em foco neste capítulo seja a do grau de abstração do nível de representação lingüística despidido de todas as redundâncias, chamado fonêmico pela fonêmica taxinômica e de representação fonológica pela Fono-logia Gerativa, é importante notar que estas teorias discordam também a respeito da importância e do papel do nível de representação fonética, contendo todas as redundâncias. Para ilustrar esta diferença, transcrevo a seguinte citação de Chomsky:

"Dada a estrutura superficial de uma sentença, as regras fonológicas de uma língua interagem com certas limitações universais para derivar todos os fatos gramaticalmente determinados a respeito da produção e percepção desta sentença. Portanto, como observou Postal, esta transcrição (fonética) representa

o conhecimento derivado que um falante tem a respeito da pronúncia, em virtude de seu conhecimento da estrutura sintática superficial da sentença, dos itens lexicais ou formativos que ela contém e das regras fonológicas... A transcrição fonética ... é o aspecto mais grosseiro (gross) e superficial da estrutura lingüística... É o mais importante, embora não o único parâmetro para determinar a forma acústica real dos símbolos da sentença.

Nossa concepção, então, difere de uma visão alternativa, segundo a qual a transcrição fonética é primeiramente uma invenção para registrar fatos observados em enunciados reais. Que esta opinião não pode ser mantida ... sabe-se pelo menos desde que registros mecânicos e elétricos de enunciados revelaram que mesmo o mais hábil transcritor é incapaz de notar certos aspectos do sinal... Mas, mesmo que a transcrição fonética fosse um registro tão fiel da fala quanto se pudesse desejar, ainda assim se poderia questionar se tal registro seria de muito interesse para os lingüistas, que estão interessados primeiramente na estrutura da língua, mais que com a acústica e com a fisiologia da fala. É por causa desta questão que muitos lingüistas estruturais sentiram que a fonética tem muito

pouco a oferecer-lhes e lhe atribuíram, daí, um papel secundário, periférico.

Estes problemas não surgem quando a transcrição fonética é entendida nos termos acima delineados, isto é, não como um registro direto do sinal da fala, mas, antes, como uma representação do que um falante de uma língua imagina serem as propriedades fonéticas de um enunciado, dada sua hipótese a respeito do que é a estrutura superficial de um enunciado e seu conhecimento das regras do componente fonológico. Dado que nesta visão a fonética tem que ver com aspectos do sinal gramaticalmente determinados, não pode haver nenhuma dúvida a respeito da relevância da fonética para o estudo da linguagem. ... a transcrição fonética representa, neste sentido, a interpretação do falante-ouvinte, mais do que as propriedades diretamente observáveis do sinal ... "(Chomsky e Halle, 1968:293-4).

Percebe-se, assim, que a importância da transcrição fonética de um enunciado é avaliada de forma completamente diferente pelas duas teorias. Para uma, é apenas o corpus, o material a ser analisado para se chegar a uma estrutura lingüística significativa; para outra, é um aspecto da competência do falante-ouvinte. (A posição da teoria estratificacional é praticamente idêntica à da fonêmica taxinômica, já que, como assinala Postal, nenhum nível discreto é concebido entre o estrato fonêmico e o "reino contínuo, não segmentado e infinitamente variante da articulação" (Postal, 1968:97)).

2. Botha assinala que uma das dificuldades principais que afetam a testabilidade das teorias é que elas podem ser formuladas tão inexplicitamente que é impossível derivar testes de implicação precisos a partir delas (Botha, 1971: 175). Veremos, adiante, que a GGT possui esta característica, inclusive no que se refere à Condição de Naturalidade.
3. Lê-se em Chomsky (1962):

"parece-me correto ver a moderna fonêmica taxinômi-

ca, de todas as variedades, como apoiando-se firmemente sobre postulados (assumptions) concernentes a uma teoria fonética universal... A análise da prática real não mostra exceções na confiança em universais fonéticos. Nenhum procedimento foi oferecido para mostrar porque, por exemplo, o [p^h] inicial seria identificado com o [p] final em vez de com o [t], em inglês, que não não confie essencialmente no postulado de que as propriedades fonéticas familiares (oclusiva, labial, etc.) são as "naturais". Harris pode ser interpretado como sugerindo que um princípio não fonético pode restabelecer a confiança em propriedades fonéticas absolutas, quando conclui (1951a:66) que a "simplicidade da afirmação, bem como a semelhança fonética, decide em favor do agrupamento [p-p^h]; mas, essa implicação, se intencional, é seguramente falsa. A análise correta só é mais simples se se utilizam as propriedades fonéticas familiares para a especificação fonética. A partir de inúmeros exemplos desse tipo, parece que devemos concluir que, a despeito do que o negam, todas as variedades da fonêmica taxinômica confiam essencialmente na condição de especificação fonética. Ademais, a prática real mostra uma concordância notável a respeito de quais traços constituem o sistema fonético universal que é implicitamente assumido" (Chomsky, 1962:92-3).

Por condição de especificação fonética (Phonetic Specifiability), Chomsky entende a necessidade de uma teoria lingüística geral incorporar uma teoria fonética universal, com um alfabeto fixo (Chomsky, 1962:86)

4. É preciso, no entanto, fazer uma observação a respeito da controvérsia sobre a autonomia ou dependência do nível fonológico (ou fonêmico) em relação a outros níveis da gramática, especialmente o sintático. A lingüística pré-chomskyana, caracterizada como taxinômica, trabalhou partindo da hipótese de que tal nível pode ser estudado "ou em isolamento completo da sintaxe, ou, no caso de abordagens como as de Pike e Harris, em isolamento parcial" (Chomsky, 1972:82). Chomsky (1962:108-9) tenta demonstrar a impossibilidade do estudo do nível fonêmico sem as informações da sintaxe. Seu argumento refere-se aos critérios para o estabelecimento das junturas de morfemas. Segundo ele,

é impossível estabelecê-las sem informações sintáticas,

"por causa de exemplos do seguinte tipo. Em muitos dialetos do inglês, /t/ tem o alofone [D] em posição final de palavra depois de acento fraco e antes do acento principal - assim, temos [ɪDédz] ("at Ed's"), [ɪDəwɹ] ("at our"), [ðəDəd] ("that ad") contrastando com [æténd] ("attend"), [æták] ("attack", "a tack") e com [ɪdɛpt] ("adept"), [ɪdæpt] ("adapt"). Mas, [D] só ocorre em posição medial, nunca em posição final. Assim, qualquer consideração envolvendo junção de enunciado (se uma teoria fonêmica não as estabelecer é falha) colocará junções exatamente nos lugares errados. Alternativamente, se nenhuma junção é colocada, [D] será tomado como uma terceira oclusiva alveolar, resultando uma análise igualmente inaceitável. Devemos concluir, pois, que não há nenhum método conhecido para atribuir junções somente em termos de evidência fonética (ênfase minha). Os métodos atuais não distinguem aplicações permissíveis de não permissíveis, e, conseqüentemente, são inúteis tais quais existem. Parece improvável que essa dificuldade possa ser remediada e, amenos que o seja, o princípio de separação de níveis não pode absolutamente ser mantido" (Chomsky, 1962:109)

Penso que a crítica de Chomsky, mesmo se válida em princípio, não é a mais consistente, apesar de seu argumento ser forte. Digo que não é a mais consistente porque o método utilizado para separar morfemas, na lingüística taxinômica, o método de comutação (ver Mattoso Câmara, 1970:62) e/ou distribuição (ver Bloomfield, 1933, cap. X), não é um critério puramente fonético. Neste sentido, se o argumento de Chomsky é forte, a crítica foi feita contra o alvo errado. Penso, no entanto, que lhe assiste razão ao dizer que as informações do componente sintático são relevantes para o estabelecimento de junções de morfemas, na medida em que a descrição estrutural de uma sentença representa a interpretação da mesma pelo falante-ouvinte, isto é, sua competência lingüística. O que se pode pôr em questão é se a Gramática Gerativa, em seu estágio atual, pelo menos, tem suficiente clareza sobre o que seja realmente o componente sintático, inclusive no

que tange a seu papel de fornecer informações para estabelecer junturas adequadamente. Não estaria a GGT estabelecendo junturas a partir das informações fornecidas por descrições taxinômicas, com seus critérios "fonéticos", e "assumindo" que a informação é derivada do componente sintático? Especialmente quando se trata de descrição de línguas não faladas pelo linguista, é a descrição sintática que estabelece o lugar adequado da junção, ou é o conhecimento anteriormente fornecido pela descrição por comutação que determina a descrição estrutural? Penso que esta questão não é semelhante à questão de quem apareceu antes, se o ovo ou a galinha.

Não deixa, no entanto, de ser verdade que houve aplicação de critérios fonéticos para depreensão de formas linguísticas, isto é, para estabelecimento de junturas. Um exemplo é Câmara Jr. (1953), no qual se lê:

"...a debilidade máxima da sílaba átona final e a mínima inicial concorrem para a delimitação do vocabulo na cadeia fônica. Esses graus máximo e mínimo de atonicidade têm o que Trubetzkoy denominou uma "função delimitativa" (al. delimitativ Schallfunktion). Pode-se mesmo adiantar que são elas a rigor os elementos determinantes da depreensão de um vocabulo dentro de um grupo de força" (Câmara Jr., 1953:62-3). (ênfases minhas).

Em Câmara Jr. (1970) encontra-se a apresentação de outro critério fonético para o mesmo fim, seguida da confirmação do anterior. Reproduzo parte do argumento:

"Entre duas vogais átonas, uma final e outra inicial, há para distinguir se são iguais ou diferentes. (...) Se iguais, cria-se uma vogal prolongada, que assinala uma delimitação. (...) Entre duas consoantes iguais (...) produz-se uma geminação consoântica, que logo indica uma delimitação vocabular, pois em princípio não há consoante geminada em português. Assim, temos /arro'xu/ ar roxo oposto a /aro'xu/ arrocho...

Quando se tem, porém, C + V ou C + C (diferentes), desaparece qualquer junção segmental. Não se pode dizer que desapareça propriamente a delimitação vocabular, porque surge uma junção "supra-segmental", decorrente das pausas acentuais" (Câmara Jr., 1970:52-3). (Ênfases minhas)

O argumento é tipicamente fonético. A única dúvida que se pode colocar é sobre a realidade da geminação ou do alongamento da vogal, nos contextos descritos, pelo menos como fenômeno geral e dos diversos estilos de fala. Há que se observar, porém, que Mattoso Câmara só utiliza critérios fonéticos para delimitação dos vocábulos (formas livres de Bloomfield), não dos morfemas todos. Para determinação do que os gerativistas chamam formativos gramaticais, Mattoso faz uso do método da comutação. Para confirmação e detalhes, ver Câmara Jr., (1970:59-66 e 1971:40-1).

Parece que o argumento formulado por Rudes (1975), embora não com a intenção de discutir a separação ou não dos níveis gramaticais, é mais consistente que o de Chomsky. O argumento é baseado num fenômeno do Oneida: "sílabas finais de palavras são ensurdecidas se, e somente se terminam um enunciado" (Rudes, 1975:4), "...isto é, antes de pausa (i.é, ausência total de ruído vocal)" (Rudes, 1975:5). Lê-se mais em Rudes:

"Retornando aos conteúdos do léxico, devemos notar que a pausa não é listada nas entradas lexicais. A razão para isso é muito simples. Uma entrada lexical não contém qualquer informação que não seja parte intrínseca do item dado em todas as suas ocorrências. Isto é, a informação que aparece associada à palavra enquanto está sendo processada, ou como resultado de ter sido processada por outro componente da gramática, não está listada com a palavra no léxico. Junção de pausa (pause boundary) é um dos casos, dado que sua localização é determinada na cadeia terminal da sintaxe, onde a junção de pausa precede a palavra inicial e segue a palavra final de cada enunciado. Em nenhum lugar

antes da cadeia terminal da sintaxe, incluindo o léxico, podem as palavras inicial e final de um enunciado ser determinadas univocamente, e, portanto, em nenhum outro lugar, a juntura de pausa pode ser introduzida" (Rudes, 1975:5)

A argumentação contra a separação dos níveis parece tornar-se mais consistente com o exemplo de Rudes, já que só o componente sintático pode determinar quais as sílabas que sofrem a regra de ensurdecimento, no Oneida. Aliás, Rudes vai mais longe. Pode-se surpreender nele outro argumento contra a separação dos níveis. Ainda no texto citado, após uma análise dos itens lexicais ingleses writer e rider (onde, inclusive, critica a análise feita por Chomsky, que considera simplificadora por não levar em conta vários dialetos), afirma que esses itens, em certos dialetos, não só são homófonos, como também, homossintáticos, e que, em consequência,

"nesses dialetos, a única diferença entre writer e rider está na sua composição de traços semânticos, e não em seus traços sintáticos ou fonológicos" (Rudes, 1975:23).

Assim, parece que há motivos sérios para conceber os níveis lingüísticos como não sendo separáveis, uma vez que sua separação, se permite explicar alguns casos, deixa muito a desejar em outros. Por isso, se não no exemplo escolhido, pelo menos quanto à substância do argumento, não falta razão a Chomsky.

5. A Condição de linearidade requer que cada ocorrência de um fonema na representação fonêmica seja associada a uma sucessão de fones consecutivos na representação fonética, como seu "membro" ou "realização", e que, se A precede B na representação fonêmica, o fone associado a A deve preceder o associado a B na representação fonética. Chomsky mostra que essa condição não pode ser mantida, pois, no

inglês, a seqüência $\left[\begin{array}{c} V \\ +\text{tenso} \end{array} \right] + \left[\begin{array}{c} C \\ +\text{nasal} \end{array} \right]$ é freqüentemente realizada como $\left[\begin{array}{c} V \\ +\text{nasal} \end{array} \right]$ diante de oclusiva surda, de forma que /kænt/ é [kæt]. Exemplos desse tipo podem ser facilmente multiplicados. Além disso, a condição de linearidade não pode ser mantida em nenhum caso de epêntese, metátese, truncamento, etc, pois "outro aspecto importante da fonologia gerativa é o fato de que as regras fonológicas podem apagar, acrescentar e permutar elementos durante o processo de gerar uma sentença" (Allen & van Buren, 1971:78).

A condição de invariância afirma que cada fonema F tem associado a ele um certo conjunto de traços definidores e que, sempre que F ocorre numa representação fonêmica, há uma ocorrência desses traços na representação fonética correspondente. Em primeiro lugar, sua manutenção depende da manutenção da condição de linearidade. Além disso, Chomsky assinala que essa condição também não pode ser mantida, por causa do seguinte argumento: um dialeto do inglês em que [D] é um alofone de /r/ em "throw" e de /t/ em "Betty" (onde contrasta com o /r/ de "berry"), seguindo a condição de invariância, devemos atribuir [D] a /t/ no contexto #_ --, contrariamente não só à intuição dos falantes, mas também a outras regras válidas de distribuição de consoantes.

A condição de biunivocidade afirma que cada seqüência de fones é representada por uma única seqüência de fonemas, e que cada seqüência de fonemas representa uma única seqüência de fones. Para crítica a esta condição, ver o texto. É preciso observar que biunivocidade não significa, simplesmente, correspondência um-a-um, mas, antes, uma correspondência tal que a única representação fonêmica que corresponde a uma dada forma fonética possa ser determinada por considerações "puramente fonéticas", ou,

talvez, considerações envolvendo somente "sons vizinhos". Essa convenção é chamado por Chomsky de "determinação local" e é, de fato, segundo ele, nada explícita, devendo ser considerada para a interpretação da condição de bi-univocidade. (Para exposição e crítica detalhadas das condições acima, ver Chomsky, 1962:91-104).

6. Para a derivação das formas fonéticas (desprezados detalhes não pertinentes aos elementos em questão), Chomsky formula as regras

(a) $\begin{Bmatrix} k \\ t \end{Bmatrix} \rightarrow [s]$ no contexto $_ _ + |i, y|$

(b) $[s, z] + [i, y] _ _ \rightarrow [\check{s}, \check{z}]$ no contexto $_ _ [Vogal]$

que devem ser ordenadas, segundo ele (aliás, o problema em questão é, no texto mencionado, a ordenação de regras), para proporcionar, por exemplo, a seguinte derivação:

(c)	lajik + yan	prezident + i	prezident + i + æl
	lajis + yan	prezidens + i	prezidens + i + æl (a)
	lajišín		prezidensš + æl (b)

Chomsky observa que a regra (a) pode ser estendida também a /d/, para dar conta de formas como persuade-persuasive-persuasion, corrode-corrosive-corrosion, p. ex. (Chomsky, 1962:89-90).

7. Schachter (1969) sugere os seguintes princípios como universais, para casos de assimilação: a) os valores de traços de não-vogais se assimilam aos traços de vogais adjacentes, não o contrário (p. 334); b) valores de traços não-marcados se assimilam aos valores de traços marcados adjacentes, e não inversamente (p. 346). Schane (1969) sugere que esses princípios sejam unidos num só, com base no conceito de modos de articulação primários e secundários: "são os traços primários que são assimilados" (p. 63).

CAPÍTULO II

ALGUNS ASPECTOS DAS LEITURAS DA CONDIÇÃO DE NATURALIDADE

"Ah, meu amigo, a espécie humana peleja para impor ao latejante mundo um pouco de rotina e lógica, mas algo ou alguém de tudo faz frincha para rir-se da gente..." (J. G. Rosa, O espelho, in Primeiras Estórias).

"Mas o que acontecerá se os fatos, indiferentes como são aos nossos esforços, teimosamente se recusam a prestar-se à simplicidade lógica?" (M. Bunge).

Neste capítulo, proponho-me a: a) caracterizar sumariamente a interpretação usual da Condição de Naturalidade pela FGT; b) apresentar algumas críticas a esta interpretação, dadas suas conseqüências; c) justificar brevemente outra leitura da Condição de Naturalidade, que resulta na Condição de Naturalidade Forte. Baseio-me, para essa tarefa, na literatura corrente, e meu objetivo é seguir uma linha de raciocínio que parece mais adequada para responder à exigência básica da teoria da GG, segundo a qual o objetivo de uma gramática é explicar a competência do falante de uma língua natural.

I. Embora, não me proponha, em nenhum momento do trabalho, caracterizar a fonologia gerativa em sua versão standard em todos os seus aspectos (como, por exemplo, a teoria dos traços, a formalização, a teoria da marca, etc), não posso me furtar de mencionar duas de suas características fundamentais, por serem justamente das mais controversas, e cujo abandono caracteriza, mais que qualquer outra coisa, a fonologia gerativa natural.

a) a primeira destas características é a possibili-

lidade de estabelecer formas subjacentes abstratas, em relação à representação fonética, evidentemente com limites, fixados essencialmente pela Condição de Naturalidade, vale dizer, desde que as abstrações possibilitem uma simplificação da gramática, isto é, permitam generalizações significativas para a gramática da língua analisada, e, possivelmente, para a teoria lingüística geral¹. Tal procedimento foi exemplificado no capítulo I, e foi apresentado como argumento contra a falta de abstração suficiente da fonêmica taxinômica, o que tornava suas generalizações muito limitadas. Outros exemplos, numerosos, poderiam ser apresentados. Restrinjo-me a dois. Um para exemplificar uma abstração cuja finalidade não é identificar na estrutura subjacente segmentos alternantes em formas semanticamente relacionadas, outro, por se tratar de um caso de espanhol, língua bastante próxima do português.

O primeiro exemplo, retiro-o de Schane(1973). Em resumo, seu argumento em favor de formas abstratas é o seguinte: o Yawelmani tem formas verbais com o sufixo -it. Um tipo de harmonia vocálica afeta certas vogais do sufixo. Se a vogal do radical é u e a vogal do sufixo é alta, como é o caso da vogal de -it, então a vogal do sufixo deve ser foneticamente u. Exemplos: hudut, mutut. Curiosamente, a vogal u aparece, em sufixos, também com alguns radicais contendo o:, como, por exemplo, em ?o:tut, sodo:kut. Em outros verbos com o:, a regra de harmonia vocálica não se aplica. Então, há dois tipos de o: isto é, os que se comportam como u e causam harmonia vocálica, e os que se comportam normalmente. A harmonia do sufixo sugere que a vogal que subjaz a alguns o:'s seja u:, que aparece como o: em virtude de uma regra geral, livre de contexto, que tem como resultado o abaixamento de vogais altas longas. A forma subjacente do radical fonético ?o:t seria, então, /?u:t-/² (Schane, 1973: 78-9). Postular a existência real desta vogal subjacente permite uma explicação geral, sem exceção,

para a harmonia vocálica do Yawelmani, o que seria impossível sem este gesto de abstração em relação à forma fonética. Observe-se, porém, que a regra que transforma o: em u: é livre de contexto, dado que merece atenção crítica, por se tratar, na teoria, de uma mudança fonética sem motivação fonética.

O segundo exemplo, além de referir-se a um caso de uma língua aparentada ao português, quero mencioná-lo para exemplificar como a admissão de formas subjacentes diversas das fonéticas pode levar a um grau de abstração muito grande. A análise é de Harris, citada em Hooper(1973), de onde retiro o exemplo. Em espanhol, existem formas que apresentam a alternância /kt/~/č/.

(7) leche	[leče]	lactar	[laktar]
		láctico	[laktiko]
ocho	[očo]	octavo	[oktaβo]
noche	[noče]	nocturno	[nokturno]

Segundo Hooper, Harris assume que a competência de um falante nativo do espanhol inclui o conhecimento da relação fonológica entre essas formas. Representa essa relação dando a forma fonológica de leche, ocho e noche com /kt/: /lakte/, /okto/, /nokte/. Esta afirmação implica que quando formas como láctico entraram na língua (foram emprestadas tardiamente do latim) e os falantes as incorporaram, aprenderam sua relação com leche (ou outras formas correspondentes) e mudaram a representação subjacente de /leč-/ para /lakt-/, acrescentando a sua gramática as regras de (8), ao mesmo tempo (Hooper, 1973:16). As formas fonéticas seriam derivadas por um conjunto de regras que recapitulam o desenvolvimento histórico do grupo /kt/ do latim vulgar ao espanhol moderno:

(8) /lakte/	
layte	a. $k \rightarrow y / - \begin{Bmatrix} t \\ s \end{Bmatrix}$
layče	b. $t \rightarrow \check{c} / y -$
leyče	c. $a \rightarrow e / - y$
leče	d. $y \rightarrow \emptyset / - \check{c}$

Essas regras têm motivação escassa fora da derivação destas formas. O próprio Harris considera-as regras menores; aplicam-se a leche, mas não a lactar e lactico. Por isso, as formas com [č] devem ser marcadas com diacrítico ([+ S]), que assinala que devem sofrer a aplicação dessas regras. O diacrítico é necessário porque regras como as de (8) não são gerais, isto é, não tem motivação fonética superficial e não se aplicam, portanto, automaticamente.

Este argumento é, em essência, idêntico ao exposto para justificar as formas subjacentes comuns para opaque opacity, etc, e, portanto, formas abstratas em relação a certas formas fonéticas, só que, aqui, o nível de abstração é maior e a produtividade das regras pelo menos suspeita, e, portanto, precária sua justificação na gramática. Mas, é uma amostra característica do comportamento e dos resultados da fonologia gerativa transformacional, na busca da simplicidade e da regularidade subjacente. Seria muito interessante, além disso, sumariar a análise que Chomsky e Halle fazem do sistema vocálico do inglês (Chomsky e Halle, 1968:178-223), por ser uma demonstração minuciosa de como atua a fonologia gerativa standard. Não o faço por questões de espaço, e por que os exemplos apresentados são suficientes para ilustrar este aspecto da teoria.

b) uma segunda característica da fonologia gerativa transformacional que é preciso mencionar é sua hipótese (uma de suas mais caras hipóteses) de que as formas fonéticas são derivadas das fonológicas por um conjunto de regras

ordenadas entre si (paralelamente ao que se daria em sintaxe, onde a estrutura superficial seria derivada da profunda por regras ordenadas). Um corolário desta hipótese, que se transforma em exigência, se postuladas formas abstratas, é que só uma regra é aplicada a cada estágio da derivação e que cada regra é aplicada só uma vez a um item lexical dado, exceto se em ciclo diferente. Característica, também, da teoria, é que a ordenação entre as regras não é necessariamente dada por princípios universais, mas é estabelecida para cada língua (embora, claro, se exija para cada língua somente uma ordenação correta de regras), permitindo, inclusive, que ordenações diferentes expliquem variações dialetais (Kiparsky, 1968b: 178-9). No exemplo do Yawelmani acima citado, a forma fonética correta só pode ser derivada, dada a forma subjacente postulada, por meio de regras ordenadas: a regra de harmonia vocálica antes da de abaixamento de vogais altas longas. (Ver também a nota 2 deste capítulo e a nota 6 do capítulo I). A ordenação de regras no interior de cada gramática se chama ordenação extrínseca de regras. Esta hipótese é assumida como verdadeira e necessária pela GGT (ver Chomsky, 1968:88-91, por exemplo).

Resumindo, a possibilidade (ou necessidade) de abstração, controlada pela Condição de Naturalidade, mas de forma vaga, como se verá, e a ordenação extrínseca de regras são duas características básicas que definem a fonologia gerativa em sua versão standard. Em termos da teoria da Gramática Gerativa, isto significa afirmar: a) que o falante de uma língua também pode aprender formas abstratas, que nunca ouviu, isto é, essas formas são psicologicamente reais, embora nunca se manifestem; b) que o falante, além de aprender um conjunto de regras que geram as representações fonéticas, aprende também a ordem em que tais regras devem ser aplicadas. Em suma, a) e b) são parte da competência real do falante nativo de uma língua.

II. Nesta seção, é minha intenção mostrar como a Condição de Naturalidade está ligada à noção de classe natural de segmentos e como esta noção de classe funciona como limitação do grau de abstração, por um lado, mas permite uma representação fonológica bastante diferente da fonética, por outro, com a condição, evidentemente, de que haja motivos para tanto, e estes motivos estão sintetizados na exigência de que a abstração pese menos que as regras especiais requeridas pela gramática particular. O problema maior é que este critério não é claramente mensurável, dada a ausência de uma medida de avaliação definitiva.

Trabalhando sobre alternâncias como /k/, /t/ - /s/, em exemplos como opaque-opacity, democrat-democracy, Postal mostra que os segmentos alternantes participam de pelo menos setenta por cento de traços comuns, e que, ainda, os traços que os diferenciam não são os mais importantes para a classificação dos segmentos em questão (Postal, 1968: 70-2), ou, em outras palavras, não ocupam os primeiros lugares na hierarquia dos traços. Conseqüentemente, as regras particulares têm um custo mínimo, dado que as regras podem ser consideradas naturais, por agirem sobre segmentos delimitáveis, em uma só classe pelos traços principais.

Halle define assim a classe natural:

"Sons formam uma classe natural se menos traços são requeridos para designar a classe do que para designar qualquer som individual da classe" (apud Postal, 1968:73).

Essa noção suporta, em grande parte, a Condição de Naturalidade como formulada por Postal, que foi, mais tarde, considerada uma condição muito fraca, como se verá. Postal deixa explícito que a interpretação deve ser fraca quando diz, entre outras coisas, que

"embora a teoria fonêmica sistemática não exija e não possa exigir que as propriedades fonéticas de uma forma determinem completamente sua estrutura fonêmica(...), ela exige que as propriedades fonéticas determinem diretamente uma porcentagem substancial das propriedades fonológicas" (Postal, 1968:73).

Vê-se, assim, que a Condição de Naturalidade não é muito rígida nesta sua versão, e que, praticamente, põe limites muito vagos ao grau de abstração permitido e, mais que a sua medida de avaliação, pelos exemplos vistos, funda se, basicamente, na simplicidade formal. Se o critério da simplicidade formal for válido para uma gramática, a abstração se sustenta com mais força. Caso contrário, é uma hipótese fraca. Se acrescentarmos à citação acima outra afirmação de Postal, já citada no capítulo I, estabelecendo como critério que representações não naturais podem ser estabelecidas desde que tenham efeito de simplificação que pesem menos que as regras especiais requeridas, fica claro que a Condição de Naturalidade é muito vaga, na formulação de Postal, e que sua dependência de uma medida de avaliação complementar é total. Guiando-se pela formulação de Postal, o lingüista pode ser levado a sacrificar a realidade dos fatos e a forma de sua aquisição pelo falante ao formalismo da descrição. Isto pode levar ao estágio perigoso em que as formas postuladas sejam um mero construto do lingüista, o que permite que dos mesmos dados se façam muitas descrições, todas possíveis, dentre as quais é difícil escolher a mais adequada, dado que a medida de avaliação, basicamente formal, pode escolher, de fato, a menos adequada.

Nos exemplos analisados por Postal (opaque-opacity, etc.), pode-se dizer que há uma motivação empírica bastante forte para postular a mesma representação subjacente para itens alternantes. O fato de serem itens semanticamente relacionados e de pequena diferença fonética parece suficiente para admitir a validade da identificação subjacente, e, por-

tanto, uma representação fonológica diversa da fonética. O caso é um pouco mais complexo com exemplos como o do espanhol citado há pouco, ou, ainda, mais complexo, quando se postulam segmentos subjacentes que jamais ocorrem em itens semântica e foneticamente relacionados, ou, mesmo, já jamais ocorrem em qualquer item lexical superficial da língua. É o caso, este último, das vogais altas longas do Yawelmani, ou da representação fonológica /rixt/ postulada por Chomsky para a forma right e para o radical de righteous, para evitar que sofram a aplicação de regras aplicadas, por exemplo, a expedite-expeditious. Se assim fosse, righteous deveria ser [rišəs], ao invés de [rayčəs] (Allen e Van Buren, 1971:96-7)³. O problema, nestes casos, é que nem os u:'s postulados para o Yawelmani nem o x postulado no exemplo inglês têm manifestação fonética na língua.

O que se poderia objeter a tais análises é que, em busca de generalizações que padecem do risco de serem a penas formais, o lingüista pode acabar esquecendo que está tentando explicar a competência do falante nativo. A pergunta óbvia seria como pode o falante aprender um segmento que nunca ouviu. Ou uma representação que nunca se manifesta. Contra esta possível objeção, Chomsky assinala:

"Suponhamos que alguém sabe inglês, mas não conhece a forma righteous. Ouvindo esta palavra pela primeira vez, deve assimilá-la ao sistema que aprendeu. Se estivesse diante da forma [rišəs], concluiria naturalmente que a representação subjacente seria exatamente como as de expedite-expeditious, etc. Mas, ouvindo [rayčəs], sabe que esta representação é impossível". (Allen e van Buren, 1971:97)

Evidentemente, o argumento só tem força se se admite que a todas as diferenças superficiais devem corresponder diferenças subjacentes, isto é, se se exclui absolutamente a exceção. Parece, no entanto, que nem sempre é assim (ver seção III deste capítulo). Além disso, há diferença entre as motivações empíricas que levam a postular formas abs

tratas nos casos mencionados. No caso de pirate-piracy e outros do mesmo tipo, tanto [t] como [s] ocorrem na representação fonética, e se deverá, apenas, encontrar um critério para decidir qual o subjacente, se for, de fato, um só. Mas, no caso de right-righteous, que Chomsky postula derivarem de /rixɪt/, tem-se um fenômeno diferente: qual, então, a motivação para postular /x/, na forma subjacente, e não outro segmento com o traço [+contínuo]? (Este traço é relevante para o argumento de Chomsky, como se viu na nota 3). A afirmação de Chomsky acima citada é realmente verdadeira? O falante não poderia aprender exceções? Ou, de outra forma, como se pode ter certeza de que /rixɪt/ é a forma subjacente aprendida pelo falante? Em casos como esse, é-se tentado a dizer que se está diante de um puro construto do lingüista para obter generalizações metodologicamente importantes, e legantes, simétricas (é, creio, o motivo que leva a postular /x/ e não outro conjunto de traços), mas sobre cuja verdade não se pode ter certeza alguma. Ou, dito de uma forma mais benigna, que o lingüista pode estar valorizando exagerada e exclusivamente a simplicidade formal.

Por outro lado, é-se obrigado a reconhecer que a representação postulada por Chomsky não é totalmente abstrata nem despida de qualquer motivação. Ficou dito acima que o traço [+contínuo] é relevante para o argumento de Chomsky. Então, se por um lado, a forma postulada pode^{ser} exageradamente abstrata, por incluir um segmento que jamais ocorre na representação superficial da língua, por outro, está longe de possuir o grau de abstração total presente, por exemplo, nas representações postuladas pela fonêmica estratificacional. Por permanecer no âmbito da classe de segmentos caracterizada pelo traço [+contínuo], a forma subjacente tem uma naturalidade relativa. Nenhum procedimento previsto pela teoria permitiria a Chomsky postular, por exemplo, uma vogal no lugar de /x/. O mesmo se dá com a solução proposta para a estranha harmonia vocálica de certos sufixos do Yawelmani.

Embora nunca se superficialize uma vogal alta longa, há uma evidência indireta, a harmonia vocálica, para postular que tais vogais são reais num nível lingüísticamente significativo. Sem dúvida, o problema crucial é saber se, de fato, as gramáticas reais, as aprendidas pelos falantes nativos, são as mais regulares possível subjacentemente, ou se se dá que é normal haver exceções, faltas de simetria, ou casos que são historicamente explicáveis por critérios fonológicos, mas que, sincronicamente, só se explicam por idiossincrasias morfológicas.

Além disso, o problema da regularidade pode ser colocado de outro ângulo: a gramática é de fato mais simples quando 'regularizada' subjacentemente, mesmo que isso seja feito às custas de uma série de regras ordenadas e de alguns segmentos inexistentes na superfície da língua em questão? Não será ela mais simples se se complica o léxico e se eliminam os segmentos abstratos e as regras necessárias para projetá-los foneticamente? Fundamentalmente, o crucial é encontrar evidências que iluminem a questão de qual gramática o falante incorpora de fato, e isto ainda está longe de ser definitivamente resolvido, em que pesem algumas evidências particulares. Parece que cada vez mais dados de aquisição apontam para a complexidade morfológica, o que não deixa de ser um indício forte (ver citação de Kiparsky, sobre o assunto, no final da seção III).

Muitas análises com grau elevado de abstração nas representações fonológicas foram realizadas. É verdade que, com isso, se obtiveram gramáticas parciais 'regulares', embora, às vezes, necessitando-se qualificar regras numa hierarquia, como é o caso das regras pouco produtivas que Harris chama de menores. Dois problemas podem ser colocados a tais análises: a) o primeiro diz respeito ao custo das abstrações para as gramáticas: seriam estas representações e as regras que as projetam nas representações fonéticas correspondentes

custosas ou não para as gramáticas particulares? E como saber-se que as generalizações que permitem são mais significativas que a abstração postulada? Esta questão é crucial para uma teoria, se ela adota uma métrica de avaliação baseada na economia. b) o segundo o problema se relaciona com o problema da aquisição destas formas: não se deve esquecer que se postula que os falantes devem aprender tais representações, as regras que as projetam foneticamente e a ordenação entre elas. Cabem duas perguntas: é mais difícil aprender exceções ou formas abstratas e as regras correspondentes necessárias? É possível aprender formas que não se manifestam, pelos meios naturais de aprendizado linguístico? A primeira questão incide sobre o problema do custo da aquisição. A segunda, sobre a própria possibilidade de tal aquisição.

Foi por causa de problemas desse tipo que, no interior mesmo da teoria standard, antes, e depois, com postulados tão fortes que configuram praticamente outra teoria, se iniciou a tarefa de estabelecer limitações substanciais e mais explícitas sobre este aspecto da teoria standard.

Nas próximas seções apresentarei alguns aspectos principais das restrições sugeridas sobre o poder da teoria fonológica em sua versão standard, mencionando as alternativas oferecidas por Kiparsky, relativamente ao problema da abstração enquanto tal, e as de Koutsoudas, Sanders e Noll, relativas ao problema da ordenação de regras.

III. O que pretendi deixar claro na seção anterior é que a Condição de Naturalidade, embora colocada sobre a representação fonológica com a finalidade de restringir seu grau de abstração, foi interpretada geralmente em sua versão mais fraca, fazendo com que as análises fossem realizadas estabelecendo formas bastante abstratas. Isto de

corre da indefinição de uma medida de avaliação, o que faz com que seja extremamente vago deixar o limite da abstração na dependência do custo das regras especiais. Na realidade, a única medida de avaliação realmente utilizada é de caráter formal. Kiparsky caracteriza assim, sumariamente, o tratamento dado a questões fonológicas, em relação a esse aspecto:

"Mecanismos formais são muito ricos e a medida de avaliação muito simples: escolha a descrição mais breve" (Kiparsky, 1971:579).

Na realidade, a teoria tentou incorporar um critério de avaliação mais substancial. Sentindo que os critérios de avaliação formais podem deixar casos sem solução, Chomsky e Halle (1968, cap. IX) propuseram as convenções de marca, no intuito de resolver os problemas de avaliação de descrições por critérios baseados no conteúdo intrínseco de traços da representação fonológica, baseando-se no que se pode caracterizar, dado o estado das pesquisas no momento, como universais fonológicos.⁴ No entanto, na prática, mesmo nas descrições de Chomsky e Halle(1968), o critério utilizado foi essencialmente o da simplicidade formal.⁵ Como se verá adiante, também as convenções da marca propostas são insuficientes para escolha entre análises possíveis.

É Kiparsky um dos lingüistas que, no interior mesmo da fonologia gerativa standard, pensa ser necessário e possível tornar a teoria menos poderosa, em busca de descrições mais adequadas aos fatos lingüísticos. Em função disso, pensa que, ao lado das condições formais, a teoria lingüística deve colocar também condições substanciais de simplicidade. Enfoco aqui, sumariamente, as restrições que coloca sobre a abstração, que é meu tema. Com respeito às condições sobre uma teoria lingüística, escreve:

"Há uma limitação substantiva limitando a relação entre representações subjacentes e superficiais de algum modo? Tal limitação deveria dizer que representações subjacentes que não correspondem diretamente a coisa alguma na superfície são difíceis de aprender para a criança, ou, mais fortemente, que tais representações são impossíveis de aprender. De tais segmentos puramente abstratos em representações subjacentes são difíceis de aprender, a teoria terá que refletir isso formalmente, tornando-os dispendiosos. Deverá haver uma cláusula na medida de avaliação que coloca um alto custo sobre eles. A outra possibilidade, de que é impossível aprendê-los, requereria o estabelecimento de alguma limitação absoluta na teoria, que exclui tais análises absolutamente". (Kiparsky, 1971:581-2)

Nesta seção exponho rapidamente como Kiparsky propõe limitações sobre a abstração, exatamente com o intuito de colocar condições substanciais que limitem o poder da teoria, tornando-a mais consistente com alguns fatos lingüísticos mais firmemente estabelecidos. A finalidade é evitar que a teoria possa fazer afirmações muito fortes sobre a competência dos falantes. Exporei a limitação sobre a abstração que Kiparsky chama Condição de Alternância (Kiparsky, 1968a) e uma revisão que ele próprio faz desta proposta, sem, no entanto, recuar em seu objetivo de limitar as possibilidades de abstração das representações subjacentes (Kiparsky, 1971):

A principal fonte dos argumentos de Kiparsky é a lingüística histórica. Ele afirma que são principalmente os fatos históricos que demonstram que critérios do tipo "escolha a descrição mais breve" não podem ser corretos (Kiparsky, 1971:579):

A Condição de Alternância é proposta por Kiparsky com a finalidade de limitar a teoria de forma a impossibilitar regras de neutralização absoluta, que Kiparsky caracteriza assim:

"A neutralização absoluta é uma consequência do estabelecimento de distinções subjacentes com o propósito de classificar segmentos em segmentos que satisfazem e segmentos que não satisfazem a análise estrutural de uma regra. No tipo de neutralização absoluta normalmente colocado, a segmentos idênticos são atribuídos são atribuídos diferentes representações subjacentes, porque eles funcionam diferentemente em ambientes da mesma regra. Suponhamos, por exemplo, que uma gramática contenha a regra fonológica

A \rightarrow B no contexto — C

A língua tem, contudo, alguns casos de C diante dos quais a mudança A \rightarrow B não tem lugar, mas que não são, em si mesmos, distinguíveis dos C's diante dos quais a mudança tem lugar. Na presente teoria da fonologia gerativa, é sempre possível impedir qualquer C de servir de ambiente para uma regra, representando-o como um D subjacente, onde D é uma representação não encontrável em outro lugar da língua, que difere minimamente de C de alguma forma. Então, é apenas necessário incorporar uma regra tardia (late) D \rightarrow C na gramática. A conversão obrigatória, livre de contexto, do D virtual no C fonético é um exemplo do que é aqui chamado neutralização absoluta" (Kiparsky, 1968a:10).

Na mesma página, imediatamente antes da passagem citada, Kiparsky admite a validade da neutralização contextual, dizendo que é um fato lingüístico fora de discussão. Problemática, afirma, é a neutralização absoluta, exatamente porque significa postular, Gramática Gerativa, a realidade psicológica de um segmento que jamais ocorre na língua, e, que, portanto, quem o aprende, aprende-o sem jamais ouvi-lo (ver introdução deste trabalho, seção II). Que seja exatamente um segmento determinado, e não outro, é imposição da Condição de Naturalidade, já que ele diferir minimamente de sua realização fonética, para que a mudança seja, mais ou menos, natural (embora seja, de qualquer forma, problemático falar de mudança natural para um regra que opera mudança livre de contexto).

A neutralização absoluta como caracterizada acima,

Kiparsky chama de uso diacrítico de traços fonológicos. Ele rejeita essa solução, assim como rejeita soluções que fazem uso fonológico de traços diacríticos, entendendo-se por isso regras "quem têm a forma de regras fonológicas, mas operam sobre traços diacríticos" (Kiparsky, 1968a:10-11). Referindo-se a um caso de harmonia vocálica no húngaro, onde nem todos os segmentos harmonizados são precedidos do segmento que provocaria a harmonização naturalmente, propõe como solução alternativa ⁷

"representar a harmonia vocálica como fonologicamente condicionada até onde de fato fonologicamente condicionada, e introduzir traços diacríticos onde vogais neutras harmonicamente distintas mas fonologicamente idênticas devem ser distinguidas" (Kiparsky, 1968a:11).

Isso significa que a alternativa proposta, que Kiparsky chama traço de regra, seria marcar os segmentos neutros que não sofrem harmonia vocálica como [-HV], análise que deixa claro que a diferença entre tais segmentos é morfológica, arbitrária, e não fonológica.

Kiparsky afirma que a decisão entre as três alternativas é arbitrária na presente teoria (lembrar que o texto é de 1968), mas não as consequências da escolha, e que, na prática, se preferiu o traço fonológico ao traço de regra, sendo a escolha freqüentemente justificada por argumentos históricos ilícitos, já que "as crianças que aprendem sua língua nativa não têm necessariamente os interesses dos lingüistas" (Kiparsky, 1968a:12).

Por isso mesmo, propõe modificar a teoria de forma a excluir o uso diacrítico de traços fonológicos e o uso fonológico de traços diacríticos. Defende o uso de traços de regra, e afirma que esta escolha tem como consequência introduzir formas não alternantes no léxico em sua representação fonêmica. A convenção que regula tal tipo de represen

tação é chamada por Kiparsky de Condição de Alternância, que afirma: a) morfemas que são sempre foneticamente idênticos devem ter a mesma representação subjacente; b) morfemas que são sempre foneticamente diferentes devem ter representações subjacentes diferentes (Kiparsky, 1968a:12-3). A primeira parte da Condição exclui a neutralização absoluta. Em seguida, Kiparsky acrescenta:

"parece que a condição correta é ainda mais forte, e exclui os traços de regra no índice estrutural ou na mudança estrutural de regras fonológicas, restringindo-os à caracterização de elementos em classes regulares e excepcionais com respeito a regras fonológicas nas linhas propostas por Lakoff (1969) para a sintaxe" (Kiparsky, 1968a:13).

As evidências que Kiparsky alinha em favor da limitação que propõe sobre a abstração que resulta na necessidade de regras de neutralização absoluta são essencialmente de ordem histórica, levando à conclusão de que os fatos excluem tanto o uso fonológico de diacríticos como o uso diacrítico de traços fonológicos. É evidentemente mais difícil encontrar evidências de ordem sincrônica contra a abstração, porque não se sabem coisas definitivas sobre a aquisição da linguagem. Só estas podem resolver em definitivo a questão, quando a biologia, ou a psicologia, puder pronunciar-se sobre a determinação biológica, ou não, da linguagem, ou seja, quando se puder resolver empiricamente o problema da faculdade da linguagem, o que significará esclarecer as condições do cérebro a respeito do tipo de conhecimento que é a linguagem.

Algum tempo depois, após considerar algumas objeções, dentre as quais as de Hyman (1970)⁹, contra sua proposta de restringir a teoria de forma a não permitir jamais a neutralização absoluta, Kiparsky modifica a sua posição a respeito desta questão. Admite que a neutralização absoluta seja admissível nas línguas em que mais de uma regra se

refira crucialmente aos segmentos abstratos postulados. Sua nova posição pode ser resumida nesta afirmação:

"minha afirmação...de que a neutralização absoluta é instável, deve ser modificada. A instabilidade parece aparecer completamente só quando a distinção neutralizada está sendo objeto de uma regra somente. ...segmentos completamente abstratos devem ser permitidos quando mais de um regra se refere a eles crucialmente..."(Kiparsky, 1971:585):

Fica assim claro que a Condição de Alternância não é a condição adequada para investir contra a abstração, já que cede diante de argumentos baseados essencialmente na economia formal, embora não seja exclusivamente formal a objeção de Hyman (ver nota 9) em favor da neutralização absoluta. Mesmo mantida, e mesmo em sua versão mais forte possível, a Condição de Alternância não consegue impedir que se analise leche como forma superficial de/lakte/, porque Kiparsky permite o uso de diacríticos, como faz Harris em sua análise, e existe realmente a alternância superficial [kt] - [č] (Hooper, 1973:17). Portanto, mesmo que se resolvesse os problemas levantados pela admissão da neutralização absoluta, a Condição de Alternância seria pouco forte para outras análises problemáticas da FGT.

Mesmo modificando a sua posição em relação à neutralização absoluta, Kiparsky continua tentando encontrar restrições sobre a abstração e argumentos nesta direção. Em Kiparsky (1971), seu trabalho continua. É deste texto que retiro, embora longo, um argumento baseado em fatos de aquisição de linguagem, que, parece, em consequência, ser bastante forte. O argumento é forte porque vai, ao mesmo tempo, contra a abstração das formas fonológicas e contra a propala da "regularidade" subjacente das gramáticas. O texto é o seguinte:

"Outra limitação sobre a relação entre representa-

ções fonológicas subjacentes e superficiais foi proposta recentemente por Hale (1971), com base em amplas evidências sincrônicas e históricas de várias línguas polinésias. Hale considera o tipo de situação morfológica ilustrada pelos seguintes fatos do Maori:

(9)	<u>verbo</u>	<u>passivo</u>
	awhi	awhitia
	hopu	hopukia
	aru	arumia
	tohu	tohuia
	mau	mauria
	waro	warohia
	patu	patua
	kite	kitea

Se quiséssemos um "A" em nosso exame, diríamos, naturalmente, que as formas subjacentes são /awhit/, /hopuk/, /maur/, etc., e que o sufixo é /ia/. Teríamos, então, uma regra pela qual as consoantes são apagadas em final de palavra e permanecem em outros contextos. Outra regra diria que /ia/ se transforma em a depois de radicais que terminam em vogal, e.g., /patu + ia/ → patua. Outra evidência para essa análise seria o fato de que a terminação do gerúndio /aia/ também é precedido pela consoante postulada para o radical, e.g., awhitaiā, hopukaiā, etc.

Se alguém dissesse que as formas subjacentes são /awhi/, /hopu/, /mau/, etc., e que há um grande número de sufixos de passivas diferentes, /tia/, /kia/, /ria/, etc., rodaria. O que Hale mostra é que as crianças Maori que aprendem sua língua "rodam" nesse exame, e, de fato, estabelecem formas subjacentes em que os radicais todos terminam em vogais diferentes e em que há grande número de diferentes terminações passivas. Há forte evidência de que a análise "inteligente" não é psicologicamente correta. A gramática psicologicamente correta do Maori tem /tia/ como terminação básica e /kia/ /ria/, etc., como um conjunto de alomorfes usados em verbos que devem ser marcados lexicalmente como verbos que os selecionam. Temos, em outras palavras, uma conjugação regular /tia/ e um número de conjugações subsidiárias. Para fundamentar essa análise, Hale cita os seguintes fatos:

"(1) Radicais que são basicamente nominais são freqüentemente usados como verbos no discurso espontâneo; quando são usados assim, na passiva ,

regularmente, tomam a terminação /tia/. (a) Causativos derivados (formados com o prefixo/whaka- 7) tomam /-tia/ no passivo, mesmo se o radical básico do verbo toma outra alternante quando não no causativo. (3) Há uma regra pela qual certos adverbios tomam /-tia/ no passivo, independentemente da forma da terminação passiva que o verbo mesmo toma. (4) Empréstimos do inglês, incluindo os de consoante final não assimilada, tomam a terminação /-tia/ no passivo. (5) Verbos compostos derivados incorporando o nome de uma locução adverbial, regularmente, formam sua passiva em /-tia/. (6) Em geral, /-tia/ pode ser usado quando a terminação passiva convencional não é lembrada. Esses fatos são inteiramente consistentes com a análise sugerida. Somente com dificuldade podem ser tornados consistentes com a alternativa fonológica na descrição sincrônica do Maori. A situação é semelhante em outras línguas polinésias - o caso extremo de regularização é representado pelo Havaiano, que agora tem só uma terminação passiva /-ʔia/ (de *tia, presumivelmente)". Esses fatos são inexplicáveis na análise "inteligente". Por exemplo, por que teríamos mau "mauria, mas o causativo whakamau "whakamautia ? A análise que estabelece mauri subjacente deve, além disso, dizer que o prefixo causativo provoca mudança da consoante final do radical em t (e, presumivelmente, em radicais com vogais finais, epêntese de t). Na análise "estúpida", os causativos comportam-se exatamente como se espera. ... O que devemos fazer é mudar a teoria lingüística de forma que essa solução "errada" seja a solução "certa" (Kiparsky, 1971:590-5).

Penso que a análise de Hale fornece um argumento poderoso contra a abstração. Pelo fato de estar fundamentado na aquisição da língua pelos falantes e ser corroborado por dados históricos, o argumento é o mais forte possível, dentro dos parâmetros da gramática gerativa. Considero, pois, plenamente justificada a necessidade de estabelecer restrições rigorosas sobre a abstração das representações fonológicas e necessário abandonar as posições da fonologia gerativa transformacional consequentes do postulado de que as gramáticas são subjacentemente regulares. A análise fortemente "estúpida", mas psicologicamente consistente, dos fatos do Maori é um forte contra-exemplo a este postulado fundamen-

tal da gramática gerativa e mostra a que caminhos pode levar uma análise fundada na economia formal, na simplicidade, como critério básico de avaliação.

IV. Ver-se-á, acima, a necessidade de estabelecer sobre a abstração das representações fonológicas condições fortes, para diminuir o poder da teoria standard. Voltarei ao tema abaixo, quando ~~da~~ apresentação da Condição de Naturalidade Forte e de suas razões. Ver-se-á, então, como se propôs uma modificação substancial de uma das hipóteses básicas valorizada pela fonologia gerativa até então sem muitas restrições, e não muito claras. Os resultados decorrentes desta situação levaram à FGN.

Uma outra característica, acima mencionada, e que não permaneceu intocada, é a hipótese de que as gramáticas contêm regras extrinsecamente ordenadas. Parece que, de fato, admitir esta hipótese significa, exatamente, ir na direção contrária dos postulados básicos da própria teoria, que se pretende universal. Admitir ordenações de regras particulares para cada língua significa complicar uma teoria da aquisição baseada em princípios universais, tornando demasiado específicas as gramáticas particulares. Eliminar a ordenação extrínseca de regras, desde que se possa, sem ela, dar conta dos dados, significa simplificar substancialmente as gramáticas particulares, fazendo com que a ordenação seja determinada por princípios universais.

É na direção desta alternativa que Koutsoudas, Sanders e Noll (1971) propõem a seguinte hipótese:

"Todas as restrições sobre a ordem relativa de aplicação de regras gramaticais são determinadas por princípios universais, em vez de por princípios específicos de línguas, do que se segue que não há regras extrinsecamente ordenadas" (Koutsoudas, Sanders e Noll, 1971:1).

Em favor desta hipótese, argumentam que

"o poder de ordenação extrínseca não é empiricamente motivado com respeito aos fatos da fonologia e das mudanças fonológicas de línguas naturais...qualquer fato fonológico que pode ser explicado por meio de uma teoria com o poder da ordenação extrínseca pode ser explicado com igual ou maior generalidade por meio de uma teoria sem esse poder" (Koutsoudas, Sanders e Noll, 1971:1)

Além disso, pretendem

"proporcionar apoio para a hipótese mais geral de que a aplicação empiricamente correta de regras fonológicas é determinada inteiramente por princípios universais" (Koutsoudas, Sanders e Noll, 1971:1)

Após levantar todas as possibilidades lógicas de relação entre duas regras (feeding, bleeding, counter-feeding, counter-bleeding, mutually non-affecting, feeding and counter-feeding, bleeding and counter-bleeding, feeding and counter-bleeding, bleeding and counter-feeding), afirmam que

"enquanto que as teorias com ordenação extrínseca permitem que pares de regras se relacionem em qualquer uma das nove formas, teorias sem ordenação permitem que pares de regras se relacionem somente pelas relações predizíveis por princípios universais" (Koutsoudas, Sanders e Noll, 1972:2)

Diante disso, parece que a hipótese deve ser aceita, essencialmente por duas razões: a) não aceitá-la significa preferir princípios específicos de línguas particulares a princípios universais, o que é um contra-senso numa teoria linguística geral; b) ela tem o poder de limitar o número de descrições possíveis dos mesmos dados, como demonstra Wenne-mann(1973). Deste problema específico tratarei abaixo. O

princípio de não-ordenação é incorporado pela FGN. Nesta , um único princípio comanda a aplicação das regras: aplicam-se quando há descrição estrutural para sua aplicação.

V. Dada a série de problemas que derivam da interpretação fraca da Condição de Naturalidade, como proposta por Postal, aos quais me referi brevemente acima, problemas decorrentes da admissão de formas excessivamente abstratas , foi preciso formular uma condição mais nítida, menos equívoca e mais forte sobre a abstração. Os resultados desta nova formulação geraram o que se vem chamando de Fonologia Gerativa Natural, que será melhor caracterizada, nos aspectos que concernem a este trabalho, no próximo capítulo. Nesta seção, ater-me-ei à exposição de alguns argumentos que fundamentam a Condição de Naturalidade Forte, proposta por Wennemann. Os argumentos são extraídos de Wennemann (1972a e 1973).

Procurando demonstrar a inadequação da fonologia gerativa transformacional, Wennemann (1972a) apresenta alguns casos para os quais ela não ^{tem} condições de fornecer uma solução única. Para ele, tal solução só é possível em Fonologia Gerativa Natural, incorporada a Condição de Naturalidade Forte sobre representações lexicais.

A fonologia gerativa transformacional pretende resolver problemas de não unicidade de representação com a teoria da marca. Por exemplo, a palavra alemã bunt [bunt] é /bunt/ e Bund [bunt] é /bund/ porque /t/ e /d/ que são neutralizados em posição final, ocorrem foneticamente em formas flexionadas. Mas, como seria o segmento final de und [unt], palavra que não é flexionada? A resposta é: é /t/, porque as obstruintes surdas são menos marcadas que as obstruintes sonoras (Wennemann, 1972a:105).

Mas há casos que a teoria da marca não consegue re

solver. Por exemplo: no dialeto parisiense do francês, existe a neutralização posicional de /ɛn/, /in/ e /un/ em [ɛ̃]. Por exemplo: brin e brun são ambos [brɛ̃]. Brun é /brun/ por causa de brune, em fonologia gerativa standard. Mas, brin poderia ser /brɛn/, /brin/ ou /brun/. /brɛn/ é excluída porque /ɛ/ é mais marcado que /i/ e /u/. Mas não é possível escolher entre esses dois últimos, porque ambos são iguais em complexidade no sistema de marca de Chomsky e Halle. (Vennemann refere-se à teoria da marca de Chomsky e Halle, porque é contra ela que está investindo. Poderia, no entanto, deixar isso claro.)

Há mais quatro exemplos semelhantes tratados por Vennemann (1972a), que não exponho aqui para não me alongar desnecessariamente, dado que os problemas são sempre da mesma natureza. A solução de Vennemann para o caso de francês é que brin [brɛ̃] é no léxico, /brɛ̃/ mesmo, e não qualquer outra forma subjacente, por razões que decorrem da postulação da Condição de Naturalidade Forte (abaixo):

A finalidade de Vennemann (1973) é demonstrar que, para muitos casos, basta incorporar o princípio da não-ordenação na teoria para obter soluções únicas. Seus argumentos restringem-se a casos para os quais foi postulada uma regra de neutralização absoluta. Propõe uma reanálise das vogais Yawelmani (Vennemann, 1973:2-6), que não exponho aqui por ser **demasiado** longa, mostrando que: a) é possível uma solução sem postular neutralização absoluta, simplesmente incorporando o princípio de não-ordenação; b) a solução sem neutralização absoluta (e, portanto, sem segmentos abstratos no léxico) prevê a direção das mudanças que o Yawelmani pode sofrer em seu sistema vocálico que deve se dar no seguinte sentido: uma regra do chukchansi, dialeto estreitamente ligado ao Yawelmani, já está operando foneticamente com base nas vogais longas baixas do radical: Yawelmani: [ʔile: +hin] chukchansi: [ʔele: +hin]. Em relação à regra de harmonia do su-

fixo, penso que o que se pode prever é que, no caso de vogais baixas longas, o sufixo passe a se concordar com estas em altura, se um processo fonológico voltar a atuar nestas formas morfologizadas; c) a análise com ordenação de regras e neutralização absoluta prevê a volta do sistema vocálico do Yawelmani ao do Pré-Yawelmani, pela perda da regra de abaixamento (ver nota 2 deste capítulo), já que perda de regras é um mecanismo de mudança lingüística reconhecido pela GGT. Esta mudança é empiricamente falsa, pois as regras de neutralização absolutas jamais voltam a atuar no sentido inverso.

Tomo um exemplo do espanhol para mostrar como o princípio de não-ordenação funciona como limitação sobre a abstração. Para dar conta das alternâncias [s] ~ [sk] em verbos como crecer (kresko, kreska X kreser), Saporta propõe que a forma subjacente contenha um /θ/. Ex. /kreθer/. As formas fonéticas seriam derivadas pelas regras

$$(10) \emptyset \rightarrow k / _ + \left\{ \begin{array}{l} o \\ a \end{array} \right\}$$

$$(11) \quad \rightarrow s$$

A derivação só é possível com ordenação extrínseca de regras, (10) antes (11), o que significa dizer que, recusando o princípio de ordenação, essa análise é impossível. A reanálise que Hooper propõe é:

(12) a) entrada lexical: /kres-/
 $\left[+k \right]$

b) regra morfofonêmica: $\emptyset \rightarrow k / Vs _ \left. \begin{array}{l} \text{verbo} \\ \left[+k \right] \end{array} \right\} \left. \begin{array}{l} \text{---} \\ \left. \begin{array}{l} o \\ a \end{array} \right\} \right\}$

A regra (12) b) não é uma regra fonológica, e sim morfofonêmica. Assim é porque a FGN não admite regras fonológicas, sem motivação fonética, nem diacríticos que determinem a aplicação de uma regra fonológica, porque significaria que ela não é geral. Não sendo geral, falta-lhe moti

vação regular. Assim, é idiossincrática. (ver Hooper, 1973, cap.III). A exposição do exemplo acima está em Hooper..... (1973:28-9).

Após comentar o caso do Yawelmani, Vennemann..... (1973) mostra que existem casos em que o princípio de não - ordenação não é suficiente para evitar soluções não únicas. Um dos exemplos que apresenta é o seguinte, a partir de Hyman (1970):

Pré-Nupe tinha o seguinte sistema de vogais:

(13) i u
e o
ɛ ɔ
a

e sofreu as mudanças

(14) a) C → C^Y / _____ Vogais palatais (i, e, ɛ);
b) C → C^W / _____ Vogais labiais (u, o, ɔ);
(15) ɛ, ɔ → a

Para explicar certos fenômenos morfofonêmicos do Nupe (ver nota 9 deste capítulo), bem como a adaptação de alguns empréstimos, Hyman (1970) assume (13) como sistema subjacente e (14) e (15) como regras sincrônicas, (14) ordenada extrinsecamente antes de (15).

Hã, no entanto, uma descrição alternativa para o Nupe, com (16) como sistema de vogais, (14) permanecendo, aplicada só a i, e, u, o e as consoantes palatalizadas e labializadas reconhecidas no léxico, embora só contrastem de a.

(16) i u
e o
a

Esta solução não requer regras ordenadas extrinsecamente. Mas, observe-se que, tornando a neutralização de

vogais baixas sensível à palatalização e à labialização das consoantes precedentes, como em (17), a solução de Hyman pode ser modificada para uma outra, que também não requer ordenação extrínseca de regras, e, ao mesmo tempo, revela que a neutralização é um processo natural, um caso de apagamento de redundância:

- (17) a) $\varepsilon \rightarrow a / C^Y \text{ ---}$
 b) $\text{ɔ} \rightarrow a / C^W \text{ ---}$

Assim, há duas soluções para o problema do Nupe, mesmo eliminando a ordenação extrínseca de regras. (Vennemann, 1973:6-7).

Para obter soluções únicas, é necessário, então, segundo Vennemann, incorporar à teoria fonológica a Condição de Naturalidade Forte, ou, como diz Vennemann (1972a:111), levar a Condição de Naturalidade a sério.

A Condição de Naturalidade Forte reza que:

- a) representações lexicais de partes não alternantes de morfemas são idênticas a suas representações fonéticas;
- b) representações lexicais de raízes são idênticas a um dos alomorfes do radical do paradigma, mais um conjunto (frequentemente vazio) de regras de supleção (Vennemann, 1973:7,8).

Esta Condição deixa claro que, em FGN, as restrições sobre a abstração das representações fonológicas são as mais rigorosas possível, são absolutas, definidas explicitamente e não vagas ou adaptadas e cada caso, um pouco segundo a imaginação de cada analista, como, na prática se dava (e dá) em FGT. Em FGN, a representação fonológica dos morfemas é postulada como totalmente concreta, incluindo o detalhe fonético do segmento, tal como deve resultar do ponto de articulação, segmentos vizinhos, posição na sílaba, etc. (Vennemann, 1972a:111).

Assim, ficam claros, desta exposição, dois princípios básicos da FGN: o princípio de não-ordenação e a Condição de Naturalidade Forte. Com isso, o poder da teoria é restringido ao máximo, fazendo com que ela seja realmente testável em sua adequação ou não aos dados que se propõe descrever, podendo fazer, assim, hipóteses mais facilmente testáveis, empiricamente, em relação à aquisição das regras fonológicas da língua por parte de um falante. Os dois princípios, vê-se claramente, estão ambos afetos, de maneira íntima, ao problema da abstração.

No próximo capítulo, far-se-á uma exposição mais organizada e detalhada da teoria da FGN.

NOTAS

1. Chomsky define assim "generalização":

"Temos uma generalização quando um conjunto de regras sobre itens distintos pode ser substituído por uma única (ou, de um modo mais geral, por regras parcialmente idênticas) sobre a totalidade do conjunto, ou quando é possível mostrar que uma "classe natural" de itens sofre um determinado processo ou um conjunto de processos similares" (Chomsky, 1965a:125).

Em relação à universalidade das generalizações, dado que não existe uma medida de avaliação a priori (Chomsky, 1965a: 120)

"o problema mais importante da teoria lingüística parece ser o de abstrair formulações e generalizações das gramáticas particulares descritivamente adequadas e, sempre que possível, atribuí-las à teoria geral da estrutura lingüística..." (Chomsky, 1965a:130; ver, também, pgs. 125-7).

2. A derivação de |go:bit|, |mutut| e |?o:tut| seria:

Forma subjacente	#go:b+it#	#mut+it#	#?u:t+it#
Harmonia do sufixo	-----	mut+ut	?u:t+ut
Abaixamento de vogais altas longas	-----	-----	?o:t+ut
Formas derivadas	[go:bit]	[mutut]	[?o:tut]

Observe-se que, para se chegar às formas derivadas, a regra de abaixamento de vogais altas longas deve aplicar-se necessariamente após a regra de harmonia vocálica do sufixo. Caso contrário, não haveria mais descrição estrutural para a regra e se derivaria ?o:tit.

3. Chomsky justifica da seguinte maneira a forma subjacente /rixt/: dadas as regras: a) vogais tornam-se não tensas diante de -ion, -ious, -ity, etc; b) o segmento /t/ segui-

do de uma vogal anterior alta é realizado como [č] depois de uma contínua e como [š] nos demais ambientes; c) a seqüência vogal e contínua velar transforma-se em vogal tensa; d) /i/ transforma-se em [ay], temos: a) dá [divin] a partir de /divin/ em divinity, [reptil] a partir de /reptil/ em reptilian; b) se aplica a [ignišan], [ekspedišas] e [kən trišan] depois de reduzidas as vogais átonas. Em resumo, segmentos realizados como [ayt] em ignit, expedite e contrite são realizados como [iš] em ignition, expeditious e contrition. No entanto, right e righteous dão, foneticamente, [rayt] - [rayčas]. A última forma parece desviar-se do padrão regular em dois aspectos: qualidade da vogal ([ayt] em vez de [i]) e [č] em vez de [š]. Se o processo fôsse o mesmo, teríamos [rišas], analogamente a [ekspedišas]. A consoante final seria corretamente determinada como [č] se a forma subjacente fôsse /riɸt/, onde φ é uma consoante contínua. Como φ deve ser diferente das contínuas que efetivamente aparecem na posição (wrist, rift, wished), Chomsky assume que a contínua é a velar /x/, que, como assinala Lightner (1975), é e sempre foi estranha totalmente ao sistema subjacente de consoantes do inglês (e, mais geralmente, do Germânico e do Indo-Europeu) (Lightner, 1975:621). A forma subjacente de right seria, então, /rixɸt/ (cf. Allen e van Buren, 1971: 95-7).

4. As convenções de marca estão estreitamente relacionadas com a pesquisa de universais fonológicos e com o estabelecimento de uma hierarquia de traços. No fundo, as três coisas estão profundamente imbricadas.
5. O critério básico real de avaliação de Chomsky e Halle pode ser resumido nesta afirmação:

"O valor de uma seqüência de regras é o recíproco do número de símbolos em sua representação mínima" (Chomsky e Halle, 1968:334)

No entanto, os autores reconhecem que este critério pode ser falso, e indicam o motivo:

"Pode-se provar que uma teoria proposta que especifique modelos formais de avaliação é falsa, confrontando-a com a evidência empírica que a relaciona à gramática que realmente subjaz à performance do falante" (Chomsky e Halle, 1968:331).

Como esta questão é fundamental para a teoria, alongo-me um pouco nesta nota. Veja-se o comentário de Gnerre (1974):

"Há, segundo Chomsky e Halle (1968:330), generalizações verdadeiras e significativas, falsas, verdadeiras e não significativas, compatíveis com os dados mas não linguisticamente significativas; portanto, verdade e significação (significativita) são qualidades diferentes atribuíveis às generalizações. Tanto Chomsky e Halle (1968), como Kiparsky (1968a) e Postal (1968) consideram critério para julgar a significação de uma generalização que esta se refira à competência de um falante-ouvinte ideal. Botha (1971:100) demonstrou, porém, que, na realidade, falta um critério para usar na fase analítica ou pré-teórica da pesquisa linguística que permita discernir entre fatos significativos linguisticamente e não significativos, para justificar a integração na teoria de certos dispositivos que permitam selecionar com precisão estes fatos arbitrariamente definidos (até agora) como linguisticamente significativos" (Gnerre, 1974: 58-9).

Da afirmação de Botha citada por Gnerre fica clara a falta de critérios precisos para se julgar uma generalização, no presente estado da teoria linguística, seja ela construída sobre abstração ou não. Não se conhecem exatamente os mecanismos biológicos ligados à competência, que seriam um critério definitivo para uma teoria com o objetivo da GGT. A própria linguística padece de imperfeições teóricas. No estágio em que se está é compreensível porque se tem aceito um critério consagrado, o da simplicidade, pelo menos na prática.

No entanto, deve-se estar sempre atento na decisão de adotar qualquer critério, mesmo se consagrado. O da simplicidade é um dos casos. As afirmações de Bunge, abaixo citadas, deixam claro que é um critério questionável, hoje:

"A simplicidade é claramente desfavorável à coerência externa, uma vez que a última impõe uma crescente multiplicidade de conexões entre os vários capítulos da ciência" (Bunge, 1974:135).

"É claro que a simplicidade é desfavorável ao poder explanatório, porque um amplo alcance é uma classe de numerosas sub-classes, cada qual intencionalmente caracterizada por um conjunto de propriedades e porque a precisão, o segundo fator de poder explanatório, exige também complicação" (Bunge, 1974:136).

"A simplicidade é desfavorável ao poder de previsão pela mesma razão porque é incompatível com o poder explanatório" (Bunge, 1974:137).

"... todavia, o que há de mais simples que o reducionismo - para baixo, como no caso do mecanicismo, ou para cima, como no caso do idealismo - que transgride a regra do nível de parcimônia?" (Bunge, 1974:142).

"A verdade não está relacionada obviamente à simplicidade, mas à complexidade" (Bunge, 1974:123).

6. Além do exemplo clássico da neutralização de oclusivas em favor das surdas, em posição final de palavra, em alemão, pode-se citar a neutralização contextual das vogais, em português. Mattoso Câmara fornece os seguintes quadros de vogais, segundo o contexto, no português do Rio de Janeiro, estilo tenso (transformo sua notação na notação por mim utilizada regularmente neste trabalho):

a) as sete vogais, encontráveis na posição tônica são:

u, o, ɔ, a, ê, e, i.

b) diante de consoante nasal, na sílaba seguinte: u, o, a, e, i (a se torna mais alto que em posição tônica não seguido de nasal).

- c) vogais pré-tônicas: u, o, a, e, i.
- d) primeiras vogais pós-tônicas de proparoxítonas: u, a, e, i.
- e) vogais átonas finais, diante ou não de /s/ no mesmo vocábulo: u, a, i. (Câmara Jr., 1970:32-4. Ver também Câmara J., 1971:20-5).

7. É a seguinte a situação no Húngaro, segundo Kiparsky:

"Sufixos que exibem alternância harmônica são posteriores depois de raízes com vogais posteriores e anteriores depois de raízes com vogais anteriores. Assuma-se que estes sufixos têm vogais posteriores básicas, e que a regra de harmonia vocálica causa sua anteriorização depois de raízes com vogais anteriores. O húngaro tem a peculiaridade de que certos radicais contendo as vogais 'neutras' i e e não causam nenhuma anteriorização do sufixo. Um caso assim é héj- 'casca', 'pele', e.g., héj-am 'minha pele', que contrasta com kés-em 'minha faca'. O problema que uma descrição fonológica enfrenta é que a harmonia vocálica é parcialmente previsível fonologicamente com base na qualidade anterior ou posterior da vogal do radical, mas imprevisível quando a raiz contém só vogais neutras. Em tal caso, algumas análises gerativas representaram palavras como héj- com vogais posteriores não arredondadas subjacentes, sofrendo neutralização absoluta com vogais anteriores subjacentes de palavras como kés-, depois que a regra de harmonia vocálica se aplicou. Assim, héj- é fonemicamente /hə:j/, embora nem /ə/ nem outra vogal posterior não arredondada jamais apareça foneticamente nesta palavra do húngaro" (Kiparsky, 1968a:10).

É a esse tipo de análise que Kiparsky chama de uso diacrítico de traços fonológicos.

8. Isto significa admitir claramente que as gramáticas têm exceções, o que, aliás, não deveria causar espanto a ninguém. Kiparsky sugere também a forma de tratá-las:

"Os traços de regra disponíveis para representar exceções a regras gramaticais são os traços apropriados para serem usados. Uma exceção a uma re-

Gra é uma unidade lingüística que satisfaz a análise estrutural, mas nunca a sofre. As regras lingüísticas podem ter exceções e é geralmente aceito que são necessários traços de regra de algum tipo para marcar unidades lingüísticas como exceções. Portanto, não é necessário atribuir a itens excepcionais representações fonológicas diferentes das regulares. Podem simplesmente ser designadas no léxico como exceções..." (Kiparsky, 1968a: 11).

9. Em resumo, a situação do Nupe pode ser assim caracterizada:

- a) a estrutura geral dos morfemas é (V)CVCV (exceto para Cy e Cw);
- b) Cy e Cw só ocorrem diante de /a/ e de /ã/;
- c) /š ž č ĵ/ contrastam com /s z ts dz/ só antes de /a/, ocorrendo, além de neste ambiente, somente diante de /i, e/.

Exemplos: ēg^wà 'mão'
 ēg^yà 'sangue'
 ēgā 'estrangeiro'

Dados estes fatos, Hyman (1970), propõe uma solução abstrata, que admite neutralização absoluta. Propõe que /wa/ e /ya/ provenham, respectivamente, de /ɔ/ e de /ɛ/. Existem, independentemente, regras de palatalização e labialização:

Palatalização: $C \rightarrow C^y / \text{---} \left\{ \begin{matrix} i \\ e \end{matrix} \right\}$

Labialização: $C \rightarrow C^w / \text{---} \left\{ \begin{matrix} u \\ o \end{matrix} \right\}$

Se se admitirem /ɛ/ e /ɔ/ subjacentes, os ambientes destas regras apenas teriam que ser generalizados para

$/\text{---} \left\{ \begin{matrix} i \\ e \\ \varepsilon \end{matrix} \right\}$ e $/\text{---} \left\{ \begin{matrix} u \\ o \\ \varepsilon \end{matrix} \right\}$, respectivamente. Aplicar-se-ia, em

seguida, uma regra de neutralização absoluta:

$\left[\begin{matrix} V \\ +baixo \end{matrix} \right] \rightarrow \left[\begin{matrix} +posterior \\ -arredondado \end{matrix} \right]$. Não se violaria, assim, a estrutura

(V)CVCV dos morfemas e se evitaria de ter que considerar fonêmicos os segmentos restritos a um só ambiente /š ž č ĵ/ e as seqüências /C^y/ e /C^w/. Além disso,

as regras de palatalização e labialização tornar-se-iam mais gerais, mantendo a naturalidade.

Além desses argumentos, que podem ser considerados baseados na simplicidade, Hyman tem outro, com o qual quer comprovar a produtividade sincrônica da regra de neutralização absoluta. Os empréstimos do Yoruba sofrem a mesma regra, isto é, /CE/ e /CO/ do Yoruba se transformam em C^Y e C^W em Nupe. Exemplos:

Yoruba	kèké	→	Nupe	kyàkyá
	tōrē	→		twāryā
	kóbò	→		kwábwà

Embora esta análise de Hyman tenha sido criticada (Harms, 1973; Vennemann, 1973), reconhece-se, geralmente, a força do argumento baseado na produtividade da regra de neutralização absoluta em empréstimos. Vejamos: "Os textos de Hyman são importantes por introduzir outro aspecto da lingüística história, ou seja, os fatos a respeito do empréstimos, na discussão da teoria fonológica" (Kiparsky, 1971, 584). Por outro lado, os críticos de Hyman deixam clara sua opinião de que não há certeza sobre o comportamento dos empréstimos, daí porque um argumento baseado neles não pode ser definitivo: "Mas o processo de nativização é pobremente compreendido" (Harms, 1973:442). "Claramente, há mais coisas envolvidas na adoção de palavras emprestadas do que se reconhece no momento" (Vennemann, 1973:10-11). No entanto, argumentos com base no comportamento dos empréstimos são largamente utilizados, inclusive em *Fonologia Gerativa Natural*, como se pode ver em Hooper (1973-166-8). Penso que o argumento de Hyman, com base nos empréstimos, não é absolutamente um argumento forte. É usual que falantes de uma língua, ao estudarem outra, tenham tendência a reduzir o sistema de sons da língua que estudam ao de sua língua nativa. Por exemplo:

se um falante do espanhol repete como [o] o som [ɔ] do português, não significa que exista uma regra de transformação de /ɔ/ em [o] em espanhol. Se um falante de português reduz uma fricativa interdental do inglês a uma oclusiva dental ou a uma fricativa alveolar, não significa que esta seja uma regra produtiva do português. O argumento de Hyman pode facilmente ser refutado, me parece, com base nestes fatos. O fato de os falantes de Nupe não pronunciarem as vogais [ɛ] e [ɔ], mesmo em palavras do Yoruba, longe de significar que haja uma regra de neutralização de vogais baixas na vogal posterior não arredondada, pode significar, exatamente, que estas vogais ([ɛ] e [ɔ]) não existem em nenhum nível do Nupe, isto é, não existem na mente do falante. Então, adapta essas vogais ao som (ou seqüência de sons) mais próximo existente em Nupe.

CAPÍTULO III

ASPECTOS DA DOUTRINA DA FONOLOGIA GERATIVA NATURAL

"A todos os que pretendem ainda falar do homem, do seu reino ou de sua libertação, a todos os que formulam ainda questões sobre o que é o homem na sua essência, a todos os que querem partir dele para ter acesso à verdade, a todos aqueles, em contrapartida, que reconduzem todo o conhecimento às virtudes do próprio homem, a todos os que não se propõem formalizar sem antropologizar, que não pretendem mitologizar sem desmistificar, que não querem pensar sem pensar logo que é o homem que pensa, a todas estas formas de reflexão canhestras e torcidas, não se pode senão opor um certo riso filosófico - quer dizer, em certa medida, silencioso" (Michel Foucault, As palavras e as coisas).

O objetivo deste capítulo é apresentar, sumariamente, as características básicas da FGN. As semelhanças entre a FGT e a FGN são muitas. Preocupar-me-ei com a apresentação e justificação das propostas da FGN que diferem das da FGT em relação ao componente fonológico, e, por extensão necessária, a alguns aspectos do léxico.

I. Para que não pareça que a GGN formula hipóteses diversas das da GGT exclusivamente no que concerne ao componente fonológico, apresentarei rápida notícia referente às intenções gerais da teoria, embora sem justificação e aprofundamento.

Em Vennemann (1971) encontra-se uma excelente apresentação sumária das principais propostas da GGN, que me permito transcrever:

"A Gramática Gerativa Natural é uma teoria da gramática cujo objetivo é modelar tão diretamente

quanto possível a representação do conhecimento lingüístico que está na mente do falante. Não há nenhuma ênfase particular, nesta teoria, na formalização, porque uma teoria não se torna melhor, mais teoria, pela formalização. Ao invés disso, há ênfase em compreender a motivação conceptual ou fonética subjacente a um dado processo da gramática. Não há ênfase particular na simplicidade, ou generalidade, das descrições lingüísticas. Ao invés disso, há ênfase na explicabilidade (explanatoriness) das formulações lingüísticas. Não há nenhuma ênfase particular em explicar a relação de certas sentenças, p. ex., derivando-as da mesma fonte subjacente, ou mostrando de que maneira sentenças especialmente escolhidas são ou não gramaticais. Ao invés disso, há ênfase no poder preditivo das descrições gramaticais nas áreas do uso, aquisição e mudança da língua. A teoria não é projetada para selecionar a gramática mais simples de um conjunto infinito de gramáticas possíveis, mas para forçar o lingüista a construir aquela gramática que faz as predições corretas nas áreas mencionadas. Assim, essa teoria não permite ao lingüista descrever o alemão como uma língua com a ordem básica de palavras com o verbo na última posição e uma transformação mudando o verbo para a segunda posição em sentenças declarativas principais, porque esta descrição prediz que o alemão poderia voltar à ordem geral de palavras com o verbo na última posição pela perda desta única transformação. Naturalmente, o alemão não pode voltar atrás, ele pode somente ir adiante pelo caminho que o inglês quase completou agora, isto é, a ordem de palavras geral com o verbo na segunda posição, ou sujeito-verbo. Portanto, a única descrição disponível do alemão em Gramática Gerativa Natural é uma em que a ordem básica das palavras de sentenças declarativas tem o verbo finito na segunda posição, com todos os numerosos desvios deste arranjo sendo tratados como casos especiais. Esta é a única descrição disponível, a despeito de sua rusticidade (clumsiness) e aparência de falta de generalidade, porque esta é a única descrição que faz a predição correta da mudança sintática. Da mesma forma, o inglês não é, nesta teoria, uma língua VSO, mas uma língua SVO, mesmo que certas generalizações aparentes, que certos lingüistas pensam que podem ser feitas, não possam ser feitas.

A Gramática Gerativa Natural é uma teoria gerativa da língua porque é reconhecido que as gramáticas são mecanismos gerativos que convertem estruturas significativas em estruturas sonoras e vice-versa. Mas, a ênfase na realidade psíquica das

formulações proíbe a incorporação de um número de traços que aparecem em outros modelos de línguas, em parte como consequência da preocupação de seus autores com as propriedades superficiais do inglês. Por exemplo, não haverá mecanismos como: um componente sintático autônomo; estruturas subjacentes linearmente ordenadas; transformações sintáticas (mais precisamente: transformações de movimento); regras extrinsecamente ordenadas; fonemas sistemáticos ou autônomos. Ao invés disso, a teoria reconhece um léxico com representação de itens lexicais, e somente os dois níveis de representação que são conhecidos como reais, o nível semântico e o fonético. A representação semântica são formas lógicas, que são por definição isentas de ordem temporal, i.e., linear. Elas são convertidas em representações fonéticas por um conjunto não ordenado de regras do tipo seguinte: regras de lexicalização, regras de serialização (linearização), regras de intonação, regras que estendem traços (feature spreading rules) e regras morfofonológicas. O léxico tem suas próprias regras, sendo as principais delas as regras de redundância semântica, que relacionam, p. ex., kill a cause e die no léxico inglês, regras de supleção que relacionam went a go, kept a keep, etc., via-rules que identificam a relação de keep : kept com a de sleep : slept, e, além disso, com serene : serenity, e, talvez, com divine : divinity" (Vennemann, 1971:1-3)

As hipóteses da FGN são propostas com a finalidade principal de limitar a teoria lingüística de forma tal que ela force descrições gramaticais únicas de dados lingüísticos, em oposição à multidão de descrições disponíveis para cada amostra de dados que é característica da GGT (Vennemann, 1974: 6). Para tal, a GGN pode ser caracterizada mais brevemente que na citação anterior, pelo fato de que

"não permite representações lexicais abstratas, regras ordenadas, estruturas profundas que não sejam representações semânticas com base numa extensão apropriada da lógica de predicados, ordenação linear de constituintes em níveis mais profundos que a superfície sintática" (Vennemann, 1974:7).

"O objetivo dessa teoria é estabelecer um sistema de limitações universais que seja poderoso o bastante para forçar o lingüista que analisa uma língua a construir uma gramática que modele (models) diretamente a representação mental da capacidade gerativa

e analítica subjacente a essa língua. As fontes primárias de evidências para limitações linguísticas universais são a tipologia linguística, a mudança linguística e a psicolinguística (especialmente estudos comparativos de aquisição da linguagem). As fontes primárias de evidências para línguas específicas são (além da usual amostra representativa de discursos em seu contexto social), a história da língua, especialmente suas tendências analógicas, como as que estão refletidas em sua história mais recente e em dialetos vizinhos, e o conjunto de conhecimento psicolinguístico relativo a essa língua" (Vennemann, 1972a:110).

Com relação mais especificamente à fonologia, a caracterização básica da GGN pode ser dada pelas seguintes citações:

"A fonologia da GGN é semelhante em muitos aspectos à fonologia da GGT. Na GGN há um léxico no qual itens lexicais individuais são dados em forma fonológica por traços distintivos que têm conteúdo fonético intrínseco. Na GGN há um componente fonológico que contém regras que geram formas superficiais a partir de formas subjacentes. A diferença entre as teorias é que a GGN é mais limitada que a GGT. Qualquer análise possível em GGN é também possível em GGT, mas há muitas análises possíveis em GGT que são sistematicamente excluídas de uma GGN. A GGN é uma teoria muito menos poderosa, e, portanto, mais altamente valorizada, se se puder mostrar que a análise selecionada pela GGN faz afirmações corretas sobre os dados linguísticos" (Hooper, 1973:21).

"Em morfofonologia, a limitação de que todas as regras são não ordenadas (...) leva a um número de conseqüências que faz esta porção da gramática ver as coisas de forma radicalmente diferente da 'fonologia' da gramática transformacional. Por exemplo, não há nenhuma diferença entre as regras de redundância lexical e as regras fonológicas. (...) Em vez disso, há uma distinção entre regras fonológicas (...), por um lado, e regras morfofonêmicas, morfológicas e sandhi, por outro" (Vennemann, 1972a:111).

Em resumo, a Condição de Naturalidade Forte, o princípio da não ordenação (mencionados no fim do capítulo anterior), a distinção entre diversos tipos de regras aplicadas

ao léxico (e não só regras 'fonológicas') são as principais características da FGN. Cada um desses aspectos será tratado com maior detalhe nas seções seguintes.

II. A característica mais fundamental da FGN é a de solucionar o problema da abstração das representações fonológicas da forma mais forte possível. Como já se viu, a Condição de Naturalidade Forte exige que as formas subjacentes de morfemas sejam idênticas às suas representações fonéticas. Para o caso das formas alternantes, i. é, um morfema com dois ou mais alomorfes, um dos alomorfes é listado no léxico e os outros derivados dele. Não é permitido listar no léxico uma forma subjacente com algumas características de um alomorfe e outras de outro, i. é, formas que não se realizam foneticamente. Esta característica é a fundamental porque as outras decorrem dela. Dadas formas não abstratas no léxico, a ordenação extrínseca de regras é abandonada por inútil, e outras regras, além das fonológicas, serão necessárias. Ver-se-á isso abaixo.

Da Condição de Naturalidade Forte decorre que não há dois níveis distintos de representação dos itens lexicais, um meramente classificatório, embora com traços de conteúdo fonético intrínseco, e um com todas as redundâncias determinadas pelas regras fonológicas. No entanto, isso não implica que todas as formas da língua estejam no léxico. Na verdade, há alomorfes que são derivados, por regras, de um alomorfe básico, definido por critérios semânticos (o mais simples no léxico, os mais complexos derivados dele, cf. Vennemann: 1973:18) ¹ ou estatísticos (o alomorfe mais freqüente no léxico, o 'excepcional' derivado dele, cf. Hooper, 1973:61). Os segmentos, no entanto, são representados no léxico com todos os detalhes fonéticos (Vennemann, 1972a:111). A FGN postula, pois, que muitas informações redundantes são incluídas no léxico, enquanto que a FGT propõe abstração de todas as redundâncias (a teoria da marca é um grande avanço neste caminho), através das representações abstratas e das condições sobre

a estrutura de morfemas.

No entanto, da afirmação de que todos os segmentos entram no léxico com todos os detalhes fonéticos não decorre que a FGN considera "fonêmico" qualquer segmento inserido no léxico, não distinguindo os portadores de informação (distintivos) dos previsíveis foneticamente. Apenas, os traços previsíveis foneticamente também são fornecidos pelo léxico. As regras fonológicas é que ficam com o papel de informar qual traço é portador de informação e qual não é. Daí porque, em FGN, nem todas as regras fonológicas são gerativas, mas têm, em muitos casos, o papel de funcionar como afirmações sobre a redundância das representações lexicais (cf. Hooper, 1973:22).

Para ilustrar a solução que a FGN oferece para o problema da representação lexical e do caráter distintivo dos segmentos, exporei um exemplo extraído de Vennemann(1972a). O fato de que o [ŋ̥] do faroês ocorre somente diante de obstruintes velares surdas e que o [ŋ̥] na forma metatizada svenkst [svɛŋ̥kst] (nom. neutr. sing.) deriva do radical /ŋ/ de /svɛŋsk/ 'sueco' (cf. svenskur [svɛnskur] (nom. masc. sing.)² por duas regras fonológicas da língua, não proporciona nenhuma justificação para derivar de /ŋ/ o [ŋ̥] de banka [bɛŋka 'golpe', que não alterna. A representação lexical do radical desta palavra é /bɛŋk-/; em nenhum nível da representação ela pode ser /bɛŋk-/, nesta teoria. Classificatoriamente, i.é, em relação ao valor de transmissão de informação e no custo para a aquisição, tanto o /ŋ̥/ de /bɛŋk-/ como o /ŋ/ de /svɛŋsk-/ são simplesmente segmentos nasais, com nenhuma informação sobre o ponto de articulação e sonoridade. Esquemáticamente, a situação do faroês pode ser apresentada como em (18):

(18)	a) classificatoriamente	svɛNsk-	svɛNsk-	bɛNk-
	b) No léxico	svɛnsk-	svɛnsk-	bɛŋk-
	c) Regra morfológica	svɛnsk-ør	svɛnsk-t	bɛŋk-a
	d) Metátese	-----	svɛnkst	-----
	e) Assimilação de nasal	-----	svɛŋkst	-----
	f) Forma fonética	svɛnskør	svɛŋkst	bɛŋka

Em b) se aplicaram, já, sem qualquer ordem, as regras de assimilação e de ensurdecimento da nasal (Vennemann, 1972a: 111-12).

Como se deduz do exemplo acima, a teoria postula que

"não há ponto na gramática no qual regras fonológicas já não foram aplicadas; os itens lexicais são armazenados como formas sobre as quais todas as regras fonológicas aplicáveis já operaram" (Vennemann, 1973:22).

Além disso, decorre da citação e do exemplo que as formas não são colocadas no léxico com base no caráter classificatório dos segmentos, mas que este é dado pelas regras fonológicas. Em suma, os itens lexicais são inseridos no léxico em sua forma fonética básica, mas isso não significa que a teoria não solucione o problema do caráter distintivo, informativo, funcional, dos segmentos. Apenas, ao invés de abstrair as redundâncias, insere-as também no léxico, deixando para o conjunto das regras fonológicas (que o falante incorporou no processo de aquisição da língua) o papel de distinguir as informações redundantes das informações distintivas. Dado que o falante aprende as regras, aprende quais são os traços distintivos e quais os redundantes.

Observe-se que o termo "classificatório" não significa a mesma coisa em FGN e em FGT. Naquela, o termo se refere ao valor de transmissão de informação do segmento; não se refere a nenhum nível gramatical. (ênfase minha); nesta, o termo se refere ao conjunto de traços representativos do seg-

mento que entra no léxico (representação fonológica), eliminados os traços não distintivos. Para marcar mais a diferença, basta lembrar que a teoria da marca elimina mesmo elementos (traços) portadores de valor distintivo, em certas circunstâncias, e que, nestes casos, mesmo esses traços são dados por regras, estas sim, de redundância.

A GGN não tem escrúpulos, como se vê, em postular que o léxico pode conter redundância. A redundância fonética é uma das redundâncias admitidas. Mas, outras também o são, como é o caso de palavras compostas de radical + sufixo não produtivo (ver capítulo V). Elas entram inteiras no léxico. Como assinala Vennemann (1971:1), na GGN não há ênfase particular na simplicidade. A tentativa da GGN é formular hipóteses a respeito do léxico de falantes reais, e não formular hipóteses sobre um modelo ideal de léxico. Observe-se, de passagem, que um léxico sem redundâncias, composto de morfemas, e não de palavras, com um conjunto de regras que unem morfemas e impedem a união de outros, para formar palavras, é, no fundo, um léxico de item-e-arranjo. A tentativa de eliminar todas as redundâncias é herança estruturalista na GGT, como bem assinala Stampe (1973:30).

Observe-se, também, que a distinção que a FGN estabelece entre diversos tipos de regras (fonológicas, morfofonêmicas, etc.), implica numa afirmação de dificuldades distintas na aquisição destas regras, as fonológicas sendo mais fáceis que as outras (ver-se-á porque na sua caracterização).

III. Outra característica da FGN é sua hipótese de que as regras não são extrinsecamente ordenadas, mas que se aplicam sempre que houver descrição estrutural para que se apliquem. Como já se afirmou acima (ver, especialmente, o final do capítulo II), a eliminação do princípio de ordenação das regras já é, por si, uma forte limitação sobre a abstração das representações subjacentes. Ou, como diz irreverentemente Vennemann, a proibição da ordenação de regras põe um fim na-

tural ao passatempo favorito dos gramáticos transformacionistas, que é perguntar e responder 'de onde vem X?' (Vennemann, 1972a:111).

Nesta seção, ilustro, com um exemplo tomado de Hooper (1973) a forma como opera a FGN para oferecer a análise alternativa à da FGT, que imagina representações abstratas e regras ordenadas como parte das gramáticas. Hooper opõe a análise dos mesmos dados segundo as duas teorias. O fato e os dados são: em inglês, a seqüência V mais C nasal é reduzida a V nasalizada, diante de oclusivas surdas: can't [kãt], rant [rãt], mas can [kãn], canned [kãnd] e hand [hãnd]. Em FGT, as formas subjacentes de rant, can e hand são /rãnt/, /kãn/ e /hãnd/. Para derivar as formas superficiais são necessárias duas regras:

$$(19) [V] \longrightarrow [+nasal] / \text{---} \left[\begin{array}{c} C \\ +nasal \end{array} \right]$$

$$(20) \left[\begin{array}{c} C \\ +nasal \end{array} \right] \longrightarrow \emptyset / V \text{---} \left[\begin{array}{c} C \\ -sonoro \\ -contínuo \end{array} \right] 3$$

A informação redundante de que a V é nasalizada diante de C nasal é abstraída da representação fonológica e expressa numa regra fonológica.

Em FGN, a V nasalizada é representada no léxico, já que é sempre nasalizada no nível fonético. As formas subjacentes, para os mesmos dados, são /rãnt/ (ver nota 3), /kãn/ e /hãnd/. (Can't é derivado de can mais not por uma regra morfossintática em ambas as teorias). As regras (19) e (20) são necessárias em FGN. (19) para captar a generalização de que a V nasal de rant, can e hand é predizível, e uma regra semelhante a (20) para apagar opcionalmente a C nasal diante de oclusivas surdas.

Em FGT, (19) e (20) são extrinsecamente ordenadas. Se se aplica (20) antes de (19), resultados incorretos são

obtidos. Em FGN, a ordem extrínseca não é admitida. Como ambas as regras expressam generalizações válidas, devem ser reformuladas para que possam ser ordenadas intrinsecamente. A ordem intrínseca é determinada pelo conteúdo das regras. (20) pode ser reformulada para que só se possa aplicar a estruturas às quais (19) já se aplicou:

$$(20') \left[\begin{array}{c} C \\ + \text{ nasal} \end{array} \right] \longrightarrow \emptyset / \left[\begin{array}{c} V \\ + \text{ nasal} \end{array} \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{c} C \\ - \text{ sonoro} \\ - \text{ contínuo} \end{array} \right]$$

Assim reformulada, a regra (20') só pode ser aplicada se a V já tiver sido nasalizada. Em FGT são necessárias duas regras e mais uma afirmação sobre sua ordenação. Em FGN, as duas regras são suficientes. Além disso, a regra (20') resulta realmente mais explicativa que (20), dado que ela estabelece explicitamente o motivo para o apagamento da C nasal: a presença da V nasalizada a torna redundante⁴. Pouca informação é perdida com o apagamento da C nasal. Por outro lado, uma regra como (20), tomada independentemente de outras regras, apaga uma informação distintiva (cf. Hooper, 1973:22-4). Assim, (20') não é um arranjo para abolir a ordenação extrínseca, que é um mecanismo muito poderoso, mas é, efetivamente, uma regra de fato explicativa.

IV. Passarei agora a tratar mais detalhadamente da exposição e justificativa dos tipos de regras postulados pela FGN como parte do que seria, na GGT, o componente fonológico, ou seja, regras fonológicas, morfofonêmicas e via-rules. Nesta seção, trato das regras fonológicas, segundo a acepção da FGN. Quando comentar regras referentes ao português, a diferença de formulação das regras segundo as duas teorias será assinalada, quando for o caso.

A GGN procura formular uma gramática tal que a explicação dos fenômenos fonológicos esteja contida na descrição das regras. Colocando-se tal objetivo, obriga-se a uma distinção entre regras fonológicas e regras morfofonêmicas.

São consideradas regras fonológicas somente as que têm motivação puramente fonética. As que têm motivação morfossintática são consideradas regras morfofonêmicas. As primeiras são estabelecidas em termos puramente fonéticos, isto é, utilizando apenas traços e junturas fonológicas. Como se aplicam sem ordenação extrínseca, sua motivação fonética deve ser sempre observável no nível superficial. A formulação das regras morfofonêmicas requer sempre alguma informação não fonética, isto é, categorias sintáticas ou morfológicas, diacríticos ou junturas gramaticais ⁵. Além disso, as regras fonológicas são sempre regras sem exceção (decorre daí que todas as formas fonéticas superficiais devem conformar-se às limitações expressas nas regras fonológicas), enquanto que as regras morfofonêmicas podem tê-las, e usualmente as têm. As regras fonológicas são foneticamente naturais (correspondem ao que Stampe (1973) chama de processos, embora sem o caráter inatista que a estes é atribuído em sua fonologia natural). As regras morfofonêmicas não são necessariamente naturais do ponto de vista fonético. Sua função é mais semântica. Quando não, governam o funcionamento de alternâncias que são resíduos de processos naturais desaparecidos. Como tais, são particularmente sensíveis à aquisição de uma função por extensão analógica, ou ao desaparecimento, pela mesma razão (Hooper, 1973 e 1975, *passim*). As regras morfofonêmicas correspondem ao que Stampe chama de regras adquiridas. Aplicam-se a uma categoria ou classe morfológica, mas não em contextos puramente fonéticos ⁶.

Observe-se que esta divisão em regras fonológicas e morfofonêmicas implica numa previsão, por parte da GGN, segundo a qual regras fonológicas são adquiridas mais rápida e regularmente, enquanto que a aquisição das regras morfofonêmicas será mais lenta e irregular. O aprendiz da língua dificilmente incorre em erros, em relação às regras fonológicas, enquanto que é freqüente que cometa erros, em relação à gramática da comunidade adulta que o cerca, deixando de apli-

car, ou aplicando onde não deve, regras morfofonêmicas, exatamente por não haver motivação superficial e regular para elas. É comum haver formas como [pódo], por posso, [fezí], por fiz, etc., durante a fase de aquisição.

As regras (19) e (20') são exemplos de regras fonológicas. Como se pode perceber, as duas teorias representam os fenômenos fonológicos de motivação fonética de forma muito semelhante. A diferença maior entre elas está no estatuto que conferem às regras que não têm motivação fonética superficialmente manifesta.

Apresento, a seguir, tentando enfatizar o caráter natural que as caracteriza, um conjunto de regras fonológicas do português. Não pretendo esgotá-las, nem na enumeração, nem na explicação. Pretendo, apenas, ilustrar com elas a teoria da FGN, que está em questão nesta seção. Considerarei os dialetos carioca (este como base, tal como descrito por Mattoso Câmara, praticamente, no que se refere a sua forma fonética) e gaúcho, da região onde moro, a região serrano-missioneira. Em nenhum dos dois dialetos fiz levantamentos sistemáticos. Apenas a observação conseqüente da convivência com falantes de ambos os dialetos é que está na base das afirmações que farei, exceto, claro, as que tomo emprestadas de Mattoso Câmara.

Para formulação das regras abaixo, e de todas as demais referentes ao português (exceto quando citadas tais quais de qualquer fonte, quando será respeitada a formulação formulação do autor), serão consideradas as seguintes matrizes distintivas (fonológicas, segundo a FGT) e fonéticas, com base nos traços propostos por Chomsky e Halle (1968):

(24) Matriz fonética das consoantes :

	p	t	k	b	d	g	č	ǰ	f	s	š	v	z	ž	m	n	ň	ɲ	ɳ	ɶ	ɷ	ɸ	ɹ	ʀ	ʁ				
Consonantal	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+			
Vocálico	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	-	-	-	-	-			
Nasal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	2	2	2	2	-	-	-	-			
Contínuo	-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	+	-	-	
Coronal	-	+	-	-	+	-	+	+	-	+	+	-	+	+	-	+	+	-	+	+	-	+	+	-	+	+	+	+	
Anterior	+	+	-	+	+	-	-	-	+	+	-	+	+	-	+	+	-	-	+	+	-	-	+	-	-	+	+	+	
Delayed Rel	-	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tenso	+	+	+	-	-	-	+	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posterior	-	-	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	+	-	-
Alto	-	-	-	-	-	-	+	+	-	-	+	-	-	+	-	-	+	+	-	-	+	+	-	+	+	-	-	-	

Com relação à acentuação, referir-me-ei aos quatro graus de acento que Mattoso Câmara (1953) reconhece . Assinalá-los-ei pelos dígitos 1,2,3,4, em ordem decrescente de tonicidade, isto é, o acento tônico será referido por 1, o átono máximo por 4.

Analisarei, a seguir, então, algumas regras fonológicas do português.

$$(25) \left[\begin{array}{l} -\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \end{array} \right] \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \left[+\text{nasal} \right] / \text{---} \left[\begin{array}{l} +\text{consonantal} \\ +\text{nasal} \end{array} \right] \\ \left[\begin{array}{l} +\text{nasal} \\ -\text{baixo} \end{array} \right] / \left\{ \begin{array}{l} \text{---} \left[\begin{array}{l} +\text{consonantal} \\ +\text{nasal} \end{array} \right] \text{---} \$ \\ \left[+\text{acento } 1 \right] \end{array} \right\} \end{array} \right\}$$

Assim formulada, a regra (25) afirma que há uma assimilação do traço nasal da consoante por parte da vogal que a precede. Esta afirmação está contida na primeira parte da regra, e é freqüente encontrar análises do fenômeno da nasalização em português em que ele é resumido a esta parte da regra. No entanto, assim analisado, o fenômeno é captado apenas pela metade. Na realidade, ele é mais complexo. A segunda metade da regra preten-

de dar conta da parte esquecida do problema. Nela, se afirma que a vogal se torna nasal e se neutraliza em favor das vogais médias, em dois contextos: a) sempre que a consoante seguinte pertencer à mesma sílaba a que pertence a vogal; b) sempre que a vogal for tônica. Somente a respeito do segundo contexto da segunda parte da regra é que me sinto obrigado a fornecer argumentos mais explícitos, utilizando dados, porque os demais fatos são plenamente aceitos. Em meu dialeto, por exemplo, encontra-se [ãm̃v], mas [ãm̃ãmus]. Isto é, quando a vogal nasalizada não estiver na mesma sílaba da consoante nasal e nem for tônica, ela não se torna necessariamente [-baixa].

Mattoso Câmara distingue o que chama de nasalidade fonológica do que chama de nasalidade fonética. A primeira, como se infere da denominação que lhe confere o conhecido lingüista, serve para distinguir formas (juta-junta, cito-cinto, etc.), enquanto que a outra, apenas fonética ("pronúncia levemente nasal"), é fruto da assimilação do traço nasal pela vogal (ano, cimo, etc)⁹. Mesmo estabelecendo esta distinção, Mattoso considera que, ao nível fonêmico, o primeiro tipo de nasalização deve ser considerado um grupo de dois fonemas - vogal e elemento nasal - isto é, a nasalização é, realmente, resultante de uma assimilação (Câmara Jr., 1970:36-7).

Eunice Pontes, embora considere as vogais nasalizadas como fonêmicas, ao lado das orais, não distingue os dois graus de nasalização que Mattoso distingue; para ela, o fato de não haver oposição entre as vogais orais e nasais, diante de consoantes nasais, se deve a uma falha na distribuição das vogais orais, que não ocorrem diante de consoantes nasais, sendo comum este fato a outros fonemas (Pontes, 1973:25). O que interessa assinalar, em Pontes, é que ela não distingue dois graus de nasalização nas vogais do português.

Parece ser possível, principalmente no quadro teórico da GG, tratar as vogais nasais do português como um só

fenômeno, em todos os casos em que ocorrem. Portanto, numa só regra, considerando-as fruto da assimilação de um traço da consoante que as segue. A maioria dos analistas deste caso concorda com o caráter não distintivo das vogais nasais em português, e seus argumentos resultam mais consistentes que os dos defensores da posição contrária.

Deve-se acrescentar que esta regra é perfeitamente natural, previsível, de vez que se pode explicar a nasalização da vogal como consequência da abertura antecipada da cavidade nasal, como preparação para a emissão da consoante. (As regras de assimilação como esta são consideradas naturais) ¹⁰.

Resta explicar a naturalidade da neutralização das vogais quando nasalizadas. Antes de mais nada, é preciso dizer que, quando acontece ocorrer uma vogal [+baixa], quando nasalizada, pelo menos no meu dialeto, isto só se dá em estilo mais lento de fala. Quando se fala rapidamente, o [ẽ̃] inicial de [ẽmãmos] desaparece, convertendo-se num [ẽ̃]. A neutralização é, então, assim, explicável. Se considerarmos detidamente o processo de emissão de vogais baixas, concluiremos ser mais natural que sejam apenas orais. De fato, as vogais baixas se caracterizam todas pela abertura, isto é, os lábios se afastam da posição neutra (a do e, conforme Chomsky e Halle, 1968:300), havendo, concomitantemente, rebaixamento da língua. Ora, as consoantes nasais exigem dos órgãos articuladores exatamente a posição contrária: ou lábios unidos (bilabial) ou a língua tocando quer na região alveolar, quer na palatal, quer na velar. Disso se pode concluir que, embora possam ocorrer vogais baixas nasalizadas, a análise da articulação preveria a maior naturalidade de sua não ocorrência ¹¹.

Com referência à vogal posterior não arredondada nasal, deve-se observar que, na realidade, em termos de altura, ela ocupa a mesma posição que ocupam [e] e [o], foneticamente mais alta, portanto, que [ɔ]. Pessoalmente, defendo a exis-

tência de quatro alofones contextuais para /a/: um oral em posição tônica, [a]; um oral em posição átona, [ɐ]; um nasal, homossilábico e/ou tônico, [ã]; um oral não homossilábico átono, [ɛ̃]. Mattoso observa apenas que a vogal posterior não arredondada se torna abafada, quando nasalada (1970:32), e Pontes, embora não faça nenhuma afirmação explícita, trata o alofone nasal de /a/ (para ela só há um; pelo menos é o que transparece de suas transcrições) como se tivesse a mesma altura que [ɔ], transcrevendo, por exemplo, mão como [mẽw] (Pontes, 1973:20), isto é, com o mesmo grau de abertura que lhe atribuí quando átono, como, p. ex., em essa, que transcreve [ése] (p. 21). A análise que proponho é a que distingue quatro alofones para /a/ (ver regras (26) e (27)). Minhas observações do dialeto dos falantes, tanto cariocas como gaúchos, me levam a esta conclusão. Abaurre (1974a), analisando seu dialeto nativo (de Vitória, ES), que é muito semelhante ao carioca, transcreve, por exemplo, [pãw] (p.7). A mesma análise vale para o dialeto gaúcho. Exemplos que suportam a regra (25) são: [tẽndɐ], [*tẽndɐ]; [ẽmɯ]; [ẽmẽmus], [*mẽmus] (onde aparece [s] poderia aparecer [š] (dialeto carioca), dado que não é relevante para o caso).

A regra seguinte trata da neutralização de duas vogais baixas:

$$(26) \left[\begin{array}{l} -\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \\ \alpha\text{posterior} \\ \alpha\text{arredondado} \\ +\text{baixo} \end{array} \right] \rightarrow [-\text{baixo}] / \left[\frac{\quad}{-\text{acento 1}} \right]$$

Esta regra afirma que /ɛ/ e /ɔ/ ('α' precedendo os traços posterior e arredondado indica que devem ter o mesmo valor, excluindo, portanto, /a/) se transformam em [e] e [o], quando não são o núcleo da sílaba tônica da palavra (cf. Câmara Jr., 1970:34). /a/, em posição átona, sofre uma modificação que deve ser tratada em regra à parte (ver regra (27) e quadro fonético das vogais. Não há discordâncias quanto a esta regra de neutralização, pelo menos no que se refere ao dialeto carioca e as estados ao sul do Rio de Janeiro. Não há

dúvida de que se trata de uma regra fonológica. Em termos fonéticos, poderia ser considerada uma diminuição de tensão em posição átona (menos forte, portanto), neutralizando segmentos em favor de segmentos mais naturais, articulatoriamente, no sentido de que carecem de menor esforço articulatório. As posições menos fortes das palavras (posições átonas) são propícias ao desaparecimento de traços, geralmente em direção de sua diminuição na escala de força articulatória. (O critério de definição de tensão é, aqui, o afastamento maior ou menor da zona neutra, a da vogal e ; $[ɛ]$ e $[ɔ]$ são, portanto, mais tensos que $[e]$ e $[o]$, vogais em favor das quais aquelas se neutralizam).

Mesmo considerando-se os dialetos carioca ou os que se falam no sul do país, existem casos em que a regra (26) tem, aparentemente, exceções. Observem-se as palavras sozinho $[soziñu]$, somente $[somẽtẽ]$, cafezinho $[kɛfɛziñu]$, fezinha $[fɛziñɛ]$, fortíssimo $[foɦciɦsĩmu]$, por exemplo. Poder-se-ia dizer, diante da ocorrência destas vogais baixas, quando, pela regra (26), deveriam desaparecer, que a vogal baixa tônica (α anterior, α arredondada) não sofre aplicação da regra (26) quando se acrescenta um sufixo à palavra em que está contida, embora perca, então, o caráter de vogal tônica principal. Mas, esta afirmação, assim formulada, encontra contra-exemplos: poeira $[poɛyɾɛ]$, cafezal $[kɛfɛzãw]$, etc. Talvez a explicação para as aparentes exceções se encontre numa mais adequada análise dos sufixos. Parece que -zinho(inho), -mente e -íssimo são sufixos que têm um comportamento um pouco diverso dos outros, sendo mais semelhante ao de uma palavra que ao de outros sufixos. Se for assim, o $[ɔ]$ de sozinho, p. ex., teria, em relação à regra (26), o mesmo comportamento que tem o $[ɛ]$ de bela no enunciado bela casa $[bɛlɛkãzɛ]$, onde bela recebe o acento secundário (acento 2) do vocábulo fonológico (ver Câmara Jr., 1970:52-3). Melhor, portanto, manter a regra (26) tal qual formulada, pelo menos até que os sufixos que, acrescentados, não provocam o fechamento das vogais que são objeto desta regra estejam melhor analisados. Uma palavra como cafezinho seria,

talvez, analisada como composta por justaposição, daí manter a vogal aberta, quando perde o acento principal. Esta análise é defendida por Nardi (1977), p. ex.

A regra (27) trata de um alofone de /a/:

$$(27) \left[\begin{array}{l} -\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \\ +\text{posterior} \\ -\text{arredondado} \end{array} \right] \rightarrow [+baixo 2] / \left[\overline{\text{-acento 1}} \right]$$

A regra (27) dá conta do fato de que não ocorre [a] e sim [ɛ] em contextos não tônicos. Isto implica em afirmar que [a] ([+baixo 1]) só ocorre em posição tônica (ver, acima, comentário à regra (25) e também Pontes (1973:21)). Se se quisesse ser realmente rigoroso, talvez se devesse dizer que, em posição átona final (acento 4), a abertura é ainda menor que, por exemplo, em posição pré-tônica (Câmara Jr., 1970:30), dado que a posição final átona é detentora do grau máximo de atonicidade (Câmara Jr., 1953:61). No entanto, também pode ser que a impressão de maior fechamento, neste contexto, se deva à menor intensidade da emissão. De qualquer forma, é uma diferença possível, que assinalo, mas não levo em conta na formulação da regra.

A regra seguinte pode ter duas formulações, dependendo do ponto de vista que se adota. Trata-se de explicar a origem de [ɪ] e de [ʊ] em posição átona final. O problema que se põe é decidir se são alofones de /e/ e de /o/ ou de /i/ e de /u/, respectivamente.

Câmara Jr. (1970:30) assinala que há um e e um o reduzidos em posição final átona, que são, a rigor, alofones de /i/ e de /u/; o mesmo tratamento é dado por Pontes (1973:21): "as vogais altas orais, que, em sílaba tônica têm alofones fechados, em sílaba átona apresentam alofones abertos".

Existem análises (Harris, 1974; Abaurre, 1974b) de

dialetos em que os alofones acima mencionados aparecem e nas quais sua origem é explicada diferentemente, isto é, em que são considerados alofones de /e/ e de /o/, no mesmo contexto. Se se levar em conta que falantes de dialetos que têm esses alofones os enunciam em fala rápida, mas enunciam [e] e [o], no mesmo contexto, em fala de estilo mais lento (Abaurre, 1974a:6), e que, em vários dialetos do português falado no Brasil aqueles alofones não aparecem, como é o caso de dialetos de várias regiões do Rio Grande do Sul, pode-se manter que [ɪ] e [ʊ] são alofones de /e/ e de /o/. A diferença entre os dialetos seria explicada, então, pela presença ou ausência de uma regra, e não pela diferença do sistema fonológico de vogais em determinados contextos.

Se se adota esta última hipótese, a regra que dá conta do fenômeno pode ser formulada como

$$(28) \left[\begin{array}{l} -\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \\ -\text{alto} \\ -\text{baixo} \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{l} +\text{alto} \\ +\text{tenso } 3 \end{array} \right] / \left[\text{acento } 4 \right] \left(\left[\begin{array}{l} +\text{consonantal} \\ -\text{vocálico} \\ +\text{contínuo} \\ +\text{coronal} \end{array} \right] \right) \#$$

Se se aceita a análise de Mattoso Câmara e Pontes, a regra deve ser

$$(28') \left[\begin{array}{l} -\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \\ +\text{alto} \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{l} +\text{tenso } 3 \end{array} \right] / \left[\text{acento } 4 \right] \left(\left[\begin{array}{l} +\text{consonantal} \\ -\text{vocálico} \\ +\text{contínuo} \\ +\text{coronal} \end{array} \right] \right) \#$$

Para compreender melhor o uso do traço de tensão na descrição da regra, cf. nota 8. A diminuição de tensão é previsível em contextos 'fracos' articulatoriamente.

Além disso, se se levar em conta os dados de Pontes, o contexto, pelo menos para o dialeto que descreve, deveria ser mudado para $\left[\text{acento } 1 \right]$, simplesmente. Dificilmente, porém, se encontrará, em qualquer dialeto, [ɪ] em estilo lento. Portanto, em posição não-final, [ɪ] depende mais de velocidade que de

tonicidade ou não. No entanto, a tonicidade não é irrelevante, principalmente se em final de palavra, posição fraca na escala de força. Tanto ela é importante que, mesmo palavras terminadas em vogais altas, fonemicamente, como cáqui e jiujitsu, têm as vogais finas tornadas menos tensas: [káki], [ʒiwʒítsv], como me observou M.B. Abaurre.

Para este trabalho, adoto a explicação formulada pela regra (28), isto é, que as vogais fonéticas [ɪ] e [ʊ] são alofones de /e/ e de /o/ em posição final átona. Em consequência, penso que a inexistência de [e] e de [o] neste contexto, no dialeto carioca (e outros), é fruto de uma regra fonológica que não é comum a todos os dialetos falados no Brasil. (ver Naro (1971) para evidências históricas favoráveis a esta solução).

Devo assinalar que a ausência desta regra no dialeto gaúcho que menciono é uma das diferenças entre este e o dialeto carioca (diz-se, nesta região, [máte] e não [máci], [sóko] e não [sóku]).

As regras formuladas acima referem-se todas a fenômenos fonológicos que ocorrem com vogais. As seguintes referem-se a consoantes.

$$(29) \left[\begin{array}{l} +\text{consonantal} \\ -\text{vocálico} \\ -\text{contínuo} \\ +\text{coronal} \end{array} \right] \longrightarrow \left[+\text{delayed release} \right] / \text{---} \left[\begin{array}{l} -\text{consonantal} \\ +\text{alto} \\ -\text{posterior} \end{array} \right]$$

Esta regra dá conta do fato de que /t/ e /d/ se realizam como [č] e [j] diante de [i], [ɪ], [y]. Os segmentos fonológicos em questão sofrem duas transformações: deixam de ser oclusivos para se tornarem africados e deixam de ser alveolares para se tornarem palatais. Assim, sua transformação pode ser vista como uma transformação por assimilação, de vez que o ponto de articulação passa a ser o mesmo que o das vogais e glide anteriores altos. É uma regra com motivação fonética visível, natural. Sem exceções no dialeto carioca, é opcio-

nal em algumas regiões e inexistente em outras do país. Tanto se encontra [čiv] e [jiv] como [tív] e [dív]. Além disso, o que não está na regra formulada, a meio caminho, por assim dizer, encontra-se também a simples palatalização, em vários dialetos: [tjív] e [djív].

A regra (29) é intrinsecamente ordenada depois da regra (28), como se depreende da análise de uma palavra como [máči], mate.

A regra seguinte dá respeito às consoantes nasais:

$$(30) \left[\begin{array}{l} +\text{consonantal} \\ +\text{nasal} \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{l} +\text{nasal } 2 \\ \alpha \text{anterior} \\ \beta \text{coronal} \end{array} \right] / \left[\begin{array}{l} +\text{vocálico} \\ +\text{nasal} \end{array} \right] - \$ \left[\begin{array}{l} +\text{consonant} \\ -\text{vocálico} \\ -\text{contínuo} \\ -\text{nasal} \\ \alpha \text{anterior} \\ \beta \text{coronal} \end{array} \right]$$

A regra (30) afirma que a consoante nasal ¹² se torna homogênicamente à oclusiva ou africada seguinte (ver regra (34)). Adoto este contexto para a regra seguindo também informações de Pontes (1973:22), embora ela considere que a consoante não está presente no nível fonêmico e aparece (como glide nasal) como consequência da vogal nasal, por me parecer que, diante de outras consoantes que não as mencionadas no contexto da regra, a consoante nasal, de fato, não aparece foneticamente, nem mesmo reduzida (nasal 2). (Evidentemente, minha decisão é tomada sem nenhuma experimentação com instrumentos, e, por isso, está sujeita a dúvidas. Minhas fontes são bibliográficas e, dentre elas, escolhi a solução que me parece mais adequada às observações feitas). Abaurre formula uma regra de queda de nasal diante de consoantes contínuas ([ɛfore] e não [ɛ*fore]), com base em seu dialeto nativo (Vitória, ES). Sigo, para a análise deste fenômeno, as informações das transcrições fonéticas de Pontes (1973), com uma diferença: ela exclusiva a realização de um glide nasal no contexto precedendo oclusivas, eu concluo que ele se realiza também diante de africadas. As considerações sobre a velocidade da fala podem

esclarecer melhor a situação, mas não me deterei sobre este tema agora, por exigir, de per si, um trabalho extenso.

Stampe (1973:1-2) oferece uma excelente motivação articulatória para a queda de consoante nasal diante das consoantes contínuas:

"Uma seqüência de nasal mais espirante, e.g. [ns], é difícil de articular porque requer que a soltura (release) do fechamento oral da nasal coincida precisamente com a soltura do velum. Se o velum se fecha antes da soltura oral, há, neste ínterim, uma articulação oclusiva oral, algo parecido com [nts] ou [nds]. Se a soltura oral precede o fechamento do velum, há, no ínterim, uma articulação nasal espirante, algo semelhante a [n̄s] ou [n̄ss]. Há dois processos que respondem a esta dificuldade de "timing". Um insere uma oclusiva oral: [nts]. O outro substitui a oclusiva nasal por uma nasal sem fechamento oral: [ŋs]. Ambos os processos são observáveis em fala de crianças e na pronúncia de várias línguas com seqüências de nasal mais espirantes, e.g., na variação [d̄z̄s, d̄ants] dance de alguns falantes do inglês" (Stampe, 1973: 1-2).

Amostra de dados para a aplicação desta regra podem ser: [kã^hpu], [dẽ^hçi], [kã^hgɐ], [ã^h*tesipe], etc.

A regra seguinte se refere à neutralização das contínuas coronais (s, š, z, ž). Lê-se em Mattoso Câmara:

"as quatro sibilantes portuguesas se reduzem a uma única, ou antes, a duas, mas a neutralização da oposição entre elas fica surda diante de pausa ou consoante surda (...) e sonora diante de consoante sonora (...). Quanto à oposição entre consoante anterior (ou seja, sibilante) e posterior (ou seja, chiante), ela cessa em proveito de uma das duas modalidades, conforme o dialeto regional. (...) Podemos, então, falar de uma neutralização entre as quatro consoantes em favor de um único traço distintivo permanente: a fricção produzida pela língua" (Câmara Jr., 1970:41).

A essa neutralização corresponde o que Mattoso

presença do glide. Mas, em casos como [góste], ele não se encontra presente (aliás, o glide está presente, em casos como [máysš], por uma regra de inserção de glide). Apesar de não ser visível a motivação fonética, não há dúvida de que esta regra pode ser considerada fonética, de vez que não tem exceções. A motivação, provavelmente, é de origem social. É possível que tenha começado por ser aplicada somente diante de glide, tendo-se estendido, após, por analogia, e, fundados no prestígio do dialeto, outros falantes a incorporaram.

Passo agora à regra

$$(32) \left[\begin{array}{l} +\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \\ +\text{contínuo} \\ +\text{anterior} \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{l} -\text{vocálico} \\ -\text{consonantal} \\ +\text{posterior} \\ +\text{alto} \end{array} \right] / \text{ — } \$$$

isto é, /l/ é enunciado como [w] em final de sílaba. É uma regra de motivação perfeitamente fonética, conforme se pode ver pela descrição que Mattoso Câmara faz do processo ¹³:

"/l/ pós-vocálico é posterior por alofonia posicional. Isto quer dizer que, além do movimento da ponta da língua junto aos dentes, há um levantamento do dorso posterior da língua para junto de véu palatino, dando o que provavelmente os gramáticos latinos chamaram o l pinguis ou "gordo". Daí decorre uma mutação, que em linguística diacrônica se chama "vocalização" da consoante: cessa a elevação da ponta da língua junto aos dentes, a elevação posterior da língua não chega a interromper a corrente de ar, e há um concomitante leve arredondamento dos lábios. O resultado é um /u/ assilábico, e mal torna-se homônimo de mau, vil de viu e assim por diante" (Câmara Jr., 1970:41).

A passagem de /l/ a [w] é natural, porque é a passagem de uma consoante a um glide em final de sílaba, o ambiente mais propício para o enfraquecimento dos segmentos (ver, abaixo, comentário à regra (34)).

No dialeto gaúcho da região serrano-missioneira a regra é

$$(32') \quad \left[\begin{array}{l} +\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \\ +\text{contínuo} \\ +\text{anterior} \\ +\text{coronal} \end{array} \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{l} +\text{posterior} \\ +\text{alto} \end{array} \right] / \text{---} \text{ \$}$$

isto é, /l/ se transforma em [ɭ]. A descrição de Mattoso, acima transcrita, em sua primeira parte, explica esta regra. Pode-se prever que, dado o contexto, propício ao enfraquecimento, venha a cessar, neste dialeto, "a elevação da ponta da língua" e o dialeto gaúcho referido se torne igual ao dialeto carioca e outros, no que diz respeito a esta regra. Por enquanto, a diferença é que [ɭ] conserva ainda os traços [+consonantal, +vocálico]. Em termos de posterioridade, [ɭ] e [w] são idênticos. Segundo Mattoso, o arredondamento é concomitante à "vocalização". Os traços acima, que [ɭ] ainda conserva, seriam perdidos se cessasse a elevação da ponta da língua. Aliás, esta mudança já se faz sentir sensivelmente, já, entre falantes mais jovens, principalmente das regiões urbanas. Cabe assinalar, ainda, que também se encontra, ainda, entre alguns falantes, a realização do próprio [l], ainda que em final de sílaba.

Mais uma observação quanto ao /l/. Nos dialetos "sociais populares", como observa Mattoso Câmara Jr. (1970: 41), e como qualquer pessoa atenta poderá constatar, o /l/ está sendo pronunciado como [ɭ] ou [ɽ], exceto em início de sílaba. Sua pronúncia, nos contextos em que esta mudança está ocorrendo, segue as regras próprias do /r/, sendo, portanto, retroflexo onde ocorre /r/ retroflexo, etc. O que se pode prever, a continuar a situação do /l/ nesta direção, é seu desaparecimento em favor de /r/ ou /w/, exceto em início de sílaba.

A regra seguinte é uma tentativa de analisar as chamadas vibrantes:

$$(33) \quad \left[\begin{array}{l} +\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \\ -\text{contínuo} \\ +\text{tenso} \end{array} \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{l} -\text{consonantal} \\ -\text{vocálico} \\ -\text{alto} \end{array} \right] / \text{ \$}$$

isto é, /r/ é pronunciado como [h] quando ocorre em início ou final de sílaba.

Adoto /r/ como segmento distintivo, seguindo Mattoso (1970), ao invés de /h/, seguindo Pontes (1973), pelas mesmas razões pelas quais adotei /e/ e /o/ em posição final átona, contrariamente a ambos, isto é, porque adotando /r/ pode-se dar conta de mais dialetos falados no Brasil, e explicar os dialetos pela presença ou ausência de determinadas regras. Além disso, entre falantes gaúchos que enunciam [h] nestes contextos, em situações normais de conversação, percebe-se a preferência por [r] na fala cuidada, ou na repetição de palavras não entendidas. Aliás, o mesmo comportamento pode ser observado com relação a falantes cariocas que não falam só para cariocas, como é o caso de locutores de rádio e TV. Esses fatos são evidências de que os falantes reconhecem que [h] é um alofone posicional de /r/. Optando pelo /r/ fonêmico, ganha-se em generalidade, embora a descrição não seja a mais simples, pelo fato de que, no dialeto carioca, o [r] não chega praticamente a ocorrer. No entanto, os cariocas reconhecem sua existência.

Para uma explicação da ocorrência de [h], nos contextos descritos, pode-se aventar a seguinte hipótese: $r > R > h$. A presença da vibrante uvular ([R]) é atestada por Mattoso Câmara, no dialeto carioca (Câmara Jr., 1970:25 e 1971:42). É possível que seu aparecimento se deva a influências exercidas pelo francês, na época em que esta língua marcava socialmente os cidadãos do Rio de Janeiro. Perdida a vibração, tem-se o glide. É possível que esta mudança tenha ocorrido, por primeiro, em final de sílaba, que, como se assinalou já diversas vezes, é um contexto propício a um enfraquecimento do segmento que aí ocorre. A passagem de consoante a glide é um enfraquecimento. Após, por analogia, teria passado a ocorrer também em outras posições. Um estudo histórico minucioso poderia eliminar a dúvida.

Na verdade, as afirmações acima podem não ser consideradas completamente exatas, de vez que, em posição final de sílaba, /r/ tem uma ocorrência fonética mais restrita, aparecendo, com mais frequência, o flap. No entanto, proponho que se analise este fato da seguinte maneira: o segmento distintivo, nesta posição, é /r/ e não o flap, ocorrendo este simplesmente em consequência da posição final, onde a tendência é o enfraquecimento do segmento. Em fala mais cuidadosa, o segmento forte reaparece. Em minha análise, há neutralização de ambos, fonemicamente, somente na posição SC — VS, isto é, quando no meio da sílaba, onde só ocorre o flap, exceto se o falante exagerar no detalhe ¹⁴.

O enfraquecimento da vibrante, em final de sílaba, é um processo produtivo. Na posição mais fraca de todas, final da última sílaba da palavra, está, na realidade, se reduzindo a Ø, exceto na fala formal. Tem-se, assim, [ẽmã] , amar, [fɛzẽ] , fazer, etc.

No dialeto gaúcho há, de novo, uma diferença. A regra (33) não é geral neste dialeto. Pelo contrário, é restrita. Normalmente, as pessoas que produzem o glide aspirado são as que, por qualquer motivo, mantiveram contato maior com falantes mais ao norte do país. O que é característica deste dialeto é a regra

$$(33') \left[\begin{array}{l} +\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \\ -\text{contínuo} \\ +\text{tenso} \end{array} \right] \rightarrow [+tenso \ 2] / \text{---} \ \$$$

isto é, o /r/ se enfraquece um pouco, normalmente, em posição final de sílaba, podendo, eventualmente, ser enunciado, mesmo, como flap, isto é, como [-tenso]. O fenômeno é explicável, de novo, como enfraquecimento numa posição favorável, pois o término da sílaba se caracteriza pela força de emissão menor. Neste dialeto, também, tende a cair em posição final de palavra. Quando a fala é mais cuidada, o segmento comparece,

eventualmente, com o grau de tensão 1 (utilizo o símbolo [r] para representar o segmento com tensão 1 e [r̃] para o segmento com tensão 2). Ex. [máh], mar, [káhu], carro, [hátu], rato (carioca); [már], [káro], [ráto] (gaúcho).

Uma última observação. É possível que, em final de sílaba, ocorra, fonemicamente, o flap. Argumento em favor desta proposta pode ser buscado em palavras como reitoria, marítimo, etc., nos quais o segmento final de reitor e mar não se realiza como /h/ ou como /r/, conforme o dialeto, diante de sufixo começado por vogal. Se assim for, haveria, em fala mais cuidadosa, no caso de falantes gaúchos, um eventual fortalecimento do flap para [r̃]. Para o dialeto carioca, a regra continuaria natural, de vez que o glide aspirado é mais fraco que o flap. Este argumento me parece, na realidade, consistente, mas, diante da contradição que ocorreria no dialeto gaúcho, um fortalecimento em posição fraca, prefiro manter a análise que admite /r/ e não /r̃/ em posição final de sílaba, restringindo, pois, a ocorrência de flap à posição intervocálica e entre se mivogal e vogal (eira, p. ex.).

A regra seguinte, a última regra fonológica que apresentarei nesta seção, trata da queda de consoantes nasais:

$$(34) \left[\begin{array}{l} +\text{consonantal} \\ +\text{nasal} \end{array} \right] \longrightarrow \emptyset / \left[\begin{array}{l} +\text{vocálico} \\ +\text{nasal} \end{array} \right] \longrightarrow \$ \left\{ \begin{array}{l} \left[\# \right] \\ +\text{consonantal} \\ \left[\begin{array}{l} +\text{contínuo} \\ +\text{vocálico} \\ +\text{nasal} \end{array} \right] \end{array} \right\}$$

Esta regra dá conta do fato de que as consoantes nasais desaparecem em todos os contextos, exceto diante de oclusivas e afircadas, no contexto acima descrito. Para justificar esta regra, perfeitamente explicável do ponto de vista fonético, isto é, natural, começo citando Hooper (1973):

"Assimilação é também um processo de enfraquecimento (Vennemann, 1972d:15). Há dois aspectos em que a assimilação pode ser considerada enfraquecimento: (i) a aquisição dos valores de traço dos segmentos vizinhos reduz a função distintiva da consoante assimilada, e (ii) a assimilação é sempre a precursora do apagamento. Considere-se o caso da nasal em final de sílaba. Tais nasais, normalmente, se assimilam à consoante seguinte. Todos os traços de ponto de articulação são redundantes. A nasal assimilada é fraca porque seu único traço não redundante é a nasalidade. A condição para o apagamento da consoante nasal é a transferência de seu único traço distintivo, nasalidade, à vogal precedente: VN → VN̄. Uma vez completo esse processo, a consoante nasal não carrega mais nenhuma informação distintiva em si mesma. É inteiramente redundante e, então, sujeita ao apagamento. (A afirmação de que a assimilação à consoante seguinte, se há uma, e de que a nasalização da vogal precedente são condições necessárias para o apagamento de uma consoante nasal é uma afirmação empírica)" (Hooper, 1973:180:81).

Observe-se que, nesta descrição da motivação para a queda de consoantes nasais, parte da motivação é, de fato, fonêmica. A consoante cai porque, após participar de dois processos fonéticos, assimilação à consoante seguinte, se houver uma, e nasalização da vogal precedente, perde sua função distintiva.

O português cumpre todas as condições necessárias para o apagamento descrito na regra (34). Evidentemente, existem ambientes mais ou menos propícios ao apagamento. O final da sílaba em final de palavra é o mais propício de todos, principalmente se a palavra estiver em final de enunciado. O menos propício de todos é o início de sílaba. Neste, o apagamento não ocorre jamais. A seguir, o menos propício é o final de sílaba seguido de obstruintes. Nesses casos também as consoantes nasais não caem, em português, embora não se realize a consoante plena (apenas um glide, que noto como [nasal 2]; ver regra (30)). Acontece que as obstruintes são as consoantes mais altas na escala de força (ver Hooper, 1973:107-28), ou seja, fornecem o ambiente mais forte

possível, excetuando o início de sílaba (não ocorrem consoantes nasais como centro de sílaba, em português). O final de sílaba é propício à queda, mas o que se segue é um contexto que fortalece o final de sílaba, por si fraco. O resultado é uma nasal de grau 2, espécie de concessão a ambos os contextos ¹⁵.

Nos demais ambientes após final de sílaba, das consoantes contínuas à pausa, a consoante nasal é apagada. (Observe-se que, seguindo nasais só há outras nasais quando separadas por juntura de morfema (+), como em *inato* (composto de *in* + *nato*), um processo jpa morfologizado, ou de palavra (#), como em *bom momento*, quando, evidentemente, a consoante final de *bom* é totalmente assimilada, isto é, só se realiza, foneticamente, uma nasal, pelo menos em velocidade mais rápida. (ver Câmara Jr., 1970: 52, citado no final do comentário à regra (43), neste trabalho). A regra (34) dá conta também deste fato.

Pode-se aceitar, pois, que as vogais nasais do português são variantes foneticamente condicionadas das vogais orais. Nem mesmo o fato de haver pares como *lá-lã*, *mais-mães*, *maus-mãos* é suficiente para que se aceite a hipótese contrária. Para a FGT, a forma subjacente de *lã* é /lan/; para a FGN, a forma lexicalizada é /lã/ mesmo, que, distintivamente, é laN. A forma que entra no léxico é lexicalizada já com a aplicação das regras (25) e (34), que funcionam, no caso, como regras de redundância. No caso da FGN, as regras em questão são intrinsecamente ordenadas, e cada uma delas tem sua justificção natural, como já foi visto. No caso da FGT, a regra (25) seria extrinsecamente ordenada antes de uma regra semelhante a (34). Em FGT, a regra não teria a parte à esquerda do contexto, ou seja, a informação de que a consoante nasal cai depois do processo de nasalização da vogal que a precede. A mesma observação vale para a regra (30), que, em FGT, não conteria a informação explicitada à esquerda do contexto, por questões de simplicidade. A ordenação extrínseca supri-

ria esta informação. O procedimento da FGT é justificado pela sua opção pela formulação de regras mais econômicas, mais simples, que são consideradas melhores que as mais complexas, medida a complexidade em termos do número de traços envolvidos. Seu critério de simplicidade a leva a necessitar de uma informação extra sobre a ordenação.

Quando uma palavra como lã é seguida de outra, a regra (34) se aplica normalmente, isto é, a queda da consoante nasal ou sua qualidade é determinada pelo primeiro segmento da palavra seguinte. Se a palavra lã for seguida de uma outra iniciada por consoante oclusiva bilabial, a nasal de lã se realizará como um glide bilabial, isto é, segundo a regra (30).

Uma ressalva se faz necessária. É possível que a queda da nasal não se verifique se a palavra seguinte iniciar por vogal. Este fato, aparentemente, complicaria a regra (34), de vez que as vogais são mais fracas que qualquer consoante e deveriam obrigar, mais que estas, a queda da nasal. Mas, pode-se justificar plenamente a permanência da consoante nasal, nesse caso. O que ocorre, em casos como lã amarela, p. ex. (que na minha fala é lã̃mãrele), é que se altera a estrutura silábica dos itens lexicais em questão, estabelecendo-se, com a nasal final e a vogal inicial, uma nova sílaba, isto é, uma sílaba de estrutura diversa. Estando a consoante nasal, então, em posição inicial de sílaba (formou-se uma sílaba CV onde havia uma sílaba V, a sílaba inicial da palavra amarela), está no contexto menos propício à queda. A passagem da consoante nasal para o início da sílaba seguinte parece não ser obrigatória. Pelo contrário, é o fenômeno menos atestado. Normalmente, pelo menos nos testes que realizei, é mais freqüente que ela caia, permanecendo a sílaba inicial da palavra seguinte sem modificação, e observando-se a queda da consoante nasal final.

Nas observações que realizei, a qualidade da consoante nasal, quando aparece, é sempre [ŋ], exceto se houver uma inserção de glide ([y]), quando, então, ocorre [ɲ]. Tem-se, assim, [bõŋẽmigo], [bẽŋẽmádo] - [bẽỹñẽmádo]. Nunca ocorrem [n] e [m] neste contexto.

As regras (30) e (34) podem, aliás, ser colapsadas numa só regra. Capta-se, assim, uma generalização lingüísticamente significativa. Colapsadas, teríamos:

$$(34') \begin{pmatrix} +\text{consonantal} \\ +\text{nasal} \end{pmatrix} \rightarrow \left\{ \begin{array}{l} \begin{pmatrix} +\text{nasal } 2 \\ \alpha \text{ anterior} \\ \beta \text{ coronal} \end{pmatrix} / \begin{pmatrix} +\text{vocálico} \\ +\text{nasal} \end{pmatrix} - \$ \begin{pmatrix} +\text{consonan.} \\ -\text{vocálico} \\ -\text{contínuo} \\ -\text{nasal} \\ \alpha \text{ anterior} \\ \beta \text{ coronal} \end{pmatrix} \\ \\ \left[\emptyset \right] / \begin{pmatrix} +\text{vocálico} \\ +\text{nasal} \end{pmatrix} - \$ \begin{pmatrix} \{ \# \} \\ +\text{consonan.} \\ +\text{contínuo} \\ +\text{vocálico} \\ +\text{nasal} \end{pmatrix} \end{array} \right.$$

Exemplos para esta regra: [lõmpedẽ] (lâmpada), [lõŋkárẽ] (lã cara), [lõfĩnẽ] (lã fina), [ãforẽ] (ãnfora), [dẽñci] (dente), - [dẽnte], [lõ] (lã), [lõẽmãrelã] (lã amarela) - [lõŋẽmãrelã], etc.

As regras acima mencionadas e discutidas parecem-me ser de larga ocorrência, algumas delas em qualquer dialeto da língua. Algumas ressalvas neste sentido foram feitas, inclusive. Evidentemente, há outras regras fonológicas, em português. Não pe meu intuito, no entanto, tentar cobrir toda esta área. Minha intenção foi exemplificar e tentar argumentar sobre a naturalidade dos processos fonéticos mencionados.

V. Nesta seção, exporei, tentando justificá-las, algumas regras que são consideradas morfofonêmicas, dentro do quadro teórico proposto pela FGN. O primeiro exemplo demonstrativo desta concepção é retirado de Hooper (1973). Trata-

se da reanálise que propõe para a alternância [s] ~ [sk] que ocorre em verbos, no espanhol (crecer, cresco, crezca). (Ver a análise da alternância segundo a FGT, no final do capítulo II). Em FGN, a análise seria, segundo Hooper:

- (12) a) entrada lexical: /kres-/
[+K]
b) regra morfofonêmica: $\emptyset \rightarrow k / Vs \text{ --- } \begin{cases} o \\ a \end{cases}$
verbo
[+K]

(12) é uma regra morfofonêmica porque há, para ela, motivação apenas morfológica, sem nenhuma motivação puramente fonética. Assim, não há uma explicação sincrônica para a alternância, de base natural. Restringe-se a uma categoria morfológica, o verbo, e, mesmo nesta categoria, só a alguns verbos, que devem, então, ser marcados no léxico como sujeitos à regra (12, b) (cf. Hooper, 1973: 27-8).

Em Hooper (1973) encontram-se várias propostas de reanálise de dados do espanhol segundo as hipóteses da FGN. Todo o capítulo III é dedicado a este trabalho. Particularmente, suas análises me parecem extremamente consistentes e explicativas, tanto quanto parecem falsas e artificiais as análises da FGT para os mesmos dados, que ela critica. Apresentarei, a seguir, seguindo-a quase ao pé da letra, um exemplo mais detalhado de seu trabalho.

De acordo com Navarro Tomás (1957), há uma tendência, nas vogais do espanhol, de apresentarem duas variantes, uma aberta e outra fechada. O condicionamento geral para esta variação é a sílaba: as vogais fechadas aparecem em sílabas livres, as abertas, em sílabas travadas. Em muitos dialetos do espanhol, um /s/ de final de sílaba é enfraquecido, tornando-se [h], ou desaparece. Este processo tem sérias consequências para a morfologia destes dialetos, porque o plural é formado pelo acréscimo de /s/ e a segunda pessoa do singular de vários

tempos verbais termina em /s/. A combinação de enfraquecimento de vogal e queda de /s/ produz pares de nomes singular/plural como os seguintes:

(35)	<u>Ortografia</u>	<u>Forma standard</u>	<u>Forma dialetal</u>
	clase	[klase]	[klase]
	clases	[klasEs]	[klasE]
	pan	[pan]	[pan]
	panes	[panEs]	[panE]

(As letras maiúsculas representam as vogais abertas). O dialeto falado no Uruguai é um dos que têm formas como as acima. Para estes casos, Saporta propõe as seguintes regras:

(36) Enfraquecimento da vogal: $e \rightarrow E / \text{--- } C\$\$

(37) Apagamento de /s/: $s \rightarrow \emptyset / \text{--- } \$$

Na análise de Saporta, o plural se faz pelo acréscimo de -s a palavras terminadas em vogal, e de -es a palavras terminadas em consoante. As regras (36) e (37) se aplicam a tais formas. As regras (36) e (37) são extrinsecamente ordenadas entre si, (36) antes de (37). Caso contrário, não haveria mais descrição estrutural para a aplicação da regra (36), uma vez aplicada (37). Resultariam plurais como klase e pane .

A FGN afirma que a descrição dos dados de (35) através das regras (36) e (37), ordenadas extrinsecamente, não representa a explicação da competência dos falantes, porque, segundo a FGN, a motivação fonética para as regras fonológicas deve ser observável na superfície. Afirma que os falantes não reconstroem o plural com -s e as duas regras acima. Dado que duas regras foneticamente motivadas, como (36) e (37) estão agindo na língua, a FGN prevê uma das duas seguintes situações: 1) as duas regras reterão sua motivação fonética e permanecerão produtivas, aplicando-se em ordem casual. A distribuição de vogais abertas e fechadas continuará determina-

da pela forma da sílaba, como descrito acima. Com o apagamento de -s, novas sílabas livres são criadas, e as vogais, nestas sílabas, como em todas as sílabas livres, são fechadas, não abertas; 2) a segunda possibilidade prevista pela FGN é que, com a queda do marcador de plural -s, a regra de enfraquecimento de vogal se torna morfologizada. O morfema de plural é reestruturado: uma vogal aberta, /E/, marca de plural, em vez de /s/.

Nos dialetos da Andaluzia encontram-se dados exemplificando ambas as previsões. Não se encontra uma situação estabilizada, como apresentada em (35). Ao contrário, os dialetos mudaram, pela interação das duas regras, e as mudanças se deram em direções diferentes. Na Andaluzia ocidental, os desenvolvimentos seguem o caminho descrito em 1); os dialetos orientais, o desenvolvimento segue 2). Vejamos cada caso.

A segunda pessoa do singular do presente é marcada, em espanhol standard, pelo morfema -s:

- (38) Ortografia: comer
- | | |
|--------|---------|
| Sg. 1. | como |
| 2. | comes |
| 3. | come |
| pl. 1. | comemos |
| 2. | comeis |
| 3. | comen |

Sem o /s/, a segunda pessoa do singular seria idêntica à terceira. Dada a regra de enfraquecimento da vogal, comes seria [komEs]. Na Andaluzia ocidental, quando o /s/ cai, a vogal aberta não permanece, aparecendo uma fechada, de forma que a distinção entre a segunda e a terceira pessoas do singular é perdida. Neste dialeto, a regra de enfraquecimento de vogal é produtiva, mas não se aplica quando sua descrição estrutural não é dada nas formas superficiais.

Neste dialeto, a situação seria assim descrita pela FGN: a regra de apagamento de /s/ causa uma reestruturação de todos os itens lexicais que contêm /s/, incluindo o morfema de plural e de segunda pessoa de singular de muitos tempos verbais. A reestruturação é necessária para satisfazer as exigências da Condição de Naturalidade Forte. A regra que comanda a abertura permanece produtiva. Este exemplo mostra que, em um dialeto no qual a situação descrita através de regras extrinsecamente ordenadas existe potencialmente, a potencialidade não se realiza. Ao invés disso, a situação se ajusta de forma que as regras foneticamente motivadas não possam ser extrinsecamente ordenadas.

Na Andaluzia oriental, o ajustamento toma a forma da morfologização. Pode-se assumir que a regra de enfraquecimento de vogal era produtiva aqui, no passado recente, afetando todas as vogais de sílabas travadas. A regra de apagamento de /s/ é realmente um enfraquecimento de /s/, cujo resultado é ou a aspiração ([h]) ou \emptyset . Considerando nomes e adjetivos singulares e plurais, haveria pares como os seguintes (o enfraquecimento de vogal afeta todas as vogais):

(39) <u>Ortografia</u>	<u>Singular</u>	<u>Plural</u>
pedazo	[peðaθo]	[peðaθo ^h]
cabeza	[kaβeθa]	[kaβeθa ^h]
fin	[fiIn]	[fiIn ^h]

⁴ esta altura, o plural é marcado pela aspiração e por uma vogal aberta em final de palavra.

Seria bastante razoável descrever esses dados com uma análise da FGT semelhante à análise de Saporta, dizendo que a marca de plural é um /s/ subjacente, e que as regras de enfraquecimento de vogal e aspiração de /s/ são ambas produtivas. Essas regras não necessitariam ser extrinsecamente ordenadas, dado que há alguma aspiração na superfície. Há evidências de que a regra de aspiração de /s/ está presente na

língua. Pares como os seguintes existem:

(40)	<u>Ortografia</u>	<u>Singular</u>	<u>Plural</u>
	voz	[bo ^h]	[bosE ^h]
	tos	[to ^h]	[tosE ^h]

O /s/ final do radical é aspirado no singular e não no plural. Em novas palavras entradas na língua, todo o /s/ em final de sílaba seria aspirado. Esta análise é, pois, bastante defensável.

A análise da FGN é semelhante, exceto no fato de que a forma subjacente é igual à superficial: /s/ não é a marca de plural. O plural é marcado por uma vogal aberta, seguida opcionalmente por uma aspiração: o morfema que é acrescentado às consoantes é /-E^h/, e o que é acrescentado à vogais é /h/ ou Ø. Além disso, há uma regra de enfraquecimento de vogal. A FGN afirma que, se o enfraquecimento da vogal tem lugar na ausência da aspiração, que é sua motivação fonética, a regra deve ser morfofonêmica. Em FGN, a existência de plurais como [peða^hØ] e [kaʎe^hØ] são evidências de que o enfraquecimento de vogal se deve a um contexto morfológico, mais que a um contexto fonético. Isto é, o enfraquecimento de vogal tem lugar no plural. (A diferença entre vogais abertas e fechadas está sendo descrita como uma diferença de tensão: as vogais abertas são consideradas [-tense]).

$$(41) V \longrightarrow [-tense] / \left[\frac{\cdot}{+plural} \right] (h) \#$$

De forma semelhante, na segunda pessoa do singular dos verbos, o enfraquecimento de vogal seria condicionado morfológicamente.

Há, portanto, duas maneiras de descrever a interação das regras de aspiração e de enfraquecimento de vogal. Embora, no caso, a análise da FGT seja bastante razoável, já que não exige graus extremos de abstração, encontram-se na Andaluzia

oriental indicações fortes de que o processo de enfraquecimento de vogal tornou-se uma regra morfofonêmica. De forma bastante interessante, a morfologização ocorreu enquanto a motivação fonética ainda aparece na língua.

As vogais do dialeto de Granada apresentam dados que mostram claramente que o condicionamento para o enfraquecimento de vogal é bastante diferente em granadense e em castelhano. Em granadense, a forma da sílaba não tem nenhuma significação para tal enfraquecimento. A distinção entre vogais abertas e fechadas é governada inteiramente por categorias morfológicas. Para nomes e adjetivos, o singular tem vogais fechadas e o plural, abertas. Essa distinção não aparece somente em vogais finais de palavra; a vogal tônica (e, em alguns casos, também as átonas) do nome e do adjetivo também alternam. Vejam-se os seguintes dados, extraídos de Alonzo et al. (1950):

(42) Ortografia	Singular	Plural
pedazo	[peɖáso]	[peɖÁso]
alto	[áto]	[Áto ^h]
cabeza	[kabéɖa]	[kabÉɖa]
selva	[sélva]	[sÉlva]
lobo	[lóɓo]	[lóɓo ^h]
tonto	[tónto]	[tónto]
piso	[píso]	[píso ^h]
fin	[fin]	[fínE ^h]
grupo	[grúpo]	[grúpo ^h]

Estas formas mostram, inclusive, o desenvolvimento de um sistema de harmonia vocálica. As vogais tônicas concordam em abertura, ou tensão, com a vogal final. A alternância ocorre tanto em sílabas livres como em sílabas travadas.

Os dados acima mostram não só que o enfraquecimento de vogal tornou-se uma regra morfofonêmica, já que as alter-

nâncias em sílabas tônicas são previsíveis por uma regra foneticamente motivada a partir da qualidade da vogal final. A questão importante é ainda como a qualidade da vogal final é predita. As formas de (42) mostram que a vogal final aberta, no plural, não pode ser gerada por uma regra geral de enfraquecimento de vogal em sílaba travada, como em Castelhana, dado que vogais abertas não são exclusivas de sílabas travadas.

É claro que a alternância vocálica é determinada, em posição final de palavra, pelo número do adjetivo ou do nome. Somente assim pode ser feita a afirmação mais geral sobre a alternância. Os dados mostram que a explicação a partir de um /s/ subjacente é impossível, de vez que nem sempre a aspiração está presente. Há outra evidência de que esta abordagem é correta. A diferença entre as duas variedades de cada vogal é muito maior em granadense do que em castelhano. As fechadas são muito tensas, as abertas, muito frouxas. Isto caracteriza distinções fonéticas que são semanticamente significativas (ênfase minha). Em castelhano, as vogais não precisam ser cuidadosamente distintas, porque a distinção entre elas não tem significação fonêmica ou semântica. Em granadense, contudo, a distinção de tensão carrega informação semântica, e, então, é importante que a distinção seja feita cuidadosamente.

A harmonia vocálica também mostra que a tensão das vogais está associada com singular e plural. O desenvolvimento da harmonia vocálica é, ao mesmo tempo, generalização da associação morfológica e uma tentativa de diferenciar maximamente o singular do plural. A diferença entre os pares tensos e frouxos é muito pequena para sua importância semântica. A harmonia vocálica reforça a distinção, estendendo-a às outras vogais, maximizando, assim, a diferença fonética entre singular e plural (cf. Hooper, 1973:45-53).

Desta análise, Hooper tira um argumento para reforçar a característica das regras fonológicas: elas só podem ser assim classificadas quando sua motivação está sistematicamente presente na superfície. Os dados acima mostram isso. A regra já é morfologizada, embora em alguns casos ainda apareça uma aspiração marcando plural (Hooper, 1973:53).

Ainda no capítulo III de Hooper (1973), chamo a atenção para a reanálise que propõe para o sistema do acento no verbo do espanhol. A conclusão a que chega, de novo, é importante, e semelhante à conclusão acima. Revela uma valorização mais efetiva do aspecto semântico das formas linguísticas. Tão importante é ele que chega a determinar formas fonéticas, o que significa admitir claramente que, neste nível, não atuam só regras naturais, o que parece ser facilmente perceptível. Após concluir que os falantes do espanhol estavam acentuando as formas verbais por razões morfológicas ainda quando o processo era previsível foneticamente, conclui com a seguinte explicação do fato, extremamente interessante:

"Os falantes preferiram a análise morfológica à fonológica porque em alguns tempos (...) a análise fonológica estava se tornando muito abstrata e opaca. A GGN afirma, então, que os falantes não fazem uso de regras ordenadas e formas subjacentes abstratas para manter uma análise fonológica; a FGN afirma que os falantes escolherão consistentemente a análise que identifica fenômenos fonológicos com fenômenos morfológicos. A razão é que a função da linguagem é associar significado com som (ênfase minha). Os falantes preferem considerar variações fonologicamente significantes a considerar as predizíveis e não significantes" (Hooper: 1973:44).

Dado este exemplo ilustrativo, passo a alguns casos do português, rapidamente. Vejamos, por primeiro, a regra de truncamento, e qual seu status na gramática. A regra de truncamento é necessária, tanto em FGT como em FGN, para explicar a existência de formas como bocada, penada, ferrugem, etc. (palavras derivadas de outras palavras pelo acréscimo de um su-

fixo). A regra de truncamento tem a mesma formulação em FGT e em FGN:

$$(43) \left[\begin{array}{l} +\text{vocálico} \\ -\text{acento } 1 \end{array} \right] \rightarrow \emptyset / \text{---} + \left[+\text{vocálico} \right]$$

A regra (43) afirma que uma vogal átona final cai quando a palavra a que pertence é seguida de um formativo gramatical começado por vogal. Que a regra se aplica somente a casos em que a vogal final é átona pode-se comprovar por sua aplicação a penada (pena + ada), ferroso (ferro + oso), e em muitos outros exemplos que seria fácil elencar, e pela sua não aplicação em poeira (pó + eira), cafeeiro (café + eiro), etc, onde somente há mudança de qualidade da vogal final do radical, em função da perda do acento principal, quando se tratar das vogais /ɛ/ e /ɔ/, que só ocorrem em posição tônica (ver regra (26)). Que a regra (43) é motivada, em português, não há dúvida. A derivação seria suficiente para atestá-lo. Se se admitir a teoria da FGT, sua aplicação se torna mais ampla (ver, p. ex., outros casos de aplicação em Harris, 1974), para possibilitar análise gerativa transformacional de algumas formas verbais do português). O que importa discutir, pois, não é sua existência, mas seu status na gramática.

Para a FGT, a regra de truncamento é uma regra fonológica, embora necessite de um princípio especial para reger sua aplicação, o que significa reconhecer que sua aplicação não é geral e não depende apenas das informações fonológicas disponíveis na superfície da cadeia sonora. Como a regra de truncamento atua sobre segmentos separados por uma junção de morfema (+), i. é, como a regra deve levar em consideração este traço no contexto da mudança estrutural, ela se submete ao princípio que Chomsky e Halle sentiram necessário formular para normar determinadas regras. O princípio é o seguinte:

"Qualquer regra que se aplica a uma cadeia da forma XYZ também se aplica a cadeias da forma X+Y+Z,

$XY+Z, X+YZ$, onde X, Y e Z representam seqüências de zero ou mais unidades e + representa a juntura de formativo" (Chomsky e Halle, 1968:364).

A interpretação do princípio é dada logo a seguir:

"Em outras palavras, uma regra na qual a presença da juntura de formativo não é explicitamente indicada aplica-se também a cadeias contendo qualquer número de junturas de formativos. A convertida não é verdadeira, contudo; uma regra que se aplica à cadeia $X+Z$ não se aplica à cadeia XZ " (Chomsky e Halle, 1968:364).

Este princípio que Chomsky e Halle introduzem tem a mesma finalidade que tem, em outros lugares, a introdução do discrítico. Isto é, é um mecanismo destinado a bloquear ou desencadear a aplicação de determinadas regras. Apesar de sua formulação geral, e de sua provável correção, não deixa de ser, aos olhos da GGN, um mecanismo ad hoc destinado a proteger a gramática tal qual formulada em decorrência da teoria gerativa transformacional. O componente fonológico, na GGT, não atua, assim, unicamente em razão de informações de caráter fonológico, embora se insista tanto na naturalidade das regras que projetam a representação fonológica na representação fonética, mas recebe muitas outras informações, quer sejam concernentes a estratos de itens lexicais (de fato, informações diacrônicas do tipo [+ ou - Nativo], p. ex.), quer sejam concernentes à natureza morfológica dos itens lexicais (compostos de mais de um formativo, ou não, p. ex.).

Para a GGN, a limitação imposta sobre regras como a de truncamento, limitação expressa no princípio de Chomsky e Halle acima citado, e, principalmente, o fato de que a limitação esteja imposta em função da juntura de formativo, faz a questão entrar no domínio da morfologia, porque: a) a regra não tem caráter geral; b) necessita de informações não reconhecidas no nível superficial, no caso, a informação de que há formativos justapostos formando uma só palavra, informação que

é dada num nível mais profundo que o nível onde atuam as regras fonológicas. Isto indica que a regra de truncamento e outras semelhantes são regras morfofonêmicas, e não fonológicas.

Há, em português, outros contextos em que se aplica uma regra cujo efeito é idêntico ao da regra de truncamento, isto é, uma queda de vogal diante de outra. A regra atuou, por exemplo, para formar aguardente de água + ardente, onde a junção era #. Evidentemente, o efeito está, atualmente, morfológico, e muitos falantes sequer identificam os dois antigos radicais formadores desta palavra. Atua ainda sincronicamente, pelo menos em estilos rápidos de fala e com certas vogais. Assim, água azul será [ɛgwɛzúw], água escura, [ɛgwiškúɛ]. No entanto, em estilos mais lentos de fala, o resultado não é o mesmo. O que ocorre em estilo tenso (Mattoso o opõe a relaxado (1953:67), de modo que se pode considerar que 'tenso' é uma das características do estilo lento), é descrito assim por Mattoso Câmara:

"Entre duas vogais, uma final e outra inicial, há que distinguir se são iguais ou diferentes (...). Se iguais, cria-se uma vogal prolongada (...). Se diferentes, dá-se uma ditongação crescente (com passagem a assilábica do /i/ ou do /u/), ou decrescente, com um /a/ silábico" (Câmara Jr., 1970:52).

Neste estilo de fala, haveria, então, enunciados como [ɛgwɛ:zúw], [ɛgwɛyškúɛ], [fikyɛki] e [fikwɛki] (água azul, água escura, fique aqui e fico aqui).

As informações decorrentes da consideração da velocidade da fala demonstram que a regra que elimina uma vogal no contexto — + V não é a mesma que elimina eventualmente uma vogal no contexto — # V. A última exige, como condição, a especificação de uma velocidade rápida de fala como traço necessário. Aquela atua em qualquer estilo de fala, sendo impossível que não atue e haja enunciados gramaticais.

Há sempre queda de vogal no contexto descrito pela regra (43). Não haverá nunca apenas redução, por exemplo. Numa gramática gerativa natural, portanto, a regra de truncamento (43) é uma regra morfofonêmica, uma vez que sua aplicação depende de uma motivação que não é apenas fonética, perceptível na superfície do enunciado. A regra que elimina uma vogal na junção de palavra em estilo rápido de fala é, ao contrário, uma regra fonológica, de vez que ela se aplica por condições naturais do aparelho fonador, não exigindo outras informações além da do estilo de fala.

Vejam os outros exemplos de regra morfofonêmica. Considerem-se os seguintes dados:

(44)	<u>masc. sg.</u>	<u>masc. pl.</u>	<u>fem. sg.</u>	<u>fem. pl.</u>
a)	porco [póhku]	a) porcos [póhkuš]	a) porca [póhke]	a) porcas [póhkeš]
b)	formosos [fohmózu]	b) formosos [fohmózuš]	b) formosa [fóhmoze]	b) formosas [fóhmozeš]
c)	novo [nóvu]	c) novos [nóvuš]	c) nova [nóve]	c) novas [nóveš]

(45) a)	porcaria [pohkeɾiɐ]	b) formosura [fohmozúra]	c) novidade [novidáʃi]
---------	------------------------	-----------------------------	---------------------------

(46)	<u>masc. sg.</u>	<u>masc. pl.</u>
a)	fogo [fógu]	a) fogos [fóguš]
b)	jogo [žógu]	b) jogos [žóguš]
c)	tijolo [čizólu]	c) tijolos [čizóluš]

(47) a)	fogueira [fogéɾɐ]	b) jogador [žogvdóh]	c) tijolada [čizoláde]
---------	----------------------	-------------------------	---------------------------

(48)	<u>masc. sg.</u>	<u>masc. pl.</u>	<u>fem. sg.</u>	<u>fem. pl.</u>
a)	cachorro	a) cachorros	a) cachorra	a) cachorras
	[kɛsóɦɔ]	[kɛsóɦɔʃ]	[kɛsóɦɐ]	[kɛsóɦɔʃ]
b)	pedagogo	b) pedagogos	b) pedagoga	b) pedagogas
	[pedegóɦɔ]	[pedegóɦɔʃ]	[pedegóɦɐ]	[pedegóɦɐʃ]
c)	bobo	c) bobos	c) boba	c) bobas
	[bóɦɔ]	[bóɦɔʃ]	[bóɦɐ]	[bóɦɐʃ]

(49)	<u>masc. sg.</u>	<u>masc. pl.</u>
a)	rosto	a) rostos
	[hóɦɔ]	[hóɦɔʃ]
b)	ferrolho	b) ferrolhos
	[fehóɦɔ]	[fehóɦɔʃ]
c)	choro	c) choros
	[sóɦɔ]	[sóɦɔʃ]

Os dados de (44) representam um conjunto de palavras portuguesas que apresentam a alternância [o] ~ [ɔ], ocorrendo [o] nas formas do masculino singular e [ɔ] nas demais, em posição tônica. (45) apresenta um conjunto de palavras derivadas das de (44), nas quais apenas [o] ocorre, na posição em que há alternância na palavra base. (46) apresenta palavras com as mesmas características das de (44), exceto pelo fato de não existirem formas femininas, neste caso. (47) apresenta formas derivadas de (46), e, de novo, só ocorre [o] na posição em que há alternância nas formas básicas. (48) apresenta um grupo de palavras que têm formas equivalentes ao grupo (44), mas não apresentam a alternância que ocorre naquelas, ocorrendo só [o]. (49) apresenta um grupo de palavras com as mesmas características do grupo anterior, i. é, sem alternância, diferindo apenas de (48) pelo fato de não haver formas femininas correspondentes.

Trata-se de explicar a alternância vocálica observada em (44) e (46). Devo observar, primeiramente que, pelo menos um lingüista seguidor da FGT considera que só é possível

explicar tal alternância apelando para razões morfológicas. (ver Harris, 1974:70-1, nota 14). Observe-se, no entanto, que o mesmo Harris tenta uma descrição de caráter fonológico (segundo a FGT) de alternâncias semelhantes nos verbos. A observação de Harris a respeito da alternância em palavras como as acima consideradas é inesperada. O que se esperaria da FGT é que tratasse uma das formas alternantes como derivada da outra por uma regra fonológica. Evidentemente, as dificuldades são grandes. A principal delas se deve ao fato de que a regra não seria produtiva, como mostram (48) e (49). Mas, dificuldades desse tipo costumam ser superadas pela FGT pelo uso de diacríticos, fazendo com que determinadas regras sejam aplicáveis somente a determinados conjuntos de palavras, sem sair do componente fonológico. É fácil encontrar tratamentos deste tipo na FGT. Mas, haveria outras dificuldades. Veja-se antes, porém, as tentativas presumíveis que poderia fazer a FGT para analisar os dados acima.

A primeira hipótese poderia ser a que postularia que a vogal subjacente é /o/. seria necessário explicar o aparecimento de [ɔ] em determinadas formas. Far-se-ia necessária uma regra semelhante a

$$(50) \left[\begin{array}{l} \text{-consonantal} \\ \text{+vocálico} \\ \text{+posterior} \\ \text{-alto} \\ \text{+acento 1} \end{array} \right] \rightarrow \left[\text{+baixo} \right] / \text{---} + \left[\begin{array}{l} \text{-consonantal} \\ \text{+vocálico} \\ \text{+baixo} \end{array} \right]$$

que se aplicaria a um conjunto de palavras do léxico marcadas pelo diacrítico [+B], ou qualquer outra forma mnemônica. (50) poderia explicar a presença de [ɔ] nas formas femininas. O processo de derivação, desprezados detalhes irrelevantes para o caso, seria:

(51)	/pork+o/	/pork+o+a/	/pork+o+a+s/
Acento	pórk+o	pórk+o+a	pórk+o+a+s
(50)	————	pórk+o+a	pórk+o+a+s
(43)	————	pórk+a	pórk+a+s
Outras regras	[póhkɔ]	[póhkɛ]	[póhkeš]

A ordem de aplicação das regras (43) e (50) é casual, isto é, não há ordem definida para elas, pelo menos para estes dados.

Mas, (50) não poderia explicar a presença de nas formas masculinas plurais de (44) e (46), porque nestas formas não há possibilidade de postular uma vogal baixa depois da juntura de morfema. Falta a estas formas descrição estrutural para aplicação da regra, e, se a explicação fosse esta, deveríamos ter $[*p\acute{o}hkv\check{s}]$, por exemplo, que é uma forma agramatical, que não ocorre.

A outra hipótese seria colocar uma forma contendo /ɔ/ na representação subjacente, restando explicar o aparecimento de o na forma masculina singular. Esta hipótese seria a mais viável, de vez que, nos casos em que ocorre a alternância, ocorre somente um caso de [o], ocorrendo nos demais casos sempre a vogal [ɔ], seu número dependendo da existência da forma feminina. As formas derivadas, como as de (45) e (47), onde ocorre somente [o], não seriam problema para esta hipótese, de vez que a não ocorrência de [ɔ] nestas formas se explica por uma regra fonológica do português, a que afirma que não há [ɛ] e [ɔ] em posição átona (regra (26)). Mas, há problemas também para esta hipótese, como se viu. Se, por um lado, se poderia ter uma regra como

$$(52) \left[\begin{array}{l} -\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \\ +\text{posterior} \\ +\text{baixo} \end{array} \right] \rightarrow [-\text{baixo}] / \text{---} + \left[\begin{array}{l} -\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \\ -\text{baixo} \end{array} \right]$$

para explicar $[p\acute{o}hkv]$ a partir de /pɔrk+o/, como mostra (53)

$$(53) \quad \begin{array}{l} /p\acute{o}rk+o/ \\ (52) \quad p\acute{o}rk+o \\ \text{outras} \quad [p\acute{o}hkv], \end{array}$$

como explicar, então, a forma plural $[p\acute{o}hkv\check{s}]$, que deveria sofrer a mesma regra, de vez que ela satisfaz a descrição estrutural de (52)? Afora este problema, acresce que, para se deri-

var [póhku], a partir de /pɔrk-/, é necessário postular que a regra (52) está ordenada extrinsecamente antes de (28), que transforma /o/ em [v] em posição átona final. Caso contrário, a regra acabaria gerando [*póhku], se fosse uma regra de metafonía.

Vê-se, assim, que qualquer tentativa de descrição fonológica deste fenômeno fracassa, mesmo utilizando um mecanismo como o diacrítico, que é, a rigor, ad hoc, quando se refere a regras fonológicas. Nenhuma hipótese de cunho fonológico dá conta de todos os dados. Não prever regras de caráter morfofonêmico complica extremamente a gramática, ou deixa problemas não analisados, intocados, à espera de uma inspiração miraculosa.

Em função do que se viu, a única hipótese que resta é atribuir a alternância a uma regra morfofonêmica. Esta explicação, se, por um lado, exige diacrítico para marcar uma classe restrita que sofre a aplicação da regra (embora isso não seja prejuízo, em termos de simplicidade, em relação ao tratamento presumível da FGT, já que ela também necessita dele, não solucionando o problema, mesmo assim), por outro, fornece a razão pela qual a alternância se dá, que, os dados mostram, está ligada a fenômenos morfológicos (gênero e número). Marcar como exceção é apenas ser realista, de vez que a classe é realmente excepcional.

Deve-se assinalar que a excepcionalidade existe em termos sincrônicos, porque, diacronicamente, a regra foi motivada. Segundo Williams (1938), têm plural com [ɔ] as palavras que tinham ō em latim, e têm plural em [o] as palavras que tinham ō em latim.

Deve-se observar, também, que, de fato, excepcionais são as palavras que não fazem a alternância, contendo apenas [o] em todas as formas. Testes (breves) que realizei com falantes que utilizam a marca explícita de plural nos nomes re-

velaram que a tendência á abrir as vogais tônicas, em palavras desconhecidas ou inventadas especialmente para o teste. Isto significa que os falantes preferem marcar redundantemente o plural a utilizar simplesmente a marca -s¹⁶.

A FGT poderia, evidentemente, postular uma forma abstrata que não coincidissem com nenhuma das que ocorrem superficialmente e postular uma regra de neutralização absoluta, se necessário. Mas, se se postula a abstração, ela deve ser postulada como psicologicamente real, o mesmo se devendo dizer das regras gerativas. De onde viriam, então, os erros? Seriam erros de performance? Bem, mas, se dada esta solução, não se trataria de mais uma defesa ad hoc da teoria?

Em FGN, os erros indicam a direção que a língua está tomando. Se os que erram palavras da língua erram na direção da existência de [ɔ], isso indica que esta forma tende a se fixar como norma, sendo a não alternância a exceção.

Reconhecendo que a alternância ocorre num subconjunto de palavras semelhantes, isto é, que nada impediria que ocorresse em duas ou em nenhuma, se considerada a constituição fonológica da classe, o subconjunto que sofre a aplicação da regra deverá ser marcado, no léxico, com um diacrítico, digamos [+B], forma mnemônica para [+baixo], dado que é esta a mudança que ocorre na vogal básica, pois, seguindo o princípio de Vennemann, colocar-se-ia no léxico a forma menos marcada, isto é, masculino singular. A regra que explica a alternância dos conjuntos de palavras acima exemplificados é

$$(54) \quad [+vocalico] \rightarrow [+baixo] / \left[\overline{+acento \ 1} \right] \begin{matrix} N, A \\ \{+B\} \\ \{-feminino\} \\ \{-singular\} \end{matrix}^{17}$$

Para outro exemplo de regra morfofonêmica, considerem-se os seguintes dados:

- (55) a) imanente imanência
 b) vigente vigência
 c) presidente presidência
 d) transcendente transcendência
 etc.

- (56) a) elétrico eletricidade
 b) científico cientificidade
 c) elástico elasticidade
 d) místico misticismo
 etc.

- (57) a) mago magia
 b) pedagogo pedagogia
 c) tecnólogo tecnologia
 d) antropófago antropofagia
 etc.

Para a derivação das palavras à direita a partir das da esquerda, atuam, entre outras, as regras (58), (59) e (60), aplicadas, respectivamente, aos dados representados por (55), (56) e (57):

$$(58) \begin{bmatrix} +\text{consonantal} \\ -\text{vocálico} \\ -\text{contínuo} \\ +\text{coronal} \\ +\text{tenso} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} +\text{contínuo} \\ +\text{anterior} \end{bmatrix} / - + \begin{bmatrix} -\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \\ -\text{posterior} \\ +\text{alto} \end{bmatrix} \begin{matrix} N \\ +A \end{matrix}$$

$$(59) \begin{bmatrix} +\text{consonantal} \\ -\text{vocálico} \\ -\text{contínuo} \\ -\text{anterior} \\ +\text{tenso} \end{bmatrix} \longrightarrow \begin{bmatrix} +\text{contínuo} \\ +\text{anterior} \\ +\text{coronal} \end{bmatrix} / - + \begin{bmatrix} -\text{consonantal} \\ +\text{vocálico} \\ -\text{posterior} \\ +\text{alto} \end{bmatrix} \begin{matrix} N \\ +A \end{matrix}$$

$$(60) \left[\begin{array}{l} +\text{consonantal} \\ -\text{vocalico} \\ -\text{contínuo} \\ -\text{anterior} \\ -\text{tenso} \end{array} \right] \longrightarrow \left[\begin{array}{l} +\text{contínuo} \\ +\text{coronal} \\ -\text{anterior} \end{array} \right] / \longrightarrow + \left[\begin{array}{l} -\text{consonantal} \\ +\text{vocalico} \\ -\text{posterior} \\ +\text{alto} \end{array} \right] \begin{array}{l} N \\ [+A] \end{array}$$

N indica que a regra se aplica para formar nomes. Trata-se de regras aplicáveis quando o sufixo começa por /i/. [+A] indica que os segmentos dos nomes que passam a preceder o sufixo sofrem uma regra de assibilação (Perini, 1977). Este diacrítico é necessário porque nem todos os nomes sofrem esta regra, como atesta, por exemplo, monarquia, derivado de monarca. Se a regra for estabelecida sem o diacrítico, gerará [monehsiɛ].

As regras (58)-(60) estabelecem, respectivamente, que /t/, /k/ e /g/ se transformam em [s], [s̃] e [ʒ], diante de sufixos que começam por /i/ e formam nomes. Não me ocorreu nenhum caso em que as regras (58) e (60) não se aplicassem, de forma que, talvez, o diacrítico seja dispensável na formulação dessas regras. No entanto, mantenho-o, porque é possível que existam casos em que elas não se apliquem, sem ele.

A FGT considera que estas regras são fonológicas (ver, p. ex., Chomsky e Halle, 1968:233-35 e Chomsky, 1962:89). São consideradas regras de assibilação e ocorrem quando o sufixo inicia com /i/, donde deduz que esta vogal é o que há de mais relevante para a aplicação da regra. Em função desta forma de conceber a análise do fenómeno, considera que as formas subjacentes das palavras à direita, em (55)-(57), contêm segmentos /t/, /k/ e /g/, respectivamente.

Do ponto de vista da FGN, estas regras são consideradas morfofonêmicas, porque sua motivação não é natural, não é fonética, logo, não são gerais. De fato, há ocorrência de /t/, /k/ e /g/ diante de /i/, em português, como em [tʰiɛ] (o /t/ é substituído por [tʰ] e não por [s], em muitos dialetos, quando por motivação fonética), [kʰiɛ] e [gʰiɛ], por exemplo. Daí se

conclui que a motivação para as mudanças descritas pelas regras (58)-(60), é, fundamentalmente, a junção de morfema +, inclusive porque [s] e [ʒ] aparecem diante de outras vogais, diferentes de /i/: [sapátu], [séku], [sõnu], [sú], [želáku], [žéytu] [bóžu], [zóge]. Logo, a motivação é morfofonêmica, isto é, para que as regras atuem, exige-se uma informação de caráter morfológico, que não é perceptível no nível superficial.

Stampe (1973), embora conceba sua teoria a partir de um ponto de vista inatista e se utilize desse critério, em parte, para distinguir processos fonológicos de regras fonológicas aprendidas (ver seção III do capítulo IV deste trabalho), ao invés de um critério de tipo articulatorio, chega a um resultado idêntico. Segundo ele, alternâncias fonológicas como as que substituem /g/ por [dʒ] (pedagogue, pedagogy) (análoga à alternância /g/- [ʒ] em pedagogo, pedagogia), são claramente aprendidas, isto é, sua motivação não é da ordem dos processos fonológicos. Isto quer dizer que não é uma motivação de tipo fonético a responsável por esta alternância (ver especialmente Stampe, 1973:45). A maior evidência em favor desta distinção é que as crianças erram mais frequentemente regras morfológicas que regras fonológicas. Muitas daquelas, inclusive, só se aprendem na escola, só existem na língua padrão.

Observe-se que as regras (58)-(60) são intrinsecamente ordenadas após a regra de truncamento (43).

Abaurre (1974a) propõe uma análise dos plurais de palavras portuguesas terminadas em ditongo nasal, segundo as hipóteses da FGN. Na realidade, compara análises segundo a FGT e segundo a FGN, comparação da qual resultam conclusões favoráveis à última, que me parecem extremamente consistentes.

Com base em regras fonológicas (segundo a FGT) propostas em Abaurre (1973b), a autora propõe a seguinte análise

para os dados em questão, segundo a FGT: são necessárias nove regras 'fonológicas' para derivar [límãw̃] - [límõys], [pãw̃] - [pãys], [ihmãw̃] - [ihmãws]. As regras devem ser aplicadas segundo uma ordem extrínseca. Não apresentarei, aqui, as regras como formalizadas na fonte; cito-as, apenas, pela ordem em que devem ser aplicadas, transcrevendo, em seguida, uma amostra do processo de derivação:

(61) Regras:

- a) acento
- b) nasalização (vogal nasaliza-se diante de C nasal)
- c) apócope (queda de e final, em certos contextos)
- d) vocalização de N (C nasal transforma-se em glide)
- e) arredondamento (V arredonda-se diante de w̃)
- f) queda de C nasal (em certos contextos)
- g) alçamento de vogal (e → I ; o → U)
- h) formação de glide (I → y ; U → w)
- i) nasalização secundária (glide nasaliza-se quando contíguo a Nasal)

Para motivação destas regras, ver Abaurre (1973b).

(62) Derivação

	/limone/	/limone+s/	/pane/	/pane+s/	/irmãno/	/irmãno+s/
1.	limóne	limónes	páne	pánes	irmãno	irmãnos
2.	límóne	límónes	páne	pánes	irmãno	irmãnos
3.	límón	_____	pãn	_____	_____	_____
4.	límõw	_____	pãw̃	_____	_____	_____
5.	límãw̃	_____	_____	_____	_____	_____
6.	_____	límõ es	_____	pães	irmão	irmãos
7.	_____	límõis	_____	pãis	irmão	irmãos
8.	_____	límõys	_____	pãys	irmãw̃	irmãws
9.	_____	límõys	_____	pãys	irmãw̃	irmãws
	[límãw̃]	[límõys]	[pãw̃]	[pãys]	[ihmãw̃]	[ihmãws]

Esta análise, pode-se ver, é extremamente complexa. Dizer que é psicologicamente real é fazer uma afirmação for-

tíssima sobre a competência dos falantes.

Veja-se, em seguida, a análise proposta a partir da FGN, onde não se admite ordenação extrínseca de regras e se exige que estejam no léxico as palavras em sua forma fonética.

Uma regra de nasalização, regra fonológica, é necessária:

(63) $[-\text{consonantal}] \rightarrow [+nasal] / [+nasal]$

Esta é uma regra de redundância.

O plural, nos nomes terminados em ditongo nasal, é formado de três maneiras: a) pelo acréscimo de -s; b) além do acréscimo de -s, alternância de [w] em [y]; c) além do acréscimo de -s e da transformação de b), alternância de [ẽ] em [õ]. Exemplos de cada tipo são as palavras da amostra de derivação (62).

A forma mais produtiva, sincronicamente, é a forma c), isto é, a que contém duas alternâncias, além do acréscimo de -s, o que significa que os falantes preferem a forma que marca mais redundantemente o plural, isto é, valorizam mais o aspecto semântico. Prova da produtividade de c) é que as palavras novas da língua fazem plural em [-õys].

O postulado da FGN é que as motivações para as alterações fonéticas acima são morfofonêmicas e não fonológicas.

Aburre propõe as seguintes regras para a formação dos plurais em análise:

(64) Plural $\rightarrow s / + \text{---} \# \} \text{N, Adj.}$

(65) a) Alternância de glide:

$$\left[\begin{array}{l} \text{-consonantal} \\ \text{-vocálico} \end{array} \right] \longrightarrow \left[\text{-posterior} \right] / V \text{ --- } + \text{ plural}$$

b) Alternância de vogal nasalizada:

$$\left[\begin{array}{l} V \\ \text{+nasal} \end{array} \right] \text{ --- } \left[\text{+arredondado} \right] / \text{ --- } \left[\begin{array}{l} \text{-consonantal} \\ \text{-vocálico} \\ \text{-posterior} \end{array} \right] + \text{plural}$$

A regra (65) é uma regra morfofonêmica, pois incorpora em seu ambiente a informação morfológica "plural".

As palavras que fazem plural com a forma mais produtiva [-õys] não serão marcadas no léxico com diacrítico. Isto está fora de discussão, de vez que as formas que são derivadas por formas produtivas não necessitam de diacríticos. As palavras que formam plural simplesmente com o acréscimo de -s ao ditongo nasal, que são em pequeno número, serão marcadas com [I] (invariante); as que formam plural com acréscimo de -s e alternância de glide serão marcadas com [A] (alternante). Além disso, os itens lexicais marcados com [I] terão que vir também marcados no léxico com o traço de regra (66, a), abaixo, e os itens [A], com o traço de regra (66, b).

(66) a) nomes [I] são [-regra (65, a)]

b) nomes [A] são [-regra (65, b)]

As regras (66, a e b) são intrinsecamente ordenadas entre si, de forma que (66, b) só se aplica a palavras às quais já se aplicou (66, a). Assim, as formas plurais são descritas em sua motivação morfofonêmica.

As formas derivadas destas palavras (limonada, irmanado, panificadora, etc) serão relacionadas a elas por meio de via-rules (ver seção VI deste capítulo) como

(71-3) $\emptyset \rightleftharpoons n$

Para maiores detalhes, ver Abaurre (1974b, passim). Pessoalmente, penso que esta descrição dá conta realmente do processo de aquisição destas formas pelos falantes, que não conhecem o processo histórico da língua. Se a motivação das formas fosse fonológica, jamais deveriam ocorrer erros, já que as regras seriam independentemente motivadas. Não se entende, também, porque haveria palavras admitindo duas ou três formas de plural, como são os casos de aldeão (aldeãos, aldeães e aldeões), ancião (anciãos, anciães e anciões), castelão (castelães, castelões), vilão (vilãos, vilões), etc. Observe-se que, quando há mais de uma forma de plural admissível, nunca falta a forma em [-õys], o que confirma que é a forma mais produtiva.

Na análise de Abaurre merecem atenção especial os argumentos expostos a partir da página 22, após propor as regras acima. Não os transcrevo aqui por considerar isto desnecessário, embora o trabalho de Abaurre ainda não esteja publicado.

Para outra análise do plural português, segundo a FGT, ver Brasington (1971). Perceber-se-á que seu tratamento é diverso do de Abaurre (1973b), o que é mais uma confirmação de que a FGT permite muitas descrições dos mesmos dados.

VI. Dedicarei esta seção ao desenvolvimento de algumas idéias sobre um outro tipo de regra existente no léxico, segundo a FGN. Trata-se das via-rules.

As via-rules têm a função de estabelecer relações fonológicas que não são nem fonológica e nem morfológicamente condicionadas (Hooper, 1973:28). Elas não existem em FGT, e sua postulação pela FGN decorre especialmente do fato de que esta teoria afirma que as palavras entram no léxico em sua forma fonética. Ora, aceita-se também em GGN que o falante tem uma competência lingüística e que explicá-la faz parte

do objetivo da gramática. Em consequência, um tipo de regra como as via-rules é necessário para dar conta das relações que estabelece, por exemplo, um falante do espanhol, entre leche e lactar. A FGT explicava a relação que os falantes estabelecem entre palavras deste tipo, isto é, foneticamente diferentes mas com certa relação semântica, dando a ambas uma representação fonológica idêntica, exceto, evidentemente, na parte da palavra que é responsável pela diferença semântica. No caso de leche e lactar, interessa identificar o radical das duas palavras. Em seguida, as diferenças superficiais eram explicadas por regras fonológicas. Esta forma de explicar a relação que o falante estabelece entre tais palavras exigiu da FGT uma maior abstração das representações fonológicas, em alguns casos, postulando segmentos que sequer ocorrem na superfície. A GGN, abolindo as abstrações, nem por isso carece de um mecanismo que explique a relação que um falante realmente estabelece entre palavras como as acima. É esta a função das via-rules. Postulando este tipo de regra como psicologicamente real, a GGN escapa do tratamento dado ao problema pela GGT, que se obrigava a postular regras suspeitas de apenas refazerem o caminho histórico das palavras, sem haver para algumas derivações evidência sincrônica (cf. derivação de leche a partir de /lakt-/).

Em FGN, as palavras leche e lactar entram no léxico em sua forma fonética. Isto implica um léxico redundante, mas, a GGN não se preocupa em eliminar esta redundância, pois entende que é realmente assim que os falantes estocam tais palavras. Ambas as entradas contêm, além das informações fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, um traço "rel m via x", isto é, relacionada ao item m através da regra x, onde m é o número da palavra no léxico e x o número da regra

(67) $kt \longleftrightarrow \check{c}$ (ver Hooper, 1973:29).

É possível, numa GGN, que um falante perceba a rela-

ção entre ocho e octavo, noche e nocturno, mas não percebe a relação entre leche e lactar, conforme assinala Hooper (1973:29), embora a via-rule seja a mesma para o falante que percebe todas estas relações. Isto significa que conhecer a via-rule não é suficiente para relacionar todas as palavras a que a via-rule de fato possa se aplicar, todas as palavras referindo-se aqui aos itens lexicais que pertencem à língua, como entendida usualmente. Ou, ainda, a gramática da competência de um falante pode conter via-rules em determinadas entradas lexicais e não em outras, embora estas estejam contidas na gramática da competência de outros falantes da língua.

Além das diferenças óbvias existentes entre as via-rules e as regras fonológicas e morfofonêmicas, elas podem diferir ainda de outra maneira: um falante pode conhecer ou não uma via-rule sem que o fato de não conhecê-la implique na produção de enunciados agramaticais ou gramaticais. Para exemplificar e interpretar: se um falante do português não perceber a relação existente entre lua e lunático (via-rule $\emptyset \rightarrow n$, entre outras coisas), pode enunciar uma sentença em que ocorra um desses itens lexicais (digamos, lunático), sem que ela seja agramatical e sem que o falante deixe de saber o que a palavra significa. O mesmo não se dá com as regras fonológicas e morfológicas. Suponhamos que um falante não conheça a regra (25), que dá conta do fato de que não ocorre [ã], em português, mas [ã̃], e pronuncia, por exemplo, [*kãmp], ou [*ãndɐ], em vez de [kãmp] ou [ãndɐ]. Estará produzindo uma sentença agramatical, no sentido de que viola uma regra obrigatória do português. Caso idêntico ocorre com as regras morfológicas. Se um falante não conhece a regra (54) e pronuncia, por exemplo, [*nóvɐ] em vez de [nóvɐ], imediatamente se percebe que ele não conhece bem a língua, que é, por exemplo, um estrangeiro, ou, pelo menos, que se equivocou. (Fala-se aqui, evidentemente, de falantes de nível social e cultural mais elevado, pois será comum, na fala popular, haver enunciados do tipo dois porco [dóyspóhku], com o plural só marcado pelo numeral, ocorrendo a forma fonética singular do substantivo).

Formulada como em (67), (com " \leftrightarrow "), a via-rule não implica nenhuma direcionalidade¹⁸ e, em consequência, nenhuma afirmação de que uma forma deriva da outra, no plano sincrônico, no que diz respeito ao(s) segmento(s) que a via-rule relaciona diretamente, ou seja, no que diz respeito à diferença fonética de alguns segmentos das palavras relacionadas semanticamente.

Contrariamente às regras fonológicas e morfofonêmicas, as via-rules não são nada predizíveis. Por isso, não se pode afirmar que são utilizadas na derivação real das sentenças. Servem exclusivamente para relacionar itens lexicais.

Vennemann (1972b) fornece alguns exemplos em que a aplicação de via-rules é necessária para estabelecer relação entre itens lexicais, se não se quise postular formas abstratas e, ao mesmo tempo, se quiser escrever a gramática que explique realmente a competência do falante.

Vennemann divide as via-rules em dois tipos. As primeiras se referem a casos de derivação, isto é, quando uma palavra é derivada de outra e, no processo, ocorre uma mudança fonológica não explicável nem fonológica nem morfológica-mente. Fornece exemplos do alemão e do inglês, dos quais cito alguns:

(68) Algumas via-rules do alemão:

- a) ai \rightarrow i (reiten-Ritt)
- b) i \rightarrow a (binden-Band)
- c) e \rightarrow a (messen-Mass)

Em seguida, Vennemann apresenta o conjunto abaixo ((69)) de via-rules referentes às vogais do inglês para os casos de derivação. Essas derivações reproduzem a Grande Mudança Vocálica sofrida historicamente pelo inglês, e, segundo

a FGN, não se deve refazer a derivação histórica no plano sincrônico, através de regras fonológicas. Por um motivo muito simples: o falante não conhece a história da língua. Daí porque as via-rules são a forma de dar conta da relação, que não pode ser desconhecida pelo linguista, já que muitos falantes a estabelecem, entre tais palavras. Eis as via-rules:

(69) Via-rules para as vogais do inglês (referentes à derivação):

- a) ai → i (divine-divinity)
- b) ī → e (serene-serenity)
- c) ē → æ (sane-sanity)
- d) au → ʌ (profound-profundity)
- e) ū → a (fool-folly)
- f) ō → a (cone-conic)

Evidentemente, os membros desses pares são relacionados entre si. Segundo Vennemann, a maneira de relacioná-los

"não é, contudo, por meio de processos gerativos, porque estas alternâncias ocorrem se forma semântica, morfológica e fonologicamente imprevisível, mas por meio de 'via-references'. Por exemplo, profundity não é /prɔ̃faund + əti/, (para não mencionar /prɔ̃ + fund + i + ity/, como Chomsky e Halle representariam a palavra (1968)), mas /prɔ̃fand + əti/, com o traço 'rel' e o traço 'via 69 d' relacionando-a a /prɔ̃faund/" (Vennemann, 1972b:229-30) (O número da via-rule, evidentemente, é o que ela está recebendo neste trabalho. Nota minha).

Os casos acima, apresentados por Vennemann, têm a ver essencialmente com o processo de derivação. O outro lugar específico de aplicação das via-rules, que foi, aliás, mencionado acima, quando se comentou a relação entre leche e lactar, tem a ver com estratos especiais do léxico. Trata-se de casos de línguas que emprestam formas de seu passado mais remoto. Acontece que, no decorrer da história, as palavras que tiveram origem nas mesmas formas que mais tarde entrem como empréstimos tardios já sofreram modificações. A fonologia gerativa

transformacional postula quem uma vez que a forma emprestada entrou na língua dominada pelo falante nativo (digamos, lactar, no espanhol), o falante que conhecia leche reformula a forma subjacente desta última palavra, com a finalidade de estabelecer relação com a palavra nova que aprendeu. Aprende, além disso, as regras necessárias para derivar lece de /lakte/, isto é, muda o radical /leç-/ para /lakt-/, e deriva aquele deste.

A FGN oferece outra solução para explicar a relação que o falante estabelece entre itens lexicais desta natureza. Uma vez aprendido pelo falante o empréstimo tardio, este não vai causar modificação alguma na forma fonológica básica das palavras relacionadas a ele anteriormente e já incorporadas à língua, tendo sofrido modificações. Estabelecida pelo falante uma relação entre a nova palavra e a palavra antiga, já anteriormente conhecida, o que o falante acrescenta a sua gramática (ao conhecimento de sua língua) é apenas uma via-rule. Frequentes vezes, simplesmente aplica uma via-rule já aplicada a um conjunto de palavras a este novo empréstimo.

Para exemplificar alguns casos de via-rule, considerem-se os seguintes dados do português:

(70)	I	II
1)	a) cruel	crudelíssimo
	b) fiel	fidelidade, fidelíssimo
2)	a) erva	herbívero, herbicida
	b) invencível	invencibilidade
	c) invariável	invariabilidade
	d) viável	viabilidade
	e) automóvel	automobilismo, automobilista
3)	a) moeda	monetário
	b) lua	lunático, alunissar
	c) doação	donativo
	d) entoar	entonação

4) a) leite	lácteo
5) a) veia	venoso
b) areia	arenoso
6) a) cheio	pleno, plenitude
b) chuva	pluvial, pluviométrico
7) a) abelha	apicultura
b) sabão	saponáceo
c) cabelo	capilar
8) a) noite	noctívago
b) oito	octagésimo
c) peito	expectorante
9) a) senador	senatorial
b) quadrúpede	quatro
c) podre	pútrido
d) roda	rotação
e) vendaval	vento
10) a) água	aquático
b) lago	lacustre
c) segredo	secreto
d) seguro	securitário
e) vogal	vocálico
11) a) geral	generalizar
12) a) acre	acérrimo
13) a) magro	macérrimo
14) a) negro	nigérrimo
15) a) roto	ruptura
16) a) pessoal, pessoa	personalidade
17) a) boca	bucal
b) cobre	cúpreo
c) doce	dulcíssimo
d) podre	pútrido
e) roto, romper	ruptura

- | | |
|--------------|-----------|
| 18) a) ouro | áureo |
| 19) a) negro | nigérrimo |

As palavras de I estão, evidentemente, relacionadas às palavras de II, fonética e semanticamente. Ao invés de postular para as palavras de I representações fonológicas do tipo /luna/ para lua, /vena/ para veia, e assim por diante, a solução que a FGN postula é acrescentar à gramática regras de relação lexical como as abaixo (os números de (70) e de (71) se correspondem):

- (71) 1) $\emptyset \longleftrightarrow d$
 2) $v \longleftrightarrow b$
 3) $\emptyset \longleftrightarrow n$
 4) $ey \longleftrightarrow ak$
 5) $y \longleftrightarrow n$
 6) $\check{s} \longleftrightarrow pl$
 7) $b \longleftrightarrow p$
 8) $y \longleftrightarrow k$
 9) $d \longleftrightarrow t$
 10) $g \longleftrightarrow k$
 11) $\emptyset \longleftrightarrow ne$
 12) $kr \longleftrightarrow s$
 13) $gr \longleftrightarrow s$
 14) $gr \longleftrightarrow \check{z}$
 15) $t \longleftrightarrow pt$
 16) $e \longleftrightarrow er$
 17) $o \longleftrightarrow u$
 18) $o \longleftrightarrow a$
 19) $e \longleftrightarrow i$

Observe-se que as palavras de II são, em grande maioria, de cunho mais erudito. Isto significa que são utilizadas por um número restrito de falantes. Os que as usam, estabelecem entre as palavras de I e as de II uma relação através das regras de (71); isto é, se estabelecem realmente uma

relação explícita entre elas. Os que conhecem só as palavras de I (vento e quatro são, evidentemente exceções, em II) não reconhecem, certamente, as via-rules de (71). Os que conhecem as palavras de II, quase certamente estabelecem as relações de (71). Agindo segundo essas hipóteses na descrição da língua, a FGN permanece perseguindo o objetivo da GG: descrever e explicar a competência dos falantes nativos. Parece que uma análise deste tipo é mais adequada, pois, assim, os falantes de classes sociais mais baixas têm sua gramática (sua competência internalizada) descrita segundo mecanismos que prevêem claramente a diferença existente entre sua competência lingüística e a dos falantes de classes sociais mais favorecidas. A afirmação de que os falantes de classes sociais mais favorecidas conhecem via-rules em maior número que os falantes de classes sociais menos favorecidas é uma afirmação certamente correta. Na realidade, a maior parte das regras do tipo das de (71) são adquiridas pela maioria dos falantes que as conhecem mediante escolarização, de modo que realmente não são de domínio geral, nem são conhecidas tão cedo pelos falantes. Se conhecimento não pode, pois, espantar os lingüistas que ficam boquiabertos diante da rapidez (?) com que crianças aprendem sua língua.

Minha intenção não é, aqui, apresentar descrição exaustiva de dados do português. Isto foi anunciado na introdução e está perceptível em todo o texto. A mesma atitude é tomada em relação às via-rules. Interessa-me mais comentar alguns alcances possíveis deste tipo de regra postulado pela FGN. É o que faço a seguir.

Parece-me que há vantagens imediatamente perceptíveis para uma teoria que adota tal hipótese. Mas, há também possíveis problemas, já que nem todos os aspectos estão ainda claros, o que é perfeitamente compreensível, em se tratando de uma teoria em início de elaboração.

Dentre as vantagens decorrentes do postulado de existência das via-rules, para uma teoria lingüística da competência, penso estarem:

a) A análise do léxico através também de via-rules dá conta do processo histórico real da entrada das palavras na língua e do aumento progressivo e mais lento do domínio do léxico da língua, em relação ao aprendizado de outros componentes da gramática. O fonológico propriamente dito está pronto ainda na infância, sofrendo mínimas alterações. Uma análise que não reduz uma forma a outra num determinado nível da gramática, no caso, na representação fonológica, sem prejuízo para a explicação da relação existente entre tais formas e sem que a análise deixe de ser exaustiva, deve ser mais valorizada do que uma análise que relaciona palavras reduzindo o processo sincrônico ao histórico, isto é, refazendo, na derivação das palavras, em muitos casos, a derivação histórica sofrida realmente. O que é historicamente diferente deve ser analisado como tal. Se a diferença é real, a teoria deve tratar a diferença, não reduzi-la à homogeneidade. As via-rules respeitam mais as características fonológicas reais do léxico. A FGT seleciona sempre a forma mais recente na língua (e a mais erudita) como forma subjacente, o que é, pelo menos, estranho. Normalmente, são as palavras emprestadas que tendem a sofrer os processos fonológicos efetivamente em vigor numa gramática. No caso dos empréstimos tardios, pelo menos, segundo a FGT, aconteceria o contrário.

b) Nos termos de uma gramática que pretende explicar a competência dos falantes de uma língua, uma abordagem que assume a existência de via-rules e elimina, com isso, a abstração das formas subjacentes, permite uma análise mais real do conhecimento lingüístico real dos falantes, de acordo com a classe social a que pertencem e onde aprenderam a falar, de acordo com seu grau de instrução e outros aspectos

da configuração das sociedades que condicionam o tipo de conhecimento lingüístico que o falante nativo efetivamente adquire. A FGN, principalmente através deste tipo de regra, mas também através da postulação de regras morfofonêmicas, pode significar a abertura da teoria lingüística geral para que fixe como seu objetivo a explicação da competência dos falantes nativos reais, tais quais existem. Que a teoria lingüística geral se preocupe com a explicação da faculté de langage me parece correto. Mas, desde que se defina claramente que, se esta é uma questão psicológica, não existe um sujeito psicológico que não seja sociológico. O objeto da gramática deveria ser, assim, algo diferente da competência de um falante-ouvinte ideal. É preciso explicar as diferenças de competência. Além do mais, dizer que a teoria estuda um objeto psicológico, e, em seguida, fixar-se a um sujeito falante sem limitações de memória e sem distrações, é fazer uma abstração idealista. É fazer uma psicologia de sujeitos que não existem. Desconhecer as limitações naturais e as diferenças condicionadas pela sociedade dará como resultado uma gramática tão ideal quanto ideal é o falante-ouvinte com conhecimento absoluto da língua e sem problema algum na performance (se é que esta dicotomia deve ser realmente mantida). Este sujeito é um computador, não um falante nativo de uma língua natural. Tem a memória daquele, deveria ser programado como aquele. Fugir desta amarra poderia significar uma adequação maior à realidade (a adequação é um dos requisitos de uma teoria científica...), já que, reconhecidamente, nem todos os falantes conhecem a mesma gramática, como a sociolingüística não cessa de demonstrar. Concebido como na GGT, o falante ouvinte ideal é sempre falante de uma língua também ideal, sem nenhuma influência histórica e sociológica. O falante estaria abandonado a seu psiquismo puro (portanto, também, ideal), sem influência do meio, quer na aquisição, quer no uso real da língua. Os "lapsos" ocorridos neste uso são abandonados à área da performance... evidentemente, uma parte da gramática posta em segundo plano, objeto de poucas pesquisas, e, mais, feitas em disciplinas que a lingüística oficial considera marginais.

c) Na realidade, a GGT descreve e explica em grande parte enunciados lingüísticos que só podem ser produzidos por falantes de classes social e culturalmente privilegiadas. Para confirmar isso, basta compulsar os livros de lingüística e os artigos que discutem filigranas insignificantes, ao invés de se preocuparem realmente com as questões lingüísticas socialmente relevantes. Faz-se, assim, uma ciência de pouco proveito social. Aliás, não é bem assim: fazendo-se este tipo de ciência, colabora-se para que ela não colabore com qualquer mudança, de forma que seu efeito é altamente proveitoso para alguém.

Mas, mesmo tratando-se destes falantes privilegiados, as via-rules são um instrumento teórico que permite explicar melhor que a solução pela abstração das diferenças das formas e pela ordenação extrínseca de regras a relação que estes falantes conseguem estabelecer entre palavras do léxico que, por qualquer motivo, sofreram modificações que as diversificaram em algum aspecto. Estes falantes conhecem a relação entre as palavras como as exemplificadas em (70) porque conhecem a via-rule respectiva, isto é, aprenderam a relação entre tais palavras e, por vezes, conhecem a própria história da língua. Pode-se, assim, dispensar, mesmo para estudar a competência de falantes mais próximos do falante-ouvinte ideal da GGT, as representações abstratas para explicar como falantes estabelecem relações entre formas que apresentam diferenças por vezes consideráveis.

A orientação para uma lingüística mais próxima da realidade é uma das conseqüências positivas que as via-rules indicam que se pode tirar.

Dentre os problemas que as via-rules colocam para uma teoria lingüística parecem-me estar:

a' Admitindo-se que os falantes realmente possuem

diferentes graus de conhecimento lingüístico, isto é, que existem competências lingüísticas diferentes, e não só performances diferentes, deve uma teoria postular a existência de tantas gramáticas quantos sejam os graus de conhecimento realmente encontrados? Deve estar previsto na teoria um número elevado de gramáticas, ou deve a teoria abstrair as diferenças e elaborar apenas o modelo? O problema que apresentam as via-rules (e mesmo as regras morfofonêmicas) é o de colocarem a possibilidade, se não a necessidade, de muitas gramáticas. Voltando-se para a pesquisa de todas as competências, estará a lingüística realizando um trabalho de caráter científico ou apenas uma enumeração de gramáticas? Vê-se, assim, que as via-rules recolocam a questão dos dialetos, ou, de certa forma, a questão com que se defrontou Saussure e que o levou a postular o conceito de língua para possibilitar uma atividade que não fosse de enumeração. Que língua deve a lingüística descrever era uma questão para os estruturalistas. A competência de quem deve a gramática gerativa explicar? A de um falante real? Mas, assim, não se fará a ciência do particular, isto é, não se deixa de fazer ciência? A abstração das diferenças seria uma atitude mais concorde com a concepção usual de ciência, que perdura. Todas as ciências deixam resíduos por explicar. A teoria que ilumina um aspecto do real lança sombras sobre outro. E, sabemos, apesar disso, produzem resultados, avançam. A concepção atual é a de construir modelos teóricos para explicar objetos do mundo. Então, estaria correta a GGT. Mas, se ocorrer que o modelo teórico, assim abstrato, excluindo as diferenças, opere por redução de diferenças fundamentais que lhe parecem acessórias? Está claro que a direção que a ciência toma não é a da pesquisa desinteressada, mas a da busca de explicações de fenômenos que passaram a ser considerados importantes numa determinada época, e, neste sentido, não pe neutra. Nem o instrumento que escolhe. Seria um modelo de tipo matemático, como o é a GGT, o mais adequado para se explicar a competência de falantes? Ou seria apenas mais adequado para certas finalidades atualmente desejadas por certos grupos?

Acontece que, tiradas as conseqüências das propostas da FGN, abandonando a simplicidade e generalizações a um segundo plano, vai-se mais na direção de uma ciência de tipo mais empírico. Sabe-se muito bem dos problemas e das conseqüências das atitudes por demais empíricas, em ciência. Elas correm o risco de pouco explicar, principalmente em ciências humanas. A posição atual da ciência é a de estabelecer a priori modelos explicativos. Mas, se, por um lado, o empirismo pode tornar-se pouco explicativo, será suficientemente explicativo o idealismo? O primeiro problema que as via-rules levantam, pois, é o do limite desejado da abstração das teorias científicas e o referente às generalizações. Na medida em que elas apontam para um maior realismo, podem estar levando a teoria lingüística para uma direção oposta à atitude científica contemporânea.

Estas são conseqüências que se podem tirar. Mas, parece-me que, de fato, a GGN não levaria a tanto. As via-rules levariam mais, parece-me, para uma teoria lingüística que valorize o componente sociológico como parte da explicação da competência lingüística.

b) Um segundo problema diz respeito ao próprio conceito de via-rule. Aqui aparecem problemas de vários tipos. Qual é o limite de diferença fonética entre duas palavras que pode ser explicado pela existência de via-rules? Qual a diferença real entre uma via-rule e uma regra morfofonêmica? Comento, a seguir, os dois problemas.

1) Se uma via-rule relaciona mão e manual, uma via-rule relacionará também igreja e eclesiástico? Uma via-rule deve ser produtiva, no sentido de que deve relacionar um grande número de palavras, isto é, aplicada a numerosas duplas de palavras, ou deve ser postulada mesmo que se aplique a apenas um par? Deve-se dar maior importância à diferença (ou semelhança) fonética ou à semântica? Será a via-rule um mecanis-

mo exclusivo das línguas que têm um passado escrito, podendo, assim, fornecer empréstimos tardios que não sofrerão, pelo menos imediatamente, todas as regras fonológicas que sofreram palavras semelhantes que foram incorporadas anteriormente? Uma pesquisa acurada em línguas sem passado escrito poderia fornecer evidências para solucionar esta questão?

Gostaria de avançar mais num dos aspectos da questão, o que coloca o seguinte problema: qual a diferença fonética e semântica que pode ser relacionada por via-rules? Aprofundou um pouco a questão tomando um problema proposto por Lightner (1975). Após afirmar que a morfologia derivacional é "crucialmente relevante para as divisões maiores da linguística teórica" (Lightner, 1975:617), coloca o problema que servirá de base para aprofundar um pouco o problema acima assinalado. Lightner considera a raiz -gen- "reproduzir, gerar, engendrar". Dessa raiz, a morfologia derivacional do inglês deverá derivar palavras como genital(s), generative, gene(alogy), genesis, (de)generate, genetic(s), gen(i)us, (en)gender, (re)generation, exogen, ingenius, pathogen(et)ic, photogenic, generic, (pro)genitor, progeny, congenital, congener, eugenius, homogeneous, miscegenation, primogeniture, genocide, congenial(ity), gentry, indigenous, germ(in)ate. Da mesma raiz, mudando e em o, derivam-se palavras como gonad(s), theogony, gonorrhoea, archegonium, epigone, etc. Com o apagamento da vogal da raiz, derivam-se as palavras como pre-gn-ant, empregnate, malignant, cognate. Em posição inicial ocorre também a queda de g, e a raiz se transforma simplesmente em n, em palavras como natal, nativity, nature, nation(al), nascent, noel, etc. Isso ocorre também com prefixos, dando, por exemplo, pre-n-atal, renaissance, innate, international, innascible, etc. (Lightner, 1975:617-8).

Este exemplo de Lightner mostra de forma muito clara o problema que quero colocar. Por outro lado, aponta, implicitamente, para a solução. O problema é que a diferença

entre as diversas formas fonéticas que a raiz assume pode acabar por diluir o fato de que é sempre a mesma, segundo critérios históricos e semânticos. Além disso, há também diferenças semânticas, por leves que sejam. Pode ser difícil imaginar que innate contenha o conceito de "reproduzir, gerar, engendrar", ligado ao n. Para relacionar estes itens, segundo a FGN, seriam necessárias as via-rules

(72) a) $\text{gen} \longleftrightarrow \text{n}$
 $\text{e} \longleftrightarrow \text{o}$ (para relacionar -gen- com -gon-)
 $\text{gen} \longleftrightarrow \text{gn}$

Este é o problema. Poder-se-ia perguntar se estas via-rules não parecem muito estranhas. A resposta que me parece apontar para a solução do problema é a seguinte: estas regras são, efetivamente, conhecidas por alguns falantes da língua, na realidade, por poucos conhecedores da história do inglês. A maioria absoluta dos falantes não relaciona, fonética e semanticamente, por exemplo, as raízes de innate e gonorrhoea. Simplesmente, então, estes falantes desconhecem um dos traços destas palavras, enquanto que outros, poucos, o conhecem. Trata-se do traço 'rel m via x'. Os que as relacionam, conhecem um traço a mais, que é a via-rule que une estas palavras. Então, as via-rules não existem, digamos, na língua, mas na mente dos falantes, de uma forma mais explícita que as regras fonológicas e morfológicas, por exemplo.

2) Existem algumas regras que são, evidentemente, via-rules, como, por exemplo (70.10). Existem regras que são, evidentemente, regras morfofonêmicas, como (58)-(60). Mas, existem algumas que estão numa situação limite, como, por exemplo, a alternância [d] - [s], em agredir-agressor, ascender-ascensorista. Talvez se possa pensar em critérios do tipo: a) as regras que têm motivação sincrônica, isto é, que são produtivas, são morfofonêmicas e as que não tem esta motivação são via-rules. No caso, um teste que poderia revelar as que são

de um tipo ou de outro poderia ser a reação de falantes convidados a proceder certas derivações de palavras inventadas ad hoc. Se ele processa uma mudança como a acima, seria uma regra morfofonêmica. Caso contrário, uma via-rule. As regras morfofonêmicas teriam, talvez, então, uma certa produtividade. As via-rules, nenhuma. Não tentarei aprofundar esta questão, ficando apenas a idéia para possível futura investigação.

Durante as seções de discussão deste trabalho com a Profa. Maria Bernadete Abaurre, ela e o Prof. Maurizio Gnerre levantaram a hipótese de que se poderia pensar na extensão das via-rules a duas outras situações, que são:)

a) Talvez seja uma regra semelhante a uma via-rule que utilizam falantes de uma língua tentando falar outra que conhecem mal, após estabelecer determinadas correspondências entre as palavras destas línguas. No momento em que tentava encontrar um conjunto de palavras do espanhol com ue no radical que correspondesse a o ou em português, para exemplificar um uso deste mecanismo, a própria situação me mostrou que é realmente possível que os falantes utilizem este mecanismo de correspondência de modo produtivo. Quando solicitava a um falante de português que não fala espanhol, mas apenas lê nesta língua, que me auxiliasse a elaborar uma lista de palavras que se correspondessem foneticamente nos segmentos acima mencionados, e tivessem a mesma significação, e, em seguida, a encontrar uma em que a correspondência semântica não tivesse a correspondência fonética, aconteceu tentar ele dizer a forma correta para 'porco', em espanhol, sem realmente sabê-lo. Imaginou que devesse ser puerco, o que se confirmou no dicionário. Quer dizer, os falantes tentam utilizar-se deste mecanismo para enunciar palavras de uma língua que conhecem mal. Considere-se o seguinte conjunto de palavras, para melhor compreender a questão:

(73)	<u>Espanhol</u>	<u>Português</u>
	juego [ue]	jogo [o]
	luego [ue]	logo [o]
	fuego [ue]	fogo [o]
	pueblo [ue]	povo [o]
	puerco [ue]	porco [o]
	*pueco	pouco(poco) [o]
	muesca [ue]	entalhe
	mosca [o]	mosca [o]

Puerco é uma palavra produzida pelo falante de português a partir da correspondência fonética conhecida nas primeiras quatro palavras de cada língua em (73). Pueco representa um caso em que um falante de português acabaria por produzir uma palavra inexistente em espanhol. Muesca representa um caso em que o falante de português se equivocaria na interpretação semântica de um enunciado espanhol, já que sua tendência seria traduzir muesca por mosca, que, vê-se, nos dados acima, é um caso em que as duas línguas utilizam os mesmos segmentos fonológicos.

Que este mecanismo é utilizado na aprendizagem linguística tive ocasião de confirmar também em aulas de inglês, nos momentos em que o professor solicita traduções, ou, então, tenta fazer com que os alunos falem na língua que está sendo estudada. Em traduções ocorre, por exemplo, que se imagina que actually significa atualmente, que farmer significa farmacêutico, que doctor significa doutor, porque a semelhança fonética é grande. Tentando falar na segunda língua, ocorrem casos em que o falante arrisca a acrescentar os morfemas gramaticais da língua estrangeira a um radical baseado num radical português, com possíveis modificações analógicas.

b) Um segundo lugar em que um mecanismo como o das vis-rules é utilizado por falantes é nas etimologias populares, por hipótese. Assim, falantes de classes sociais baixas

associariam pedestre a pedra mais facilmente que a pé, com base na semelhança fonética. Ou, então, na interpretação semântica de palavras como ovinos, quando, até em publicações oficiais, se imagina que tenha que ver com ovos ...

Não me deterei em maior exploração destas possibilidades, assinalando-as apenas.

Das considerações acima a respeito das vantagens e desvantagens possíveis inferidas da postulação da existência das via-rules, concluo que as vantagens são realmente maiores, sendo as possíveis desvantagens assinaladas dependentes de uma mais precisa definição do conceito e do alcance das via-rules e de pesquisas mais numerosas. Não imagino que sejam mecanismos ad hoc, mas que, pelo contrário, se trata de um postulado com enormes possibilidades de representar realmente uma parcela do conhecimento lingüístico do falante de modo isomorfo. Isto é, a regra traduziria parte real da competência de falantes nativos, de modo coincidente com a realidade psicológica deste conhecimento.

NOTAS

1. Vennemann estabelece da seguinte maneira este critério:

"Se nem o princípio de não-ordenação nem o princípio de não-ordenação e a Condição de Naturalidade Forte juntos levam a uma solução única de um problema de representação lexical de uma raiz, a representação lexical de uma raiz é o alomorfe de uma raiz que ocorre na categoria semântica - mais básica (mais primitiva, 'não-marcada') do paradigma" (Vennemann, 1973:18).

2. Percebe-se, aqui, a aplicação do critério de Vennemann transcrito na nota 1. A forma masculina, menos marcada que a neutra, é considerada básica, a neutra sendo considerada derivada. No português, ocorrendo um caso semelhante, a forma masculina deve ser considerada não-marcada, por oposição à feminina, a forma singular, não-marcada por oposição à forma plural.
3. Hooper assinala que, segundo experimentos de Malécot, a regra (20) é opcional. A redução da consoante nasal é obrigatória, mas o apagamento total é opcional (cf. Hooper, 1973:8-9).
4. Tanto a regra (20) como a regra (20') são possíveis em FGT. Esta teoria considera que a regra (20) é melhor porque o número de traços necessários para formulá-la é menor. Este critério é estabelecido pela métrica de avaliação, que, como se vê, em FGT é necessária, porque a teoria permite várias soluções. Em FGN, porém, só a regra (20') é possível, porque a regra (20) não contém em sua descrição estrutural a motivação para aplicação da regra. A avaliação de uma regra, em FGN, não é feita com base em sua simplicidade, mas pela análise da explicação, ou não, da mudança descrita na regra.
5. Segundo Hooper, as junturas fonéticas são a juntura de

sílaba (§) e as junturas de pausa. Um exemplo de juntura gramatical é a juntura de palavra (Hooper, 1973:545). Esta afirmação de Hooper é duvidosa. Há casos em que atuam regras fonológicas na juntura de palavra, como as regras de queda de vogal citadas na seção V, logo após o comentário à regra de truncamento (43).

6. Observe-se que já Mattoso Câmara se dava conta deste fato. Em sua Estrutura da língua portuguesa afirma:

"... em português, a alternância vocálica pode ser o que podemos chamar submorfêmica. Isto acontece quando não é ela (como, ao contrário, sucede com fiz em face de faz + er) a marca única da noção gramatical por expressar. Ela entre no vocabulário formal como reforço, por assim dizer, de um morfema segmental. Assim, um plural como formosos, com -o- tônico aberto (/ò/) contrasta com o singular formoso, com -o- tônico fechado. Mas, a rigor, o plural se indica essencialmente pelo acréscimo da sibilante pós-vocálica /S/. A alternância dos dois timbres da vogal tônica apenas reforça a oposição que a ausência de /S/ (morfema Ø) e sua presença criam entre singular e plural.

Não é, porém, uma alternância a ser desprezada na descrição gramatical. Ela auxilia a distinção entre singular e plural e torna a oposição formoso : formosos mais nítida do que entre bolso : bolsos, por exemplo, onde ela não aparece.

Diacronicamente, ela explica a eliminação do morfema propriamente dito, porque o falante confia nela para a clareza de sua comunicação. Antes do português atual com fiz, houve uma forma com fizi, em que a vogal átona final se esvaiu, porque a alternância faz + er : fiz(i) já era bastante para caracterizar a segunda forma" (Câmara jr., 1970:65-6. Ênfases minhas).

As partes da citação que foram enfatizadas deixam clara a função semântica da regra morfológica.

7. Os dígitos são utilizados com o seguinte valor: 1: grau máximo; 2: segundo grau, etc. Assim, [baixo 1] significa o grau mais baixo, [baixo 2] indica que o segmento

é foneticamente baixo, mas menos que [baixo 1]; [nasal 1] refere-se a um segmento de nasalidade plena e [nasal 2] à nasalidade de segundo grau de um segmento; [acento 1] referir-se-á ao acento principal; [acento 2], ao secundário, etc.

8. O uso do traço de tensão tem, para as vogais, a seguinte interpretação: o critério utilizado é o de tensão muscular (Chomsky e Halle, 1968:325). De fato, segundo este critério, [i] e [u] são menos tensos que [e] e [o]. Chomsky e Halle escrevem que "o esforço articulatório nas vogais tensas é manifesto por sua maior distintividade e duração marcadamente maior..." (Chomsky e Halle, 1968:325). Se se considera que [i] e [u] não aparecem, praticamente, em estilos lentos, aparecendo, no entanto, em estilos rápidos, pode-se concluir que são alofones menos tensos de [e] e de [o] que aparecem no mesmo contexto em estilos lentos e são, evidentemente, portadores de maior distintividade (ver regra (28)).

Para as consoantes, utilizo o traço de tensão ao invés de de sonoridade para caracterizar, tanto distintiva quanto foneticamente, os segmentos do português, pelas seguintes razões: a) pelo menos em estilo rápido, podem ocorrer sílabas surdas em português, isto é, neutralizadas quanto ao traço de sonoridade. Assim, o único traço que pode distinguir [váka] de [vágA] é o traço de tensão, existente na segunda consoante de vaca mas não na consoante correspondente de vaga. Se se utilizasse o traço de sonoridade, não haveria como marcar esta distinção, que, mesmo se pronunciadas as sílabas finais sem a vibração das cordas vocais, persiste. Uma outra evidência de que a distinção entre os segmentos em questão é mantida apenas pelo traço de tensão é a fala cochichada, que, se pode ser considerada marginal, não deixa de fortalecer a evidência acima para o uso do traço escolhido; b) do ponto de vista pura-

mente articulatório, sabe-se que a enunciação dos segmentos surdos exige maior esforço do aparato fonador que o exigido para a enunciação de segmentos acompanhados de vibração das cordas vocais (Chomsky e Halle, 1968:324-5), de forma que o uso do traço de tensão para o português seria justificado mesmo sem as razões expostas em a). (ver regra (26)).

9. A opinião de Mattoso Câmara não é só compreensível como plenamente justificável, dado que trabalha com uma teoria (o estruturalismo) que confere pouco valor à representação fonética (ver nota 1 do Capítulo I).
10. Hooper assinala:
- "Regras naturais são definidas, sem muita preocupação com detalhes, como processos que são explicáveis em termos puramente fonéticos. A teoria deve especificar o conjunto de regras naturais, ou regras fonológicas possíveis. O conjunto incluirá processos como assimilação (assimilação nasal, assimilação de sonoridade, nasalização de vogal, harmonia vocálica, etc), enfraquecimento..." (Hooper, 1973:186).
11. Como assinala Abaurre (1973b:26, nota 5), encontram-se vogais nasalizadas abertas no dialeto de Curitiba, por exemplo, de forma que a regra (25), conforme postulada neste trabalho, comporta exceções, em termos de português falado no Brasil, embora não na maioria dos dialetos, no que concerne a uma de suas partes, a que se refere ao fato de que a vogal é [-baixa], diante de consoante nasal, isto é, quando nasalizada, segundo o contexto descrito na regra. Como o objetivo deste trabalho é exemplificar regras de motivação fonética e não descrever aspectos do português, fico com a regra como formulada ((25)) e deixo a ressalva apenas nesta nota.
12. Neste caso, a consoante nasal é sempre /n/, em FGT, por ser

a menos marcada. Seus detalhes fonéticos não entram no léxico, pois são previstos por regras do componente fonológico. Em FGN, postula-se que entram no léxico as próprias consoantes tais como são realizadas foneticamente, exceto em palavras derivadas, como se viu acima, no exemplo do faroês. Distintivamente, trata-se de /N/, isto é, em termos de informação, basta a de que se trata de uma consoante nasal. Os traços fonéticos que a acompanham são considerados redundantes e, então, a regra fonológica que os descreve, (30), é vista como uma regra de redundância.

13. Para esta mudança, Mattoso estabelece o ambiente pós-vocálico (que formula da mesma forma para a ocorrência de [š] e [ž] em posição não inicial de sílaba (ver Câmara Jr., 1953:46; 1953:45 e 1970:41). Evidentemente, ele deve estar se referindo à posição pós-vocálica na sílaba, embora não o diga expressamente. É impossível que quisesse dizer outra coisa, penso. De qualquer forma, é melhor deixar claro que o ambiente em que a mudança em questão tem lugar é o final de sílaba, o que implica em ser pós-vocálico, não sendo, porém, verdadeiro o inverso, porque nem toda a posição pós-vocálica é final de sílaba, como se pode ver na própria palavra "sílaba".
14. O flap e a vibrante só se oõem, em português, em posição intervocálica. Nos demais contextos, neutralizam-se, ora em favor de um (só ocorre flap depois da consoante na mesma sílaba, isto é, no contexto \$C -- V\$), ora em favor da outra (só ocorre vibrante (ou seu alofone [h], conforme o dialeto) em posição inicial de palavra ou final de sílaba). Esta é a análise básica que proponho.
15. É necessário, a este propósito, acrescentar a seguinte observação: certamente, esta situação não é uniforme em todos os dialetos ou para todos os falantes. Para uns, é

possível que, já, a consoante nasal tenha sido eliminada mesmo diante de obstruintes; para outros, como observei em mais de um falante da região serrano-missioneira do Rio Grande do Sul, a consoante nasal permanece mesmo em final de enunciado, ocorrendo, por exemplo, [l̃ŋ]. Aliás, Nobiling (1904) observa que o elemento consonântico final nasal permanece diante de pausa. Sua descrição é baseada no dialeto de São Paulo.

A respeito desta regra, pode-se prever que, provavelmente, se modificará na seguinte direção: queda de consoante nasal em todos os finais de sílaba, pelas razões que Hooper descreve (ver acima, logo após formulação da regra (34)).

16. Ver nota 6, acima.

17. Deve-se observar que a regra (54) é utilizada como formulada aqui apenas por falantes que, efetivamente, marcam o plural com o morfema -s. A abertura da vogal, no caso do plural, é condicionada à presença explícita do morfema, foneticamente realizado. Para os falantes que produzem enunciados do tipo os homem [ozóme] ou [ozómẽy] ou, ainda, [ozómên], as caixa, etc., a regra de abertura da vogal só atua nas formas femininas. De fato, não se encontra [aznóve], mas [aznóvɛ], as nova, por as novas.

18. Vennemann (1972b) utiliza a seta em uma única direção (ver (68) e (69) deste trabalho). Parece-me mais adequada a formalização de Hooper, pois a de Vennemann pode dar a idéia de que se está propondo uma derivação de uma forma mais básica ou de um empréstimo recente de fases anteriores da língua. Utilizarei a simbolização de Vennemann apenas na transcrição de seus exemplos.

CAPÍTULO IV

ALGUNS RESÍDUOS

"Rute partiu, pois, e entrou num campo, onde apanhava as espigas atrás dos segadores" (Rute, 2, 3).

Neste capítulo, brevemente, comentarei algumas questões complementares concernentes FGN. Não se trata de um capítulo unitário, de vez que nem todos os temas têm relação direta entre si. Evidentemente, existem outras questões que merecem comentários, problemas da teoria que mereceriam atenção, mas, é impossível tocar em todos nesta dissertação. Deixar-me-ei em alguns deles somente.

I. A fonologia concreta é abstrata. Por oposição à FGT, que, como vimos, permite representações fonológicas bastante abstratas, a FGN é considerada concreta. É preciso, no entanto, esclarecer o sentido deste termo.

Quando se diz que a FGN é concreta, este termo significa apenas que a FGN não permite representações fonológicas mais abstratas que a representação fonética. É apenas isto que significa a afirmação de que ela é concreta.

No entanto, sabe-se que a representação fonética é abstrata, i. é, não representa verdadeiramente a cadeia sonora tal qual enunciada por qualquer falante. Sabe-se que radiografias da fala e espectogramas mostram que, por exemplo, os sons da fala não são, na realidade, discretos, mas, antes, um continuum. No entanto, a representação fonética da fala consiste de símbolos que representam realidades discretas, embora os registros físicos minuciosos constatem que não é possível discernir claramente onde começa um som e onde termina outro. Apesar disso, a representação fonética não falseia a realidade da linguagem, porque percebemos os sons da fala

como se fossem discretos. Aliás, o postulado de que as línguas são compostas de sons discretos é um dos menos questionáveis de quantos há a respeito da natureza real da linguagem.

É que a linguagem, enquanto fenômeno físico puro, não é o objeto da lingüística. Esta ciência se interessa por um fenômeno psicológico, e a linguagem, na mente dos falantes, aparece como uma realidade composta de sons discretos. Evidências favoráveis a esta afirmação podem ser facilmente encontráveis. Se se perguntar a qualquer falante de quantos sons se compõe determinada palavra, provavelmente ele não se equivocará. Segundo Schane (1973:4), os próprios lapsos de língua são evidência favorável a esta afirmação. Cita exemplos, como os seguintes: Homsky e Challe, por Chomsky e Halle. Línguas secretas, como o pig latin, utilizada por crianças, evidenciam que elas percebem os segmentos da fala como unidades separáveis. A sentença "This sentence, for example, is written in pig latin", seria enunciada da seguinte maneira, em pig latin: "Is-thay entence-say, or-fay exemple-ay, is-ay itten-wray in-ay ig-pay atin-lay" (Langacker, 1967: 22). As crianças que utilizam esta língua secreta distinguem, inclusive, vogais de consoantes, além de distinguirem segmentos concretos, já que, como se pode perceber, as regras específicas da língua consistem em acrescentar -ay a palavras que começam por vogal e -ay precedido da consoante que iniciaria a palavra quando esta começa por consoante na língua normal dos adultos. A língua do p, brincadeira-código de crianças falantes do português, equivalente ao pig latin, evidencia que outras unidades lingüísticas são percebidas como tais. No caso, esta brincadeira é forte evidência de que a sílaba é uma unidade psicologicamente isolável, já em crianças. Elas acertam regularmente a divisão silábica das palavras.

A fala aparece como um continuum, quando analisada por instrumentos minuciosos, porque é produzida como um continuum, enquanto realidade física, pelos falantes. Ao enunciarmos uma seqüência qualquer, enunciarmo-la sem separar os seg-

mentos por pausas. Ao contrário, o segmento é, de maneira geral, marcado pelos traços do segmento vizinho, porque o aparelho fonador funciona de forma tal que, ao enunciar um segmento, já está se preparando para a enunciação de seguinte. Não há intervalos entre eles. Daí o continuum. Os sons são percebidos como segmentos, por outro lado, porque, na aprendizagem lingüística, assim como se aprende que determinados traços são modificações contextuais, por exemplo, aprende-se também a isolar do continuum aquelas parcelas da cadeia sonora que são lingüisticamente significativas. Por isso, em termos de sons da língua, a realidade física não é relevante na sua totalidade, mas somente aquela parte que é selecionada por determinada gramática como significativa para determinada língua. Os outros aspectos são desprezados. A incorporação da gramática da língua se faz de forma tal que as parcelas sonoras irrelevantes passam completamente despercebidas ao falante comum, assim como também lhe passa despercebido que enuncia, na realidade, segundo o contexto, segmentos diferentes com o mesmo poder distintivo.

Por isso, embora fisicamente seja possível atestar uma realidade mais concreta que a representação fonética, na cadeia da fala, no que respeita à linguagem como fenômeno psicológico, como instrumento de comunicação, e, mesmo como objeto de ciência, a realidade mais concreta que existe é a representação fonética (evidentemente, não me estou referindo a questões de significação). Assim, embora realmente abstrata, (já que a língua abstrai de qualquer realidade acústica e articulatória não relevante), a representação fonética pode ser considerada a representação concreta da língua. De fato, é a representação concreta da língua. As realidades acústicas desprezadas, embora reais, não fazem parte da língua.

Esta verdade é aceita, aliás, de longa data. Remonta, pelo menos, à invenção do alfabeto fonético. Mas, é principalmente numa teoria mentalista da linguagem que esta concepção ganha significação maior, já que, psicologicamente, a língua é realmente uma realidade segmentável em unidades discretas.

II. A Fonologia Gerativa Natural não é igual à fonêmica taxinômica: Poder-se-ia imaginar, já que a FGN não admite representações fonológicas abstratas, e já que postula um léxico cheio de redundâncias (ver capítulo V), que a FGN não se distingue muito da fonêmica taxinômica. A admissão de regras de supleção e de redundâncias na representação dos morfemas, por parte de ambas, entre outros, poderiam ser argumentos para identificá-las. Não tenho muita certeza de que esta objeção à FGN poderia ser honestamente levantada, mas, antevendo a possibilidade de que o seja, antecipo-me, e tentarei respondê-la, embora, de novo, sendo muito breve.

Supondo que os argumentos para identificar a FGN e a fonêmica taxinômica fossem os dois mencionados acima, poderiam ser refutados como segue:

a) Regras de supleção para formação de palavras: É verdade que tanto a FGN quanto a Fonêmica Taxinômica fazem uso de regras de supleção para explicar e descrever exceções de certo tipo. E então? A primeira objeção que se poderia levantar contra quem utilizasse este argumento para acusar a FGN seria questionar a validade de não admitir as regras de supleção, explicitamente. Na verdade, por que não postulá-las, se esta parece ser uma solução boa para certos problemas? Nem tudo o que se herdou da fonêmica taxinômica está necessariamente errado. Argumentos do tipo "mas, esta é a solução da fonêmica taxinômica" não são bastante fortes para derrubar uma proposta. Sua base lógica é muito frágil.

Mas, esta resposta, evidentemente, não é a mais forte. A questão se coloca da seguinte maneira, me parece. Embora as duas teorias postulem a existência de regras de supleção, é preciso observar, antes de mais nada, que a supleção tem um estatuto completamente diferente nas duas teorias em questão. Na fonêmica taxinômica, as regras de supleção são

postuladas para explicar o aparecimento de certas formas diversas foneticamente mas semelhantes semanticamente, ou para explicar formas que se desviam de um paradigma, encontradas num corpus. O corpus é o ponto de partida. Na FGN, as regras de supleção são postuladas como regras psicologicamente reais, para explicar como determinadas formas são aprendidas e são utilizadas corretamente, apesar de fugirem à norma. Como tais, decorre que a teoria imagina que são de aprendizado custoso. Embora se pudesse dizer, incautamente, que isso não faz diferença, é preciso não esquecer que fatos 'iguais' analisados segundo teorias diferentes são diferentes, não iguais. Cada teoria constroi seus fatos, não os tira simplesmente do mundo, verdade que foi traduzida de forma inteligível por um político mineira pela asserção segundo a qual a versão faz o fato. O motivo para postular as regras de supleção é diferente nas duas teorias, como se disse acima. Logo, a supleção é diferente nas duas teorias. Para exemplificar com outro fato esta questão, pode-se tomar o problema do estatuto das representações fonéticas. Embora a representação fonética X seja sempre a representação fonética X, ela é diferente, segundo seja vista pela FGN (ou FGT) ou pela fonêmica taxinômica. Nas primeiras, é parte da competência lingüística do falante, na segunda, mero ponto de partida para se descobrir o mecanismo da língua, da qual ela realmente não faz parte. Isto é, embora ela seja a mesma, sua natureza é diferente, segundo a teoria que a analisa.

b) Redundância na representação dos morfemas: De fato, tanto a fonêmica taxinômica quanto a FGN admitem representações redundantes, isto é, representam diversas formas do mesmo morfema no léxico, se necessário. De novo, o fato se dá por motivos diferentes. No caso da fonêmica taxinômica, os morfemas são representados mais de uma vez, no caso de haver mais de um alomorfema de um morfema (é o caso de /prezident-/, /prezidens-/, por exemplo), basicamente por dois motivos, intimamente interligados: a) porque a teoria não dispõe de meca-

nismos metodológicos suficientes para avançar, justificadamente, na direção de uma maior abstração. Dispusesse deles, teria avançado, uma vez que seu objetivo é a simplicidade. Não os possuindo, o máximo de abstração que conheceu foi a representação fonêmica, excetuados, nesta, os arquifonemas, realmente uma abstração maior; b) porque a fonêmica taxinômica não é uma teoria psicológica da linguagem, no sentido da psicologia mentalista. Recusava explicitamente qualquer incursão no interior da mente do falante, não podendo, assim, imaginar que ele identifica dois segmentos num só, em determinado nível, podendo relacionar palavras com diferenças fonéticas através deste mecanismo. Quando a fonêmica taxinômica fez abstrações, fê-las por motivos distribucionais, identificando diversos alofones num mesmo fonema, por exemplo. Evidentemente que, se andasse mais, chegaria a maiores abstrações. Poderia ter atingido o nível que se chamou, por primeiro, em FGT, de fonêmica sistemática. Não o fez por questões de natureza metodológica, como se disse acima.

Aliás, pode-se afirmar, de passagem, que quem fez isso foi a FGT. Neste sentido, embora tenha a teoria da GG rompido com o estruturalismo em termos de concepção do objeto da lingüística, na análise fonológica, pelo menos, não fez mais do que dar um passo adiante, no caminho da classificação distribucionalista, tentando encontrar, com isso, uma análise mais econômica e elegante deste componente da gramática. A teoria da marca representa o passo mais avançado neste caminho. Neste sentido, a teoria que pode mais corretamente ser aproximada da fonêmica taxinômica não é a FGN, mas sim a FGT. Esta levou ao extremo o portulado da fonêmica taxinômica segundo o qual nenhum traço previsível é fonêmico, o que significa que todo traço previsível não é lingüisticamente relevante, no fundo, embora a GGT compreenda a representação fonética como parte da competência.

A FGN, ao contrário, rompeu realmente com a fonêmica taxinômica. Por dois motivos, pelo menos: a) levou a sério o

postulado de que a linguagem é um fenômeno psicológico, e que, portanto, deve a teoria explicar como a linguagem é aprendida; b) deixou de fato de ser taxinômica, não se preocupando, primordialmente, com a economia, a simplicidade, a generalidade, a não redundância, preocupações cruciais tanto da FGT como da fonêmica taxinômica. A diferença entre elas é apenas de grau. Aquela, trabalhando com mecanismos mais poderosos, avançou mais fundo na tarefa de simplificação da representação fonológica, classificatória.

Seria interessante aprofundar, aliás, (o que não será feito aqui), as relações reais que mantêm a GGT com o funcionalismo ainda presente em todas as ciências humanas, mormente nos Estados Unidos. Sabe-se bem que as teorias materialistas criticam acerbamente análises sociológicas ou econômicas elaboradas segundo parâmetros estruturalistas, seja porque não vão além da descrição, seja porque, quando explicam (?) fazem-no frequentemente em nome de alguma categoria do tipo considerado universal, natural, etc. Ora, é verdade elementar que nenhum indivíduo, em qualquer sociedade, escapa do caldo cultural em que vive, sabe-se já muita coisa sobre história para se admitir que qualquer fato social seja natural. A presença desta categoria em Chomsky compromete-o com todos os compromissos do funcionalismo.

III. A Fonologia Gerativa Natural não é igual à Fonologia Natural: Apesar de muitas semelhanças, inclusive na denominação "natural", a FGN e a Fonologia Natural proposta por Stampe não são idênticas. Ambas afirmam que não há distinção entre regras foneticamente motivadas e regras de redundância lexical (se não se admitem representações abstratas, as regras que a FGT postula para explicar a forma dos morfemas baseiam-se, então, em unidades fonéticas, em FGN; logo, são regras fonológicas). Todos os processos naturais se aplicam tanto no nível subjacente quanto na derivação (ver, adiante, restrições de aplicações de processos no nível subjacente, segundo a Fonologia Natural). Ambas as teorias estabelecem

uma distinção entre regras fonológicas naturais e regras aprendidas, estas com outra motivação que não a fonética. Stampe considera que as regras fonológicas não processos naturais inatos. A FGN não faz nenhuma afirmação sobre processos inatos. Já se exemplificaram as diferenças entre regras fonológicas e morfofonêmicas, em FGN. Vejamos rapidamente a diferença que Stampe estabelece entre processos naturais e regras fonológicas adquiridas (equivalentes, grosso modo, às regras fonológicas e às morfofonêmicas, respectivamente). Um exemplo de processo natural é a alternância entre oclusivas surdas e oclusivas surdas aspiradas, em inglês, as últimas ocorrendo no início de sílaba tônica, as outras depois de /s/. Um outro exemplo seria a nasalização de vogais diante de consoantes nasais. Exemplos de regras adquiridas são as alternâncias /k/-/s/ e /g/-/j/, encontradas, em inglês, em palavras de origem latina: electric (/k/)-electricity (/s/); pedagogue (/g/)-pedagogy (/j/). Características destas regras: a) regras adquiridas não são sensíveis a lapsos de língua, mas os processos se aplicam antes que os lapsos ocorram: Scotch tape torna-se [k^hač steyp], com aspiração ajustada depois da mudança; mas, cynical guys torna-se [ɟinikɫ says] e não [ɟinikɫ kays], i. é, a regra adquirida nunca se aplica depois que a mudança é feita; b) um falante de uma só língua tem dificuldade em suprimir um processo natural; falantes nativos de inglês têm dificuldade em aprender a não aspirar oclusivas surdas quando aprendem outra língua, mas não têm dificuldade em pronunciar palavras como electricity; c) alguns processos naturais são opcionais, mas regras adquiridas não o são. Em português, pode-se dizer [tíe] ou [çiv], mas não se pode deixar de dizer pedagogia, dizendo pedagoguia, por exemplo; d) regras adquiridas fazem substituições fonéticas radicais, como /g/ por /j/, enquanto que processos naturais fazem sempre substituições mínimas.

Para Stampe, os processos fonológicos são inatos, de forma que, na aprendizagem lingüística, se algum deles (di-

gamos, o processo de nasalização das vogais) não existe na língua, deve o falante desaprendê-lo.

A FGN estabelece distinções semelhantes, que são as distinções entre regras fonológicas e regras morfofonêmicas. As regras fonológicas, embora coincidam em grande parte com os processos fonológicos naturais de Stampe, não têm caráter inato. Apenas natural e geral. Esta é uma diferença importante, porque equivale a atribuir a causa da regra fonológica a condições determinadas pelo aparelho fonador, embora não com um caráter de necessidade. Apenas de possibilidade maior ou menor.

Até aqui, portanto, as duas teorias coincidem quase que totalmente, no que se refere à descrição dos fatos, embora o caráter da explicação difira em parte. Mas, elas têm diferenças maiores. Diferem especialmente no que se refere às representações subjacentes. Em função disso, uma das diferenças se refere ao problema da ordenação das regras. Enquanto que a FGN não aceita de forma alguma regras ordenadas, exigindo sempre motivação fonética visível para sua aplicação, Stampe aceita que, na sua maioria, os processos se aplicam em ordem casual, mas admite algumas regras extrinsecamente ordenadas, especificamente, as que mantêm uma relação counter-feeding (i. é, quando uma regra não afeta a outra e esta contra-alimenta aquela, conforme Koutsoudas & Sanders & Noll (1971:2: "B contra-alimenta A somente se a aplicação de B aumentaria o número de formas às quais A se poderia aplicar se B se aplicasse antes de A").

Em relação à forma subjacente, campo em que a Fono-
logia Natural e a FGN discordam, Stampe estabelece três princípios, que governam sua escolha: a) a representação subjacente de uma forma é somente tão abstrata quanto é necessário para a pronúncia de todas as formas superficiais deriváveis dela, isto é, formas deriváveis por meio de processos naturais; b) as representações fonológicas, em qualquer nível, são comple-

tamente especificadas, isto é, não há arqui-segmentos; em inglês, por exemplo, uma oclusiva seguindo /s/ é especificada como -sonora ; c) uma classe de segmentos fonéticos é excluída da representação subjacente se: 1) é exaustivamente derivável através de processos fonológicos aplicáveis à língua em questão; 2) há um processo paradigmático natural que elimina esta classe de segmentos.

Um processo paradigmático é uma regra livre de contexto que se aplica a formas subjacentes e serve para enumerar os fonemas que ocorrem na língua. Assim, se os fonemas obstruintes de uma língua são todos surdos e ocorrem obstruintes sonoras somente em posição intervocálica, então esta língua tem um processo paradigmático

(74) [-sonorante] \rightarrow [-sonoro]

que se aplica a representações subjacentes antes do processo fonológico:

(75) [-sonorante] \rightarrow [+sonoro] / V — V

O processo paradigmático faz, assim, afirmações sobre o inventário de fonemas de uma língua. Assim, para Stampe, nenhuma variação alofônica está presente na representação subjacente. Sabe-se que a FGN postula formas completamente especificadas em seu caráter fonético, no léxico.

Basicamente, portanto, a FGN e a Fonologia Natural diferem entre si em dois aspectos: a) o caráter inatista desta, que aquela não postula; b) a permissão de alofones no léxico, que aquela permite e esta não (cf. Stampe (1973) e Hooper, 1975).

IV. O problema da velocidade. As pessoas podem falar em velocidades diversas, dependendo da situação. Estas velocidades, ou estilos, têm influências diretas importantes na

forma fonética dos enunciados produzidos. Faço aqui breves considerações sobre este problema em virtude de ter mencionado várias vezes a questão da velocidade durante o trabalho. Devo deixar claro que a influência dos estilos não foi por mim muito considerada, embora, em minha opinião, ela possa lançar luzes sobre uma série de problemas.

Vejamos como Harris define os diversos estilos, em sua análise da fonologia do espanhol. Estes estilos podem ser transpostos para o português sem problemas:

Largo: muito lento, cuidadoso, preciso em excesso; como, por exemplo, quando alguém procura comunicar-se com um estrangeiro que não conhece bem a língua, ou quando se corrige um mal-entendido devido a uma ligação telefônica deficiente"

Andante: moderadamente lento, esmerado, porém natural; como quando se pronuncia uma conferência ou se dá uma aula em uma sala grande sem amplificação eletrônica.

Allegretto: moderadamente rápido, despreocupado, conversacional. Em muitas ocasiões, se pode alternar entre andante e allegretto na metade do parágrafo ou, inclusive, no meio da oração.

Presto: muito rápido, completamente descuidado" (Harris, 1969:24).

A consideração da questão da velocidade é importante, em FGN, porque ela levanta a seguinte questão: dado que a FGN requer que as palavras estejam listadas no léxico em sua forma fonética, de qual forma fonética se trata? Da produzida em que estilo? Evidentemente, não se postulará que estão no léxico as palavras com as quatro formas fonéticas correspondentes aos quatro estilos de fala, simplesmente porque o mesmo falante pode enunciar-las todas. Se é assim, qual dos quatro estilos deve ser postulado como contendo as formas subjacentes?

Abaurre (1974b) argumenta que as formas subjacen-

tes devem ser as do estilo largo porque representam o máximo de possibilidade de uma pronúncia explícita por parte de todos os falantes do mesmo dialeto e porque não significa esta escolha que se esteja permitindo qualquer grau de abstração. Além disso, esta escolha facilita a formulação das regras para derivar as formas dos três outros estilos. O estilo andante deve ser excluído porque, embora a partir dele se possam formular facilmente as regras para derivar os outros estilos, torna-se difícil explicar as formas do estilo largo. Os estilos *allegretto* e *presto*, além de criarem o mesmo problema criado pelo andante, devem ser excluídos por estarem sujeitos a muitas regras sandhi. Se as palavras são as unidades que estão no léxico, não se deve correr o risco de deixar de fora material fonológico relevante (Abaurre, 1974b:3-5).

Se se considerar, pois, na análise fonológica da língua, a questão da velocidade, fatalmente se concluirá o mesmo que Abaurre (1974b), pelo menos se se tratar da fonologia do ponto de vista da FGN. De fato, o estilo largo é a expressão mais clara do conhecimento pelos falantes de quais sejam realmente os segmentos distintivos que compõem as palavras. Assim, quando alguém repete uma palavra que não foi bem entendida, enuncia [e] e [o] em posição fonal átona, se a palavra contiver estes segmentos, mesmo que em outros estilos enuncie [ɪ] e [ʊ], ou, mesmo, os suprema em função do elemento inicial da palavra seguinte.

Embora não tenha considerado explicitamente esta questão na elaboração desta dissertação, tenho a impressão de que ela pode esclarecer significativamente a questão da representação fonológica subjacente das palavras e do número e caráter das regras fonológicas das línguas.

V. Regras fonológicas com poder gerativo. Ao comentar os tipos de regras existentes em FGN, fizeram-se afirma-

ções sobre o caráter redundante das regras fonológicas. As regras relativas ao português apresentadas nesta dissertação são todas expressões de redundâncias, pelo menos se não se considera a questão da velocidade.

Mas, as regras fonológicas não são só regras de redundância, em FGN. Elas podem ser também gerativas. Apresento, a seguir, exemplos de regras fonológicas gerativas.

Hooper (1973) descreve como uma regra de epêntese pode ser usada para derivar palavras do espanhol, a partir de empréstimos. A regra é

(76) $\emptyset \rightarrow e / \text{ — } s \left[+\text{consonantal} \right]$

Considera as seguintes palavras:

(77) esnob 'snob'
 esmoking 'smoking'
 eslavo 'slavo' (sic)

Estas palavras sofrem a aplicação da regra de epêntese. Sua motivação é baseada nas limitações sobre a estrutura de sílaba do espanhol. O efeito de (76) é criar outra estrutura de sílaba, já que não é possível haver sílabas em espanhol com /s/ + C. Dada a epêntese, /s/ será separado da consoante seguinte por uma juntura de sílaba. A silabificação de slabo (sic) se dá da seguinte maneira: 1) \$'s são inseridas no início e final da palavra: \$slabo\$; 2) \$'s são inseridas diante de cada consoante ou grupo de consoantes que podem ser início de sílaba: \$sla\$bo\$; esta divisão não é problemática porque, numa seqüência VCV, a consoante sempre começa a sílaba. Mas, outra divisão deve ser feita, porque /sl/ não é um começo de sílaba possível. O /l/ deve ser analisado como o elemento inicial da sílaba (ver Hooper, 1973, cap. VII), porque /s/ não é suficientemente forte para preceder uma líquida.

Dai, \$\$\$la\$bo\$; 3) completada a divisão silábica, resulta uma sílaba não aceitável, \$\$\$, porque ela não contém uma vogal. As condições sobre a estrutura de sílaba produzem

(78) \$Vs\$la\$bo\$

Embora a posição da vogal não seja predita, a ordem SVsS é preferida porque permite a permanência da ordem original das consoantes. Uma vez ajustada a palavra estrangeira à estrutura silábica do espanhol, a forma nativizada com a vogal epentética é listada no léxico.

A vogal inserida é sempre a vogal mínima, isto é, a mais fraca na escala de força. No caso do espanhol, é /e/. (Para maiores detalhes a respeito dos argumentos acima expostos e para os motivos da escolha de /e/ como vogal epentética, cf. Hooper, 1973:166-71.)

Viu-se, assim, um caso em que as regras fonológicas são produtivas. Observe-se a derivação das palavras do farrôês, em (18), para se ver como a regra de assimilação nasal é utilizada uma vez redundantemente e outra com poder gerativo. Para outro caso em que regras fonológicas são produtivas, considere-se a seguinte análise de Abaurre (1974b), agora considerando-se a questão da velocidade.

A autora considera o seguinte caso, com base em seu dialeto:

(79) <u>Estilos</u>	<u>Forma fonética</u>	
Largo	[čiatrĩño]	'teatrinho'
Andante	[čiatrĩño]	
Allegretto	[čatrĩño]	
Presto	[čatrĩ:]	

Na seção anterior deste trabalho apresentei os ar-

gumentos de Abaurre em favor da hipótese de que as formas do estilo largo é que estão listadas no léxico. Todas as regras que derivam as formas dos outros estilos são, pois, gerativas. Redundantes são apenas as regras fonológicas já aplicadas às formas em largo, como é o caso das regras de palatalização de /t/ e nasalização de /i/, no caso acima. As regras de levantamento da vogal (o \rightarrow u /-#), apagamento de vogal (i \rightarrow \emptyset / $\check{A}, \check{I}, \check{E}, \check{O}$) e apagamento de sílaba final são regras fonológicas gerativas, condicionadas pelo estilo de fala (cito as regras com a denominação que lhes dá Abaurre; para formalização, cf. Abaurre, 1974b:6-10).

VI. Existem muitas questões problemáticas na teoria da FGN. A discussão de todas elas, ou mesmo de um grande número, sem esgotá-las, não é objeto desta dissertação. Se algumas foram colocadas é porque estão demasiado próximas da questão central deste trabalho. Quero acrescentar apenas algumas palavras sobre a Condição de Naturalidade Forte Revisada.

Dado que existem determinados problemas para derivar formas a partir das postuladas como listadas no léxico, quando um morfema tem mais de uma forma, Vennemann chegou à conclusão de que sua Condição de Naturalidade Forte ainda era demasiado fraca e propôs a Condição de Naturalidade Forte Revisada, a condição mais forte possível sobre a abstração das formas fonológicas. Segundo esta Condição

"O léxico contém uma lista de todas as palavras da língua, representadas na sua forma fonética superficial, exatamente. As regras da gramática funcionam exclusivamente como regras de redundância" (Apud Abaurre, 1974b:1).

Gostaria de dizer apenas que não vejo razões para concordar com esta condição de Vennemann, porque ela implica em listar no léxico, por exemplo, todas as formas plurais e femininas das palavras, todas as formas verbais de todos os

verbos, o que significa postular que todas estas formas são aprendidas individualmente. Não há dúvida sobre o fato de que existem paradigmas verbais produtivos, de que a formação do plural, em português, é altamente produtiva de forma regular, bastando aprender separadamente umas poucas exceções, etc. A Condição acima implicaria em eliminar qualquer resíduo de caráter gerativo das regras fonológicas e morfológicas. Esta Condição me parece desmentir evidências diárias de que falantes aplicam regras produtivas (ver, inclusive, o capítulo que segue).

Este capítulo teve a finalidade de colocar brevemente algumas questões referentes à FGN que não foram tratadas anteriormente, nesta dissertação, quando se tratou da FGN. A finalidade foi vedar algumas fendas, penso, de forma coerente com a doutrina da FGN.

CAPÍTULO V

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE O LÉXICO

"Tendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todos os animais dos campos e todos os pássaros dos céus, levou-os para o homem, para ver como ele os chamaria; e todo o nome que o homem pôs aos animais vivos, esse é seu nome verdadeiro. O homem pôs nome a todos os animais, a todos os pássaros dos céus e a todos os animais dos campos, mas não se achava para ele uma auxiliar que lhe fosse adequada" (Gênesis, 2, 19-20)

A FGN não difere da FGT apenas em detalhes de nomenclatura e não é, portanto, uma variante notacional desta.

A primeira diferença fundamental relaciona-se ao objeto que pretende explicar. Enquanto que a GGT pretende explicar a competência de um falante-ouvinte ideal, "situado numa comunidade lingüística completamente homogênea, que conhece sua língua perfeitamente, e que, ao aplicar seu conhecimento da língua numa performance efetiva não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes tais como a limitação de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse, e erros (casuais ou característicos (Chomsky, 1965a:83) (evidentemente, este objetivo se refere a todos os componentes da gramática), a GGN tem como objetivo "modelar tão diretamente quanto possível a representação do conhecimento lingüístico que está na mente do falante" (Vennemann, 1971:11). Não se fala, aqui, de falante-ouvinte ideal. Aliás, para a GGN é claro que são relevantes, para a teoria, os conhecimentos da psicolingüística, dos estudos dialetais (cf. Vennemann, 1972a:110). Logo, não se trata de falantes ideais de uma comunidade homogênea.

Há, pois uma diferença fundamental entre as duas teorias, Uma delas abstrai completamente dos fatores psicológicos reais (embora, paradoxalmente, pretenda que a lingüística seja um capítulo da psicologia...) e dos fatores sociológicos, construindo, assim, um modelo ideal de gramática. A outra se preocupa com falantes reais e cria instrumentos adequados, ou, pelo menos, mais adequados que os da primeira, para explicar a competência real de falantes reais. Vejam-se por exemplo, as distinções estabelecidas entre regras fonológicas, regras morfofonêmicas e via-rules, cada uma delas com uma consequência direta para a aquisição da linguagem. Veja-se, mais, a valorização efetiva do aparato fonador na determinação de fenômenos de ordem fonética. O aparato fonador é, evidentemente, um traço do falante real de uma língua natural...

Um dos lugares onde a diferença entre as duas teorias se manifesta mais crucialmente é na concepção do léxico. Esta questão é a que vai me deter durante alguns momentos. Não pretendo aprofundá-la nem sugerir qualquer solução, mas, apenas, assinalar algumas diferenças entre as duas teorias, que, me parece, são fundamentais, inclusive em termos metodológicos, embora eu não vá tratar do problema com a extensão e a profundidade que a mera menção da palavra "metodológica" levaria a exigir.

Um dos problemas a ser discutido é a da redundância. A GGT postula um léxico absolutamente sem redundâncias, sejam elas de qualquer espécie. Isto é, devem ser eliminados do léxico tanto os traços fonológicos previsíveis (numa evidente concessão ao funcionalismo estruturalista), como as palavras formadas por qualquer processo que envolva uma regra. Isto significa que se concebe um léxico de morfemas, cada morfema comparecendo apenas uma vez no léxico (salvo no caso das exceções, que são admitidas, mas reduzidas a

um número muito pequeno através de mecanismos especiais).

Uma primeira crítica que se pode fazer a esta ' concepção do léxico consiste em voltar contra a GGT a acusação que ela fez ao estruturalismo. Criticando o caráter meramente classificatório desta teoria, reprova seu léxico constituído por item-e-arranjo. Mas, um léxico despido de qualquer redundância, como quer a GGT, é também um léxico de item-e-arranjo. A única diferença entre o léxico da GGT e o do estruturalismo taxinômico é que aquele é mais abstrato, e possui, em consequência, um número maior de regras de formação de palavras e fonológicas, o que lhe permite, por exemplo, eliminar do léxico um radical como /prizedens-/ , postulando somente /prezident-/ e uma regra fonológica $t \rightarrow s / _ + i \dots$

Um léxico deste tipo é, evidentemente, um léxico taxinômico e, assim, o feitiço se volta contra feitiçeiro.

O que é mais relevante, porém, é discutir se este léxico pode ser, realmente, o léxico de uma falante. Se for apenas um léxico ideal, um modelo de léxico, para um falante-ouvinte ideal, para um modelo de falante, portanto, constituir-se-á, realmente, na melhor hipótese para explicar a competência, isto é, o conhecimento lingüístico de falantes reais? Evidentemente, é esta competência que se quer explicar na GGT, caso contrário não se poderia jamais ler afirmações como a seguinte:

"pode-se provar que uma teoria proposta que explica que modelos formais e um procedimento de avaliação é falsa, confrontando-a com a evidência empírica que a relaciona à gramática que realmente subjaz a performance do falante" (Chomsky e Halle, 1968:331) (ênfases minhas).

O que subjaz a esta concepção de léxico (e de gramática) é a velha posição baseada na simplicidade como

critério de avaliação de uma teoria. Esquece-se, na realidade, que este critério, suspeito por si mesmo como critério metodológico (ver nota 5 do capítulo II), quando invocado, deve sê-lo apenas para deceder entre duas análises igualmente adequadas de fato .

Ousaria dizer que não há nada que autorize dizer que o léxico menos redundante é o léxico adequado para explicar o conhecimento que algum falante possui a respeito das palavras de sua língua nativa. O que é discutível é o afã classificatório, purificador,¹ que, presente no estruturalismo descritivo, que, por razões óbvias, não podia repetir traços, sob pena de complicar a classificação, continua presente na GGT, fazendo com que ela esqueça, na prática, de que deve ser adequada externamente, e que seu critério de adequação externa deve ser buscada em falante reais de uma língua e não no princípio de economia interna das descrições.

Contrariamente à GGT, a GGN não se preocupa muito com a simplicidade. Esta teoria não tem pejo de afirmar que o léxico se compõe de palavras e não de morfemas. E mais: que as palavras estão no léxico em sua forma fonética. Não tem medo da redundância porque, efetivamente, está mais engajada na explicação do que acontece na mente do falante. O formalismo elegante fica em segundo plano.

Além disso, a GGN define explicitamente o que significa produtividade. Vimos isto quando se tratou das regras fonológicas. Só as efetivamente produtivas, isto é, sem exceção alguma, são consideradas como tais. As que não o são de fato, as que exigem diacríticos para "disparar" a aplicação da regra (marcando exceções a regras, caracterizando estratos especiais de vocábulos, etc), são postas em outro compartimento, o das regras morfofonêmicas, marcando-se, assim, o fato de não serem gerais, de não terem

motivação fonética aparente e visível para a mudança provocada, enfim, de serem, na realidade, idiossincráticos, sin cronicamente. Como tais, atribui-se-lhes um custo maior na aquisição, o que pode ser facilmente verificável.

É em relação ao léxico que quero estender-me um pouco mais, discorrendo sobre o conceito de produtividade e as diferentes formas em que ele é considerado nas duas teorias gerativas em questão.

Palavras como destruction, para Chomsky (Chomsky, 1965 a:279), evidentemente, não devem ser introduzidas no léxico. Haveria, no léxico, destroy e uma especificação de traços fonéticos que determina a forma fonética que vai assumir quando aparecer em frases nominalizadas. Isto é, regras fonológicas determinarão que nom^odestroy = destructi-
on .

Halle (1973) assinala que não há, em inglês, as palavras *arrivation, *refusation, etc. Bem, isso leva a pensar que as regras que Chomsky considera produtivas, como as que derivam destruction, não o sejam, de fato. Isto é, funcionam só para um subconjunto de nomes derivados de verbos.

Isto é fácil de comprovar também em português. Tem-se destruição, de destruir, fruição, de fruir, armação, de armar, etc, mas não se tem *acabação de acabar, *lançamento, de lançar, etc. Tem-se acabamento, de acabar, mas não se tem *jogamento, de jogar . O que é, então, produtividade?

Botha (1968, passim), assinala que este conceito é difícil de ser definido, em GG, por se tratar de uma teoria mentalista. Assinala diversas significações possíveis deste conceito, no interior da Gramática Gerativa Transformacional. Ora, sabe-se que esta deficiência, isto é, a não interpretabilidade unívoca de conceitos de uma teoria, tor-

na-a extremamente criticável. Veja-se, para maiores esclarecimentos, Botha (1968), especialmente o capítulo IV.

Se, por um lado, a frouxidão dos termos da teoria a tornam criticável, do ponto de vista metodológico, ela oferece ao cientista uma liberdade muito grande, além do desejável, de manejo. Poderá eventualmente, cambiar o uso do termo, de acordo com as circunstâncias e as necessidades. Assim presta-se a teoria a uma utilização ad hoc. Não há dúvida que a GGT padece desta imperfeição.

No afã de manter a teoria, lançam mão seus defensores de mecanismos numerosos. Vejamos um caso. Para evitar a redundância no léxico, observa-se o que sugere Halle (1973) para solucionar o problema de como tratar palavras como *derival, *permittal, *arrivation, etc, palavras fonologicamente possíveis, isto é, "gramaticais", em inglês, mas que, realmente, não pertencem à língua.

"Eu proponho que idiossincrasias do tipo ilustrado sejam listadas num filtro especial, através do qual as palavras tenham de passar depois de ser geradas pelas regras de formação de palavras. ... lacunas no dicionário, como as ilustradas(..), serão explicadas atribuindo-se às palavras que faltam o traço de regras [-Inserção lexical]. Em outras palavras, o fato de que o inglês não tem os nomes *derival, *arrivation será refletido na gramática marcando estas palavras, que seriam geradas pelas regras de formação de palavras, como não sujeitas a inserção lexical, e, portanto, incapazes de aparecer em qualquer sentença real da língua, a despeito de não serem nem semântica, nem sintática nem fonologicamente anêmalas" (Halle, 1973 :5).

Seria necessário ser muito benigno para não considerar o filtro especial acima descrito como um mecanismo ad hoc destinado a proteger a teoria contra os fatos. Aqui, como em outros lugares, aplica-se claramente a pergunta de

Bunge, posta em epígrafe no início do capítulo II.

Embora marginalmente, é necessário observar que Halle não faz nenhuma observação sobre a competência de falante. À moda dos estruturalistas, fala, efetivamente, da língua, sem, aliás, precisar um dialeto a que se refira. Halle não se refere ao fato de nenhum falante utilizar tais palavras, normalmente, e muito menos tenta explicar porque. Se ninguém as utiliza, é porque as regras de formação de palavras em questão não são utilizadas com determinados verbos, o que pode levar a pensar que palavras formadas de verbos não o sejam através de regras com o estatuto que lhe atribuí a teoria standard. Isto é, tais regras não seriam realmente produtivas. Pelo menos, não o seriam no curso da produção da sentença, que é quando são utilizadas as regras fonológicas reais. Halle, além disso, nem sonha em assinalar que, por exemplo, um literato poderia, eventualmente, fazer um uso anológico de uma eventual regra de formação de palavras, para produzir palavras que nenhum falante utilizaria em outra situação, mas que o literato constrói para obter determinados efeitos. Guimarães Rosa é um escritor que utiliza em grande escala este procedimento.

É preciso não deixar de prestar atenção ao uso do termo produtividade, quando se trata de morfologia, ou seja, no que se refere ao léxico. A palavra produtividade é correlata da palavra criatividade, pelo menos no que se refere à sintaxe. Em sintaxe, quando se diz que um falante utiliza criativamente as regras de formação e/ou derivação de sentenças, quer-se dizer que ele faz um uso infinito de regras finitas. Isto é, as regras são produtivas. A gramática sendo concebida como um conjunto de regras internalizadas, torna-se óbvio que produzir e entender sentenças novas significa colocar em atuação as regras aprendidas. O uso de regras idênticas para produzir sentenças de estrutura idêntica (a

diferença entre elas está nos itens lexicais inseridos) , num caso, ou o uso recursivo da mesma regra na mesma sentença, são exemplos típicos de uso criativo de regras. Ou seja, de regras produtivas da gramática.

Em fonologia, produtividade parece não ser um correlato de criatividade, mas, não há que discutir que os falantes aplicam as regras produtivas a palavras novas. Uma evidência para comprovar a produtividade das regras fonológicas é o fato de aplicarem as palavras emprestadas, enquadrando-as sistematicamente de língua vernácula. Em fonologia, produtividade significa, realmente, generalidade.

No que tange ao léxico, assiste-se a uma anomalia, em relação a criatividade. O sujeito falante não pode ser criativo, normalmente. Se produzir palavras, digamos, por derivação, seguindo uma regra utilizada para a formação de uma outra palavra, pode produzir uma sentença gramatical. Se pode produzir uma sentença contendo acabamento, não pode produzir uma sentença contendo *jogamento. Caberia uma pergunta que não pode ficar irrespondida, e se quiser tratar do léxico de uma forma idêntica a outros capítulos da gramática: por que todas as sentenças produzidas segundo regras da língua são gramaticais, e nem todas as palavras produzidas por "regras da língua" (?) (de formação de palavras) o são? Ou seja, por que sentenças sintática, semântica e fonologicamente não anômalas são gramaticais, e nem todas as palavras que não são nem semânticas, nem sintáticas e nem fonologicamente anômalas (segundo as palavras de Halle) são gramaticais, isto é, aceitas pela comunidade dos falantes?

Penso que não se pode tratar de léxico como se trata de outros componentes da gramática, ou, pelo menos, alguns deles. No que respeita à fonologia, há restrições universais e naturais óbvios na determinação das possibilidades de sistemas fonológicos e regras fonológicas. O apa-

relho fonador, por parte do falante, e a capacidade de percepção de traços, por parte do ouvinte, impõe restrições naturais ao conjunto de traços distintivos possíveis. A distinção entre dois traços não pode estar abaixo de determinado limiar, para poder ser produzida e percebida. Não deixa de ser por isso que a fonologia e a fonética são campos bem mais desenvolvidos na ciência da linguagem. No que se refere a outros aspectos da fonologia, que não o sistema fonológico básico (conjunto de traços distintivos realmente utilizados numa língua), como, por exemplo, as regras fonológicas produtivas, estão aí numerosas pesquisas explicando com boa dose de coerência e base seus fundamentos e suas motivações.

No que se refere à sintaxe, é possível que se possa confirmar que determinadas construções básicas (estruturas semânticas profundas descritas em termos de lógica de predicados, como quer Vennemann, ou as estruturas subjacentes, como propostas, por exemplo, na teoria padrão da GGT) obedecem a padrões universais mais ou menos naturais, determinadas pela própria natureza do cérebro humano. As pesquisas de Piaget sobre o desenvolvimento do raciocínio lógico poderiam levar a bons argumentos nesta direção. Quero dizer com isso que não parece estar completamente fechada a possibilidade de que a estrutura sintática-semântica de sentenças possa receber uma confirmação empírica de hipóteses defensoras de seu caráter universal. Confirmado este caráter, talvez se possa confirmar que estas estruturas são naturais.

Por outro lado, o léxico é o verdadeiro lugar do arbitrário. Esta característica está presente tanto na relação som e significado (o signo é arbitrário, isto é, imotivado, sabe-se desde muito tempo), quanto no tipo e na estruturação de morfemas gramaticais selecionados por cada

cultura. É lícito esperar, então, que o campo da morfologia, dedicado ao estudo da estruturação do léxico, não seja um campo muito analisável por regras simples, produtivas, com capacidade de previsão. Acrescente-se a isto mais a seguinte observação: a aquisição das regras fonológicas se dá num espaço de tempo bastante curto, o mesmo se podendo dizer das regras sintáticas. A dúvida é se se pode ^{dizer} o mesmo do léxico. O léxico é, dos capítulos de uma língua, o que sempre está incompleto na mente do falante. É verdade que esta afirmação se refere mais a morfemas lexicais que a morfemas gramaticais, estes reduzidos em número, mas não deixa de ser um índice de sua irregularidade. O léxico é o lugar "natural" do arbitrário, do irregular, da exceção, nas línguas naturais.

A este propósito, me parece interessante citar a seguinte observação de Mattoso Câmara:

"Já o gramático latino Varrão (116 aC - 26 pC) distinguia entre o processo de derivatio Voluntaria, que cria novas palavras, e a derivatio naturalis, para indicar modalidades específicas de uma dada palavra.

O primeiro adjetivo destinava-se a esclarecer o caráter fortuito e desconexo do processo. As palavras derivadas, com efeito, não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congênere. De cantar, por exemplo, deriva-se cantarolar, mas não há derivados análogos para falar e gritar, outros dois tipos de atividades de atividades da voz humana. Os morfemas gramaticais de derivação não constituem assim um quadro regular, coerente e preciso. Acresce a possibilidade de opção, para usar ou deixar de usar o vocábulo derivado. Foi ela que sugeriu a Varrão o adjetivo voluntaria. Nem todos os verbos portugueses apresentam nomes deles derivados, e para as derivações existentes os processos são desconexos e variados. Por isso, temos fala, para falar, consolação, ao lado de consolo, para consolar, juízo, para julgar, e assim por diante. Nem todos os no-

nificado 'pequeno (nome)'.¹

Os sufixos listados em (6c)², -dad, -ez(a) e -ción são sufixos lexicalizados. Quando esses sufixos são acrescentados a um radical, os significados não são absolutamente previsíveis. Acontece usualmente que um dos significados é predizível, mas, palavras formadas com estes sufixos usualmente têm outras leituras semânticas não predizíveis. A razão disso é que a combinação de morfemas foi usada freqüentemente como uma unidade que tem significado total em si mesma, e o sufixo 'mesmo é restrito ou insuficiente em ocorrência para que seu significado exato tenha sido obscurecido. Por exemplo, vejez significa 'velhice' (old age) ou 'antiguidade' (oldness), como predito pela combinação vej- 'velho' e -ez, significando 'estado ou qualidade de'. Mas vejez também tem um significado não diretamente derivável a partir de vej + ez. Este significado é 'vulgaridade, lugar comum', 'repetição tediosa'. Semelhantemente, población significa, como predito pela combinação de morfemas, 'população', dado que uma leitura de pueblo é 'povo', e 'aldeia', dado que uma leitura de pueblo é 'aldeia'. Mas o significado não predizível de población é 'cidade'.

O segundo critério para distinguir morfologia produtiva de lexicalizada é a possibilidade de combinar com qualquer forma da categoria apropriada. Sufixos produtivos como -ito e -ísimo podem ser acrescentados a qualquer nome e adjetivo existentes, respectivamente. Os sufixos -ez(a) e -dad têm limites em sua distribuição, que é arbitrária. Esses sufixos têm significação semelhante; ambos formam nomes e adjetivos. Mas não há nenhuma razão discernível sincronicamente para que exista vejez mas não *vejedad, bondad, mas não *boneza.

O critério final envolve a forma fonológica. Sufixos produtivos tendem a ser mais constantes, e, se têm alomorfes, eles são predizíveis de alguma maneira. Considere-se, por exemplo, as formas do plural regular do inglês, que variam, mas são predizíveis por motivos fonológicos. Os sufixos lexicalizados do espanhol que estamos discutindo variam imprevisivelmente. Então, há fortaleza, mas não *forteza, vejez, mas não *vejeza.

Porque as línguas naturais estão sempre mudando e se desenvolvendo, a diferença entre morfologia lexicalizada e produtiva não é sempre ab

solitamente clara. Esses processos devem começar sempre como processos produtivos, usualmente como composição de duas palavras, como a forma inglesa god-like, e, mais recentemente, sit-in. Mesmo alguns sufixos lexicalizados têm produtividade limitada. Quando morfemas lexicalizados são usados produtivamente, isso é feito com base no modelo de outras formas, não por regra morfológica e derivação. É possível produzir uma nova palavra em inglês usando um sufixo como -ation ou -ity, mas eles diferem nitidamente dos sufixos nitidamente produtivos como -ness e -like. Como exemplo, compare-se -ity com -ness, dado que eles têm ambos o mesmo uso. Há sinônimos como grammaticality e grammaticalness, productivity e productiveness. Em muitos casos em que a forma com -ness tem só o significado que é a soma do radical mais -ness, a forma em -ity foi estendida a algum significado especial: localness, locality; technicalness, technicality. Esses exemplos mostram que -ness pode ser considerado produtivo, enquanto que -ity, não.

Retornando à morfologia do espanhol, mostramos que, com base nos critérios acima, as formas de (6c) (ver nota 2) são lexicalizadas, enquanto que as formas de (6a) (ver nota 2) são geradas por processos morfológicos produtivos. Então, población está listado no léxico, como está pueblo? (Hooper, 1973:72-4).

Como se pode ver pelos termos utilizados por Hooper, a GGN restaura o capítulo da morfologia. Aliás, esta restauração está clara desde que se distinguem regras fonológicas de regras morfofonêmicas. A GGT, contrariamente, não contém explicitamente o componente morfológico. Os problemas afetos a esta área permanecem diluídos entre a fonologia e a sintaxe, existindo, além disso, regras de formação de palavras. Mecanismos ad hoc (como os diacríticos, as regras de reajuste, o filtro especial de Halle, etc.) solucionam "fonologicamente" alguns de seus problemas. Em alguns casos, linguistas afirmam (Harris, 1974, p. ex.) que a solução de determinados problemas é morfológica, mas a morfologia não tem um status definido na GGT.

A hipótese da GGN a respeito do léxico composto de palavras implica em sugerir que os falantes aprendem pala-

vras isoladamente, não aplicam mecanismos produtivos de formação de palavras (com poucas exceções, dentre as quais se contam, em português, os sufixos -mente, -zinho(inho), -íssimo, talvez), o que significa afirmar um custo maior na aquisição do léxico do que o que haveria caso as regras de formação de palavras fossem realmente produtivas. No fundo, a GGT faz uma proposta muito semelhante, nos resultados, já que a multidão de diacríticos e regras informando sobre que sufixo seleciona determinado radical, informações que o falante deve incorporar, tornam o léxico bastante custoso, também. Porém, as duas teorias não se equivalem pelo fato de formalmente tornarem complexa uma parte da língua que é de difícil aquisição. A GGT confunde problemas separados, no seu afã de classificação e simplificação generalizadora. Uma coisa são regras de motivação fonética, outra, as regras de motivação morfológica, isto é, sem motivação fonética sincrônica visível. Além disso, a GGN deixa em aberto a possibilidade de explicar realmente a competência de falantes reais, segundo seu grau de domínio real da língua, que inclui o volume de léxico conhecido, enquanto que a GG¹ desconhece estas variantes e reduz tudo à capacidade ideal de um falante que conheceria a língua perfeitamente e não teria limitações de memória. Verdade que ela é coerente, pois, não tendo o falante ideal estas restrições comuns aos mortais comuns, não haverá problemas para que incorpore uma gramática à moda de um programa de computador. Mas, reduzir o conhecimento lingüístico a esta abstração é fugir da realidade. Uma ciência assim de pouco adianta. Pouco explica.

Minha idéia sobre a forma como se aprendem palavras derivadas e regras de derivação pode ser expressa da seguinte forma: os falantes aprendem as palavras derivadas individualmente (exceto no caso de sufixos produtivos), isto é, as palavras derivadas são lexicalizadas. O passo seguinte é relacionar a palavra derivada com a palavra que lhe deu origem, historicamente, pelo reconhecimento de que têm o mesmo morfema

lexical. Daí haver sentido na inclusão de regras morfológicas de derivação na gramática. Com elas, o falante identifica os ajustes realizados, quer seja no radical, quer seja no afixo. É possível que o falante tente utilizar produtivamente uma regra morfofonêmica aprendida, quando sentir necessidade de expressar um conceito, para o qual necessita, digamos, de um nome, e aconteça que só conhece um radical verbal. Neste caso, por analogia a outras formas que ele reconhece serem nomes derivados de verbos, tentará a derivação. Evidentemente, enunciará um dos sufixos de maior ocorrência na língua (como -mento, -ção, etc.). Realizando isso, existe a possibilidade de que produza uma palavra aceita pela comunidade, isto é, existente na língua, mas pode ocorrer, também, que se equivoque. A analogia pode ajudá-lo, mas pode também traí-lo. Pode, mesmo assim, obter sucesso na comunicação, dado que o ouvinte identifica o afixo utilizado como formador de palavra, embora empregado equivocadamente.

Basta pensar no papel da escola (ou da leitura) no acréscimo de vocabulário conhecido, que é muito maior que seu papel no acréscimo de conhecimento sintático ou fonológico, para se ter uma idéia clara, penso, de que a forma de aquisição do léxico, e, conseqüentemente, seu tratamento na gramática, não devem ser, realmente, presididos por regras produtivas.

Deve ficar claro que o falante deve adquirir a gramática de uma língua que é fruto do trabalho lingüístico de muitas gerações. Durante sua história, a língua assume muitas facetas idiossincráticas. O léxico, já disse acima, é o lugar privilegiado de ocorrência de tais idiossincrasias.

NOTAS

1. A esse respeito, é muito instrutiva a leitura da Gramatologia, de Jacques Derrida (Derrida, 1973). O autor, além de colocar em questão a afirmação sempre aceita de que a fala precedeu a escrita (exatamente porque, etnocentricamente, só se valoriza, de fato, a escrita fonética), faz excelente análise das prevenções da civilização ocidental contra a matéria. Mostra como esta prevenção tem lugar na ciência tanto quanto, por exemplo, na moral. A origem desta prevenção remonta, fundamentalmente, a Sócrates, quando se definiu a idéia de que só o geral (o conceito) pode ser objeto de ciência. Desde então, o particular, e, com ele o material, é a ovelha negra da realidade.

Um dos lugares onde isto aparece explicitamente é em Saussure, em cuja doutrina o significante não é composto de sons, mas de imagens acústicas. Certamente, a GGT não foge à tradição de eliminar a matéria bruta da natureza real da língua.

2. Hooper refere-se à seguinte amostra:

a	b	c
buenísimo	bueno	bondad
fuertísimo	fuerte	fortaleza
viejito	viejo	vejez
pueblito	pueblo	población

CONCLUSÕES

"Apesar de o discurso parecer ser pouca coisa, as proibições que o atingem revelam muito cedo, muito depressa, sua ligação com o desejo e com o poder. O espantoso está em que o discurso - (...) - isso a história não cessa de nos mostrar - não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas o porquê, aquilo pelo que se luta, o poder cuja posse se procura" (Foucault. L'ordre du discours).

"... um sujeito que fosse a origem absoluta de seu próprio discurso e o construísse "peça por peça" seria o criador do verbo, o próprio verbo" (Derrida. "A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas").

Ao longo de toda a dissertação, fui apontando o que me pareciam ser inadequações da GGT. Especificamente, ao comentar as via-rules, dei o que me pareceu serem indicações de exigências de uma teoria lingüística que pretenda explicar a competência dos falantes nativos. Gostaria apenas de avançar um pouco mais na direção então apontada e deixar um pouco mais explícitas algumas idéias que, em parte, pelo menos, se chocam com alguns conceitos básicos da GGT a respeito de certas características básicas da linguagem como fenômeno humano.

I. Toda a concepção de aquisição de linguagem, por parte da GGT, e, em consequência, toda sua tentativa de formulação de uma gramática que dê conta explicitamente da competência lingüística dos falantes nativos, está ligada ao modelo cibernético, ao modelo de máquinas. Em suma, o cérebro humano é tratado como se fosse um computador; logo, as regras devem ser formuladas de forma tal que um cérebro qualquer pos-

sa, a qualquer momento, produzir automaticamente todas e só as sentenças de uma língua. Para tanto, as gramáticas são espécies de programa, um conjunto de ordens transmitidas ao cérebro, do tipo, por exemplo: "aplique a regra X antes da regra Y". Mais: as regras devem ter uma formulação de tipo matemático, formalizadas como tais, porque, supostamente, tal cérebro só entende esta linguagem. Se as gramáticas dos lingüistas devem ter a forma das gramáticas internalizadas pelos falantes, e se as gramáticas - exige-se - devem ser formalizadas, decorre que o cérebro é entendido como uma máquina que só compreende ordens em linguagem matemática.

Um dos sérios problemas colocados por uma tal concepção é o do reducionismo idealista, em minha opinião. Querendo elaborar uma teoria geral da linguagem, a GGT crê que se obriga a basear suas hipóteses num falante-ouvinte ideal, sem nenhuma restrição de memória e que pertença a uma comunidade ideal, que deve ser entendida como uma comunidade em que não há variação lingüística. Coincidentemente, os exemplos de lingüistas, propostos para análise, são todos formulados em linguagem padrão, como se o falante-ouvinte ideal falasse a linguagem da classe dominante. Sugestão sutil, é verdade, mas de carga ideológica visível.

A eliminação da variação, por parte da teoria gerativa standard, por considerar que deve propor-se um objeto homogêneo, é seu ponto fraco. Se se comprova na realidade que a variação lingüística é o dado, não pode a teoria partir do pressuposto de que a língua é homogênea e perfeitamente falada por toda a comunidade. Este é um aspecto da questão. Para se poder construir uma teoria com consistência interna, sacrifica-se a realidade.

O outro aspecto, que a este se relaciona, é o da atribuição do papel da aquisição da linguagem unicamente às faculdades psicológicas dos falantes. Imagina-se, em função

da abstração referida anteriormente, que o cérebro do falante-ouvinte não só não tem limites de memória, por exemplo, mas que também é isento de qualquer influência social. Esta é a segunda abstração reducionista de que me parece padecer a GGT, e que a compromete enquanto teoria adequada da linguagem. Ela é uma teoria do "se fossem assim os falantes, assim seria a linguagem". Em seguida, faz de conta que os falantes são tais quais ela os supõe, e infere que a linguagem é como deveria ser...

Se se sabe que a variação lingüística é um dado, que, ao contrário do que acaba por supor a GGT, é a situação normal e não um acidente, uma teoria deve dar conta da aquisição da linguagem por parte de um sujeito falante que tem limitações psicológicas, por um lado, e que tem uma estrutura psicológica condicionada pelo contexto cultural em que vive, por outro. E, fundamentalmente, que vive numa comunidade lingüística com variação lingüística. É desta realidade que a teoria deve partir e é dela que deve dar conta. O que se tem assistido é a repetição da história de Procusto: se a realidade não cabe na teoria, pior para a realidade. Corta-se o que sobra, acrescenta-se o que falta. Corta-se a variação, acrescenta-se um cérebro infenso a influências. É verdade que a história das ciências nos mostra que os fatos só ganham significação dentro das teorias. Mas, freqüentes vezes, a teoria em vigência desconhece tantos fatos iluminados pelas teorias concorrentes, pelas atividades científicas paralelas, pelas atividades marginais (como o é, por exemplo, para numerosos lingüistas, a atividade da sociolingüística ou da análise do discurso), fatos tão indesmentíveis que é impossível, com bom senso, fechar-se no casulo da teoria e desconhecer o que ela deixa de lado.

Minha opinião é que, se a teoria lingüística quer explicar a competência de um falante-ouvinte nativo de uma língua natural (se não quiser explicar isso não é uma teoria

adequada), deve fundar sua explicação na realidade sociológica. Meu ponto de vista é, resumidamente, o seguinte: pode-se admitir que as condições intelectuais do homem (para certos psicólogos, sua psicologia) são relevantes para a aquisição da linguagem. Se não o fossem, seria incompreensível que um homem aprenda a falar e um chipanzé, não. Quanto a esse aspecto, não há que discutir que a explicação deste fenômeno cabe realmente à biologia, que esta é uma questão de neurônios. Dado isso, deve-se, porém, avançar um passo mais. Caso contrário, a explicação fica pela metade. Se se parar aí, admite-se um homem sem ambiente cultural e social. Dado que se aprende a falar, e dado que se aprende não um modelo de língua, mas aquela língua ou aquele dialeto a que se é exposto, não há como não fazer intervir uma variável sociológica para explicar como realmente se aprende a falar. Isto quer dizer que cada falante aprende o dialeto da região a que pertence, e, dentro da região, o da classe social a que pertence. O que está na base da explicação da forma lingüística que vier a aprender é a classe social a que pertence. Então, se se quer explicar porque um falante X aprendeu a falar um dialeto Y, não deve haver preocupação somente em explicar a estrutura de seu cérebro, mas se deve buscar, antes, saber em que classe social ele aprendeu a falar. O cérebro tem uma função importante, necessária, na aquisição da linguagem. Mas sua atuação não é suficiente para explicar a realidade. O cérebro atua mediado pelas relações de classe. Não fora assim, todas as pessoas de uma mesma comunidade lingüística falaria o mesmo dialeto. O cérebro atua num mundo concreto. O homem psicológico é um homem sociológico. O cérebro natural não existe desde o momento em que o aprendiz da língua passa a viver no meio da sociedade. Em resumo, se alguém aprende a falar é porque tem condições psicológicas para tanto. Mas, a gramática que vai incorporar não depende exclusivamente do cérebro que possui, mas, fundamentalmente, da classe social a que pertence, pois que é ela que vai determinar que tipo de generalização seu cérebro poderá fazer, que dados poderá utilizar para in-

corporar uma gramática.

Se se quiser uma lingüística verdadeiramente explicativa, em minha opinião, só se atingirá este objetivo na medida em que a linguagem for considerada uma marca da espécie humana, sem dúvida, mas sem esquecer que a espécie humana não é constituída de homens "naturais". Estes não existem mais. Não se deve, pois, partir deles, a não ser que se queira, como Rousseau, partir deles para empulhar a população e servir a uma classe. Uma teoria com os ingredientes que Chomsky e seus seguidores utilizam em sua montagem é uma teoria que serve para disfarçar os verdadeiros problemas da linguagem. Remetendo a explicação para a região dos neurônios, que se sabe ser ainda indevassável, remete-se, intencionalmente, a solução do problema para uma zona do conhecimento que não permite muitas discussões, por ser pouco conhecida e por sê-lo por especialistas, e mais, por se caracterizar pelo componente mítico da ciência moderna, por um lado, e, por outro, para uma zona do homem que reduz os problemas da linguagem a um problema da natureza humana, deslocando-o da história das lutas da humanidade. Ocupa-se o dinheiro da pesquisa, os especialistas, toda uma época, enfim, na discussão de um problema cuja única função é fazer esquecer o verdadeiro problema: que a explicação de como os homens aprendem a falar está, basicamente, na estrutura de classes em que vivem. E que é nesta direção e na direção de sua mudança, e não apenas de sua explicação, que os cientistas deveriam trabalhar.

Evidentemente, o deslocamento do problema da região do psicólogo para a do sociólogo não simplifica a solução. A estrutura social tem uma história, e um corte sincrônico seria outra simplificação mistificadora. Também não se deve entender que a psicologia não tem nada a dizer sobre o problema. Simplesmente, quer-se dizer que não existe uma psicologia científica que não esteja estribada numa sociologia¹, pois que o homem natural não existe, e mais, esta psicologia

deve estribar-se numa sociologia que não desconheça as lutas de classes. Se é para apoiar-se numa sociologia funcionalista que avança, no máximo, até o desejo de ascensão social na pirâmide, sem mexer nesta, então, que a psicologia permaneça desvinculada da sociologia. Pelo menos, então, a atuação do cientista-psicólogo o deixará dormir em paz, na certeza de estar buscando objetivamente a verdade, de estar dando a vida para que a ciência satisfaça a ânsia de conhecimento do homem ...

A sociedade onde se gerou a teoria lingüística da GGT deve cultivá-la cuidadosamente, tentar imunizá-la contra os elementos sociologizantes, pois assim, conferindo ares de neutralidade ideológica à teoria, defende-a dos pontos de vista potencialmente questionadores do sistema social.

Se se levasse a sério o fato elementar de que as pessoas falam o dialeto de sua classe social, e que é por isso que muitas delas não têm condições de competir na sociedade, inclusive por não terem sucesso escolar, porque na escola os conhecimentos oficiais são veiculados na língua padrão (tida como a única com gramática...), estaria aberta a porta para uma luta séria dos lingüistas no seu lugar específico. Mas, eles preferem, de maneira geral, encastelar-se na discussão de questões "cruciais" das teorias, como o da ordenação de regras ou a economia e elegância do sistema teórico, servindo, assim, incautamente, ou nem tanto, aos financiadores das universidades onde esta ciência insípida é produzida. Insípida para muitos, diga-se de passagem, mas que sabe muito bem aos grupos dominantes (ver nota 6 da Introdução).

Em minha opinião, a questão é tão óbvia que sequer mereceria discussão. Se se alegar, contra a idéia acima exposta, que, então, se torna difícil fazer ciência, i. é, montar uma teoria consistente, pode ser que eu concorde. Mas, aí se colocam duas questões, pelo menos: a) de que vale uma ciência que sacrifica seu poder de transformação da realidade, e, mesmo,

a própria realidade, à coerência interna (segundo certa lógica) do edifício de suas hipóteses e procedimentos metodológicos? e b) se é difícil elaborar uma ciência com os ingredientes da variação determinada socialmente, é necessário que os cientistas comecem a envidar esforços para elaborá-la, ao invés de vender, cooptados, sua força de trabalho ao sistema que se disfarça em nome da cientificidade, e, pior, em nome de uma cientificidade que se erige (como a da GGT) sobre certo conceito de natureza humana, conceito que nenhuma pessoa portadora de um intelecto entrado pelo menos na Modernidade pode deixar de questionar. Este conceito não resiste à menor análise, pelo menos desde que se conhece o materialismo histórico. Chomsky faz, no entanto, e com ele seus epígonos, questão de silenciar sobre o tema da sociologia de modo absoluto, e explicar um fenômeno como o da linguagem... de forma científica.

Penso que a GGN, pelo menos no que tange à fonologia, pode oferecer algumas alternativas em outra direção. Valorizando o discurso produzido no contexto social como fonte de pesquisa, a variedade dialetal, etc., foge ao idealismo retrógrado da GGT. Tudo depende, evidentemente, da posição do lingüista diante do fenômeno social global. No fundo, tudo depende da posição ideológica do lingüista. Se quiser fazer uma ciência neutra, engana-se a si mesmo e serve, às vezes, a quem diz não querer servir.

Eu penso que a linguagem deve ser estudada em função do papel que ela tem na sociedade, ou, melhor, em função dos múltiplos papéis que ela tem na sociedade. Neste sentido, um estudioso que tem colaborações importantes a dar é Bernstein, em que pese a crítica que se faz a alguns de seus conceitos, como os de código restrito e elaborado. Estes conceitos são criticados pela lingüística oficial, que considera que uma das verdades indiscutíveis da lingüística é que não existem línguas ou dialetos melhores ou piores. Do ponto de vista das

gramáticas, isto é verdade. Cada língua ou dialeto tem sua gramática específica, e qualificar uma língua de superior ou inferior tem servido, normalmente, ao etnocentrismo, assim como qualificar um dialeto de superior ou inferior tem servido aos poderosos.

No entanto, como a língua não é um instrumento neutro, como não é puro meio de comunicação, não há como desconhecer que o código elaborado é melhor, infinitamente, que o restrito, para a veiculação do saber oficial, na atual situação dos países chamados civilizados, e assim, é determinante do sucesso ou fracasso de muitos indivíduos na sociedade. Dominar um ou outro código marca quase que de forma determinante o papel que a pessoa vai exercer na sociedade. Os que criticam estes conceitos de Bernstein colocam-se numa posição de cientistas neutros, e esquecem que, na realidade, as pessoas precisam da língua como instrumento de trabalho e de luta, e que, nas sociedades, o domínio de um dos códigos, apenas, qualifica uma pessoa para certas funções. Para lutar por qualquer coisa, um falante deve dominar um código que lhe é proibido pela estrutura social de classes². Evidentemente, tanto a explicação para a existência dos diversos códigos, no sentido de Bernstein, como a solução para o problema, estão na compreensão da sociedade como classes em luta. A eliminação das diferenças só é possível com a eliminação das condições das diferenças. Neste domínio devem entrar os linguistas. Não podem imaginar que esta é uma tarefa dos sociólogos, que, por sua vez, a atribuem aos cientistas políticos, que a atribuem aos políticos, etc.

A posição de Chomsky e seus seguidores, aliás, tem como consequência, também, privilegiar o indivíduo como produtor de seu discurso, como senhor de seu discurso, já que o falante é criativo, faz uso infinito de meios finitos. Esta posição de Chomsky está perfeitamente bem afinada com a filosofia humanista que subjaz a toda sua doutrina cientí-

fica e que se manifesta claramente em seus escritos políticos. É uma posição extremamente duvidosa, em todos os sentidos. Tomada na forma mais inocente, como se o falante, de fato, ao falar, não falasse nenhuma ideologia, mas, realmente, expressasse sua livre vontade, seria de duvidar da criatividade real dos falantes, de vez que devem falar não só segundo regras gramaticais (o que, por si só, privilegia a gramática, e não o falante), mas também segundo regras sociais, já que os falantes não podem falar de tudo em qualquer lugar. O sistema exterior de regras é, pois, dominante. Esta dimensão escapa a Chomsky e aos gerativistas. Os semanticistas que se orientam segundo a teoria dos atos de fala prestaram valiosas colaborações neste sentido (ver, por exemplo, Searle(1969)). As limitações que sofre o falante, na estrutura social em que vive, não podem ser postas em segundo plano.

Se nos deslocarmos para a região do sentido do que se diz, então, ver-se-á claro que esta questão não é marginal. Sem a situação de discurso não há significado de discurso. Não me refiro aqui só a uma determinada situação social do tipo aula, reunião social, etc., mas à época e ao tipo de sociedade em que vive o falante, que determinam totalmente o sentido dos discursos. Quero dizer com isso o mesmo que afirma Ponzio, com maior propriedade:

"Não creio que o domínio dos processos gramaticais possa ser considerado como a única condição para tornar possível a compreensão das frases de uma língua. Isto é admissível, talvez, quando se trata de frases isoladas e triviais, de proposições clichês, que têm um significado puramente descritivo ou totalmente óbvio, que não dizem nada mais do que o que está explicitamente expresso, como as que Chomsky usa em seus exemplos. Contudo, mesmo em frases desse tipo, pode-se duvidar que sua compreensão não requeira nada mais que o conhecimento de regras gramaticais" (Ponzio, 1974:43).

Ponzio faz esta afirmação após dizer que

"A criança aprende a linguagem não pela simples presença, ao seu redor, de dados lingüísticos, pela simples exposição da consciência à língua durante certo período, mas sim quando vê utilizar a língua no ambiente social em que vive e vai compreendendo em cada caso as funções práticas. A experiência da língua não é suficiente para criar o conhecimento lingüístico, porque a compreensão do significado das palavras e a aprendizagem de seu uso adequado requerem que o sujeito supere os limites da esfera estritamente lingüística e experimente as palavras no âmbito dos contextos situacionais, além dos lingüístico-verbais" (Ponzio, 1974:35).

Para encerrar esta seção, destinada a defender a idéia de que o fator sociológico é o maior determinante da aprendizagem lingüística real, e que, assim, o fator psicológico, como concebido por Chomsky, não o explica, recorro mais uma vez a Ponzio, com quem concordo plenamente:

"A compreensão e o uso do código verbal traz ligada a si a contínua referência a códigos não-verbais. Fala-se e compreende-se sobre a base de códigos sociais que são verbais e não-verbais e que estão estreitamente conectados entre si. Como observa Rossi-Landi, "o homem comunica com a totalidade da própria organização social" (Ponzio, 1974:43).

"... Por sua conexão com códigos verbais e não-verbais, relacionados com determinada ideologia, toda a mensagem verbal é mais ou menos ideológica, seja no modo e no sentido em que está escrita, seja no modo e no sentido em que é compreendida" (Ponzio, 1974:44).

Disso se infere que compreender uma sentença (i. é, conhecer sua estrutura profunda, que fornece seu significado) não é fazer sua análise lógica, mas é detectar de que lugar ideológico ela fala, contra ou a favor de que grupo ideológico ela é produzida. Daí, compreender uma sentença, conhecer sua estrutura profunda, é reconstruir os processos de formação da significação ideológica que ela contém. A análise psicológica (lógica, estrutural) é absolutamente insu-

ficiente. A ausência de um componente sociológico reduz a linguagem a uma caricatura do que realmente é.

Não se explica, pois, a linguagem a partir do que acontece dentro do falante, mas por sua referência à situação histórica e social a que pertence o uso lingüístico. (Para maiores detalhes sobre esta questão, ver Ponzio, 1974:40-48).

II. A segunda questão sobre a qual devo dizer alguma coisa, nestas conclusões, é a questão dos universais lingüísticos. Serei, agora, bem mais breve.

Uma vez assentado que não é o componente psicológico, na aquisição da linguagem, o determinante, enfraquece-se a questão dos universais, tais quais propostos na teoria de Chomsky e seus seguidores diretos.

A respeito dos universais fonológicos, ficou claro, espero, a partir da exposição sobre a GGN, que eles decorrem basicamente das condições do aparelho fonador e do aparelho perceptual dos falantes. A teoria fonética, com base nas características do aparelho fonador, consegue estabelecer certos limites sobre as possibilidades universais deste componente da gramática. Sobre quais sejam os traços distintivos potenciais e serem utilizados em cada língua, não há, pois, porque apelar para universais de tipo inato. As condições fisiológicas são seus limites.

No que respeita às regras fonológicas, pode-se dizer o mesmo. É o aparelho fonador que as produz, basicamente. As que fogem a uma naturalidade estrita, neste sentido, são adquiridas pelos falantes e pertencem à gramática da língua como fruto da história desta língua, feita não só de leis lingüísticas, e não são, portanto, fruto de estruturas inatas dos falantes. Que os falantes aprendem regras que não são universais é um fato que não deve admirar. Aí estão os proces-

tos de condicionamento morfofonêmico, isto é, sem condicionamento natural algum, para atestá-lo. E, além disso, o aprendizado do léxico, o aprendizado da relação som e sentido, nada naturais. Neste sentido, os universais, se realmente os há, devem ser compreendidos como o que existe em todas as línguas, e não como o que vem dado pelo conhecimento lingüístico inato.

Certamente, isso não significa dizer que as coincidências de regras ou estruturas são meras coincidências. Já vimos que, no que concerne à fonologia, as coincidências se devem à natureza fisiológica do homem, que lhe impõe, enquanto falante-ouvinte, certas limitações.

No que concerne a outros domínios da gramática, como a sintaxe e a semântica, as coisas são um pouco mais obscuras. Em primeiro lugar, deve-se estar atento diante das afirmações de que as igualdades se devem a estruturas inatas porque as identidades das estruturas podem ser, simplesmente, consequência das regras propostas, que reduzem dados diversos a estruturas fundamentalmente idênticas. É bom questionar as afirmações do tipo "todas as línguas têm uma estrutura sintática subjacente idêntica", porque a identificação pode ser fruto produzido pela teoria e não possuir realidade psicológica, como se viu que provavelmente acontece com as representações fonológicas abstratas. Em segundo lugar, se existem realmente estruturas universais, não é necessário que sejam inatas. Rossi-Landi aponta uma outra possibilidade de explicação. Confesso que a prefiro à explicação mentalista de Chomsky e outros. Veja-se sua afirmação:

"A semelhança das funções desenvolvidas por diversas línguas provém do fato de que, no processo histórico do desenvolvimento da linguagem, são necessariamente representadas as formas gerais do constituir-se social, isto é, relações fundamentais de trabalho e de produção que diferenciam qualquer sociedade humana de qualquer sociedade pré-huma-

na (somente animal)"(Rossi-Landi,1968:17).

A explicação das igualdades e desigualdades entre as línguas feita a partir da conjunção de fatores fisiológicos e históricos é, em minha opinião, bem mais consistente com o que se sabe hoje a respeito das culturas humanas que uma explicação baseada em formas naturais, inatas, etc.

Deixo, pois, assinalada minha posição: não havendo, ainda, nenhuma certeza sobre a origem dos universais, e sendo a hipótese inatista nada mais que uma hipótese, entre tantas outras, prefiro: a) desconfiar dos universais propostos; b) se existirem, prefiro admitir que se devem às condições em que as línguas são faladas: nos seus aspectos fisiológicos, é a fisiologia o determinante; no que tange aos aspectos sociais, é a história da sociedade que os explica.

III. Estreitamente ligada à questão da aquisição da linguagem segundo a concepção chomskyana e à questão dos universais lingüísticos, de forma a formar com elas, de fato, apenas uma parte da mesma questão, está a questão do inatismo.

Que Chomsky postula a existência de estruturas inatas está fora de dúvida. Não me deterei na pesquisa de suas afirmações sobre a questão. Apenas, rapidamente, menciono que Chomsky é partidário desta opção, como meio de explicar a relativa velocidade com que os falantes incorporam uma gramática.

Não admitindo que os falantes aprendem sua língua através de generalizações indutivas, realizadas a partir dos dados a que estão expostos, Chomsky postula a existência de um acquisition device, cuja posse pela criança significa que ela vem ao mundo com um certo saber implícito no domínio das regras lingüísticas constitutivas da gramática gerativa; este acquisition device não conteria capacidade (capacity) de

aprender uma língua, mas, já, conhecimento (knowledge) de regras lingüísticas.

Esta afirmação reflete o pensamento de Chomsky a respeito do problema. Não se pode interpretar o acquisition device como um portador de capacidade de aprender. Chomsky afirma textualmente que não vê "razão pela qual não devemos supor que a criança nasce com um conhecimento perfeito da gramática universal" (apud Quesada, 1974:115).

Chomsky (1976) constrói um raciocínio, em defesa desta sua hipótese, que não pode deixar de ser mencionado. Em resumo, é o seguinte: imagine-se um cientista (S), que não é portador de nenhuma bagagem ideológica formadora de nossa tradição, e que fosse estudar os humanos como organismos no mundo natural. Estudando-os, atribuir-lhes-ia duas estruturas cognitivas: 1) um sistema de crenças a respeito da natureza e do comportamento dos objetos; 2) um sistema de linguagem. A respeito do primeiro tipo de estrutura cognitiva, concluiria que os homens possuem uma teoria abstrata que lhes possibilita projetar que aspecto aparecerá em determinadas condições. Descobrirá, além disso, que os homens reagem diferentemente diante de diferentes sentenças, no que se refere à segunda estrutura cognitiva. Por exemplo, saberá se são sinônimas, bem formadas, mal formadas, etc. Abreviando a caminhada científica de S, ele concluirá que uma gramática é um sistema de regras e princípios que atribui a cada um dos conjuntos infinitos de expressões uma representação semântica, uma representação sintática e uma representação fonológica. Mas, como incorporam os falantes este sistema? Diante desta questão, o cientista despojado de ideologia será levado à hipótese de que os elementos básicos da teoria utilizada pelos homens para identificar os objetos do mundo são representados, no estado inicial, como propriedades inatas biologicamente determinadas. Conhecendo algo a respeito dos organismos, S não deverá espantar-se diante desta conclusão. Assim, uma teoria co-

mo a da linguagem poderia ser inata, embora funcione totalmente apenas em determinado estágio de maturação.

Tentando explicar conhecimentos como os da linguagem, S estaria, basicamente, diante de duas alternativas (Chomsky diz que estaria diante de várias, mas nomeia apenas as duas que lhe interessam): a) poderia postular um esquema, inato na mente, refinado e bem articulado com a experiência; poderia supor, por exemplo, que o sistema visual (para falar do conhecimento do senso comum, que é do mesmo tipo que o da linguagem, isto é, implícito) contém mecanismos de análise e que interpretam representações sensoriais; b) S poderia supor que a mente é uma tábua em branco, equipada somente com a capacidade de gravar impressões e reter impressões repetidas, construir associações diante de impressões, etc. Chama às duas hipóteses de R e E, respectivamente, porque representam as hipóteses Racionalista e Empirista (observe-se que S é despido de ideologia...). Para concluir, embora saltando partes do caminho de S: tentando explicar o senso comum e a gramática, as duas formas cognitivas de que se falou acima, segundo Chomsky, S, se guiado pela Razão, concluiria que eles envolvem esquemas fixos e altamente restritivos que entram em operação sob condições limitadas de exposição aos dados, determinam a interpretação destes dados como experiência e conduzem à seleção de sistemas de regras que são postas em uso na ação e na interação humana. S terá vários problemas empíricos a resolver, dado que não se deixa guiar por crenças dogmáticas, afirma Chomsky. Isto significa, em resumo, que S, dado que não tem nenhuma crença ideológica, dado que faz uso somente da Razão, concluirá que deve optar pela explicação mentalista, isto é, inatista, do conhecimento da linguagem pelos humanos.

Queria fazer apenas alguns reparos ao raciocínio de Chomsky (ou de S?): a) quem escolhe as alternativas é Chomsky, e não S, no decorrer da pesquisa de S; b) quem tira as conclusões é Chomsky, e não S, pelo que todo este caminho

poderia ter-lhe sido poupado, por cansativo; c) certamente, Chomsky não é nenhum cientista despido de crenças dogmáticas ou de qualquer bagagem ideológica. Aliás, Chomsky constrói um raciocínio do tipo seguinte: se alguém raciocinasse de tal forma, sendo esse alguém guiado pela razão, concluiria X. Feito isso, nem se preocupa mais em questionar se este alguém raciocinou realmente guiado somente pela razão, e conclui que X é verdadeiro. Daí atribuir a S sua crença de que S concluiria que um falante conhece a gramática quando conhece a língua, e que, em seu estado inicial, conheceu a gramática universal, que é determinada por propriedades inatas biologicamente determinadas (Cf Chomsky, 1976:139-60).

Está, pois, exposta sumariamente a posição de Chomsky, que é a de outros gerativistas também, a respeito do inatismo. Dado que uma explicação pelo behaviorismo é insuficiente, concluem os gerativistas que a única solução possível é apegar-se à hipótese do inatismo. Esta hipótese, bem como a behaviorista, sua contrária, só podem ser definitivamente aceitas ou rejeitadas a partir de informações definitivas da biologia. Ora,

"no atual estado de seus conhecimentos sobre o código genético, sobre os mecanismos hereditários que aí se relacionam e sobre as estruturas inatas do pensamento e da ação, estes (os especialistas em ciências da natureza) podem quando muito exprimir sua predileção por tal ou qual hipótese, assim como foi feito por cientistas eminentes como Jacques Monod e François Jacob, mas não podem ainda fornecer provas verdadeiramente convincentes" (Schaff, 1975:16-7),

donde se deve concluir que não há, ainda, como decidir-se, por critérios científicos, pelo ou contra o inatismo. A decisão obedecerá, pois, a um sistema de crenças. A decisão de Chomsky está encravada num sistema ideológico que começa no século XVII, com Descartes.

Gostaria, em seguida, de assinalar algumas opiniões

de outros estudiosos, diante da questão. Utilizarei essencialmente citações, o que pode tornar a leitura enfadonha, mas, penso que não ganharia nada em objetividade limitando-me à resenha. Assim sou mais fiel ao pensamento dos autores a quem recorro para marcar a posição que prefiro diante do problema, já que a de Chomsky tem implicações laterais por demais comprometedoras a respeito de outras facetas dos estudos do homem.

Cito, por primeiro, Ponzio, que fala a partir de uma posição política bem diversa da de Chomsky:

"O problema de saber como cada sujeito falante está em condições de formular e interpretar de maneira adequada um número infinito de sentenças que não escutou nunca anteriormente pode ser resolvido deixando de lado a concepção da aprendizagem de tipo skinneriano e sem que seja necessário voltar a posições mais ou menos mentalistas, inatistas" (Ponzio, 1974:34).

Cita, a seguir, uma afirmação de Merleau-Ponty que me parece extremamente correta:

"O inatismo contém uma dificuldade: limita-se a transferir 'a consciência', quer dizer, em definitivo, a uma experiência interna, os conteúdos que o empirismo faz derivar da experiência externa. (...) É evidente que esta não é uma solução" (apud Ponzio, 1974:34).

Em seguida, Ponzio aponta para a solução do problema: a superação de uma psicolinguística do estímulo-resposta requer não uma alternativa mentalista, mas que as relações entre sujeito e ambiente sejam entendidas não como relações mecânicas, mas sim como relações dialéticas, que se reconheça à linguagem o caráter de trabalho e se considerem as línguas como produto do trabalho linguístico" (Ponzio, 1974:34-5; para a noção de trabalho linguístico, ver Rossi-Landi, 1968).

O segundo estudioso que menciono, embora ele só to-

que marginalmente na questão do inatismo, é Mounin (1968), inclusive para dar uma idéia de como certas idéias de Chomsky não são nada levadas a sério em ambientes culturais diferentes do americano e do nosso, bastante caudatário, e cada vez mais, deste:

"É de recear que Chomsky tenha arruinado o que há de mais solidamente lingüístico no velho processo das transformações (...) num magma de aventureirismo filosófico em que o europeu culto não pode deixar de reconhecer o velho fideísmo ingênuo americano que Bloomfield perseguiu e atacou. Entremetiam-se com os gadgets científicos mais na moda, banalidades filosóficas que nenhum espírito europeu ousaria tomar a sério desde Bernardin de Sait-Pierre ou mesmo Bossuet. O argumento estafado do homem que fala diante do macaco que não fala, que se repete continuamente em todos os best-sellers americanos de divulgação cultural (como em Gibernética e sociedade, de Norbert Wiener), não é um problema nem mais nem menos misterioso do que o de saber porque os crocodilos mais velhos não andam com as patas traseiras, ao passo que qualquer bebê de treze meses o consegue. É exatamente o tipo de problema que não se pode resolver, senão juntando sempre a solução proposta: mais alguns milhões de anos. Da mesma forma se esclarece o problema de saber porque é que, mas, antes de mais, como é que um locutor está apto a produzir e a descodificar um número infinito de frases que nunca ouviu previamente, se em vez de nos fecharmos numa concepção da aprendizagem em termos estritamente skinnerianos, perguntarmos: o que vem a ser, em lingüística, uma forma que nunca foi previamente ouvida? Sobre este ponto, Saussure mostrou como é que a criança fabrica a forma viendre que nunca ouviu previamente: pela aplicação daquilo a que o velho mestre de Genebra chamava, modestamente, e talvez de forma muito sugestiva, a regra do quarto proporcional:

peindrai : peindre :: viendrai : viendre

que se deve ler assim (quando se estuda a velha matemática do segundo ano): "pêndrai" (que ouvi) está para "peindre" (que ouvi) assim como "viendrai" (que ouvi) está para "viendre" (que nunca ouvi, ainda, mas cuja existência o sistema da língua permite que eu postule). De forma muito sugestiva, dissemos, porque será toda uma epistemologia genética, do tipo da de Piaget, por exemplo (e não um inatismo demasiado cômodo), que nos poderá talvez

ajudar a compreender como é que a criança adquire aptidão para tais operações mentais lógicas" (Mounin, 1968:118-20).

Já que Mounin citou Piaget, sigo-o e apresento, em seguida, a opinião deste autor a respeito do inatismo chomskiano. Após assinalar que "a mistura de geneticismo e cartesianismo que caracteriza Chomsky leva-o a defender uma opinião inesperada em um lingüista contemporâneo" (Piaget, 1974:71), qual seja, a de que as estruturas lingüísticas básicas são inatas, Piaget afirma:

"... a razão disso, sem dúvida, é que, simplesmente, lá onde Chomsky não vê senão uma alternativa - ou um esquema inato se impondo necessariamente ou aquisições exteriores e notadamente culturais, porém variáveis e não explicando o caráter limitado e necessário do esquema em questão - há, na realidade, três soluções à escolha, e não apenas duas: existe a hereditariedade ou as aquisições exteriores, mas há também os processos de equilibração interna ou de auto-regulação; ora, esses processos chegam, como a hereditariedade, a resultados necessários, e mesmo, de certo modo, mais necessários, porque a hereditariedade varia bem mais em seus conteúdos do que as leis gerais de organização, que traduzem a auto-regulação de todo o comportamento. E, sobretudo, a hereditariedade estriba-se sobre conteúdos que são transmitidos tais quais são ou não são transmitidos, ao passo que uma auto-regulação impõe uma direção compatível com uma construção, tornando-se esta, assim, necessária precisamente enquanto dirigida.

Ora, duas considerações pleiteiam em favor desta interpretação, no caso das estruturas lingüísticas, e parecem tornar inútil a hipótese do inatismo, conservando o conjunto do sistema explicativo de Chomsky: por um lado, é a esperança de uma realização cibernética das gramáticas transformacionais e, por outro, a análise psicogenética das condições prévias que tornam possível a aquisição da linguagem no curso do segundo ano de crescimento.

... Contrariamente às explicações demasiado fáceis pelo condicionamento, que, se fossem verdadeiras, imporiam a aquisição da linguagem desde o segundo mês, verifica-se que esta supõe a formação prévia da própria inteligência sensorio-motriz, o

que justifica as idéias de Chomsky sobre a necessidade de um substrato aparentado ao racional. Contudo, esta própria inteligência está longe de ser pré-formada desde o início e pode-se seguir passo a passo a maneira pela qual resulta de uma coordenação progressiva dos esquemas de assimilação"(Piaget,1974:73-5).

Vê-se, pois, que a postulação das idéias inatas não é uma necessidade, se se quer explicar a aquisição do conhecimento lingüístico. Ao desconhecer as conquistas da psicologia piagetiana do conhecimento, a gramática gerativa perde muito, como assinala Parisi:

"Mas uma psicologia cognitiva existe, e, sobretudo através da obra de Piaget, representa certamente uma das partes mais ricas e estáveis da psicologia contemporânea. Entretanto, Chomsky não se defronta com a concepção piagetiana..."(Parisi, 1973:2).

Assim, desconhecendo Chomsky, fundamentalmente, não saberia dizer por quais razões, a psicologia cognitiva, atendo-se mais a idéias de cunho filosófico a respeito do inatismo, e desconhecendo, mais, as contribuições inúmeras da sociologia moderna, especialmente a que decorre das análises materialistas, empobrece tremendamente sua concepção de linguagem. Restaria explorar mais detidamente os motivos pelos quais Chomsky tomou o caminho que tomou. Certamente, sua contribuição à lingüística é muito importante. Mas, a ideologia que subjaz à teoria que propõe é, infelizmente, conservadora demais para a época em que vivemos. Há problemas cruciais a serem resolvidos, no mundo moderno, relativos à condição do homem, e a opção dos cientistas que fazem escola, por questões não facilmente identificáveis, pode atrasar ou acelerar as mudanças que se fazem necessárias.

Penso que as conclusões acima têm muito que ver com o corpo deste trabalho, apesar de algumas aparências e de sua linguagem. Na medida em que a opção foi feita em fa-

vor da GGN, no que tange à forma de abordar os problemas do léxico e da fonologia, significa que se opta por abandonar a demasiada neutralidade (aparente) da lingüística. A GGN faz apelo direto às contribuições do estudo da linguagem em seu contexto social. Não fala de inatismo. Seus universais são identificáveis a partir de condições de produção da linguagem. Então, sua opção é menos idealista. Pode não ser, e certamente não é, a teoria definitiva, nem a teoria que encontrará seguidores, porque estas questões dependem de fatores múltiplos. Mas é, seguramente, uma teoria que aponta soluções mais testáveis, uma teoria mais terra-a-terra. Não força os dados, numa camisa de força. Conseguir, assim, parece-me, uma explicação mais consistente do fenômeno gramatical.

NOTAS

1. A este respeito, lê-se, em Voloshinov, por exemplo:

"Porém, também o fisiólogo, enquanto biólogo, tem boas razões para levar em conta a função signica expressiva (i. é, a função social) dos diversos processos fisiológicos. De outra maneira, não poderá entender a posição biológica destes na economia global do organismo. O biólogo não pode, também, ignorar o ponto de vista sociológico, desestimar o fato de que o organismo humano não pertence ao domínio absoluto da natureza, mas que forma, na verdade, parte do domínio especificamente social" (Voloshinov, 1930:44)

E, em Rossi-Landi:

"A natureza humana é sua história..." (Rossi-Landi, 1968:17)

2. Ver, a este respeito, Bernstein (1975), especialmente.

BIBLIOGRAFIA

- Abbagnano, N. 1955. História de la filosofia. Tomo II. Barcelona, Montaner y Simon, S.A.
- Abbagnano, N. & Visalberghi, A. 1947. História de la pedagogia. Mexico, Fondo de Cultura Economica.
- Abaurre, M.B.M. 1973a. Identidade de representações básicas e fatores de diferenciação superficial no componente fonológico de línguas cognatas. Campinas, Unicamp.
- _____. 1973b. "Nasality in Portuguese: a critical consideration of a proposed analysis for word-final diphthongs". Buffalo, SUNY/AB. Mimeo.
- _____. 1974a. "Some cases of plural formation in Portuguese; a natural approach". Buffalo, SUNY/AB. Mimeo.
- _____. 1974b. "Some problems of Portuguese phonology in the light of NGP and the revised Strong Naturalness Condition". Buffalo, SUNY/AB. Mimeo.
- Allen, J.P.B. & van Buren, P. eds. 1971. Chomsky: selected readings. London, Oxford University Press.
- Bach, E. 1965. "A lingüística estrutural e a filosofia da ciência". In: Chomsky e outros. 1971. Novas perspectivas lingüísticas. Petrópolis, Vozes, p. 11-27.
- Bernstein, B. 1975. "Développement linguistique et classe sociale: une théorie sociologique de l'apprentissage". In: Langage et classes sociales. Paris, Éditions du Minuit.
- Bloomfield, L. 1933. Lenguaje. Lima, Universidad Mayor de San Marcos, 1964.
- Botha, R.P. 1968. The function of the lexicon in transformational generative grammar. The Hague-Paris, Mouton.
- _____. 1971. Methodological aspects of transformational

- generative phonology. The Hague-Paris, Mouton.
- Brasington, R.W.P. 1971. "Noun pluralization in Brazilian Portuguese". Journal of Linguistics, vol.7.2: 151-77.
- Bréhier, É. 1942. História de la filosofia. Tomo II. Buenos Aires, Editorial Sudamericana.
- Bunge, M. 1974. Teoria e realidade. São Paulo, Perspectiva.
- Câmara Jr., J.M. 1953. Para o estudo da fonêmica portuguesa. Rio de Janeiro, Organização Simões.
- _____. 1970. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis, Vozes.
- _____. 1971. Problemas de lingüística descritiva. Petrópolis, Vozes.
- Cardona, G. 1976. "Política e linguística". In: Corsetti, R. ed. Lingua e política. Roma, Officina Edizioni.
- Centro di studi filosofici di Gallarate. 1957. Enciclopédia filosófica. Tomo III. Venezia-Roma, Instituto per la collaborazione culturale.
- Chomsky, N. 1962. "Current issues in linguistic theory". In: Fodor, J.A & Katz, J.J. 1974. The structure of language; readings in the philosophy of language. New Jersey, Prentice-Hall. p. 50-118.
- _____. 1965a. Aspectos da teoria da sintaxe. Coimbra, Arménio Amado Editor, 1975.
- _____. 1965b. "Panorama e rumos atuais da lingüística". Tempo Brasileiro, 32: 18-35.
- _____. 1972. Topics in the theory of generative grammar. The Hague-Paris, Mouton.
- _____. 1974. Política e lingüística. Lisboa, Mondar Ed.
- _____. 1976. Reflections on language. New York, Pantheon Books.
- Chomsky, N. & Halle, M. 1968. The sound pattern of English.

- New York, Harper & row.
- Derrida, J. 1973. Gramatologia. São Paulo, Perspectiva.
- Ducrot, O. 1972. "De Saussure a la philosophie du langage".
In: Searle, J.R. Les actes de langage. Paris, Hermann,
1972.
- Eby, F. 1952. História da educação moderna. Porto Alegre,
Editora Globo, 1962.
- Foucault, M. 1970. L'ordre du discours. Paris, Gallimard.
- Gnerre, M. 1974 La fonologia generativa: formazione della
teoria e tendenze recenti. Extraído da edição italiana
de Harms, R.T. Introduzione alla fonologia generativa.
Roma,
- Halle, M. 1958. "On the basis of phonology". In: Fodor, J.A.
& Katz, J.J. The structure of language; readings in the
philosophy of language. New Jersey, Prentice-Hall. p.
324-33.
- _____. 1962. "Phonology in generative grammar". In: Fodor,
J.A. & Katz, J.J. The structure of language; readings in
the philosophy of language. New Jersey, Prentice-Hall.
p. 334-52.
- _____. 1973. "Prolegomena to a theory of word formation".
Linguistic Inquiry, vol. 4.1: 3-16.
- Harms, R.T. 1973. "How abstract is Nupe?". Language, vol. 49.
2:439-46
- Harris, J.W. 1969. Fonologia generativa del español. Barce-
lona, Editorial Planeta, 1975.
- _____. 1974. "Evidence from Portuguese for the "Else-
where Condition" in phonology". Linguistic Inquiry,
vol. 5.1: 61-80.
- Hjelmslev, L. 1943. Prolegômenos a uma teoria da linguagem.
São Paulo, Perspectiva.

- Hooper, J.B. 1973. Aspects of natural generative phonology. Los Angeles, University of California.
- _____. 1975. "The archi-segment in natural generative phonology". Language, vol. 51.3: 536-60.
- Hyman, L.M. 1970. "How concrete is phonology?". Language, vol. 46.1: 58-76.
- _____. 1973. "Nupe three years later". Language, vol. 49.2: 447-51.
- Jakobson, R. 1972. Fonema e fonologia. Seleção, tradução e notas de Mattoso Câmara. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- Khun, T.S. 1962. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- Kiparsky, P. 1968a. How abstract is phonology? Reproduced by the Indiana University Linguistics Club. Mimeo.
- _____. 1968b. "Linguistic universals and linguistic change". In: Bach, E. & Harms, R.T. eds. Universals in linguistic theory. New York, Rinehart and Winston. p. 170-202.
- _____. 1971. Historical linguistics. New York, M.I.T. Mimeo.
- Klimke, F. 1947. História de la filosofia. Barcelona, Editorial Labor, S.A.
- Koutsoudas, A. & Sanders, G & Noll, C. 1971. On the application of phonological rules. Reproduced by the Indiana University Linguistics Club. Mimeo.
- Lahud, M. 1977. "Alguns mistérios da lingüística". Almanaque, 5: 28-37.
- Langacker, R.W. 1967. A linguagem e sua estrutura. Petrópolis, Vozes.
- Li Carrillo, V. 1976. "Las três lingüísticas". Revista Venezolana de Filosofia, vol. 4: 53-84.

- Lightner, T.M. 1975. "The role of derivational morphology in generative grammar". *Language*, vol. 51.3: 617-36.
- Mateus, M.H.M. 1975. Aspectos da fonologia portuguesa. Lisboa, Sá da Costa.
- Mounin, G. 1968. Introdução à lingüística. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Naro, A.J. 1971. "A história do e e do o em português; um estudo de deriva lingüística". In: Estudos diacrônicos. Petrópolis, Vozes. p. 9-51.
- Nobiling, O. 1904. "As vogais nasais em português". Littera, vol. 4.12: 80-109.
- Parisi, D. 1972. Il linguaggio come processo cognitivo. Torino, Boringhieri.
- _____. 1973. "Os limites de Chomsky". VII encontro anual da Sociedade Italiana de Lingüística, Roma. Trad. de Rodolfo Ilari. Mimeo.
- Parret, H. 1976. "Les théories linguistiques peuvent-elles être idéologiquement neutres? ou l'histoire d'un démon qui s'appelle veridiction". Mimeo.
- Perini, M.A. 1977. "Evidência substancial para a regra de assibilação em português". Belo Horizonte, UFMG. Mimeo.
- Piaget, J. 1974. O estruturalismo. São Paulo, Difel.
- Pontes, E. 1973. A estrutura do verbo no português coloquial. Petrópolis, Vozes.
- Ponzio, A. 1974. Gramática transformacional e ideologia política. Buenos Aires, Nueva Visión.
- Postal, P.M. 1968. Aspects of phonological theory. New York, Harper & Row.
- Quesada, J.D. 1974. La lingüística generativo-transformacional: supuestos e implicaciones. Madrid, Alianza Editorial.
- Rossi-Landi, F. 1968. Il linguaggio come lavoro e come mer-

- cato. Milano, Bompiani.
- Rudes, B.A. 1975. Lexical representation and variable rules in natural generative phonology. Buffalo, SUNY. Mimeo.
- Ruwet, N. 1967. Introdução à gramática gerativa. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- Sapir, E. 1933. "La realidad psicológica de los fonemas". In: Trubetzkoy e outros. 1972. Fonología y morfología. Buenos Aires, Paidós.
- Saumjan, S.K. 1965. "Cibernética e lingüística". In: Chomsky e outros. 1971. Novas perspectivas lingüísticas. Petrópolis, Vozes.
- Saussure, F. de. 1916. Curso de lingüística geral. São Paulo, Cultrix, 1974.
- Schachter, P. 1969. "Natural assimilation in Akan". IJAL, vol. 25:342-55.
- Schaff, A. 1975. "A gramática gerativa e a concepção das idéias inatas". In: Escobar, C.H. org. Semiologia e lingüística - hoje. Rio de Janeiro, Pallas, S.A.
- Schane, S.A. 1969. Natural rules, strategies and linguistic change. San Diego, University of California at San Diego. Mimeo.
- _____. 1973. Generative phonology. New Jersey, Prentice-Hall.
- Searle, J.R. 1969. Les actes de langage. Paris, Hermann, 1972.
- Stampe, D. 1973. A dissertation on natural phonology. Illinois, University of Chicago.
- Trubetzkoy, N.S. 1939. Principes de phonologie. Paris, Klincksieck, 1970.
- Vennemann, T. 1971. Natural generative phonology. Trabalho lido na reunião anual da Linguistic Society of America, St. Louis. Mimeo.

- _____. 1972a. "Phonological uniqueness in natural generative phonology". Glossa, vol.6:105-16.
- _____. 1972b. "Rule inversion". Lingua, vol.29:209-42.
- _____. 1972c. "Phonetic analogy and conceptual analogy".
Mimeo.
- _____. 1973. "Phonological concreteness in natural generative phonology". In: Bailey, c.-J. & Shuy, R. eds. Towards tomorrow's linguistics. Washington, Georgetown University Press.
- _____. 1974. "Restructuring". (para) Lingua. Versão mimeo.
- Vogt, C.A. 1973. A palavra envolvente. Campinas, Unicamp.
- Voloshinov, V.N. 1930. El signo ideológico y la filosofía del lenguaje. Buenos Aires, Nueva Visión, 1976.
- Williams, E.B. 1930. Do latim ao português. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- Nardi, C.V. 1975. Uma proposta em fonologia gerativa para -inho e -zinho. Campinas, PUCC.